



Balanço Geral 2021



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

Eduardo Leite

Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário de Estado da Fazenda

Jorge Luis Tonetto

Secretário Adjunto da Fazenda

Rogério da Silva Meira

Contador e Auditor-Geral do Estado

Antônio Carlos Ferreira Kerhwald
Carlos Geminiano Rocha Rodrigues
Gilberto Fonseca Raymundo

Adjuntos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

Chefes de Divisões **Jociê Rocha Pereira**

Chefe de Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)

Eduardo de Oliveira Garcia

Chefe de Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)

Luiz Felipe Corrêa Noé

Chefe de Divisão de Estudos e Orientação (DEO)

Felipe Severo Bittencourt

Chefe de Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)

Liege Munhoz de Campos

Chefe de Divisão de Informações Estratégicas (DIE)

Sílvia Lauer

Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

Equipe Técnica

Claudio Teixeira Seelig
Felipe Severo Bittencourt
Gélisson Pelizzari
Gilberto Fonseca Raymundo
Guilherme Speroni Lentz
João Batista dos Santos
Márcia Silvana Estrach Cardoso
Luís Fernando Quevedo da Silva
Ivan Sousa Serra Junior

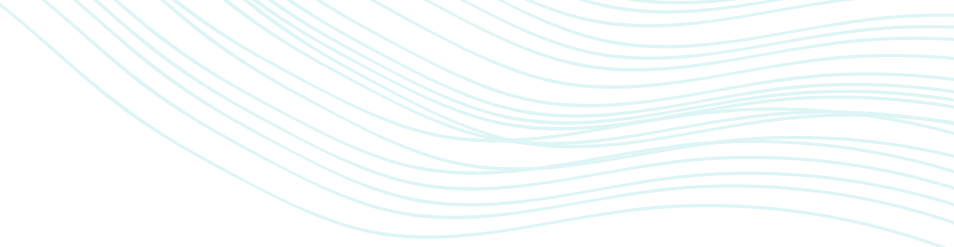


MENSAGEM DO SECRETÁRIO

A situação fiscal do Rio Grande do Sul passou por uma enorme transformação nos últimos dois anos, revelada nos números exaustivamente apresentados neste relatório. A execução de reformas estruturais profundas associada ao rígido controle de despesas e à elevação das receitas permitiu que o Estado evoluísse de um desequilíbrio fiscal dramático no início de 2019 para o ajuste fiscal ao fim de 2021. Em 2021, o Estado registrou, pela primeira vez desde 2009, superávit orçamentário (R\$ 2,5 bilhões), o déficit da previdência estadual caiu R\$ 3,0 bilhões em relação a 2019, os gastos de pessoal seguiram sob rígido controle e o endividamento líquido ficou abaixo do limite de 200% da Receita Corrente Líquida pela primeira vez desde o início da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado regularizou o pagamento da folha salarial em novembro de 2020, após mais de 4 anos de atraso, quitou o 13º salário em dia em 2021, o que não ocorria desde 2015, regularizou o pagamento de fornecedores, quitou seus passivos em Saúde com os Municípios, alguns acumulados desde 2014, reduziu a dívida do Caixa Único e o estoque de restos a pagar, e estabilizou o saldo de depósitos judiciais e precatórios. Também realizou a transição para o fim das alíquotas majoradas de ICMS em janeiro de 2022, sem gerar novos atrasos de pagamento e encaminhou a solução de contingências que se acumulavam há anos e cuja realização imporiam um elevado ônus ao Estado, repercutindo numa provável deterioração na prestação de serviços públicos essenciais à população.

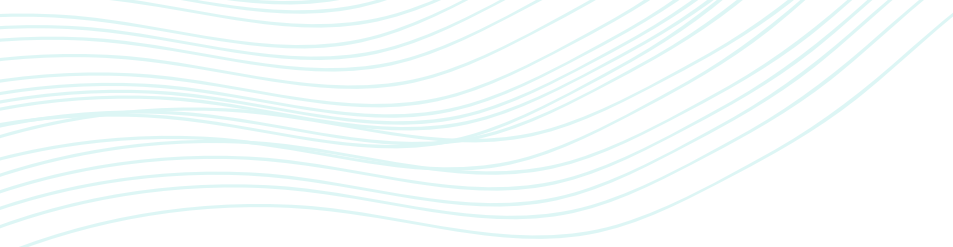
Ainda mais relevante são os resultados concretos que o saneamento das contas públicas propiciou à população gaúcha. Já em 2020, mesmo diante de uma grave crise econômica global, a atual administração conseguiu atender às demandas por recursos adicionais na Saúde para enfrentar uma das mais drásticas crises sanitárias. Em 2021, em mais um projeto pioneiro em âmbito nacional e com alta repercussão social, o Estado passou a devolver parte do ICMS à população de baixa renda, beneficiando cerca de 432 mil famílias. Outro destaque em 2021, a atual gestão está recuperando a capacidade de investimento público e atraindo investimentos privados, o que impulsiona o crescimento do RS e contribui para que o ajuste fiscal gaúcho seja sustentável a longo prazo, na medida em que os investimentos ampliam a capacidade produtiva e riqueza regional.



Essas conquistas foram atingidas apesar dos impactos de uma das maiores crises sanitárias e econômicas globais desencadeadas no início de 2020 e que se prolongam desde então. O início de 2021 foi caracterizado por muitas incertezas, associadas à redução dos estímulos do Governo Federal, incluindo os programas de recomposição de renda, e ao controle da pandemia, diante da distribuição irregular de vacinas e da disseminação de novas variantes. Não obstante, os meses de janeiro e fevereiro registraram crescimento relativamente forte, com aumento da produção industrial e da atividade nos setores de comércio e serviços. Com o agudo aumento no número de casos de Covid-19 no mês de março, novas medidas restritivas à mobilidade foram adotadas, mas, ainda assim, em nível inferior ao que era então esperado pelos especialistas. A recuperação econômica se manteve até o terceiro trimestre de 2021, à medida que os avanços na imunização da população viabilizaram o relaxamento de restrições e injetaram confiança para a retomada da convivência social. Essa conjuntura positiva, associada à alta dos preços no período, repercutiu positivamente sobre a arrecadação estadual, contribuindo para o processo de reequilíbrio das contas públicas.

À conjuntura favorável, associaram-se os efeitos das ações estruturais executadas pela atual administração desde 2019, em conjunto com as ações implementadas no último ano. Um dos destaques em 2021 foi a realização dos leilões de privatização de três empresas estatais, cujos projetos foram iniciados já no início de 2019: a distribuidora de energia (CEEE-D), a transmissora de energia (CEEE-T) e a distribuidora de gás (Sulgás). Na medida em que impulsionam investimentos e geram ganhos em termos de eficiência econômica, as privatizações funcionam como catalizadores de crescimento econômico e geração de renda no Rio Grande do Sul.

A crônica incapacidade financeira do Estado do Rio Grande do Sul de realizar aportes para que essas empresas realizassem os investimentos fundamentais para ampliar e melhorar a prestação de serviços foi um dos principais vetores para a privatização, associada ainda à expectativa de que as companhias se tornem mais eficientes e lucrativas gerando impactos positivos à sociedade gaúcha. Limitadas pela restrição fiscal do Estado, que inviabiliza a realização de aportes de capital, e pela dificuldade de contraírem financiamento devido à percepção generalizada do alto risco de crédito, as empresas estatais não conseguem explorar ao máximo o seu potencial de crescimento, o que tende a reduzir sua competitividade a médio

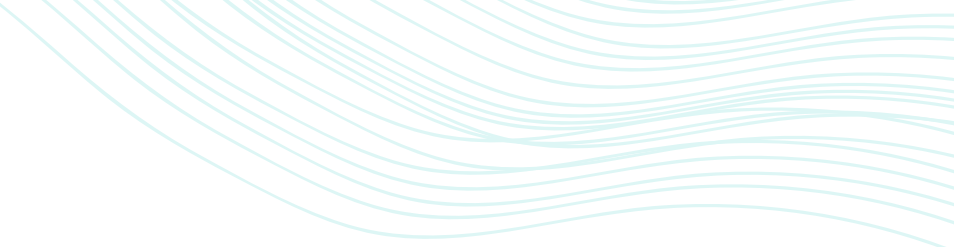


prazo. A alienação ao setor privado permite também racionalizar e desburocratizar a estrutura administrativa dessas empresas, aperfeiçoando sua gestão e reduzindo os custos indiretos, o que se traduz em vantagem competitiva. Conjugados a uma regulação adequada, essas vantagens podem se reverter em benefícios ao consumidor, na forma de tarifas mais baixas, e ao próprio governo, na medida em que o crescimento da empresa também proporcionará aumento de arrecadação. Viabiliza ainda que a administração pública realoque recursos escassos alocados na gestão dessas empresas para a gestão de política públicas (educação, saúde e segurança pública, por exemplo), contribuindo para aumentar a qualidade dos serviços prestados à população.

No caso específico da CEEE-D, a esses aspectos somavam-se as condições financeiras e operacionais dramáticas da companhia, que foram agravadas pela crise econômica desencadeada com a pandemia e colocavam em risco a própria preservação da concessão. Cabe ainda ressaltar que a privatização teve impacto imediato nas finanças estaduais, com a retomada do pagamento de ICMS, que estavam suspensos desde 2017, pelo novo controlador.

O ano também foi marcado pela resolução de contingências que ameaçavam o esforço de ajuste fiscal. Em 29 de dezembro, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O RRF representa uma oportunidade para que o RS consolide o reequilíbrio fiscal com o apoio da União e recupere a solvência com a regularização do pagamento do serviço da dívida com a União, após quatro anos de suspensão. Com a homologação, o Estado poderá retomar esses pagamentos gradualmente, de forma consistente com a recuperação da sua capacidade financeira a médio e longo prazo proporcionada pelas reformas estruturais. O pagamento integral de cada parcela do serviço da dívida está previsto somente em 2031.

Outros benefícios do RRF consistem na inclusão de financiamentos garantidos pela União (como os celebrados com o BNDES, BID e Banco Mundial) no mesmo cronograma de pagamento gradual em toda a vigência do RRF (a lista com os contratos foi enviada à União junto com o pedido de adesão) e no refinanciamento dos saldos não pagos acumulados desde julho de 2017, sob condições financeiras vantajosas. Esse novo contrato foi celebrado já em fevereiro de 2022: o montante acumulado por todo esse período sofreu incidência de encargos de adimplência, as condições de refinanciamento foram as mesmas da atual dívida com a União (cujo

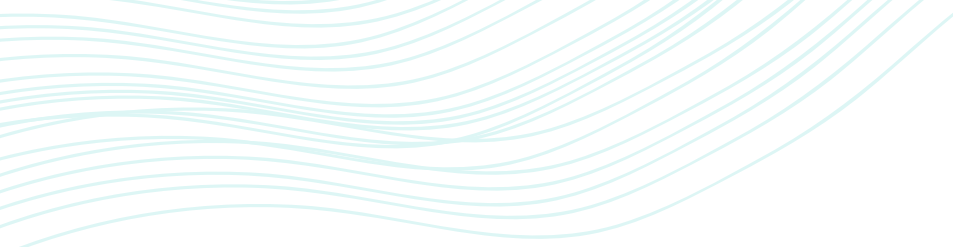


custo de IPCA + 4% é inferior ao próprio custo de IPCA + 5,8% pago pela União, além de assegurar que os encargos estarão limitados à taxa SELIC) e o prazo de pagamento é de trinta anos. O Estado poderá ainda contratar operações de crédito com garantia da União para, por exemplo, quitar passivos. As medidas fiscais exigidas como contrapartidas estão integralmente aderentes à agenda de reformas estruturais gaúchas.

O pedido foi deferido no último dia 27 de janeiro e, desde então, o Estado, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), iniciou formalmente a elaboração de um plano de recuperação fiscal, orientado para a retomada do equilíbrio fiscal, com metas de superávit primário e de redução do saldo de restos a pagar. O objetivo é construir o espaço fiscal necessário para retomar o pagamento de seus financiamentos, sem que novos passivos sejam gerados para honrar o serviço da dívida. Até a homologação do RRF, prevista para junho, o Estado estará sujeito a vendas similares às que esteve sujeito em 2020 e 2021 por conta das contrapartidas exigidas na LC 173/2020, incluindo restrições a aumento de despesa de pessoal e à criação de despesas de caráter continuado,

Outro marco importante concluído no fim de 2021 consistiu na regularização de um contingente de altíssimo risco perante União, no âmbito da Lei Complementar nº 156/2016. A LC nº 156/2016 permitiu aos Estados alongar em vinte anos (de 2028 para 2048) o prazo de quitação da dívida com a União e reduzir extraordinariamente a prestação mensal da dívida no período de julho de 2016 a junho de 2018. Como contrapartida, nos exercícios de 2018 e 2019, o RS se vinculou ao teto de gastos previsto na LC nº 156/2016. Encerrado o período de apuração, foi verificado que o RS e outros dez Estados tinham descumprido o limite de despesas, o que ensejaria a aplicação das penalidades pela União. No caso do RS, a aplicação resultaria na cobrança, em 12 meses, de uma restituição estimada pela União em R\$ 15,7 bilhões e no cancelamento do alongamento de 2028 para 2048 do vencimento da dívida com a União, o que elevaria a prestação regular anual do serviço da dívida de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 6,1 bilhões.

A Lei Complementar nº 178/2021 ofereceu alternativas às penalidades originalmente previstas, desde que um novo termo aditivo fosse celebrado com a União até 31 de dezembro de 2021. O RS conseguiu concluir todo o processo de negociação e de celebração dos aditivos no prazo, preservando o alongamento da dívida e impedindo a cobrança da penalidade bilionária. Como contrapartida, o Estado arcará

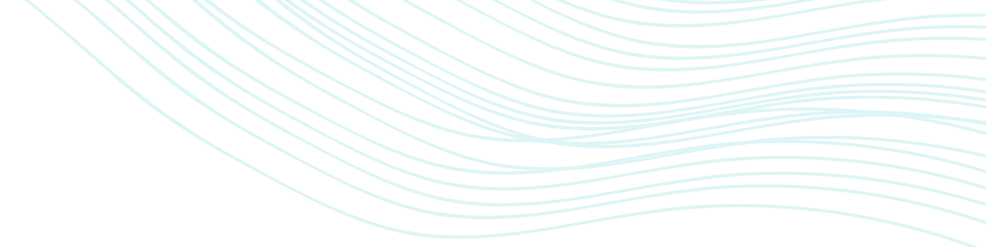


com uma penalidade pecuniária de R\$ 3,8 bilhões, montante incorporado ao saldo da dívida com a União, cujo pagamento será financiado ao longo dos 27 anos remanescentes do contrato.

O Estado também tem buscado construir soluções para cumprir a obrigação constitucional de quitar, até 2029, o passivo acumulado com precatórios, cujo saldo devedor apurado ao final de 2021 somou R\$ 15,2 bilhões, o menor dos últimos quatro anos. Num esforço conjunto da SEFAZ, PGE e Poder Judiciário, os débitos de precatórios têm sido quitados por meio dos repasses pecuniários mensais de 1,5% da RCL com recursos do Tesouro (R\$ 698 milhões) e de novas alternativas de pagamento, como os acordos diretos com credores na Câmara de Conciliação ou a compensação de precatórios com dívida ativa (R\$ 185 milhões em 2021). O resultado foi uma inédita redução líquida no estoque de precatórios em 2020 e uma redução de R\$ 116 milhões em 2021, apesar da alta de 10,06% do IPCA no ano. Embora pequeno percentualmente (-0,76%), o decréscimo sinaliza a continuidade da trajetória de redução iniciada em 2020, quando o saldo devedor apurado foi inferior ao apresentado ao final de 2019 em cerca de 2%. A redução do saldo devedor também está diretamente relacionada com a queda nas inscrições de novos precatórios, que caiu de R\$ 1,8 bilhões em 2018 para R\$ 369 milhões em 2021. Com a possibilidade de contrair novas operações de crédito para quitação de passivos no âmbito do RRF, o Estado está trabalhando numa estratégia para viabilizar a quitação do estoque até 2029, sem que seja necessário elevar desproporcionalmente o aporte do Tesouro Estadual.

Outra das principais frentes do processo de ajuste fiscal da atual administração, a reorganização do fluxo de caixa continua a gerar resultados expressivos. Criado em 1991, o chamado Caixa Único (SIAC) reúne atualmente 406 contas correntes, incluindo as dos Poderes e Órgãos Autônomos, demais órgãos de Estado, autarquias, empresas públicas, e aquelas destinadas a receber recursos de convênios e fundos do Poder Executivo. Nos últimos vinte anos, diferentes governos sacaram recursos depositados nessas contas para quitar despesas do Estado: em outras palavras, para financiar o déficit do Estado, realizaram saques no Caixa Único, acumulando uma dívida com o SIAC que, em dezembro de 2018, somava R\$ 8,3 bilhões, excluídos os depósitos judiciais.

Desde 2019, o Estado direcionou seus esforços para reequilibrar as contas públicas por meio de soluções estruturantes, evitando financiar o déficit por meio de soluções precárias que, se endereçam a liquidez de curto prazo, resultam no



acúmulo de passivos, deteriorando a situação fiscal estadual no médio e longo prazo. Embora sem recursos para quitar a dívida do Caixa Único, a administração estadual conseguiu reverter uma tendência crônica ao reduzi-la em quase R\$ 5,6 bilhões: a dívida do SIAC caiu para R\$ 6,5 bilhões em 2020 e R\$ 2,7 bilhões em 2021. O aprimoramento na gestão do fluxo de caixa foi um dos fatores que contribuiu para a regularização da folha salarial e dos pagamentos de fornecedores no final de 2020, bem como a quitação antecipada do parcelamento do 13º salário de 2020 e antecipação do pagamento do 13º de 2021.

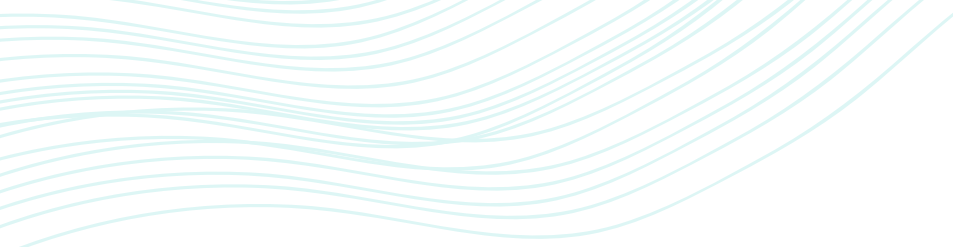
O passivo em aberto dos Depósitos Judiciais, sobre os quais o Estado não realiza saques desde 2018, soma atualmente R\$ 10,6 bilhões, dos quais cerca de R\$ 10,1 bilhões correspondem a depósitos de terceiros. Os recursos não sacados aproximam-se de 16% do estoque total de terceiros, muito acima do fundo de reserva de 5% previsto em lei estadual.

Também foram realizados avanços importantes em relação ao estoque de Restos a Pagar, que correspondem às despesas que, embora empenhadas em exercícios anteriores, não foram pagas pelo Estado, seja pelo prazo necessário para a conclusão dos trâmites de pagamento, seja pela falta de recursos em caixa para quitá-los. Em 2021, foram pagos R\$ 3,5 bilhões de Restos a Pagar, incluindo salários, investimentos e outras despesas.

Os Restos a Pagar Totais encerraram o ano em R\$ 19,3 bilhões. Esse saldo inclui as parcelas da dívida com a União, cujo pagamento esteve suspenso desde agosto de 2017, mas que continuaram a ser empenhadas e liquidadas, e montavam a R\$ 14,5 bilhões no fim de 2021, dos quais R\$ 3,4 bilhões pertencem à competência 2021. Os demais R\$ 4,7 bilhões incluem R\$ 3,4 bilhões de Restos a Pagar Não Processados (apenas empenhado) e R\$ 1,3 bilhão de Restos a Pagar Processados.

O engajamento do Estado com um ajuste fiscal estrutural, viabilizando a quitação de passivos sem que novas obrigações sejam acumuladas, fica claro quando expurgamos da análise os Restos a Pagar Não Processados, ou seja, aquelas despesas que ainda não estão aptas para pagamento, e os restos a pagar relativos às parcelas da dívida com a União, que serão cancelados em 2022, com a regularização da pendência judicial: resta apenas R\$ 1,3 bilhão, valor que corresponde a menos da metade do valor registrado (-57%) ao final de 2020 (R\$ 3,1 bilhões).

A grande redução dos Restos a Pagar Processados é explicada principalmente pela regularização do pagamento do 13º salário no exercício de 2021, enquanto o



de 2020 fora inscrito integralmente em restos a pagar e quitado parceladamente ao longo de 2021, o que ocorria desde 2015. Cabe ressaltar que RPs relativos a Outras Despesas Correntes e Investimentos não representam necessariamente atrasos de pagamentos, dado o ciclo orçamentário que deve ser cumprido, compreendendo as etapas de reserva e empenho, prestação do serviço, atestação, liquidação e, por fim, o efetivo pagamento.

Todas essas realizações ganham ainda mais relevância na atual conjuntura econômica, com a recente eclosão do conflito entre Rússia e Ucrânia deteriorando as perspectivas para 2022, em um cenário já marcado por novos lockouts na Ásia provocado por aumento de casos de Covid-19, aceleração da inflação de dois dígitos, elevação nas taxas de juros, interrupções na cadeia de suprimentos mundiais, aumento do ruído político no mercado doméstico, bem como pela incerteza quanto às projeções de arrecadação do ICMS à luz de decisões do STF (determinando o fim das alíquotas diferenciadas para energia e comunicações em 2024) e da recente aprovação no Congresso de lei com a fixação de alíquota única no ICMS de combustíveis em todos os Estados.

Essa conjuntura turbulenta reforça a necessidade de o Estado persistir no ajuste fiscal, atuando para assegurar os recursos financeiros necessários ao atendimento das demandas da sociedade gaúcha. A administração estadual continuará atenta aos desdobramentos da crise econômica, mantendo sob controle a evolução das despesas de pessoal e monitorando a evolução da arrecadação; e dando continuidade à agenda de soluções estruturantes, que incluem a realização de novas privatizações e a homologação do Regime de Recuperação Fiscal.

Cordialmente.

Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário de Estado da Fazenda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	17
1.1. Planejamento	18
1.1.1. Plano Plurianual (PPA)	18
1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	19
1.1.2.1 Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual.....	19
1.1.2.2 Anexo de Metas Fiscais	19
1.1.2.3 Anexo de Riscos Fiscais	22
1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)	23
1.2 Balanço Orçamentário	25
1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário	28
1.3 Resultado Primário	29
1.4 Receita Realizada	30
1.4.1 ICMS	32
1.4.2 IPVA	33
1.4.3 ITCD.....	35
1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado	36
1.4.5 Receita de Contribuições	37
1.4.6 Transferências Correntes	38
1.4.7 Operações de Crédito	39
1.4.8 Alienação de Bens	39
1.5 Despesa Realizada.....	40
1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais	43
1.5.2 Serviço da Dívida.....	44
1.5.3 Outras Despesas Correntes.....	45
1.5.4 Investimentos	47
1.5.5 Inversões Financeiras.....	48
1.6 Desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	49
1.6.1 Dação em pagamento do ICMS da CEEE-D com ações da CEEE-Par	49
1.6.2 Assunção da folha de pagamento de Ex-Autárquicos da CEEE com contrapartida em imóveis e moeda corrente	50
1.6.3 Desestatização da CEEE-T	51
1.7 Restos a Pagar	51
2.GESTÃO FISCAL	55
2.1. Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	56
2.1.1.Receita Corrente Líquida – RCL	56

2.1.2.Despesa com Pessoal.....	57
2.1.3.Dívida Consolidada Líquida – DCL.....	60
2.1.4.Operações de Crédito.....	63
2.1.4.1.Ingressos.....	63
2.1.4.2.Aplicação.....	63
2.2. Vinculações Constitucionais e Legais.....	64
2.2.1.Despesa com Educação.....	65
2.2.1.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	66
2.2.1.2.Limites Constitucionais da Educação.....	67
2.2.2.Despesa com Saúde.....	68
2.2.2.1.Limites Constitucionais da Saúde.....	69
2.2.3.Despesa com Ensino Superior.....	70
2.2.4.Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica.....	71
2.3. Despesa com Segurança.....	71
2.3.1.Despesa com Segurança Pública x RLIT.....	72
2.4. Resultado Previdenciário.....	73
2.4.1.Plano Financeiro.....	73
2.4.2.Fundo Previdenciário (Fundoprev).....	75
2.4.3.Regime de Previdência Complementar – RPC/RS.....	76
2.5. Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual.....	77
2.6. Regime de Recuperação Fiscal.....	77
3.GESTÃO PATRIMONIAL.....	79
3.1. Ativo.....	82
3.1.1.Caixa e Equivalente de Caixa.....	84
3.1.1.1.Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC).....	85
3.1.2.Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo.....	87
3.1.2.1.Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento.....	87
3.1.2.2.Clientes.....	87
3.1.2.3.Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	88
3.1.2.4.Dívida Ativa.....	89
3.1.2.4.1.Dívida Ativa da Administração Direta.....	89
3.1.2.4.2.Dívida Ativa da Administração Indireta.....	93
3.1.2.5.Devedores, Responsáveis por Pagamentos Irregulares, Sequestros Judiciais a Regularizar e Depósitos Judiciais.....	94
3.1.2.6.Depósitos Judiciais.....	94
3.1.2.7.Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Permanente.....	94
3.1.3.Estoques.....	96
3.1.4.Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo.....	97
3.1.5.Imobilizado Mantido para Venda.....	97
3.1.6.Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	97
3.1.7.Participações Acionárias.....	98

3.1.8.Fundos para Financiamento	101
3.1.9.Imobilizado e Intangível.....	101
3.2. Passivo	103
3.2.1.Passivos Financeiros.....	106
3.2.1.1.Restos a Pagar	107
3.2.1.2.Depósitos Judiciais.....	108
3.2.1.3.Passivos do SIAC	110
3.2.1.4. Demais Passivos Financeiros	110
3.2.2.Passivos Permanentes de Curto Prazo	112
3.2.3. Empréstimos e Financiamentos	113
3.2.4.Débitos Parcelados.....	114
3.2.5. Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais	115
3.2.5.1. Precatórios	115
3.2.5.2. Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais	118
3.2.6. Provisões	120
3.2.6.1. Provisão Atuarial do RPPS.....	121
3.2.6.2. Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis.....	124
3.2.6.3. Provisão de Repartição Tributária	129
3.2.6.4. Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE	130
3.2.6.5. Provisão de Pensões Integrais a Pagar	130
3.2.6.6. Provisão de Compensação Previdenciária	131
3.2.6.7. Provisão de Remuneração do SIAC.....	131
3.2.6.8. Outras Provisões	132
3.2.7. Resultado Diferido	134
3.2.8. Patrimônio Líquido	134
3.2.8.1. Resultado Patrimonial do Período	135
3.2.8.2. Ajustes de Exercícios Anteriores	136
3.2.8.3. Resultado de Exercícios Anteriores	137
3.3. Contas de Controle	138
3.3.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos	138
3.3.2. Passivos Contingentes.....	141
4.GESTÃO FINANCEIRA.....	149
4.1. Patrimônio Financeiro.....	152
4.2. Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial	153
4.2.1. Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas.....	155
4.2.2 Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados	155
4.3. Situação Líquida Financeira	159
4.3.1 Situação Líquida Financeira Real.....	159
4.3.2 Situação Líquida Financeira Ajustada.	160
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	161
DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL.....	172

INTRODUÇÃO

Apresenta-se o Balanço Geral do Estado, relativamente ao exercício financeiro de 2021, como peça fundamental a permitir o cumprimento dos preceitos constitucionais que atribuem ao Governador do Estado e à Assembleia Legislativa a prestação e o julgamento das contas estaduais, respectivamente. Tais preceitos, em sua essência e no que visam a possibilitar o controle externo sobre a atividade administrativa do Estado, remontam às primeiras Constituições do Brasil (1824) e do Estado do Rio Grande do Sul (1891). Constituem, pois, comandos basilares da organização do Estado brasileiro e, já sob o regime republicano, expressam um valor essencial de qualquer democracia, qual seja, a accountability (obrigação de prestar contas). Dada a sua ampla divulgação, revela-se também o Balanço Geral instrumento a propiciar o controle social, ensejando o pleno exercício da cidadania e contribuindo para a consolidação de uma democracia cada vez mais representativa e participativa.

Há 73 anos, a elaboração do Balanço Geral, tanto quanto a execução de todos os demais serviços de contabilidade da Administração Direta do Estado competem à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), originalmente intitulada Contadoria-Geral do Estado. A partir de 1970, este Órgão passou a gerir o sistema de contabilidade e auditoria do Estado, assumindo também as funções de orientação e auditoria contábil da Administração Indireta. Já a atual Constituição Estadual alçou a Cage à condição de Órgão central do sistema de controle interno previsto no art. 74 da Carta Federal, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes e demais Órgãos autônomos do Estado. Com isso, novas atividades foram inseridas no escopo de sua atuação, tais como a proposição e/ou implementação de mecanismos que assegurem a fidedignidade dos demonstrativos financeiros, preparados no âmbito de todos os órgãos e entidades estaduais.

Atualmente, a Cage está submetida ao regime jurídico especial estabelecido pela Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, que dispôs sobre as suas funções institucionais, organização e quadro de pessoal, este consistente com a carreira de Auditor do Estado. Em relação ao Balanço Geral, a referida Lei Orgânica repisa a competência original do Órgão, além de acrescentar a análise, a interpretação e a avaliação dos elementos que o integram.

Do Balanço Geral do Estado

Conforme definido pelo Decreto Estadual nº 50.063, de 8 de fevereiro de 2013 (art. 15), o Balanço Geral do Estado - ou a Prestação de Contas Governamental - compreende o conjunto ordenado das Demonstrações Contábeis das Entidades integrantes da Administração Pública Estadual, das demonstrações consolidadas do setor governamental, de demonstrativos extraídos do Sistema Finanças Públicas do Estado e de outras fontes, bem como do relatório de análise e interpretação dos resultados da gestão governamental. Tudo isso está contemplado na presente edição, que está estruturada nos seguintes volumes:

I - Análise e Interpretação dos Resultados: contém as demonstrações financeiras consolidadas do Setor Governamental do Estado (Administração direta, autárquica e fundacional), bem como a análise dos indicadores fiscais, dos índices constitucionais e legais, e do efeito das principais transações realizadas no período, relativos à gestão orçamentária, fiscal, patrimonial e financeira do referido Setor. Inclui a análise horizontal (entre exercícios financeiros) e vertical (entre órgãos/entidades e/ou componentes de um grupo de contas) da execução orçamentária, e de elementos do ativo, do passivo e das variações patrimoniais;

II - Demonstrativos da Administração Direta: compreende todas as peças previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, tais como os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa. Inclui também diversos demonstrativos acerca da execução orçamentária e dos recursos vinculados, o demonstrativo financeiro dos fundos especiais, além da prestação de contas dos recursos do Fundeb;

III - Demonstrativos da Despesa, por Órgão da Administração Direta: contempla demonstrativos que discriminam a despesa segundo a sua classificação funcional-programática (funções, subfunções, programas, subprogramas, projetos e atividades) e econômica (categoria, grupo, modalidade, elemento e rubrica);

IV - Demonstrativos da Administração Indireta - Autarquias e Fundações: compreende todas as peças previstas na Lei Federal nº 4.320/64 e na NBC TSP 11, notas explicativas, além de demonstrativos da execução orçamentária e dos recursos vinculados; e

V - Demonstrativos da Administração Indireta - Estatais: contempla as demonstrações financeiras previstas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tais como o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa, e, se companhia aberta, a demonstração do valor adicionado. São acompanhadas de notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos conselhos fiscal e de administração, e, conforme o caso, do relatório do comitê de auditoria e dos auditores independentes.

Das Ações e Procedimentos Contábeis

Cabe destacar que a Cage vem atuando intensamente no sentido de que a escrituração contábil, tanto quanto a elaboração dos demonstrativos supra referidos seja realizada de acordo com os procedimentos previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade - de caráter geral (NBC TG) e aplicadas ao setor público (NBC TSP) -, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Com esse propósito, novas práticas foram adotadas a partir desse exercício, em especial para o registro dos seguintes fatos:

- a. estoques; e
- b. recursos de convênios, quando o ingresso da receita esteja condicionado à execução do objeto conveniado.

Além disso, com vistas a disseminar o conhecimento e consolidar a adoção das práticas já disciplinadas pela Cage, no âmbito do Setor Governamental, em atenção ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP (Portaria STN nº 548/2015) e ao Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (Portaria STN nº 375/2020), foram realizadas, entre outras, as seguintes ações:

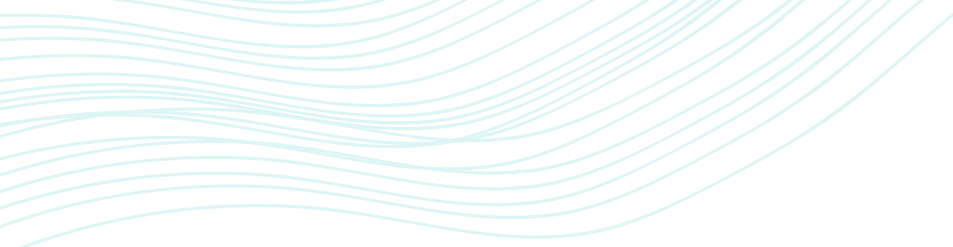
- a. edição de instrução normativa dispondo sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura;
- b. elaboração e disponibilização de guia de lançamentos contábeis para registro de convênios com recebimento condicionado à execução do objeto;
- c. envio de solicitação a todos os órgãos e entidades para que procedessem ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação das obrigações pendentes de execução orçamentária, das provisões e dos passivos contingentes;

- d. revisão detalhada dos critérios de elaboração dos demonstrativos que integram o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com base na 11ª edição do MDF, editado pela STN;
- e. realização de 4 (quatro) encontros com contadores e gestores, abordando assuntos como apuração da despesa com pessoal para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ementários da receita e da despesa, conciliação bancária e encerramento do exercício;
- f. elaboração de Comunicado Orientativo Circular com o objetivo de orientar as Autarquias e Fundações quanto a elaboração de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis;
- g. disponibilização de seis manuais e videoaulas sobre procedimentos para elaboração dos demonstrativos fiscais previstos na LRF;
- h. coordenação do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pela Portaria SEFAZ nº 45, de 10 de abril de 2019; e
- i. participação no Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade (GA/CFC), na Câmara Técnica das Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF/STN), e no Grupo de Gestores das Finanças Públicas Estaduais (Gefin).

Demais Realizações da Cage

A Cage, ao revisar o seu mapa estratégico para o quadriênio 2019-2022, adotou o seguinte propósito: “Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha”. E a seguinte missão: “Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social”.

Com base no referido mapa, o Órgão executou o seu planejamento estratégico para 2021, alcançando expressivos resultados no desempenho de todas as suas macrofunções: de contabilidade, controladoria, auditoria, orientação, combate à corrupção, integridade e de transparência. Tais resultados, com o detalhamento dos serviços, produtos e projetos desenvolvidos, constarão do seu Relatório de Atividades, anualmente publicado no sítio da Secretaria da Fazenda. Desde já, importa mencionar que a Cage concluiu relevantes etapas e entregas relativamente aos seguintes projetos prioritários:

- 
- a. implementação da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;
 - b. MINA (Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria), que consiste em uma solução que emprega inteligência artificial para controlar de modo sistemático um determinado conjunto de transações; e
 - c. disponibilização do novo Portal da Transparência Unificado, com a incorporação de novos conteúdos e qualificação de seus atributos de responsividade, acessibilidade e navegabilidade.

O conjunto dessas realizações certamente constitui motivo de orgulho aos servidores que compõem a força de trabalho da Cage. Assegurar que a gestão dos recursos estaduais se faça em estrita observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da transparência, além de outros referidos na nossa Constituição, constitui um mister por demais desafiador. E assume ainda maior relevância no contexto de um Ente que almeja alcançar uma condição de sustentabilidade fiscal.

Diante disso, a Cage continuará empenhada na busca de soluções ainda mais efetivas para o fortalecimento do sistema do controle interno do Estado, contando, para isso, com a competência, o comprometimento, o desvelo e a criatividade do seu corpo técnico.

Porto Alegre, em 21 de março de 2022.

Rogério da Silva Meira,
Contador e Auditor-Geral do Estado

The background features a large circle filled with fine, wavy horizontal lines. Overlaid on the right side of this circle is a dark teal pie chart with three segments of varying sizes.

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. PLANEJAMENTO

O planejamento estatal é formalizado, com base em dispositivo constitucional, por meio de três leis ordinárias de iniciativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As atribuições definidas pela Constituição Federal para cada um desses instrumentos de planejamento, bem como o conteúdo das leis que vigem no Estado do Rio Grande do Sul, serão objeto de análise nos itens a seguir.

1.1.1. Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estatal com maior alcance temporal, pois estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. A lei que formaliza o PPA é editada no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo com vigência a partir do segundo, gerando efeitos até o primeiro ano do mandato seguinte.

Além disso, segundo o § 8º do art. 149 da Constituição Estadual, os demais instrumentos de planejamento estatal (LDO e LOA) devem estar compatibilizados com o PPA, o que ressalta a importância desse instrumento para atingir os fins pretendidos pelo Estado.

A Lei Estadual nº 15.326, de 1º de outubro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, define as diretrizes estratégicas para o período, bem como os programas a serem perseguidos pela Administração Pública.

Constituem os eixos estratégicos da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, orientadores do planejamento plurianual para o período 2020-2023:

- I. Estado Sustentável;
- II. Governança e Gestão;
- III. Desenvolvimento Empreendedor; e
- IV. Sociedade com Qualidade de Vida.

Em termos quantitativos, o PPA projetou uma despesa total de R\$ 273,33 bilhões para os quatro anos a que se refere. A execução da despesa nesse segundo ano atingiu o valor de R\$ 70,97 bilhões, o que representa 25,96% do total previsto para o quadriênio. Na soma dos dois primeiros anos, foi executada 49,58% da despesa projetada. Ressalta-se que, segundo o § 1º do art. 6º da Lei nº 15.326/2019 (PPA), os valores financeiros apresentados são meramente referenciais, não constituindo limites a serem observados na programação das despesas expressas nas leis orçamentárias.

1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento orientador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece metas e prioridades da Administração Pública, de acordo com os objetivos estratégicos definidos no PPA.

A Lei Estadual nº 15.488, de 17 de julho de 2020, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA referente ao exercício econômico-financeiro de 2021 e compreende os seguintes anexos:

- I. Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual.
- II. Anexo de Metas Fiscais, compreendendo os seguintes demonstrativos:
 1. Metas Anuais;
 2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
 3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
 4. Evolução do Patrimônio;
 5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 6. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul;
 7. Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita; e
 8. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- III. Anexo de Riscos Fiscais.

1.1.2.1 Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual

Neste anexo são listadas as metas e prioridades de cada um dos poderes e órgãos autônomos da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021.

1.1.2.2 Anexo de Metas Fiscais

A meta de resultado primário originalmente definida no Anexo II da LDO foi posteriormente alterada por meio da Lei Estadual nº 15.596, de 24 de fevereiro de 2021, que estabeleceu um superávit de R\$ 190,3 milhões, resultado de receitas e despesas primárias (excluídas as operações intraorçamentárias¹) que somam R\$ 44,36 bilhões e R\$ 44,17 bilhões, respectivamente, consideradas conforme o regime orçamentário

¹ As operações intraorçamentárias se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao Regime de Repartição Simples (RPPS) e à contribuição patronal ao RPPS-Fundoprev, bem como à complementação financeira ao RPPS. Tais operações não representam, de fato, ingressos de recursos, mas, sim, transações entre órgãos e entidades do Estado.

misto previsto no artigo 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e utilizado até a 7ª edição do *Manual de Demonstrativos Fiscais* (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para cálculo oficial do resultado primário.

A partir da 8ª edição do MDF, houve alterações metodológicas significativas na apuração do resultado primário, passando a considerar como despesas primárias as “*despesas orçamentárias, apuradas pelo regime de caixa, que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada*”. Isso implica que, na verificação do resultado primário, as despesas primárias deverão ser apuradas pelo valor das despesas totais pagas no exercício, provenientes tanto do orçamento anual aprovado quanto de restos a pagar relativos a exercícios anteriores. Já as receitas primárias continuam a ser apuradas pelo regime de caixa. Um superávit de R\$ 452,1 milhões foi a meta de resultado primário estabelecida com base nessa nova metodologia.

Em ambas as metodologias, a apuração do resultado primário desconsidera receitas e despesas financeiras, ou seja, aquelas relacionadas ao financiamento do Estado, tais como a contratação de operações de crédito (receita) e o pagamento do serviço da dívida (despesa).

Além da meta oficial, calculada de acordo com as edições mais recentes do MDF, a LDO continua apresentando a meta calculada pela metodologia antiga. Isso ocorre, devido aos diversos dispositivos legais que estabelecem a necessidade de acompanhamento da execução orçamentária para que as condições necessárias ao atingimento das referidas metas possam ser criadas, o que reforça sobremaneira a sua importância. São eles:

- Artigo 5º, inciso I, da LRF: dispõe que a LOA deve conter anexo que demonstre a compatibilidade da programação orçamentária com as metas definidas na LDO;
- Artigo 9º, *caput*, da LRF: determina que, se for verificado ao final de um bimestre que a realização da receita pode comprometer a meta de resultado primário estabelecida na LDO, os Poderes devem promover, por ato próprio, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios definidos na própria LDO;
- Artigo 9º, § 3º, da LRF: autoriza o Poder Executivo a limitar os valores financeiros transferidos aos Poderes, no caso de não efetuarem a limitação de empenho referida no item anterior (esse dispositivo foi declarado

inconstitucional em decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238-5);

- Artigo 33 da Lei nº 15.488/2020 (LDO): atribui ao Poder Executivo a incumbência de apurar o montante necessário de limitação de empenho e de movimentação financeira, bem como de informá-lo aos Poderes;
- Artigo 33, parágrafo único, da Lei nº 15.488/2020 (LDO): estabelece que o montante de uma eventual limitação de empenho a ser procedida pelos Poderes será proporcional à participação de cada um no total da despesa primária orçada inicialmente.

Bimestralmente, o Relatório de Execução Orçamentária é publicado apresentando a reestimativa da receita primária e informando a despesa a ser contingenciada, por Poder, para que a meta de resultado primário definida na LDO possa ser atingida. A reestimativa da receita considera aquela que foi arrecadada até o correspondente bimestre e estima a que se realizará até o final do exercício. Assim, a cada relatório publicado, a precisão da reestimativa aumenta.

No exercício de 2021, a comparação, por Poder, entre a despesa realizada e os limites máximos que seriam necessários para o atingimento da meta de resultado primário prevista na LDO é demonstrada na tabela seguinte, utilizando-se para tanto a metodologia antiga (regime orçamentário misto), critério mais apropriado para esse fim.

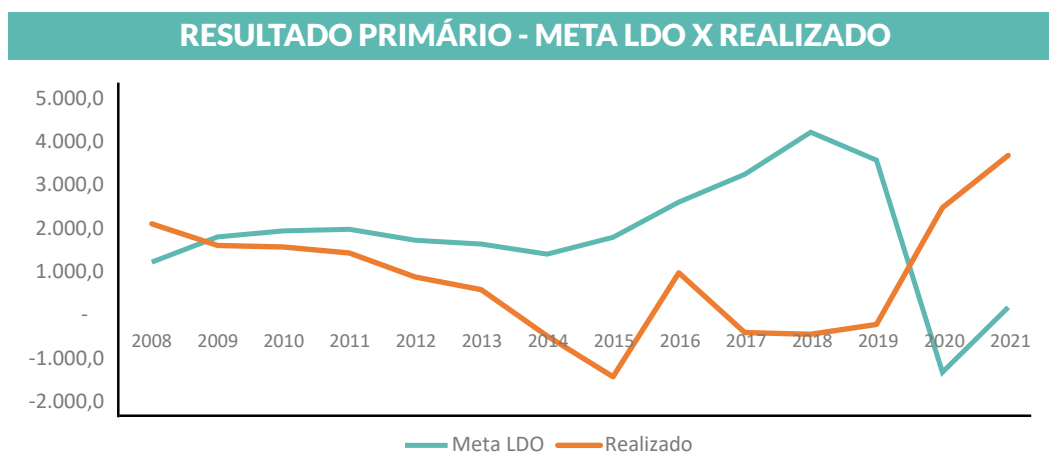
Em milhões de R\$

Poderes / Órgãos	Dotação Inicial	% Distribuição	Limite da Despesa Primária	Despesa Primária Executada	Economia de Despesa Primária	% Economia
<i>Poder Executivo</i>	47.354,7	87,64%	47.111,7	43.705,0	3.406,7	7,23%
<i>Poder Judiciário</i>	3.871,6	7,16%	3.851,7	3.818,6	33,1	0,86%
<i>Assembleia Legislativa</i>	678,2	1,26%	674,7	636,4	38,3	5,68%
<i>Tribunal de Contas</i>	598,2	1,11%	595,1	593,1	2,0	0,34%
<i>Ministério Público</i>	1.109,7	2,05%	1.104,0	1.089,4	14,6	1,32%
<i>Defensoria Pública</i>	423,4	0,78%	421,2	402,1	19,2	4,55%
Total Exceto Intraorçamentárias	54.035,8	100,00%	53.758,4	50.244,6	3.513,8	

O limite de despesa primária demonstrado (R\$ 53,76 bilhões) é calculado considerando a receita primária arrecadada até o final do exercício (excluídas as intraorçamentárias e os valores transferidos aos Municípios) subtraída da meta de resultado

primário da LDO. Assim, considerando a receita primária realizada no exercício, para que a meta definida na LDO seja atingida, o referido limite de despesas precisa ser respeitado.

O gráfico a seguir demonstra que, pelo segundo ano consecutivo, após uma sequência de mais de dez anos abaixo da meta, o resultado primário realizado ficou acima da meta estabelecida na LDO, já que as despesas primárias realizadas totalizaram um montante R\$ 3,51 bilhões menor do que o respectivo limite.



A importância desta análise decorre do fato de que superávits primários podem ser direcionados ao pagamento dos serviços da dívida, contribuindo, assim, com a redução do estoque total da dívida líquida. Assim, caso a receita primária seja frustrada ao longo de um exercício financeiro, é necessária a limitação das despesas primárias inicialmente fixadas no orçamento, dentro dos parâmetros definidos em lei e com a participação proporcional de cada Poder, para que o Estado, ao longo do tempo, consiga manter sua dívida sob controle e possa assim viabilizar os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

1.1.2.3 Anexo de Riscos Fiscais

No Anexo de Riscos Fiscais, é apresentado o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são identificados os eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do Estado, com indicação da estimativa de impacto e descrição das providências que devem ser tomadas em caso de concretização dos riscos.

Entre os riscos listados, destacam-se os relacionados às demandas judiciais em que o Estado figura como polo passivo, principalmente a que trata do piso nacional do magistério, cujo impacto estimado montava a R\$ 33,3 bilhões. A principal providência relacionada a esse risco destacada na LDO foi a alteração do Plano de Carreira do Magistério, mediante a Lei nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020, para implementar a remuneração por meio de subsídio.

Destaque também para o risco relacionado à Dívida Pública com a União, cujos pagamentos encontravam-se suspensos por força de liminar, obtida em 2017 junto ao Supremo Tribunal Federal. A principal providência para mitigar esse risco são as negociações com o Governo Federal para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Destaca-se como evento subsequente, o refinanciamento dessa dívida e cancelamento dos restos a pagar, já em 2022, como descrito no item 1.7.

Além disso, a atuação junto ao Congresso Nacional para aprovação de alterações na legislação é citada na LDO como providência para tratar dos seguintes riscos: penalização pelo descumprimento da limitação das despesas primárias correntes prevista na Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e necessidade de desembolsos adicionais para quitação do saldo de precatórios até 2024, prazo estipulado pela Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Sobre a penalização pelo descumprimento do teto, houve renegociação em 2021, como descrito no item 2.1.3 e sobre a necessidade de quitação do saldo de precatórios, o prazo foi postergado para 31 de dezembro de 2029, por força da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de planejamento de curto prazo que estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. A Lei Estadual nº 15.562, de 23 de dezembro de 2020, apresentou, para o ano de 2021, um orçamento deficitário de R\$ 8,09 bilhões, resultado de receitas e despesas que totalizaram R\$ 58,82 bilhões e R\$ 66,92 bilhões, respectivamente. Os referidos totais de receitas e despesas compreendem dupla contagem referente às operações intraorçamentárias, realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento estadual, que totalizaram R\$ 15,96 bilhões.

O Orçamento Geral do Estado compreende a Administração Direta, que inclui os Poderes do Estado, seus Órgãos (Secretarias) e Fundos, e a Administração Indireta, que compreende as Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A despesa inicialmente fixada para o ano de 2021 sofreu, ao longo do exercício, acréscimos e reduções mediante créditos adicionais. Essas movimentações, por grupo de despesa, são demonstradas a seguir:

Em milhões de R\$					
Despesa Orçamentária	Dotação Inicial (a)	Acréscimos (b)	Reduções (c)	Dotação Atualizada (d=a+b-c)	Variações (e=d-a)
Despesas Correntes	62.018,8	12.924,6	7.731,5	67.211,9	5.193,0
Pessoal e Encargos Sociais	47.765,6	8.229,0	6.135,2	49.859,4	2.093,8
Juros e Encargos da Dívida	2.522,7	-	86,0	2.436,7	(86,0)
Outras Despesas Correntes	11.730,5	4.695,6	1.510,3	14.915,8	3.185,3
Despesas de Capital	3.174,5	6.951,2	1.624,2	8.501,5	5.327,0
Investimentos	1.087,5	3.052,7	1.137,6	3.002,6	1.915,1
Inversões Financeiras	65,5	3.472,0	22,7	3.514,8	3.449,3
Amortização da Dívida	2.021,5	426,5	463,9	1.984,1	(37,4)
Reserva Orçamentária	1.722,4	10,7	1.352,5	380,6	(1.341,8)
Despesa Total	66.915,7	19.886,5	10.708,3	76.093,9	9.178,2

A origem de recursos indicada na abertura dos referidos créditos adicionais é resumida conforme a tabela a seguir:

Em milhões de R\$	
Com Impacto no Total do Orçamento	9.178,2
Maior Arrecadação	7.826,9
Convênios	81,7
Maior Arrecadação (Autarquias e Fundações)	0,0
Operações de Crédito	2,6
Passivo Potencial	1.267,0
Sem Impacto no Total do Orçamento	10.708,3
Redução de Dotações	10.708,3
Total de Créditos Adicionais Abertos	19.886,5

Na análise conjunta das duas tabelas, pode-se verificar que, quando a origem de recursos utilizada na abertura de um crédito adicional decorre da redução de outras dotações, não há alteração no total do orçamento. Já da utilização de outras fontes, conforme demonstrado acima, decorrem variações quantitativas no total das dotações.

1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário consolidado do Estado.

Em milhões de R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	58.393,2	58.393,2	70.558,1	12.164,9
Receita Tributária	28.061,2	28.061,2	36.462,3	8.401,1
Receita de Contribuições	10.601,6	10.601,6	10.888,9	287,3
Receita Patrimonial	677,6	677,6	915,6	238,0
Receita Agropecuária	34,8	34,8	1,8	(33,0)
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	(0,0)
Receita de Serviços	480,3	480,3	533,9	53,6
Transferências Correntes	8.124,5	8.124,5	10.348,6	2.224,0
Outras Receitas Correntes	10.413,2	10.413,2	11.407,0	993,8
Receitas de Capital (II)	429,7	429,7	2.958,2	2.528,4
Operações de Crédito	28,9	28,9	41,8	13,0
Alienação de Bens	11,2	11,2	2.747,9	2.736,7
Amortização de Empréstimos	56,0	56,0	7,4	(48,5)
Transferências de Capital	333,6	333,6	160,8	(172,9)
Outras Receitas de Capital	-	-	0,2	0,2
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	58.822,9	58.822,9	73.516,3	14.693,3
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	58.822,9	58.822,9	73.516,3	14.693,3
Déficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	58.822,9	58.822,9	73.516,3	14.693,3

Em milhões de R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesa Corrente (IX)	62.018,8	67.211,9	63.491,5	61.848,5	58.535,2	3.720,3
Pessoal e Encargos Sociais	47.765,6	49.859,4	47.436,9	46.565,9	46.358,5	2.422,5
Juros e Encargos da Dívida	2.522,7	2.436,7	2.415,6	2.415,6	161,8	21,1
Outras Despesas Correntes	11.730,5	14.915,8	13.639,1	12.867,0	12.015,0	1.276,7
Despesa Capital (X)	3.174,5	8.501,5	7.478,4	6.320,7	4.964,3	1.023,0
Investimentos	1.087,5	3.002,6	2.300,6	1.149,2	965,1	701,9
Inversões Financeiras	65,5	3.514,8	3.211,9	3.205,6	3.200,7	302,9
Amortização da Dívida	2.021,5	1.984,1	1.965,9	1.965,9	798,4	18,2
Reserva de Contingência (XI)	1.338,5	0,1	-	-	-	0,1
Reserva do RPPS (XII)	383,9	380,5	-	-	-	380,5
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	66.915,7	76.093,9	70.970,0	68.169,2	63.499,5	5.123,9
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	66.915,7	76.093,9	70.970,0	68.169,2	63.499,5	5.123,9
Superávit (XVI)	-	-	2.546,3	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	66.915,7	76.093,9	73.516,3	68.169,2	63.499,5	-

Conforme demonstrado no item 1.1.3 (LOA) e no Balanço Orçamentário, foram previstas para o exercício financeiro de 2021 receitas de R\$ 58,82 bilhões. Ao final do exercício, entretanto, foram arrecadados R\$ 73,52 bilhões, totalizando um montante R\$ 14,69 bilhões superior ao projetado. Ressalta-se que tanto os valores orçados quanto aqueles que foram efetivamente arrecadados já estão deduzidos dos valores enviados ao Fundeb e das transferências constitucionais aos Municípios.

Dentre as receitas que excederam suas projeções, destacam-se as Receitas Tributárias com um montante R\$ 8,40 bilhões acima do orçamento inicial. Os expressivos valores arrecadados nesse item decorrem diretamente da recuperação da atividade econômica em 2021, da aceleração inflacionária e da operação de dação em pagamento do ICMS da CEEE-D com ações da CEEE-Par, conforme explicado no item 1.6.1.

Também merecem destaque os montantes arrecadados a título de Alienação de Bens e Transferências Correntes, com R\$ 2,74 bilhões e R\$ 2,22 bilhões, respectivamente, acima dos valores orçados. O incremento nas receitas de Alienação de Bens decorre da privatização da CEEE-T, conforme item 1.6.3. Já o desempenho positivo verificado nas Transferências Correntes advém da arrecadação da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e de transferências de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para atenção especializada, além das transferências recebidas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Por outro lado, ressalta-se a insuficiência de arrecadação verificada nas Transferências de Capital, na Amortização de Empréstimos e na Receita Agropecuária, que ficaram, respectivamente, R\$ 172,9 milhões, R\$ 48,5 milhões e R\$ 33,0 milhões abaixo de suas projeções. As Transferências de Capital foram impactadas pela redução dos repasses de convênios com a União e a Amortização de Empréstimos, pelas operações do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS) referentes à capitalização do Badesul Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS. Já a Receita Agropecuária foi menor devido à frustração de receitas referentes à produção de lenha.

Na análise da execução da despesa, verifica-se que os valores executados no exercício ficaram abaixo de suas projeções em todos os grupos de despesa, totalizando R\$ 5,12 bilhões abaixo da dotação atualizada. Nesse sentido, as principais variações ocorreram nos grupos de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes que apresentaram economia de despesa na ordem de R\$ 2,42 bilhões e R\$ 1,28 bilhão, respectivamente.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficaram abaixo dos montantes orçados em decorrência, principalmente, da redução dos valores executados em elementos que compreendem a remuneração de pessoal ativo, sentenças judiciais e obrigações patronais. Essas últimas tiveram execução abaixo de suas respectivas projeções, devido ao aumento nas contribuições previdenciárias dos servidores inativos – efeito da reforma da previdência do Estado, com impacto positivo direto nos valores transferidos orçamentariamente ao IPE-Prev para a cobertura do déficit previdenciário do Plano Financeiro.

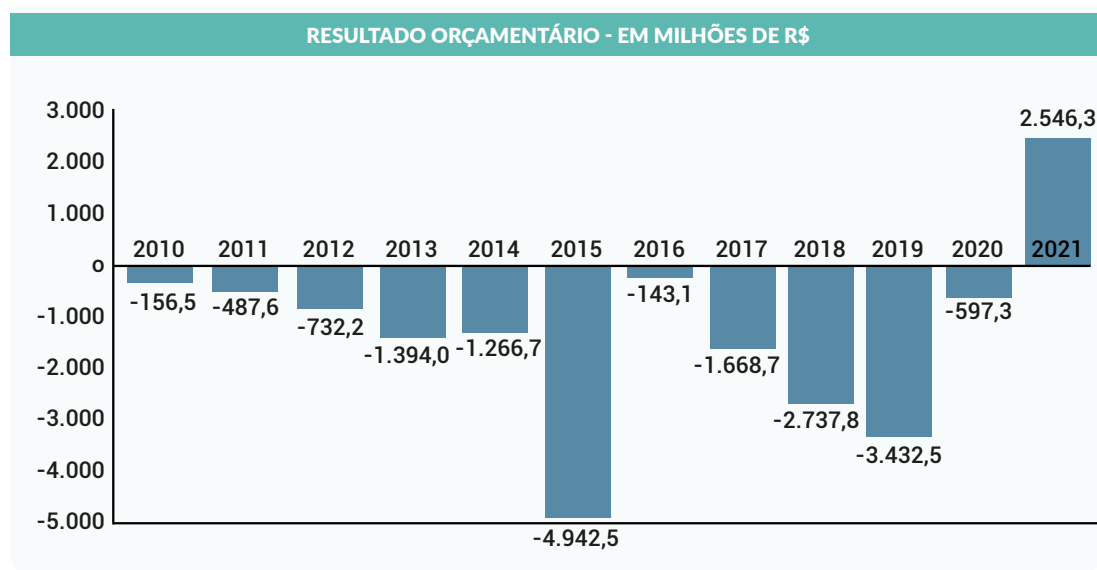
Em Outras Despesas Correntes, a economia de despesas ocorreu principalmente no elemento 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, que representa as despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas

jurídicas para órgãos públicos. Além desse elemento, destaca-se também a execução em nível inferior ao orçado nos elementos 41 – Contribuições, 30 – Material de Consumo, 31 – Premiações Culturais e Outras, 37 – Locação de Mão de Obra e 40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ.

1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário

A série histórica do resultado orçamentário demonstra uma reversão da tendência de deterioração das contas do Estado. Até recentemente, os déficits crescentes vinham sendo supridos pelos ingressos decorrentes da utilização dos depósitos judiciais de terceiros (em que o Estado não é parte). Em 2016, houve uma evolução positiva nesse indicador, devido a fatos extraordinários, tais como a cessão onerosa dos direitos de operacionalização da folha de pagamento, que gerou um ingresso de R\$ 1,25 bilhão. Nos últimos anos, a suspensão dos pagamentos da dívida com a União tem sido o principal fator que possibilita ao Estado o gerenciamento de suas contas, sob a ótica de caixa.

Em 2021, o Resultado Orçamentário do Estado apresentou sensível melhora, totalizando um superávit de R\$ 2,55 bilhões. Dentre as principais razões para tanto, destacam-se a privatização da CEEE-T e o incremento na receita de ICMS em decorrência da recuperação da atividade econômica e da inflação, além do rígido controle das despesas executadas no período, especialmente em Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.



1.3 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Superávits primários são importantes, uma vez que representam a suficiência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida (despesas com juros/encargos e amortizações) e, dessa forma, contribuem para a redução do estoque da dívida líquida. Até a alteração da metodologia de cálculo, o resultado primário podia ser obtido a partir do resultado orçamentário, excluindo-se as receitas e despesas financeiras, além do resultado intraorçamentário. A partir da 8ª edição do MDF, o cálculo passou a considerar as despesas pagas no período, incluindo o pagamento de restos de exercícios anteriores (regime de caixa). Assim sendo, para conciliar o resultado primário com o orçamentário, é necessário considerar também as variações no estoque de restos a pagar. Além disso, por conta da nova metodologia, discrepâncias entre receitas e despesas intraorçamentárias também devem ser expurgadas. A seguir, são demonstrados os montantes previstos para o exercício de 2021 de receitas e despesas primárias, em comparação às respectivas execuções, além da conciliação com o resultado orçamentário. Os valores orçados contemplam a previsão inicial da receita e a dotação inicial das despesas previstas na LOA, não coincidindo com a meta estabelecida na LDO.

Em milhões de R\$				
Resultado Primário e Orçamentário	Orçado	Realizado	Var. Absoluta	% Realizado
Receita Primária	42.567,7	54.026,4	11.458,7	126,92%
(-) Despesa Primária	46.398,0	49.368,5	2.970,5	106,40%
(=) Resultado Primário	(3.830,3)	4.657,9	8.488,2	
(+) Receita Financeira	297,7	2.846,9	2.549,1	956,25%
(-) Despesa Financeira	4.560,1	974,9	(3.585,3)	21,38%
(-) Variação do saldo de RP (Exceto Intra)		4.295,2		
(+) Resultado Intraorçamentário		311,7		
Resultado Orçamentário	(8.092,8)	2.546,3	10.639,1	

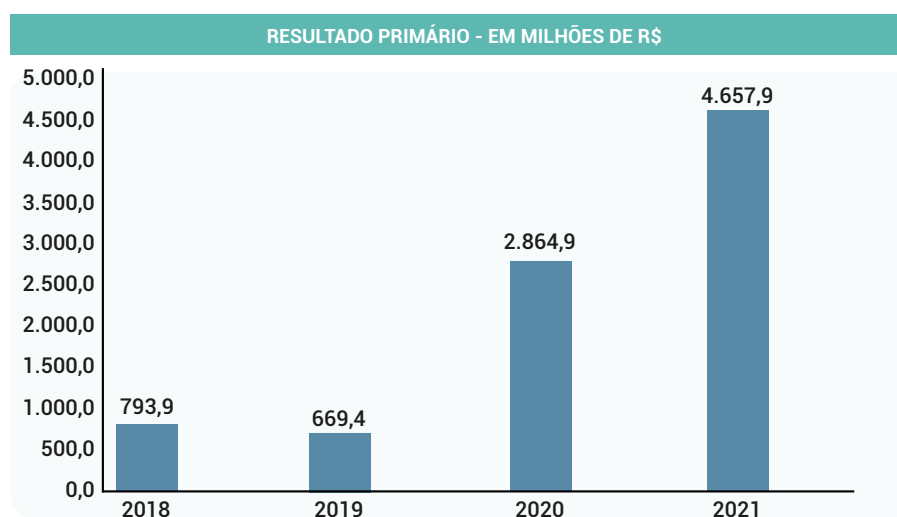
Observa-se que o total da receita primária arrecadada excedeu o respectivo orçamento em R\$ 11,46 bilhões, o que representa um montante 26,92% acima do previsto. A despesa primária realizada ficou R\$ 2,97 bilhões (6,40%) acima da dotação inicial. Essas variações contribuíram positivamente para um resultado primário de R\$ 4,66 bilhões, ou seja, R\$ 8,49 bilhões acima do previsto no orçamento inicial.

Dentre as principais causas para o desempenho positivo da receita primária, destacam-se aquelas já identificadas no item 1.2 (Balanço Orçamentário), em especial o crescimento na arrecadação do ICMS, impulsionado pela retomada econômica e pelos efeitos da inflação no período.

As despesas primárias mais relevantes são as Despesas com Pessoal e Encargos, cujo valor executado (empenhado) em 2021 alcançou o montante de R\$ 31,12 bilhões, aproximadamente R\$ 707,2 milhões abaixo do valor da dotação inicial para essas despesas que era de R\$ 31,83 bilhões. Quando essas despesas são comparadas ao orçamento atualizado, que inclui os créditos adicionais aprovados durante o exercício, houve uma economia de despesas da ordem de R\$ 1,14 bilhão.

Conforme o Balanço Orçamentário apresentado anteriormente, houve previsão inicial de R\$ 1,34 bilhão em Reserva de Contingência. Quase a totalidade desse montante foi utilizada ao longo do exercício para a abertura de créditos adicionais, ainda que grande parte não tenha sido aplicada.

O gráfico a seguir demonstra o atingimento, em 2021, do maior superávit primário desde a adoção da nova metodologia de cálculo, o que sugere uma retomada do equilíbrio das contas estaduais.



1.4 RECEITA REALIZADA

A seguir, passa-se à análise da arrecadação da receita orçamentária no exercício de 2021, comparativamente ao exercício de 2020. Nesse ponto não serão confrontados

valores orçados e realizados, pois essa comparação já foi efetuada no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Assim, serão avaliadas as variações nos montantes efetivamente arrecadados de um ano para o outro, tanto em termos nominais quanto reais, ou seja, atualizados mensalmente pela variação do IPCA, que apresentou variação acumulada de 10,06% no exercício de 2021 (4,52% em 2020). Ressalta-se que, desde 2020, as transferências constitucionais aos municípios passaram a ser registradas orçamentariamente como dedução da receita e não mais como despesa empenhada.

Em milhões de R\$

Arrecadação Nominal	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Receitas Correntes	70.558,1	62.905,3	7.652,8	12,17%
Receita Tributária	36.462,3	28.989,9	7.472,5	25,78%
Receita de Contribuições	10.888,9	10.004,6	884,3	8,84%
Receita Patrimonial	915,6	497,7	417,9	83,96%
Receita Agropecuária	1,8	1,1	0,7	68,81%
Receita Industrial	0,0	0,0	(0,0)	-80,73%
Receita de Serviços	533,9	408,7	125,2	30,63%
Transferências Correntes	10.348,6	11.170,0	(821,4)	-7,35%
Outras Receitas Correntes	11.407,0	11.833,4	(426,4)	-3,60%
Receitas de Capital	2.958,2	1.055,2	1.902,9	180,33%
Operações de Crédito	41,8	24,9	17,0	68,27%
Alienação de Bens	2.747,9	808,2	1.939,8	240,01%
Amortização de Empréstimos	7,4	24,6	(17,2)	-69,88%
Transferências de Capital	160,8	197,5	(36,7)	-18,60%
Outras Receitas de Capital	0,2	0,1	0,1	258,91%
Total Geral	73.516,3	63.960,6	9.555,7	14,94%

Em milhões de R\$

Arrecadação Real (Atualização Mensal pelo IPCA)	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Receitas Correntes	73.997,1	71.453,4	2.543,7	3,56%
Receita Tributária	38.227,0	32.913,2	5.313,8	16,14%
Receita de Contribuições	11.351,4	11.359,8	(8,4)	-0,07%
Receita Patrimonial	964,2	561,0	403,3	71,89%
Receita Agropecuária	1,9	1,2	0,7	57,20%
Receita Industrial	0,0	0,0	(0,0)	-82,48%
Receita de Serviços	558,0	464,9	93,1	20,02%
Transferências Correntes	10.867,5	12.702,1	(1.834,6)	-14,44%
Outras Receitas Correntes	12.027,1	13.451,2	(1.424,1)	-10,59%
Receitas de Capital	3.013,9	1.171,0	1.842,9	157,37%
Operações de Crédito	44,0	28,0	16,0	57,21%
Alienação de Bens	2.796,3	891,4	1.904,9	213,71%
Amortização de Empréstimos	7,8	28,1	(20,3)	-72,26%
Transferências de Capital	165,6	223,5	(57,9)	-25,91%
Outras Receitas de Capital	0,2	0,1	0,1	229,27%
Total Geral	77.011,1	72.624,4	4.386,6	6,04%

Conforme demonstrado, a receita apresentou um crescimento nominal e real de 14,94% e 6,04%, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos aumentos verificados nas Receitas Tributárias e de Alienação de Bens. Na sequência, serão analisadas as variações dos principais componentes da receita orçamentária do Estado.

1.4.1 ICMS

A seguir, são demonstrados os valores nominais da arrecadação bruta do ICMS em 2021, a qualquer título, incluindo os oriundos de dívida ativa, de multas e de juros, em comparação ao ano anterior.

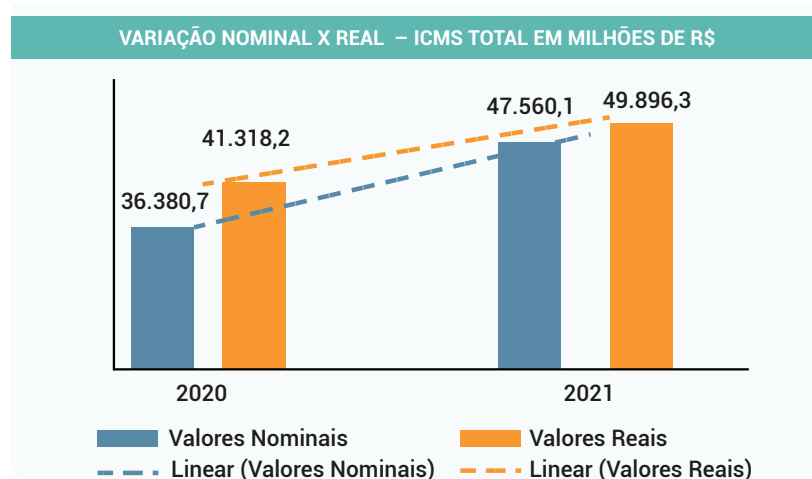
Em milhões de R\$				
Receita de ICMS	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
ICMS	43.904,5	35.308,2	8.596,3	24,35%
Principal	43.696,1	35.142,8	8.553,2	24,34%
Multas e Juros	208,4	165,3	43,1	26,07%
Dação em Pagamento Ações CEEE	1.654,0	-	1.654,0	-
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS	1.509,7	596,3	913,4	153,17%
Principal DA	1.125,9	330,3	795,6	240,87%
Multas e Juros DA	383,9	266,1	117,8	44,28%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	168,5	172,8	(4,3)	-2,48%
Ampara RS	323,3	303,4	19,9	6,57%
Total	47.560,1	36.380,7	9.525,4	26,18%

A tabela seguinte evidencia os valores corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de ICMS - Corrigida pelo IPCA	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
ICMS	46.058,5	40.099,1	5.959,5	14,86%
Principal	45.838,7	39.911,4	5.927,3	14,85%
Multas e Juros	219,8	187,7	32,1	17,12%
Dação em Pagamento Ações CEEE	1.737,6	-	1.737,6	-
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS	1.585,1	678,2	906,9	133,72%
Principal DA	1.182,1	375,2	806,9	215,10%
Multas e Juros DA	403,0	303,0	99,9	32,97%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	175,9	196,4	(20,5)	-10,44%
Ampara RS	339,2	344,6	(5,4)	-1,56%
Total	49.896,3	41.318,2	6.840,4	16,56%

A arrecadação bruta do ICMS apresentou aumento tanto em termos nominais (26,18%), quanto reais (16,56%). Os totais arrecadados em 2021 foram superiores aos de 2020, tanto nas receitas ordinárias do ICMS – que apresentaram crescimento nominal de 24,35%, ficando R\$ 8,60 bilhões acima do exercício anterior – quanto nas receitas relacionadas à dívida ativa, que ficaram R\$ 913,4 milhões acima das de 2020, excluindo aquelas geradas por meio de compensação com precatórios. A melhoria significativa na arrecadação do principal imposto estadual decorre da recuperação da atividade econômica em 2021, da aceleração inflacionária e da base de comparação afetada fortemente pela pandemia da covid-19, notadamente nos meses de abril a julho de 2020. Na análise por setores econômicos do ICMS, aqueles que apresentaram maior crescimento no comparativo com 2020 foram metal-mecânico (+70,5%), polímeros (+48,9%), veículos (+29,4%) e móveis e materiais de construção (28,8%).

Por fim, apresenta-se o gráfico da arrecadação nominal e real do ICMS total, ressaltando que a correção para os montantes reais é realizada mensalmente, ou seja, a arrecadação nominal de cada mês é atualizada pelo IPCA até a data de 31 de dezembro de 2021.



1.4.2 IPVA

A seguir são demonstrados os valores nominais da arrecadação bruta de IPVA arrecadados em 2021, em comparação ao ano anterior.

Em milhões de R\$

Receita de IPVA	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
IPVA	3.680,0	2.960,7	719,3	24,29%
Principal	3.609,3	2.894,5	714,8	24,69%
Multas e Juros	70,7	66,2	4,5	6,77%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA	252,6	258,4	(5,8)	-2,24%
Principal DA	193,3	197,5	(4,3)	-2,16%
Multas e Juros DA	59,3	60,9	(1,5)	-2,51%
Total	3.932,6	3.219,1	713,5	22,16%

A tabela a seguir apresenta os valores corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$

Receita de IPVA - Corrigida pelo IPCA	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
IPVA	3.846,3	3.353,5	492,8	14,69%
Principal	3.771,2	3.277,5	493,7	15,06%
Multas e Juros	75,1	76,0	(0,9)	-1,24%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA	263,1	293,1	(30,0)	-10,25%
Principal DA	201,3	224,1	(22,8)	-10,17%
Multas e Juros DA	61,8	69,1	(7,2)	-10,49%
Total	4.109,4	3.646,7	462,7	12,69%

Conforme demonstrado nas tabelas, a arrecadação nominal do IPVA apresentou crescimento de 22,16% na comparação dos períodos. Já em termos reais, quando os valores são atualizados pelo IPCA, o crescimento foi de 12,69%.

Destaca-se o desempenho da arrecadação ordinária do IPVA (principal), que variou positivamente R\$ 714,8 milhões de um ano para o outro. Os recebimentos a título de dívida ativa apresentaram uma pequena queda, totalizando R\$ 252,6 milhões em 2021, 2,24% a menos do que em 2020.

O crescimento verificado na arrecadação do imposto foi determinado principalmente pelos pagamentos ocorridos em dezembro de 2021 referentes à competência 2022. O Estado ampliou o desconto máximo por antecipação de pagamento em dezembro de 2021 ou janeiro de 2022 de 3% para 10%, além de ter dobrado o número de parcelas de três (janeiro a março) para seis (janeiro a junho). Como resultado disso, e para evitar a atualização do valor da UPF pela inflação do período, houve um aumento de 60% na arrecadação de dezembro de 2021, quando comparada a 2020. Soma-se a isso o aumento nos preços dos veículos usados apurados pela FIPE, em média 22%.

1.4.3 ITCD

A seguir são demonstrados os valores nominais da arrecadação bruta de ITCD arrecadados em 2021 em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
ITCD	1.107,3	749,9	357,4	47,66%
Principal	1.103,3	726,7	376,5	51,81%
Multas e Juros	4,0	23,1	(19,1)	-82,72%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD	18,4	9,9	8,5	85,89%
Principal DA	8,2	4,3	3,9	89,78%
Multas e Juros DA	10,3	5,6	4,7	82,91%
Total	1.125,7	759,8	365,9	48,15%

A tabela a seguir apresenta os valores corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD - Corrigida pelo IPCA	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
ITCD	1.149,9	846,3	303,6	35,87%
Principal	1.145,7	820,2	325,4	39,68%
Multas e Juros	4,2	26,1	(21,9)	-83,90%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD	19,3	11,3	8,0	70,88%
Principal DA	8,5	4,9	3,6	74,46%
Multas e Juros DA	10,8	6,4	4,4	68,14%
Total	1.169,2	857,6	311,6	36,33%

De acordo com as tabelas precedentes, a arrecadação nominal total do ITCD em 2021 atingiu o montante de R\$ 1,13 bilhão, o que representa uma variação nominal positiva de 48,15% em relação ao ano anterior. Já em termos reais (valores atualizados mensalmente pelo IPCA), a arrecadação em 2021 foi 36,33% superior àquela de 2020. O incremento verificado na arrecadação do ITCD decorre, dentre outros motivos, da variação positiva no preço dos imóveis, cuja representatividade no total da base de cálculo do imposto se aproxima a 2/3. Destacam-se, nesse ponto, os imóveis rurais, que representam aproximadamente 40% dos imóveis processados e tiveram suas avaliações impactadas pela variação positiva ocorrida no preço das *commodities* agrícolas, em especial da soja. Além disso, observou-se o pagamento de Declarações de ITCD (DITs) em quantidade de aproximadamente 1/3 superior à média dos últimos anos.

1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo da arrecadação a qualquer título dos impostos e transferências que possuem valores pertencentes aos Municípios:

Em milhões de R\$

	Arrecadação	% Distribuído	Participação Calculada	Dedução Registrada
ICMS	47.068,2	25%	11.764,4	11.751,7
Principal	43.696,1		10.924,0	10.910,9
Multa	159,0		39,7	38,9
Juros	49,5		12,4	11,3
DA - Principal	2.779,9		695,0	694,5
DA - Multa	209,0		52,3	52,3
DA - Juros	174,8		43,7	43,7
Repetição de indébito	(10,6)		(2,7)	
IPVA	3.932,6	50%	1.966,3	1.963,1
Principal	3.609,3		1.804,6	1.801,6
Multa	65,5		32,7	32,7
Juros	5,3		2,6	2,6
DA - Principal	193,3		96,6	96,6
DA - Multa	48,3		24,1	24,1
DA - Juros	11,0		5,5	5,5
Repetição de indébito	(0,6)		(0,3)	
ITBI	3,8	50%	1,9	1,9
IPI - Exportação	514,4	25%	128,6	128,6
CIDE	24,8	25%	6,2	6,2
Total	51.543,8		13.867,4	13.851,5

A diferença entre a Participação Calculada e a Dedução Registrada no ICMS e no IPVA é decorrente, principalmente, de arrecadações de impostos efetuadas em um exercício e repassadas aos municípios em outro exercício, conforme quadro a seguir:

Em milhões de R\$

Origem	Repasses em jan/2021 referentes a dez/2020	Repasses em jan/2022 referentes a dez/2021
ICMS	9,9	14,4
IPVA	167,6	219,5
Total	177,6	233,9

Outras diferenças se referem a repasses efetuados de forma manual (por ofício) ou por bloqueios judiciais.

1.4.5 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições são arrecadadas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) e pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde). A maior parte delas são oriundas do próprio Estado por meio de despesas intraorçamentárias (contribuições patronais):

Em milhões de R\$				
Receita	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	8.255,4	7.382,6	872,9	11,82%
Ativos	1.014,4	1.102,3	(87,9)	-7,97%
Inativos	1.396,9	1.149,2	247,6	21,55%
Pensionistas	331,2	261,5	69,7	26,64%
Patronal (RPPS)	5.501,1	4.856,6	644,5	13,27%
Outras (RPPS)	11,9	12,9	(1,1)	-8,27%
Fundo de Assistência à Saúde - FAS	2.633,4	2.622,1	11,4	0,43%
Servidores	700,6	743,6	(43,0)	-5,78%
Patronal (FAS)	799,4	753,2	46,2	6,14%
Plano de Assistência Médica Complementar (PAC)	325,9	332,9	(7,0)	-2,12%
Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES)	200,0	206,3	(6,3)	-3,07%
Prefeituras	414,0	402,4	11,6	2,87%
Outras (FAS)	193,6	183,6	10,0	5,43%
Total de Receita de Contribuições	10.888,9	10.004,6	884,2	8,84%
Cobertura de Deficit RPPS¹	10.318,1	11.248,3	(930,2)	-8,27%
Total de Receitas Previdenciárias	21.206,9	21.252,9	(45,9)	-0,22%

¹ O registro da complementação financeira para RPPS - Plano Financeiro é realizado, a partir da adoção do Ementário da Receita 2019, em Outras Receitas Correntes. Apesar disso, os montantes que ingressaram no IPE-Prev nos períodos analisados foram incluídos na tabela acima para complementar a informação a que o quadro se propõe.

Destaca-se o crescimento das contribuições de inativos (R\$ 247,6 milhões) e pensionistas (R\$ 69,7 milhões) ao RPPS, consequência direta das reformas na previdência do Estado, que introduziram um sistema de alíquotas progressivas bem como ampliaram a faixa tributável para o cálculo das contribuições. Essas alterações foram implementadas a partir de abril de 2020, para os servidores civis e, a partir de julho de 2021, para os militares, repercutindo também no montante total das contribuições patronais, que, no plano financeiro, representam o dobro daquelas descontadas

dos servidores. Assim, o crescimento de R\$ 644,5 milhões nas contribuições patronais decorre diretamente do incremento nas contribuições dos servidores. Ressalta-se, entretanto, que esse aumento não repercute financeiramente para o Estado, já que antes das reformas esses valores eram transferidos ao IPE-Prev a título de cobertura de déficit. Já o aumento das contribuições de inativos e pensionistas gera economia efetiva ao Tesouro do Estado.

1.4.6 Transferências Correntes

As principais receitas de transferências recebidas pelo Estado encontram-se resumidas nas tabelas a seguir.

Em milhões de R\$				
Receita de Transferências Correntes	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.511,7	2.073,7	438,0	21,12%
Transferências do SUS	1.318,6	886,8	431,8	48,69%
Transferências do FNDE	410,8	386,6	24,3	6,28%
Transferência Fundeb - Retorno	5.570,1	4.349,7	1.220,4	28,06%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	87,8	90,2	(2,4)	-2,65%
Transf. Extraord. enfrentamento à COVID	44,1	2.965,8	(2.921,7)	-98,51%
Lei Kandir - LC 176/2020	266,2	276,0	(9,8)	-3,56%
Demais Transferências Correntes	139,2	141,2	(2,0)	-1,39%
Total	10.348,6	11.170,0	(821,4)	-7,35%

Em milhões de R\$				
Receita de Transferências Correntes - Corrigidas IPCA	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.640,8	2.356,2	284,7	12,08%
Transferências do SUS	1.380,5	1.007,8	372,7	36,98%
Transferências do FNDE	432,3	439,7	(7,4)	-1,69%
Transferência Fundeb - Retorno	5.850,1	4.942,5	907,5	18,36%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	90,4	103,5	(13,1)	-12,63%
Transf. Extraord. enfrentamento à COVID	48,2	3.388,7	(3.340,5)	-98,58%
Lei Kandir - LC 176/2020	279,6	303,8	(24,2)	-7,97%
Demais Transferências Correntes	145,6	159,9	(14,2)	-8,91%
Total	10.867,5	12.702,1	(1.834,6)	-14,44%

As Transferências Correntes apresentaram variação negativa, tanto em termos nominais (-7,35%) quanto em termos reais (-14,44%); ou seja, com os ingressos atualizados mensalmente pela variação do IPCA até 31 de dezembro de 2021.

Destaca-se, nesse ponto, que as transferências extraordinárias do governo federal para as ações de enfrentamento à covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, que haviam totalizado R\$ 2,97 bilhões no exercício de 2020, caíram para R\$ 44,1 milhões em 2021.

Destaca-se, ainda, a transferência de R\$ 266,2 milhões (R\$ 276,0 milhões em 2020) prevista na Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020, que declara atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Essa lei prevê a transferência R\$ 58,00 bilhões aos entes subnacionais ao longo de 38 anos, sendo R\$ 4,00 bilhões anuais de 2020 a 2030. Os valores recebidos especificamente pelo Estado são resultado de critérios de repartição fixos (presentes no anexo da lei) e variáveis (dependentes do Protocolo do Confaz). Essas transferências foram condicionadas à renúncia pelo Estado a eventuais direitos contra a União decorrentes do art. 91 do ADCT.

Observa-se, por fim, que o maior valor recebido em transferência – retorno do Fundeb – representa aproximadamente 66,65% dos valores enviados pelo Estado ao referido fundo e 53,83% do total de transferências correntes recebidas em 2021. O fluxo financeiro relacionado ao Fundeb será detalhado no item 2.2.1.1.

1.4.7 Operações de Crédito

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos ingressos de Operações de Crédito em 2021, em comparação com o exercício de 2020.

Em milhões de R\$					
Receita de Operações de Crédito	Lei Autorizativa	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Operações de Crédito Internas		10,0	24,9	(14,9)	-59,79%
PROREDES (BNDES)	13.699/2011	10,0	20,0	(10,0)	-50,00%
Programa de Modernização - Defensoria Estadual (BNDES)	14.389/2013	-	4,9	(4,9)	-100,00%
Operações de Crédito Externas		31,8	-	31,8	
PROFISCO II	15.371/2019	31,8	-	31,8	
Total		41,8	24,9	17,0	68,27%

1.4.8 Alienação de Bens

A tabela abaixo evidencia os valores nominais da receita de alienação de bens arrecadada em 2021, comparativamente ao ano anterior.

Em milhões de R\$

Alienação de Bens	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
<i>Alienação de Participações Societárias</i>	2.670,0	0,0	2.670,0	39058514,25%
<i>Desconstituição de Fundos</i>	69,4	803,6	(734,2)	-91,36%
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	5,9	4,3	1,6	38,27%
<i>Alienação de Bens Móveis</i>	2,6	0,3	2,3	698,58%
Total	2.747,9	808,2	1.939,8	240,01%

Destaca-se, no quadro precedente, a receita de R\$ 2,67 bilhões decorrente da privatização da CEEE-T, conforme item 1.6.3.

1.5 DESPESA REALIZADA

A análise da despesa orçamentária do exercício de 2021 será efetuada comparativamente ao exercício de 2020. Não serão confrontados os valores orçados com os realizados, pois esse comparativo já foi demonstrado no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Seguindo a classificação por grupos de despesa, definida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, a Despesa Empenhada (em valores nominais) ficou assim representada:

Em milhões de R\$

Grupo de Despesa	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	47.436,9	47.181,0	255,9	0,54%
Juros e Encargos da Dívida	2.415,6	2.573,7	(158,2)	-6,15%
Outras Despesas Correntes	13.639,1	12.067,1	1.572,0	13,03%
Investimentos	2.300,6	864,3	1.436,3	166,18%
Inversões Financeiras	3.211,9	105,9	3.105,9	2932,07%
Amortização da Dívida	1.965,9	1.765,8	200,1	11,33%
Total	70.970,0	64.557,9	6.412,1	9,93%

Destaca-se que, do total de R\$ 70,97 bilhões empenhados no exercício, R\$ 16,33 bilhões são classificados como despesas intraorçamentárias, referindo-se, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS (Regime de Repartição Simples) e à contribuição patronal ao RPPS (Fundoprev), bem como à complementação financeira ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as receitas intraorçamentárias registradas no IPE-Prev e no IPE-Saúde, que suportam, juntamente com as contribuições dos

servidores, o pagamento de aposentadorias e pensões, além das despesas com saúde dos servidores e dependentes vinculados ao IPE-Saúde.

A seguir, demonstram-se as despesas intraorçamentárias, segregadas por grupo de despesa:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	16.312,0	16.694,1	(382,2)	-2,29%
Outras Despesas Correntes	15,2	17,3	(2,1)	-12,38%
Inversões Financeiras	4,3	-	4,3	
Total	16.331,4	16.711,4	(380,0)	-2,27%

A análise da Despesa Empenhada por grupo/órgão, com identificação dos elementos de maior peso na sua composição é apresentada a seguir:

Em milhões de R\$							
Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
SSP	9.957,7	-	535,2	231,4	-	-	10.724,3
SE	7.953,2	-	982,4	216,1	-	-	9.151,7
ENCARGOS FINANCEIROS	3.134,3	2.415,6	732,6	-	0,0	1.937,9	8.220,3
SES	712,9	-	5.146,7	214,6	-	-	6.074,2
TJ	3.855,0	-	802,9	57,5	-	-	4.715,4
SEMA	36,6	-	33,1	3,4	2.644,4	-	2.717,5
SJSPS	973,0	-	312,5	46,9	-	-	1.332,4
MP	1.140,7	-	143,3	18,7	-	-	1.302,7
AL	789,8	-	56,6	11,3	-	-	857,7
TCE	773,4	-	47,4	6,8	4,3	-	831,9
SPGG	145,7	-	65,8	4,5	511,6	-	727,6
SEFAZ	444,6	-	179,1	20,5	-	-	644,2
AGRICULTURA	109,9	-	255,8	81,3	51,6	-	498,6
DPE	404,0	-	69,1	7,9	-	-	480,9
SAAM	1,0	-	0,2	378,0	-	-	379,2
PGE	262,4	-	24,0	6,3	-	-	292,8
GOVERNO DO ESTADO	79,5	-	46,3	1,3	-	-	127,1
SOH	30,8	-	9,6	44,6	-	-	84,9
LOGÍSTICA E TRANSPORTES	12,0	-	4,8	44,2	-	-	61,0

(continua)

Em milhões de R\$

Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
SICDHAS	5,2	-	30,2	18,3	-	-	53,7
IGUALDADE	10,7	-	37,7	2,0	-	-	50,4
TJM	42,4	-	5,9	0,5	-	-	48,8
SEDAC	16,3	-	24,2	0,2	-	-	40,7
SICT	23,2	-	9,4	4,2	-	-	36,8
SETUR	2,5	-	16,5	0,7	-	-	19,7
TURISMO	9,2	-	2,4	0,0	-	-	11,6
ESPORTE E LAZER	3,0	-	3,1	0,1	-	-	6,2
STER	3,9	-	0,0	-	-	-	3,9
CEE	-	-	0,2	-	-	-	0,2
Administração direta	30.932,9	2.415,6	9.577,0	1.421,3	3.211,9	1.937,9	49.496,5
IPE PREV	15.492,7	-	394,7	2,6	-	9,4	15.899,4
IPE SAÚDE	12,9	-	2.577,4	2,4	-	18,3	2.611,0
DAER	172,5	-	104,3	853,3	-	-	1.130,2
DETRAN	113,5	-	663,9	2,1	-	-	779,4
SUPRG	53,3	-	53,9	0,3	-	0,2	107,7
IRGA	25,6	-	23,2	9,7	-	-	58,5
FOSPA	15,3	-	1,7	0,6	-	0,0	17,5
AGERGS	13,0	-	3,6	0,2	-	-	16,8
JUCISRS	5,1	-	10,4	0,0	-	-	15,4
EDP	5,1	-	0,6	-	-	-	5,7
Autarquias	15.909,0	-	3.833,6	871,0	-	27,9	20.641,6
FASE	206,0	-	61,3	1,4	-	0,1	268,8
PROTEÇÃO	96,7	-	22,7	0,1	-	-	119,5
UERGS	86,6	-	14,0	4,7	-	-	105,3
FEPAM	66,9	-	12,0	0,6	-	-	79,5
METROPLAN	12,4	-	55,6	0,1	-	-	68,2
FETLSVC	57,4	-	6,2	0,7	-	-	64,3
FGTAS	49,4	-	14,1	0,1	-	0,0	63,6
FAPERGS	4,4	-	36,3	0,1	-	-	40,8
FADERS	12,9	-	2,5	0,2	-	-	15,6
FTSP	1,5	-	1,8	0,3	-	-	3,7
CIENTEC	0,8	-	2,0	-	-	-	2,8
Fundações	595,1	-	228,4	8,3	-	0,1	831,9
Total Geral	47.436,9	2.415,6	13.639,1	2.300,6	3.211,9	1.965,9	70.970,0

1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais

Inicialmente, cabe ressaltar que, neste item, as análises são dissociadas do item 2.1.2, que trata da Despesa com Pessoal para fins de limite da LRF. A seguir, apresenta-se a tabela demonstrativa dos principais itens que compõem o grupo Pessoal e Encargos Sociais, conforme classificação da Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, desconsiderando-se quaisquer ajustes ou reclassificações realizadas para fins de apuração do limite de Despesa com Pessoal. Cumpre salientar que para essa análise foram desconsideradas as despesas intraorçamentárias.

Em milhões de R\$					
Pessoal e Encargos	%	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Inativos	44,89%	13.971,5	13.803,7	167,8	1,22%
Ativos	36,84%	11.465,4	11.197,4	267,9	2,39%
Pensionistas	10,93%	3.400,7	3.419,0	(18,3)	-0,53%
Sentenças Judiciais	3,16%	984,2	818,4	165,8	20,26%
Licença-Prêmio Indenizada	2,29%	712,8	670,3	42,5	6,34%
Patronal Celetistas	1,54%	480,7	464,8	15,9	3,41%
Indenizações e Ressarcimentos	0,32%	100,2	105,2	(5,0)	-4,76%
Patronal RS Prev	0,03%	9,4	8,0	1,4	16,95%
	100,00%	31.125,0	30.486,9	638,0	2,09%

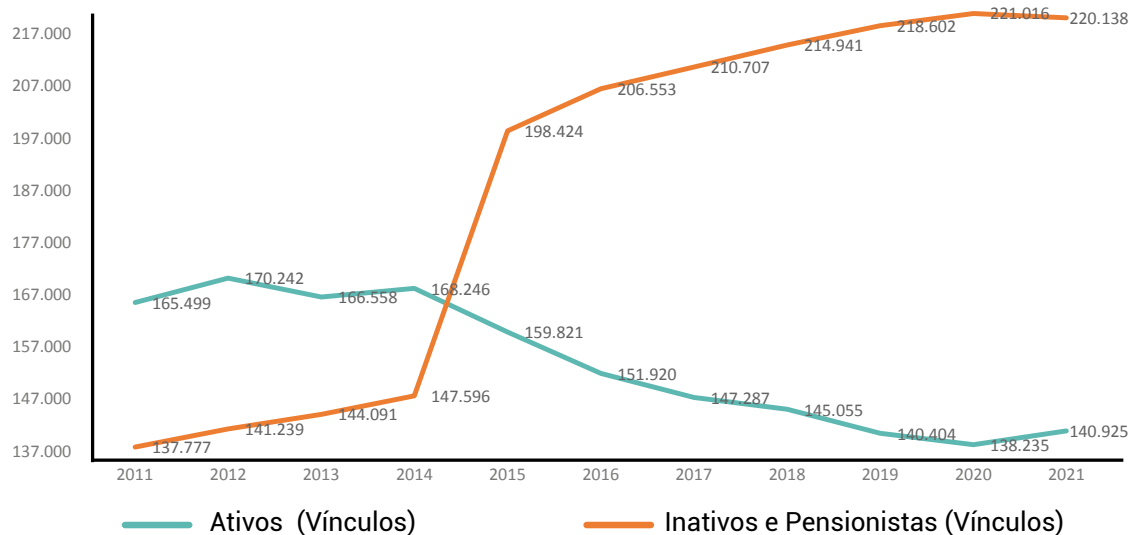
A tabela acima não inclui as despesas intraorçamentárias, registradas na modalidade 91, que totalizaram R\$ 16.312,0 e R\$ 16.694,1, em 2021 e 2020, respectivamente.

O crescimento nominal de 2,09% (R\$ 638,0 milhões) no grupo Pessoal e Encargos, decorre, principalmente, dos incrementos em inativos, ativos e sentenças judiciais. Destaca-se em inativos o crescimento das despesas da Assembleia Legislativa do Estado (R\$ 78,2 milhões) e do Tribunal de Contas do Estado (R\$ 27,4 milhões), além da nova despesa com a folha de ex-autárquicos da CEEE (R\$ 59,0 milhões), decorrente da operação de privatização, conforme explicado no item 1.6.2. O incremento verificado na linha de ativos provém, sobretudo, da expansão verificada no Tribunal de Justiça do Estado (R\$ 254,4 milhões) originada, em parte, pelas atualizações monetárias relacionadas a diferenças na conversão de URVs em reais.

Atualmente, a despesa com pessoal inativo e pensionistas representa 55,81% do total desse grupo, diante dos 36,84% de pessoal ativo.

A seguir, apresenta-se graficamente o comportamento do número de vínculos de servidores ativos e inativos (incluindo pensionistas) nos últimos anos:

Nº DE VÍNCULOS



Fonte: SEFAZ/TE

De 2011 a 2021, o número total de vínculos de servidores inativos (incluindo pensionistas) cresceu 82.361, ao passo que o de ativos caiu 24.574. A queda de 14,85% nos vínculos ativos desse período expõe a situação atual do Estado, na medida em que o crescimento de sua principal despesa não foi suficiente para manter a força de trabalho ao longo dos anos.

Em 2021 houve uma melhora nessa situação, com aumento de 2.690 vínculos ativos, o que representa um incremento de 1,95% na quantidade de servidores. Os inativos e pensionistas ficaram próximos da estabilidade, com redução de 878 vínculos (0,40%). No mesmo período, as despesas com pessoal e encargos, exceto intra-orçamentárias, apresentaram um aumento nominal de 2,09% e queda real de 5,76%, considerando atualização mensal pelo IPCA.

1.5.2 Serviço da Dívida

O Serviço da Dívida compreende juros e encargos, bem como a amortização da dívida que, por serem relacionados, serão analisados conjuntamente.

A tabela a seguir apresenta a despesa com o Serviço da Dívida:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Empenhado)	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Juros e Encargos	2.415,6	2.573,7	(158,2)	-6,15%
Dívida Interna	2.338,8	2.397,0	(58,1)	-2,43%
Dívida Externa	76,7	176,8	(100,1)	-56,60%
Amortização	1.965,9	1.765,8	200,1	11,33%
Dívida Interna	1.347,5	1.268,0	79,6	6,28%
Dívida Externa	590,3	450,4	139,9	31,06%
Outros	28,1	47,4	(19,3)	-40,76%
Total	4.381,5	4.339,5	42,0	0,97%

Em julho de 2017, o Estado obteve, no Supremo Tribunal Federal, liminar que suspendeu os pagamentos relacionados à dívida com a União, antecipando os efeitos da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), conforme item 2.6. Como a referida decisão possuía caráter precário, os empenhos continuaram sendo realizados durante o exercício de 2021. Assim, de forma atípica, o fluxo de pagamento dos Serviços da Dívida ficou muito abaixo dos valores empenhados, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Pago)	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Juros e Encargos	161,8	241,1	(79,3)	-32,90%
Dívida Interna	85,0	64,3	20,7	32,22%
Dívida Externa	76,7	176,8	(100,1)	-56,60%
Amortização	798,4	627,7	170,7	27,20%
Dívida Interna	181,1	130,9	50,2	38,37%
Dívida Externa	590,3	450,4	139,9	31,06%
Outros	27,0	46,4	(19,4)	-41,86%
Total	960,2	868,8	91,4	10,52%

1.5.3 Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes (ODCs) corresponde às despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa (exceto pessoal) e à prestação de serviços públicos, em especial na saúde, correspondendo a mais da metade dos valores empenhados no grupo.

A tabela a seguir apresenta os principais itens de despesa que compõem esse grupo:

Em milhões de R\$

Outras Despesas Correntes	%	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	46,32%	6.317,0	5.579,0	738,0	13,23%
Contribuições	14,60%	1.990,7	1.200,3	790,3	65,84%
Indenizações e Restituições	5,61%	764,8	614,8	150,1	24,41%
Material de Consumo	5,01%	682,9	702,3	(19,4)	-2,76%
Sentenças Judiciais	4,40%	600,0	1.017,4	(417,3)	-41,02%
Serviços TIC	4,29%	585,0	487,8	97,2	19,92%
Obrigações Tributárias e Contributivas	4,10%	559,5	548,0	11,6	2,11%
Locação de Mão de Obra	3,60%	491,3	447,4	43,8	9,80%
Auxílio Alimentação	3,29%	448,8	401,2	47,6	11,86%
Outros Serviços de Terceiros - PF	2,74%	374,2	370,2	4,0	1,07%
Outros	6,05%	824,9	698,6	126,2	18,07%
Total	100,00%	13.639,1	12.067,1	1.572,0	13,03%

A despesa com Contribuições atingiu R\$ 1,99 bilhão em 2021, representando um acréscimo de 65,84% em relação a 2020. Desse valor, R\$ 1,77 bilhão (88,96%) é relativo a repasses aos Fundos Municipais de Saúde e inclui o pagamento de R\$ 431,9 milhões de dívidas do governo estadual com os municípios do Rio Grande do Sul referentes à manutenção de programas de saúde municipais do SUS entre os anos de 2014 e 2018. Outro item de grande relevância nesse elemento são as despesas com Assistências Financeiras a Municípios (R\$ 100,1 milhões), executadas, principalmente, na Secretaria da Educação. A maior parte desse valor tem relação com o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (Peate/RS), que transfere recursos financeiros aos municípios que efetuam o transporte de alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual residentes no meio rural. Os gastos são realizados principalmente com a utilização dos recursos do Salário-Educação.

O item mais representativo no grupo, Outros Serviços de Terceiros – PJ, apresentou variação positiva de 13,23% entre os períodos analisados. O detalhamento desse elemento é apresentado na tabela a seguir:

Em milhões de R\$					
Outros Serviços de Terceiros - PJ	%	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Serviços Médicos	35,42%	2.237,6	2.164,4	73,2	3,38%
SUS	34,90%	2.204,6	1.752,7	451,9	25,78%
Serviços Credenciados - Detran	6,06%	382,9	306,7	76,2	24,84%
Assit. Técnica e Ext. Rural	2,93%	185,0	196,9	(11,9)	-6,04%
Energia Elétrica	2,12%	133,7	115,9	17,8	15,40%
Locação de Máq. e Equip.	2,08%	131,3	110,3	21,0	19,03%
Conservação de Bens Imóveis	1,86%	117,2	133,6	(16,4)	-12,30%
Água e Esgoto	1,46%	92,1	89,2	2,9	3,27%
Comunicação	0,88%	55,4	94,4	(39,0)	-41,35%
Outros	12,30%	777,3	615,0	162,3	26,39%
	100,00%	6.317,0	5.579,0	738,0	13,23%

Observa-se que, do total empenhado em Serviços Médicos, 99,18% foram executados pelo IPE-Saúde. As despesas com o SUS, com os Serviços Credenciados – Detran e com a Assistência Técnica e Extensão Rural foram executados pelos respectivos órgãos. Em relação às despesas com o SUS, referem-se aos pagamentos dos serviços efetuados pelos hospitais filantrópicos e demais Pessoas Jurídicas credenciadas ao SUS. Os demais gastos apresentados são comuns à maior parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

1.5.4 Investimentos

O detalhamento do grupo Investimentos no exercício de 2021, em comparação com 2020, ficou assim demonstrado:

Em milhões de R\$					
Investimentos	%	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Obras e Instalações	42,84%	985,7	389,9	595,8	152,80%
Auxílios	26,57%	611,2	51,9	559,4	1078,32%
Equipamentos e Materiais	26,46%	608,7	357,3	251,4	70,36%
Indenizações e Restituições	2,51%	57,7	38,1	19,5	51,18%
Outros	1,62%	37,4	27,1	10,3	37,88%
Total	100,00%	2.300,6	864,3	1.436,3	166,18%

Em 2021, o total investido pelo Estado foi 166,18% superior ao exercício anterior. O montante empenhado de R\$ 2,30 bilhões executado no ano correspondeu a 3,24% do total da despesa.

Destacam-se, no grupo, os valores investidos em Obras e Instalações, na maior parte executados no Daer, correspondentes a R\$ 808,6 milhões, em projetos de ampliação e manutenção da malha rodoviária.

Por fim, destaca-se o incremento nas despesas com Equipamentos e Materiais, sendo as maiores beneficiadas a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Educação, cada uma com R\$ 208 milhões, correspondendo a aumentos de 133,51% e 58,34% respectivamente, em relação aos valores de 2020.

1.5.5 Inversões Financeiras

O grupo Inversões Financeiras abrange gastos com aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito, de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas, concessão de empréstimos, dentre outros.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do grupo no exercício, comparativamente ao exercício anterior.

Em milhões de R\$					
Inversões Financeiras	%	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Integralização de Ações CEEE-Par	81,05%	2.603,2	-	2.603,2	-
Aquisição de Imóveis - CEEE-D	15,93%	511,6	-	511,6	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	2,50%	80,3	81,6	(1,3)	-1,60%
Concessão de Empréstimos	0,39%	12,5	24,4	(11,9)	-48,70%
Outros	0,13%	4,3	-	4,3	-
Total	100,00%	3.211,9	105,9	3.105,9	2932,07%

Em 2021, o grupo Inversões Financeiras sofreu um aumento muito expressivo em virtude das operações relacionadas à privatização da CEEE-D. Para equacionar os passivos da companhia, o Estado integralizou ações da CEEE-Par que foram entregues como dação em pagamento para quitação de dívidas de ICMS. Já a aquisição de imóveis, de R\$ 511,6 milhões, corresponde à contrapartida recebida pelo Estado em troca da assunção da folha de pagamento de ex-autárquicos. Essas operações estão mais bem detalhadas no item 1.6.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital demonstrados acima referem-se aos valores empenhados à Corsan (R\$ 41,2 milhões) e à Cesa (R\$ 39,1 milhões). A concessão de empréstimos está relacionada ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).

1.6 DESESTATIZAÇÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

A desestatização das empresas do Grupo CEEE foi autorizada por meio da Lei nº 15.298, de 4 de julho de 2019. O Estado investia diretamente na Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), holding que controlava a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). Dentro do processo de desestatização ocorreu a cisão parcial da CEEE-GT, segregando os segmentos de geração e transmissão, com a incorporação da parcela de geração por uma nova sociedade, a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), ficando na parcela cindida os ativos referentes às atividades de transmissão de energia elétrica, com a respectiva redução de seu capital social e alteração de sua denominação social para Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T).

No exercício de 2021, foram concluídas as privatizações da empresa de Distribuição (CEEE-D) e da empresa de Transmissão (CEEE-T). Para a privatização da CEEE-D foi necessária a quitação de passivos de ICMS e assunção da folha de pagamento dos ex-autárquicos, o que será detalhado nos itens 1.6.1 e 1.6.2, respectivamente. A empresa vencedora do leilão, em março de 2021, do Grupo Equatorial Energia, arrematou a participação do Estado por R\$ 100 mil reais, pagos à CEEE-Par.

Cabe destacar que, antes da privatização da CEEE-T, foi efetuada a cisão da CEEE-Par fazendo com que as participações do Estado ficassem diretamente na CEEE-T e na CEEE-G a partir de agosto de 2021. Com a privatização da CEEE-T concluída em outubro de 2021, o Estado ficou investidor apenas da CEEE-G, cujo leilão foi agendado para 2022.

1.6.1 Dação em pagamento do ICMS da CEEE-D com ações da CEEE-Par

A CEEE-Par, enquanto holding do Grupo CEEE, assumiu, por instrumento próprio, a obrigação de quitar parte do passivo tributário de ICMS da CEEE-D. O Edital de Leilão nº 01/2020 da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) previu essa quitação, no montante de R\$ 2,78 bilhões, como condição precedente à liquidação do leilão da CEEE-D.

A operacionalização envolveu a quitação do passivo tributário de ICMS da CEEE-D, por meio do instituto da dação em pagamento, sendo 40% quitados em espécie e os outros 60% sob a forma de dação em pagamento com ações da CEEE-Par:

a) A parcela quitada em moeda corrente foi de R\$ 1,12 bilhão, sobre a qual incidiu o desconto de R\$ 202,5 milhões do Programa REFAZ Energia Elétrica, instituído pelo Decreto nº 55.577, de 13 de novembro de 2020, o que resultou no pagamento líquido pela CEEE-Par de R\$ 922,3 milhões;

b) A parcela quitada por dação em pagamento com as ações da CEEE-Par foi de R\$ 1,65 bilhão (receita corrente de ICMS).

Dessa forma, o impacto na Receita Orçamentária de ICMS (Dívida Ativa) correspondeu à soma desses valores, totalizando R\$ 2,58 bilhões e, devido à ausência de recursos na companhia, a origem foi do próprio Estado, por meio de um aumento de capital na CEEE-Par registrado em Despesa de Capital – Inversões Financeiras. Além disso, com o registro orçamentário da receita de ICMS, a parcela devida aos municípios (incluindo a parte do Fundeb) foi integralmente liquidada em espécie, sendo o montante de R\$ 804,2 milhões transferido aos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Esses valores foram registrados como Deduções da Receita Corrente. A seguir, evidencia-se o resultado orçamentário e financeiro dessa operação:

Registros Orçamentários	Em milhões de R\$		
	Moeda Corrente	Dação	Total
Receitas de ICMS	922,3	1.654,0	2.576,2
(-) Participações Municípios e Fundeb	368,9	661,6	1.030,5
Receita retorno do Fundeb	81,0	145,3	226,3
(-) Despesas de capital (ações)	922,3	1.654,0	2.576,2
Resultado Orçamentário e Financeiro da Operação	(287,9)	(516,3)	(804,2)

1.6.2 Assunção da folha de pagamento de Ex-Autárquicos da CEEE com contrapartida em imóveis e moeda corrente

No edital de Leilão nº 01/2020 da SEMA também constou a previsão da transferência ao Estado das obrigações de pagamento dos proventos dos ex-autárquicos e de seus beneficiários e de outras obrigações previstas no Decreto Estadual nº 55.622, de 4 de dezembro de 2020, recebendo como contrapartida bens e direitos de titularidade da CEEE-D e da CEEE-Par.

A partir de julho de 2021, o Estado assumiu a obrigação de pagamento aos ex-autárquicos da CEEE de um passivo atuarial de R\$ 596,8 milhões, mediante ressarcimento em igual valor, dos quais R\$ 511,6 milhões em imóveis e R\$ 85,2 milhões em moeda corrente. Sob o aspecto orçamentário, a operação gerou uma receita corrente, pelo ressarcimento, e uma despesa de capital (inversão financeira) no valor da aquisição dos imóveis. Além disso, a partir de julho de 2021, os pagamentos aos ex-autárquicos de cerca de R\$ 9,0 milhões por mês passaram a ser empenhados pelo Estado. Importante destacar que tanto os imóveis quanto o passivo atuarial foram avaliados por meio de laudos independentes. A seguir, evidencia-se o resultado orçamentário e financeiro dessa operação:

Em milhões de R\$			
Registros Orçamentários	Moeda Corrente	Dação	Total
Receita Corrente de Indenização	85,2	511,6	596,8
(-) Despesa de Capital com Aquisição de Imóveis	-	511,6	511,6
Resultado Orçamentário	85,2	-	85,2

Nota: Não está sendo considerado o impacto das despesas orçamentárias com o pagamento dos ex-autárquicos a partir de julho de 2021.

1.6.3 Desestatização da CEEE-T

A CPFL Energia foi a empresa vencedora no leilão da CEEE-T, realizado em julho, com uma proposta de R\$ 2,67 bilhões, que representou ágio de 57,13% sobre o valor mínimo definido em R\$ 1,7 bilhão. Os recursos registrados como receita de capital, ingressaram em outubro de 2021, repercutindo no Resultado Orçamentário.

1.7 RESTOS A PAGAR

Foram inscritos, ao final do exercício de 2021, R\$ 7,47 bilhões de restos a pagar (RP), o que representa uma redução nominal de 5,98% (-R\$474,8 milhões) em relação à inscrição ocorrida em 2020 (R\$ 7,95 bilhões).

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de execução da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um bem ou serviço. A liquidação é o estágio seguinte e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do

bem ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar, que podem ser classificados em dois tipos: processados e não processados.

Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas ao final do exercício. Já os restos a pagar não processados compreendem as despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício.

A tabela a seguir mostra o fluxo dos restos a pagar em 2021.

	Em milhões de R\$		
	RPP	RPNP	Total
Saldo Inicial	14.245,5	2.104,7	16.350,2
(-) Pagos	2.771,5	738,8	3.510,3
(-) Cancelados	260,1	781,8	1.041,9
(=) Saldo Ex. Anteriores	11.213,9	584,1	11.798,0
(+) Inscritos em 2021	4.669,7	2.800,8	7.470,5
(=) Estoque final	15.883,5	3.385,0	19.268,5

Do estoque de R\$ 16,35 bilhões existente no fechamento de 2020 (processados e não processados), foram cancelados R\$ 1,04 bilhão e pagos R\$ 3,51 bilhões. Somando-se os R\$ 7,47 bilhões inscritos em 2021 com os R\$ 11,80 bilhões remanescentes de 2020, o estoque de restos a pagar atingiu, ao final do exercício, o montante de R\$ 19,27 bilhões.

A tabela a seguir apresenta a movimentação de restos a pagar por grupo de despesa:

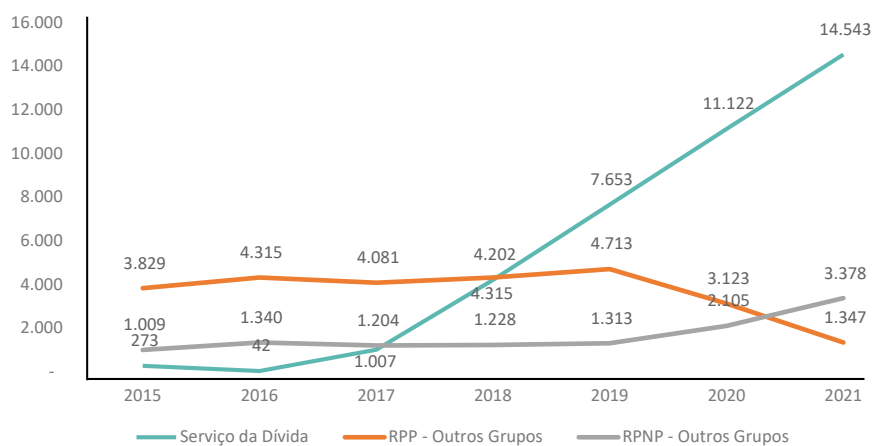
	Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	Saldo Inicial	Pagos	Cancelados	Inscritos 2021	Saldo Final
Pessoal e Encargos Sociais	2.920,4	1.830,6	655,0	1.078,5	1.513,2
Juros e Encargos da Dívida	7.708,7	-	-	2.253,8	9.962,5
Outras Despesas Correntes	1.630,9	1.326,2	168,2	1.624,1	1.760,5
Investimentos	632,7	341,7	192,8	1.335,5	1.433,7
Inversões Financeiras	43,9	10,7	25,8	11,2	18,5
Amortização da Dívida	3.413,6	1,0	-	1.167,5	4.580,1
Total	16.350,2	3.510,3	1.041,9	7.470,5	19.268,5

Do saldo total de R\$ 19,27 bilhões, R\$ 14,54 bilhões são referentes às parcelas da dívida com a União, cujo pagamento está suspenso desde agosto de 2017, em razão de liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal. Apesar de os pagamentos estarem suspensos, os empenhos continuavam ocorrendo normalmente durante o ano de 2021. O saldo de restos a pagar relacionado à dívida estava distribuído nos grupos Juros e Encargos da Dívida (R\$ 9,96 bilhões) e Amortização da Dívida (R\$ 4,58 bilhões), conforme tabela anterior. Desse total, R\$ 3,42 bilhões correspondiam aos empenhos do exercício de 2021. Cabe destacar, como evento subsequente ao encerramento das demonstrações contábeis, que ao final de fevereiro de 2022 o Estado cancelou os restos a pagar referentes às parcelas não pagas desde a concessão da liminar (R\$ 14,54 bilhões até dezembro/2021), em razão de ter protocolado a desistência das ações no STF relacionadas à dívida, após assinar dois novos contratos de refinanciamento, conforme autorização dada pelas Leis Complementares nº 15.138/2018 e nº 15.720/2021, o que está associado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Os demais restos a pagar apresentaram uma redução expressiva em 2021, ano em que os pagamentos alcançaram R\$ 3,51 bilhões. A principal redução ocorreu no grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, principalmente em razão da regularização do décimo terceiro salário de 2020, que foi pago parceladamente ao longo de 2021, ao passo em que o de 2021 foi quitado integralmente dentro do exercício.

Cabe ressaltar que os restos a pagar classificados nos grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos não representam necessariamente atrasos de pagamentos, dado o ciclo orçamentário que deve ser cumprido: de reserva e empenho, prestação do serviço, atestação e somente depois liquidação e efetivo pagamento.

O gráfico a seguir apresenta a série histórica do estoque de restos a pagar nos últimos anos, destacando aqueles referentes ao serviço da dívida (Juros e Encargos + Amortizações).



Como se percebe pelo gráfico, houve redução substancial nos restos a pagar processados, quando desconsiderados os serviços da dívida. Os não processados, por sua vez, apresentaram crescimento, em virtude, principalmente, do aumento dos investimentos ocorrido no exercício de 2021.

2. GESTÃO FISCAL



A Constituição Federal de 1988 apresentou uma série de normas para regular a gestão fiscal. Uma das principais leis que surgiram na esteira da Carta Magna foi a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos.

2.1. LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

A LRF estabelece limites de gastos para os entes da federação relativos à despesa com pessoal, à dívida consolidada líquida, à concessão de garantias e à contratação de operações de crédito. Tais limites são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL).

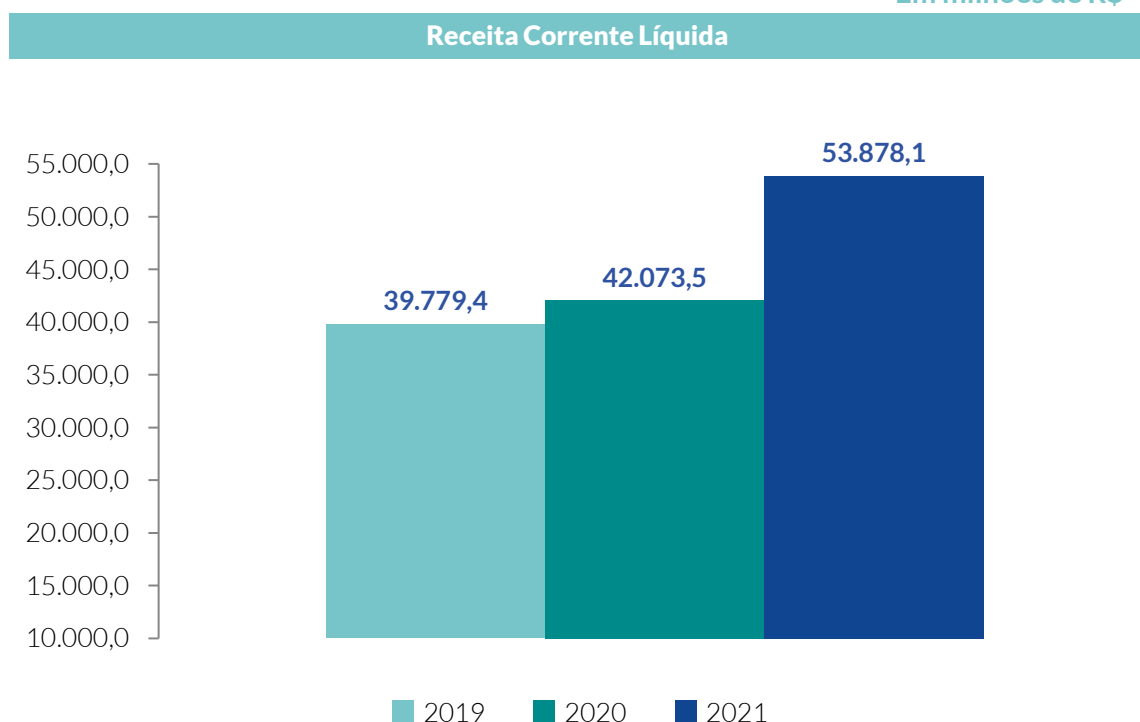
2.1.1. Receita Corrente Líquida – RCL

A RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos alguns itens, como as transferências constitucionais e legais a municípios. Em 2020 a RCL passou a sofrer ajustes para definição de alguns limites. A receita proveniente de emendas parlamentares individuais passou a ser deduzida da RCL para fins de apuração do limite da Dívida Consolidada Líquida. Já a RCL ajustada para fins de limite de Despesa com Pessoal, além da dedução das emendas individuais, passou a deduzir também as emendas de bancada.

Além dos limites previstos na LRF, a RCL também é utilizada como parâmetro para outros estabelecidos em resoluções do Senado Federal.

A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência com as dos 11 meses anteriores. Demonstra-se, a seguir, o gráfico com o comportamento da RCL nos últimos três anos, em valores históricos:

Em milhões de R\$



Em 2021 a RCL cresceu 28,06% em comparação com 2020, índice superior ao IPCA do período (10,06%). O crescimento real pode ser atribuído, principalmente, à melhora na atividade econômica, refletido na arrecadação tributária; às operações de desestatização da CEEE, destacadas no item 1.6, que geraram registros orçamentários que acresceram R\$ 2,53 bilhões à RCL do período; e à alteração de critérios na apuração da RCL em 2021, com a inclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores, gerando um aumento de R\$ 3,10 bilhões no exercício. Essa alteração foi implementada por força da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

2.1.2.Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e deve ser elaborado pelos poderes e órgãos autônomos: Poder Executivo, Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar do Estado) e Ministério Público. O RGF deve ser apurado ao final de cada quadrimestre e publicado até trinta dias após o encerramento do período de referência.

A Despesa Total com Pessoal (DTP) é apurada somando-se a despesa do mês de referência com as dos 11 meses anteriores, adotando-se o regime de competência.

Tal gasto, nos Poderes e órgãos autônomos, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da RCL previstos na LRF. Cabe destacar que, para fins de cálculo do percentual da DTP/RCL, deve ser utilizada a RCL ajustada, com a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais e de bancada, conforme disciplina o § 16 do artigo 166 e o § 1º do art. 166-A da Constituição Federal.

A seguir, são apresentados os quadros da despesa com pessoal dos últimos dois anos, bem como os percentuais da RCL atingidos por Poder ou Órgão com o seu respectivo limite máximo e prudencial (95% do limite máximo). Todos os poderes e órgãos obrigados a apresentar o demonstrativo da despesa com pessoal o fazem utilizando os critérios definidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão responsável pelo julgamento das contas estaduais.

Em milhões de R\$

2021				
Poder/órgão Autônomo	Desp Pessoal	% da RCL	Lim. Prud	Lim. máx
Executivo	22.252,7	41,37%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	2.271,7	4,22%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	28,8	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	468,7	0,87%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	425,2	0,79%	1,12%	1,18%
Ministério Público	759,5	1,41%	1,90%	2,00%
Consolidado	26.206,5	48,72%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida Ajustada	53.790,3			

Em milhões de R\$

2020				
Poder/Orgão Autônomo	Desp Pessoal	% da RCL	Lim Prud	Lim. máx
Executivo	17.837,6	42,49%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.750,7	4,17%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	19,4	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	341,2	0,81%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	335,7	0,80%	1,12%	1,18%
Ministério Público	608,9	1,45%	1,90%	2,00%
Total	20.893,5	49,77%	57,00%	60,00%
Receita Corrente Líquida Ajustada	41.982,3			

Salienta-se que a despesa com pessoal da Defensoria Pública, que é um órgão autônomo, está incluída na despesa do Poder Executivo, por não possuir um limite específico definido em lei.

Em 2021 ocorreram algumas alterações de critérios na apuração da Despesa com Pessoal em virtude de alterações legislativas em nível federal. A Lei Complementar nº 178/2021 indicou a retirada da dedução do IRRF da Despesa com Pessoal e da RCL, gerando um significativo aumento na Despesa Líquida com Pessoal de todos os poderes, bem como da RCL. Já a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, incluiu expressamente as despesas com pensionistas no cálculo da Despesa com Pessoal, entendimento diverso do que vinha sendo adotado no Estado por orientação do TCE.

No entanto, mesmo com o aumento da Despesa Líquida com Pessoal devido às alterações de critérios realizadas em 2021 (inclusão do IRRF e Pensões), os percentuais de Despesa com Pessoal sobre a RCL dos poderes mantiveram-se praticamente estáveis, pois a RCL cresceu praticamente na mesma proporção, devido aos fatos detalhados no item 2.1.1. Destaca-se que todos os poderes e órgãos ficaram abaixo do limite prudencial, repetindo o ocorrido ao final de 2020.

Em milhões de R\$

Despesa Total com Pessoal – LRF				
Poder/Órgão Autônomo	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Executivo	22.252,7	17.837,6	4.415,0	24,75%
Tribunal de Justiça	2.271,7	1.750,7	521,0	29,76%
Tribunal de Justiça Militar	28,8	19,4	9,4	48,27%
Assembleia Legislativa	468,7	341,2	127,6	37,40%
Tribunal de Contas	425,2	335,7	89,5	26,66%
Ministério Público	759,5	608,9	150,5	24,72%
Consolidado	26.206,5	20.893,5	5.313,0	25,43%

Em 2021, o Relatório Consolidado, ou seja, a soma da despesa com pessoal de todos os poderes e órgãos atingiu 48,72% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (57%), com redução de 1,05 ponto percentual em relação ao percentual de 2020, que foi de 49,77%. Na despesa total consolidada, o aumento foi de 25,43%, totalizando R\$ 26,21 bilhões. Como explicado anteriormente, esse aumento expressivo está relacionado às mudanças de critérios (inclusão de pensões e IRRF).

Se utilizado o critério previsto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ou seja, desconsiderando as decisões do TCE/RS, a despesa com pessoal consolidada, em 2021, atingiria 51,10% da RCL ajustada.

Poderes/Órgãos	%DP – Critério TCE	%DP – Critério STN
Poder Executivo	41,37%	43,26%
Assembleia Legislativa	0,87%	0,92%
Tribunal de Contas	0,79%	0,84%
Tribunal de Justiça	4,22%	4,51%
Justiça Militar	0,05%	0,06%
Ministério Público	1,41%	1,51%
Consolidado	48,72%	51,10%

Com as alterações adotadas em 2021, os percentuais do TCE e da STN ficaram bem mais próximos. A principal divergência entre os dois critérios que ainda persiste é o valor da dedução da perda do Fundeb na RCL, que é realizado pela STN e que não acontece no TCE.

2.1.3. Dívida Consolidada Líquida – DCL

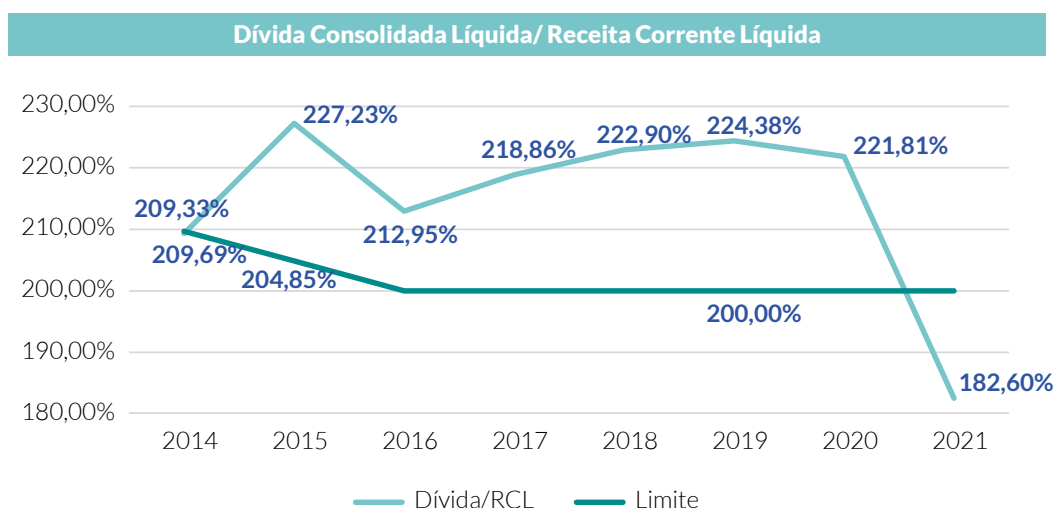
Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a 12 meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também compõem a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Além da dívida mobiliária e contratual, integram a Dívida Consolidada, para fins de aplicação dos limites, os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001, além de estabelecer o limite da DCL, incluiu prazo para adequação do endividamento dos entes da federação que não estivessem enquadrados naquele parâmetro, determinando aos estados que, até o final do 15º exercício subsequente, sua DCL não excedesse duas vezes o valor da RCL. Existem várias interpretações quanto à contagem do prazo para reenquadramento, inclusive com a edição da Resolução do Senado Federal nº 20, de 7 de novembro de 2003, que suspendeu o prazo por determinado

período. A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, alterou a LRF, indicando que em caso de calamidade pública os entes ficam dispensados de cumprir o limite da DCL enquanto perdurar tal situação.

Em 2021 o percentual da dívida versus a RCL teve forte redução em relação a 2020, atingindo 182,60% e ficando, pela primeira vez desde que foi criada a LRF (em 2001), abaixo do limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/2001 (200%). Isso ocorreu devido ao substancial aumento da RCL, conforme explicado no item 2.1.1, que proporcionou a redução no percentual da DCL/RCL.



O valor da DCL atingiu R\$ 98,33 bilhões no terceiro quadrimestre de 2021, apresentando a composição a seguir.

	Em milhões de R\$		
Composição Dívida	2021	2020	2019
Interno	75.034,36	70.499,9	68.388,1
União Lei 9.496/97	73.723,3	69.063,6	66.914,9
União Lei 8.727/93	6,0	28,6	52,3
BNDES	621,1	723,0	735,9
BB	683,5	683,7	683,7
Caixa	0,5	1,0	1,4
Externo	10.869,3	10.659,4	8.624,5
BIRD	8.561,1	8.351,1	6.702,2
BID	2.308,2	2.308,3	1.922,4
Parcelamento e Renegociação Dívidas	368,1	436,3	615,6
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	12.055,9	11.667,2	11.627,2
Dívida Consolidada Líquida Total	98.327,6	93.262,9	89.255,4

A expectativa gerada com a aprovação da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, pelo Senado Federal que altera o indexador da dívida dos estados e municípios com a União (principal parcela no cômputo da DCL), era de que, com sua implementação, o saldo da dívida reduzisse substancialmente. No entanto, apesar da redução produzida pela alteração de indexador, que era retroativa a 2013, o saldo devedor aumentou, devido ao desconto escalonado no pagamento das parcelas, previsto na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Esse desconto fez com que a parcela ficasse menor e o saldo não pago fosse incorporado ao montante da dívida. Porém, o fator determinante para o crescimento do saldo devedor foi o Estado ter obtido junto ao Supremo Tribunal Federal, em 2017, liminar que permitiu a suspensão do pagamento da dívida junto à União, como antecipação do Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017), e que previu o não pagamento da dívida por três anos prorrogáveis por igual período. Desde então, os valores não pagos em decorrência dessa liminar foram empenhados e liquidados, estando inscritos em restos a pagar. O saldo de restos a pagar processados, relacionado a essa dívida com a União, totalizou ao final do exercício de 2021 o montante de R\$ 14,54 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 3,42 bilhões sobre o saldo apresentado ao final do exercício de 2020, quando atingiu R\$ 11,12 bilhões.

Restos a Pagar Processados	Em milhões de R\$
Exercício 2017	1.003,1
Exercício 2018	3.198,5
Exercício 2019	3.450,0
Exercício 2020	3.469,7
Exercício 2021	3.420,2
Total em 31/12/2021	14.541,5

Outro marco importante concluído ao fim de 2021 consistiu na regularização de um contingente de altíssimo risco perante a União no âmbito da Lei Complementar nº 156/2016, que incluía uma penalidade pelo descumprimento do teto de gastos estadual, cuja aplicação resultaria na cobrança de uma restituição em 12 meses, estimada pela União em R\$ 15,7 bilhões e no cancelamento do prolongamento do vencimento da dívida com a União, de 2028 para 2048. Como contrapartida ao alongamento da dívida com a União, autorizado pela LC 156/16, o Estado se vinculou ao teto de gastos previsto na

Lei nos exercícios de 2018 e 2019. O RS conseguiu concluir todo o processo de negociação e de celebração dos aditivos até o prazo imposto na legislação (31 de dezembro de 2021), preservando o alongamento da dívida e impedindo a cobrança de uma penalidade bilionária. Como contrapartida, o Estado arcará com uma penalidade pecuniária calculada em R\$ 3,8 bilhões, mas que após auditoria foi reduzida para R\$ 2,35 bilhões, montante incorporado ao saldo da dívida com a União, cujo pagamento será financiado ao longo dos 27 anos remanescentes do contrato.

2.1.4. Operações de Crédito

O ingresso de novas operações de crédito tem limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001. Para os estados, o limite global de receitas de operações de crédito é 16% da RCL do período de referência.

2.1.4.1. Ingressos

Em 2021 houve ingressos que totalizaram R\$ 41,8 milhões, sendo R\$ 31,8 milhões do Profisco II e R\$ 10,0 milhões do Proredes-BNDES.

A tabela a seguir demonstra o ingresso de recursos de operações de crédito, bem como o limite máximo dos últimos três exercícios.

	Em milhões de R\$		
	2021	2020	2019
Receitas de Operações de Crédito	41,8	24,9	191,9
Limite	8.615,8	6.727,5	6.364,7

Como pode ser observado na tabela, o ingresso de recursos de operações de crédito tem tido um baixo volume nos últimos períodos, principalmente por causa do impedimento de contratações de operações, devido à situação fiscal do Estado.

2.1.4.2. Aplicação

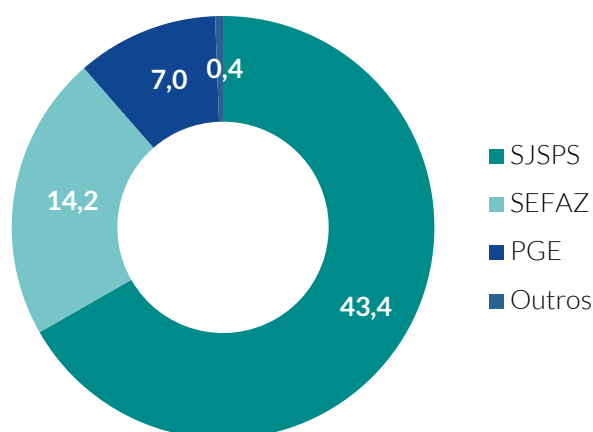
Em 2021 foram aplicados R\$ 65,0 milhões em recursos oriundos de operações de crédito, principalmente no Programa de Oportunidade e Direitos (POD) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A principal utilização foi em investimentos de aprimoramento do processo de ressocialização dentro do POD, pela Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS). Já os

valores aplicados pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) são relativos ao Profisco II (programa que objetiva alcançar a sustentabilidade financeira do Estado, aumentando a eficiência do gasto público, bem como modernizando e fortalecendo a gestão estadual na área fiscal, especialmente por intermédio de investimentos na SEFAZ e na PGE, com recursos oriundos de financiamento junto ao BID, e de contrapartida prevista no Orçamento Anual).

Os recursos foram distribuídos conforme o gráfico a seguir.

Em milhões de R\$

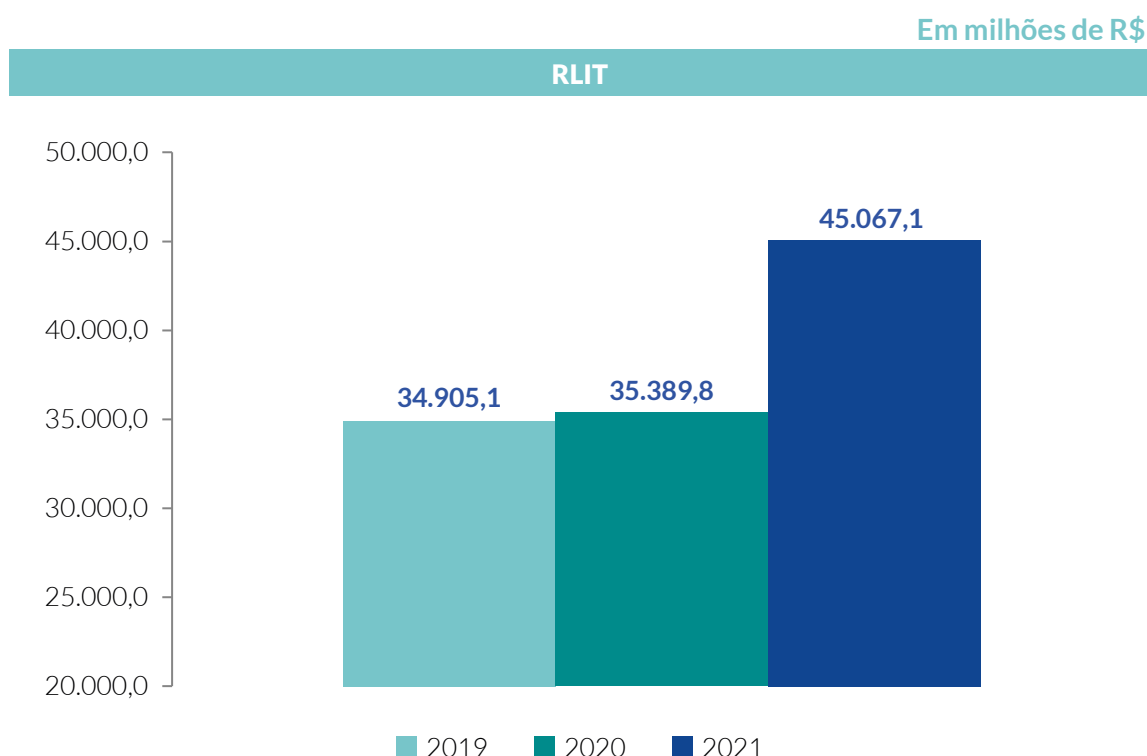
Aplicação dos Recursos de Operações de Crédito



2.2. VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos de gastos do orçamento público com algumas funções do Estado. A Constituição Estadual e outros instrumentos legais fizeram o mesmo, buscando direcionar os recursos públicos para as áreas tidas como mais importantes ou estratégicas para atendimento à população. A base de cálculo desses percentuais é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), composta pela soma da arrecadação de impostos do Estado, acrescida dos valores de transferências constitucionais recebidos de outros entes e pela dedução das participações dos municípios nessas receitas. A RLIT é utilizada para calcular o valor mínimo a ser aplicado no exercício nas duas principais funções do Estado: Saúde e Educação.

O gráfico a seguir apresenta os valores da RLIT dos últimos três anos.



A RLIT de 2021 avançou 27,34% em relação ao ano anterior, impactando nas despesas com educação e saúde, que estão atreladas a ela pelos mínimos constitucionais. O forte avanço da RLIT registrado em 2021 ocorreu, principalmente, devido ao aumento da arrecadação do Estado pelo aquecimento da atividade econômica (que foi fortemente impactada pela pandemia em 2020, reduzindo a base de comparação) e pela operação de dação em pagamento do ICMS da CEEE-D com ações da CEEE-Par, explicada no item 1.6.1, que acresceu R\$ 1,93 bilhão à RLIT do período.

2.2.1.Despesa com Educação

O governo do Estado utiliza-se de três fontes principais de recursos para custeio das despesas com educação. Segue tabela demonstrando o total das despesas executadas, por fonte de recurso.

Em milhões de R\$

Fonte	2021		2020		2019	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 - Impostos e Transferências Constitucionais	8.916,2	97,45%	7.949,0	93,66%	7.682,9	92,46%
2 - Transferências Obrigatórias	216,1	2,36%	489,3	5,77%	597,9	7,20%
3 - Transferências Voluntárias	12,0	0,13%	21,9	0,26%	16,8	0,20%
4 - Outras fontes	4,8	0,05%	26,9	0,32%	11,8	0,14%
Total das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1+2+3+4)	9.149,1	100,00%	8.487,1	100,00%	8.309,4	100,00%

A principal fonte de financiamento (97,45% do total de despesas realizadas em 2021) são recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais. Outra fonte que se destaca é a de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (transferências obrigatórias), representando 2,36% da despesa total em 2021.

2.2.1.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Além das despesas aplicadas em Educação com as fontes indicadas no item “1 – Impostos e transferências constitucionais” da tabela anterior, as chamadas “perdas com o Fundeb” também são computadas como despesa de educação. O Fundeb é um fundo de natureza contábil (escritural) de âmbito estadual (um para cada estado), constituído por parte das receitas arrecadadas por estados e por municípios. Nos estados, são repassados 20% de todos os recursos arrecadados para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), ICMS, ICMS Desoneração (LC 87/1996), IPI Exportação, ITCD e IPVA. O somatório dos recursos enviados ao Fundeb de cada unidade da federação é redistribuído ao estado e seus municípios conforme o número de matrículas em escolas de ensino fundamental regular, ensino médio, de educação especial e educação de jovens e adultos (fundamental e médio). Nessa divisão, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu em 2021, R\$ 2,79 bilhões a menos que o valor de suas receitas transferidas ao Fundo, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Em milhões de R\$			
FUNDEB	2021	2020	2019
1 - Contribuição do Estado ao Fundeb	8.356,9	6.363,9	6.275,1
2 - Retorno Recebido pelo Estado	5.570,1	4.349,7	4.411,12
Perda Relacionada ao Fundeb (1-2)	2.786,7	2.014,2	1.863,9
Perda Relacionada ao Fundeb (%)	33,35%	31,65%	29,70%

Salienta-se que além da receita do retorno do fundo, o Fundeb Estadual registrou a receita de R\$ 4,1 milhões, relativos ao rendimento das aplicações financeiras do fundo. O Estado vem aumentando o percentual de perda com o Fundeb nos últimos anos, atingindo 33,35% em 2021. Ressalte-se que essas perdas constituíram ganho para o conjunto dos municípios do Rio Grande do Sul.

A Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, renovou o Fundeb (a previsão da lei anterior do Fundeb era de duração de 15 anos e esse prazo venceria ao final de 2020) e incluiu algumas alterações importantes como a alteração da base de cálculo, bem como um regramento mais rígido em relação a como os gastos do fundo poderão ser realizados.

2.2.1.2.Limites Constitucionais da Educação

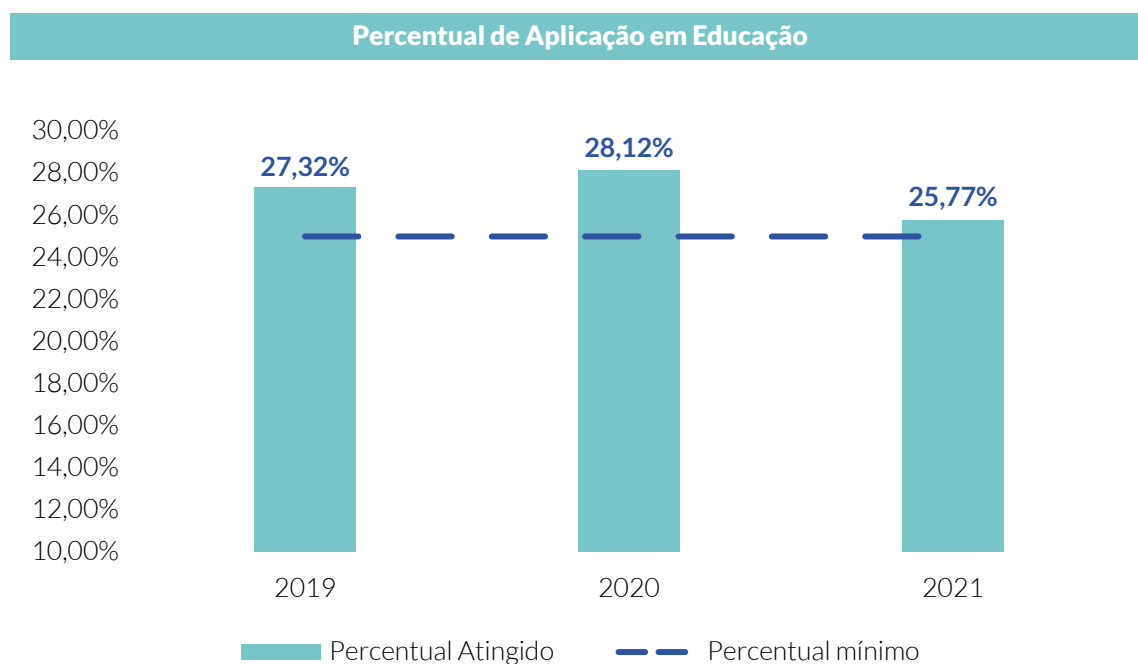
O artigo 212 da Constituição Federal dispõe que 25% da RLIT deve ser aplicado em despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), conforme o artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). No Estado, esse percentual é fixado em 35%, segundo o artigo 202 da Constituição Estadual.

O cumprimento do percentual mínimo de despesas com educação dos últimos três anos é evidenciado na tabela a seguir.

Em milhões de R\$			
Fonte	2021	2020	2019
	Aplicação	Aplicação	Aplicação
1 - Impostos e Transferências Constitucionais	8.828,6	7.938,4	7.682,1
2 (+) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	2.786,7	2.014,2	1.863,9
3 (-) Cancelamento de Restos a Pagar Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Imposto Vinculados ao Ensino	0,4	0,3	11,1
Total aplicado (1+2-3)	11.614,8	9.952,3	9.534,9
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT	45.067,1	35.389,8	34.905,1
Percentual Aplicado em MDE	25,77%	28,12%	27,32%

Salienta-se que em termos de valores, houve um avanço nos gastos da função educação de 16,71%, passando de R\$ 9,95 bilhões em 2020 para R\$ 11,61 bilhões em 2021. Essa expansão foi necessária porque o crescimento da RLIT (+27,34%) aumentou consideravelmente o valor mínimo a ser aplicado em educação.

Na sequência é apresentado o gráfico em que é demonstrado o limite mínimo de aplicação em Educação e o percentual atingido pelo Estado nos últimos três anos.



Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo o mínimo de 25% da RLIT com despesas em educação previsto na Constituição Federal, tendo em 2021 atingido o percentual de 25,77%.

2.2.2.Despesa com Saúde

O governo do Estado utiliza-se de três fontes de recursos para custeio das despesas com saúde. Segue quadros demonstrativos do total das despesas empenhadas e liquidadas nos últimos três anos, por fonte de recurso.

Em milhões de R\$

Despesas com Saúde por Fonte de Recurso	2021	%	2020	%	2019	%
1 - Impostos e transferências Constitucionais	5.497,5	79,61%	4.299,5	70,26%	4.252,3	81,59%
2 - Transferência do SUS	1.387,0	20,09%	1.795,3	29,34%	944,6	18,12%
3 - Outras Fontes	20,9	0,30%	24,9	0,41%	15,1	0,29%
Total	6.905,3	100%	6.119,6	100,00%	5.212,0	100,00%

*Valores empenhados

Em milhões de R\$

Despesas com Saúde por Fonte de Recurso	2021	%	2020	%	2019	%
1 - Impostos e transferências Constitucionais	5.495,7	79,84%	4.298,5	70,86%	4.242,0	81,65%
2 - Transferência do SUS	1.370,3	19,91%	1.745,2	28,77%	939,0	18,07%
3 - Outras Fontes	17,7	0,26%	22,9	0,38%	14,1	0,27%
Total	6.883,7	100%	6.066,6	100,00%	5.195,1	100,00%

*Valores liquidados

A principal fonte de financiamento à Saúde, que representou 79,61% do total de despesas empenhadas em 2021, são os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCD e IRRF) e as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE, Desoneração do ICMS – LC 87/1996, IPI Exportação), base de cálculo do limite constitucional, conforme item 2.2.2.1 Limites Constitucionais da Saúde. Cabe destacar também as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), que representaram 20,09% da despesa empenhada total em 2021, uma redução de 9,25 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Essa redução substancial está ligada ao apoio financeiro do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia, realizado por meio da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e por meio de outras transferências extraordinárias do SUS durante o ano de 2020.

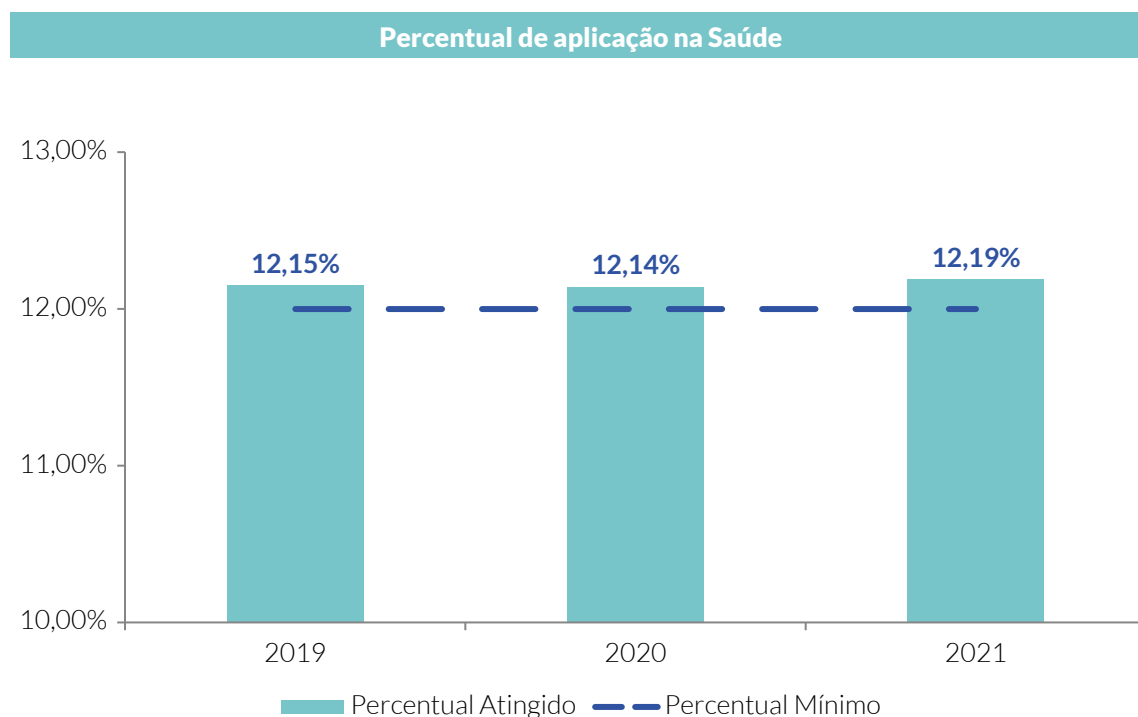
2.2.2.1. Limites Constitucionais da Saúde

A Constituição Federal determina que 12% da RLIT devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde. Em 2021, o total da RLIT foi de R\$ 45,07 bilhões, e as despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transferências constitucionais totalizaram R\$ 5,50 bilhões (não são consideradas no cálculo as despesas empenhadas e não liquidadas – R\$ 1,8 milhão), resultando em uma aplicação de 12,19% da RLIT. É apresentado, a seguir, a tabela com o total e o percentual de

gastos com saúde a partir de 2019, conforme os critérios determinados pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em que se observa que o Estado vem atingindo o mínimo constitucional previsto:

Especificação	Em milhões de R\$		
	2021	2020	2019
Despesas com Saúde (liquidada)	5.495,7	4.298,5	4.242,0
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT	45.067,1	35.389,8	34.905,1
Percentual de Despesas com Saúde/RLIT	12,19%	12,14%	12,15%

A seguir é apresentado gráfico com o percentual mínimo a ser aplicado em saúde e o percentual atingido pelo Estado nos últimos três exercícios.



2.2.3.Despesa com Ensino Superior

O artigo 201 da Constituição Estadual, em seu §3º, determina que o Estado deve aplicar 0,5% da sua Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP) na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público, mediante crédito educativo e bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário. A RLIP é composta pela receita com os impostos próprios do ente, descontada a parte relativa a esses impostos pertencente aos municípios.

Segue abaixo quadro com a aplicação de recursos no ensino superior e o percentual em relação à RLIP.

Em milhões de R\$						
Especificação	2021	%aplicação	2020	%aplicação	2019	%aplicação
APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO SUPERIOR	99,5		94,0		99,1	
Pessoal e Encargos	86,6	87,06%	80,9	86,11%	83,5	84,27%
Outras Despesas Correntes	12,8	12,85%	13,0	13,87%	15,4	15,52%
Investimentos	0,1	0,09%	0,0	0,2%	0,2	0,21%
Receita Líquida de Impostos Próprios	41.985,2		32.869,2		32.323,4	
Percentual de Aplicações	0,24%		0,29%		0,31%	

Conforme a tabela, o Estado não tem aplicado o percentual mínimo determinado em sua Constituição. Cabe destacar que os gastos com pessoal e encargos têm concentrado mais de 80% dos valores empenhados no ensino superior ao longo dos últimos exercícios.

2.2.4. Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica

O artigo 236 da Constituição Estadual estabelece que o Estado deve destinar, no mínimo, 1,5% da sua RLIP para aplicações de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

A tabela a seguir demonstra a aplicação de recursos em pesquisa nos últimos três exercícios.

Em milhões de R\$			
Especificação	2021	2020	2019
Fomento à Pesquisa Científica	29,1	34,3	28,1
Receita Líquida de Impostos Próprios	41.985,2	32.869,2	32.323,4
Percentual de Aplicações	0,07%	0,10%	0,09%

Observa-se que o Estado está aplicando um montante abaixo do mínimo determinado em sua Constituição para pesquisa científica e tecnológica.

2.3. DESPESA COM SEGURANÇA

O governo do Estado utiliza-se de várias fontes de recursos para custeio das despesas com segurança pública. Segue tabela demonstrativa do total das despesas executadas nos últimos três anos:

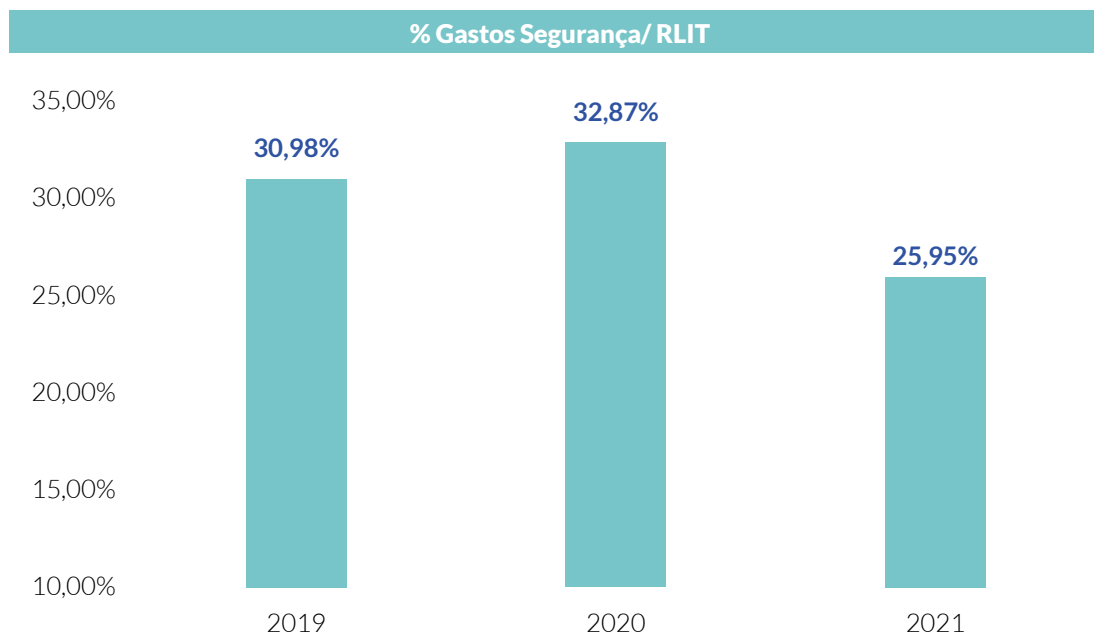
Em milhões de R\$

Fonte	2021		2020		2019	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 - Tesouro - Livres	8.328,5	71,21%	10.759,0	92,49%	10.372,3	95,91%
2 - Tesouro - Vinculados por lei	3.274,4	28,00%	561,1	4,82%	375,4	3,47%
3 - Convênios	58,3	0,50%	61,6	0,53%	67,4	0,62%
4 - Outras Fontes	34,7	0,30%	251,1	2,16%	-	0,00%
Total de Despesas com Segurança	11.695,9	100,00%	11.632,7%	100,00%	10.815,0	100,00%

A principal fonte de financiamento para a segurança pública, perfazendo 71,21% do total aplicado em 2021, são de recursos livres do Tesouro.

2.3.1.Despesa com Segurança Pública x RLIT

Diferentemente das despesas com saúde e educação, a segurança pública, também considerada uma das principais funções do Estado, não possui um percentual mínimo de aplicação definido pela Constituição Federal. Para fins comparativos, optou-se por apresentar o comprometimento da RLIT com despesas de segurança pública, tomando por base os critérios aplicados nos cálculos de saúde e educação.



Observa-se uma redução no percentual de gastos com segurança em 2021. Essa redução está relacionada ao forte aumento verificado na RLIT de 2021 (aumento de 27,34%), combinado com certa estabilidade na despesa com segurança (crescimento de 0,54%).

2.4. RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Para efeito de análise, o resultado previdenciário será desdobrado em Plano Financeiro (Regime de Repartição Simples), Fundo Previdenciário (Fundoprev – Regime de Capitalização) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Na esteira da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aprovada pelo Congresso Nacional, o Estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei Complementar nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019, adequando a legislação do Estado às alterações da legislação federal para os servidores civis. Com a nova Lei, as alíquotas previdenciárias foram alteradas, gerando faixas de alíquotas conforme o valor da base de contribuição. Essas mudanças passaram a valer a partir de abril de 2020, em razão do princípio tributário da noventena, impactando positivamente tanto o plano financeiro, quanto o plano previdenciário, pois propiciam aumento de arrecadação de contribuições. Já em relação aos servidores militares, que tiveram as alíquotas progressivas e a ampliação da base de contribuição dos inativos e pensionistas aprovadas em março de 2021, mediante a Lei Complementar nº 15.602, de 16 de março de 2021, seus efeitos no aumento das receitas de contribuições e, por conseguinte, na redução do déficit previdenciário foram observados somente a partir do mês de julho de 2021, após o decurso do prazo de 90 dias. Além disso, no início de 2020 também foram aprovadas novas leis e uma emenda à Constituição que alteraram diversos dispositivos relacionados a benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais, o que tende a auxiliar na redução do déficit previdenciário ao longo dos próximos anos, fato que já pode ser observado na estabilização das despesas do plano financeiro.

2.4.1. Plano Financeiro

O resultado previdenciário demonstrado a seguir decorre do confronto entre receitas e despesas previdenciárias. As receitas contemplam, entre outras, contribuições dos segurados, contribuição patronal, receitas de valores mobiliários, receitas de compensações entre os regimes próprios (RPPS) e o Regime Geral de Previdência (RGPS). Já as despesas estão relacionadas basicamente aos pagamentos de aposentadorias e pensões. No quadro a seguir, as contribuições para a cobertura do déficit, pagas pelo Estado ao Instituto de Previdência do Estado (IPE-Prev), no montante de R\$ 10,32 bilhões em 2021, não compõem o total da receita.

Em milhões de R\$

Resultado Previdenciário - RPPS	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Receita	8.114,1	7.090,9	1.023,2	14,43%
Despesa	17.126,6	17.030,1	96,5	0,57%
Resultado	(9.012,5)	(9.939,1)	926,6	-9,32%

O déficit demonstrado é resultado de um regime que passou a ter caráter contributivo e solidário apenas com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003. Assim, os resultados negativos que esse plano apresenta atualmente têm origem, sobretudo, em períodos anteriores às referidas emendas.

Como é possível observar no quadro de resultados previdenciários do plano financeiro, as alterações impostas pelas Leis Complementares nº 15.429 e nº 15.602 tiveram um resultado importante na receita arrecadada, com avanço superior a 14% em relação ao ano anterior. Como as despesas mantiveram-se praticamente estáveis, o resultado previdenciário do regime financeiro teve uma melhora de R\$ 926,6 milhões, atingindo um déficit de R\$ 9,01 bilhões. Como era esperado, essas mudanças na legislação inverteram uma tendência de aumento contínuo nos valores nominais de déficit, sinalizando uma melhora na situação previdenciária do Estado.

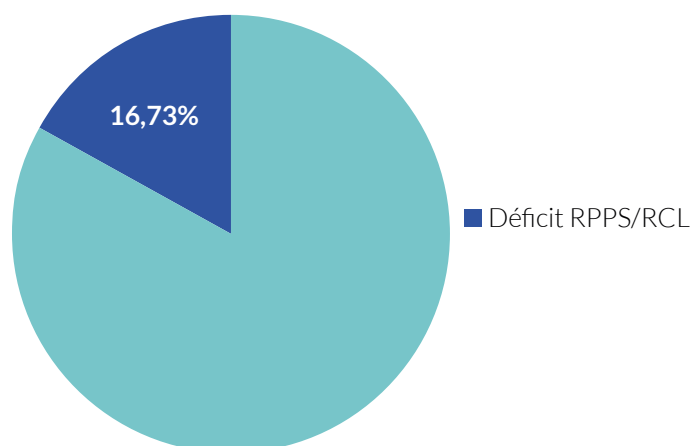
A representatividade desse déficit nas contas do Estado pode ser melhor entendida a partir da tabela a seguir, na qual se observa que, além da queda nominal do déficit, a proporção em relação à RCL teve uma queda significativa.

Em milhões de R\$

	2021	2020	Var. %
RCL	53.878,1	42.073,5	28,06%
Déficit RPPS	9.012,5	9.939,1	-9,32%
% da RCL	16,73%	23,62%	

Note-se que houve uma forte redução no percentual de RCL consumido pelo déficit previdenciário. Além da redução nominal do déficit, o forte crescimento da RCL explica esse bom resultado.

Déficit RPPS/RCL



2.4.2.Fundo Previdenciário (Fundoprev)

O Fundo Previdenciário (Fundoprev) foi instituído pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, e abrange os servidores que ingressaram no serviço público desde essa data. Ele é gerido pelo IPE-Prev, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da autarquia. Dessa forma, com a segregação de massas do RPPS, existem, desde 15 de julho de 2011 dois tipos de servidores/segurados: os que ingressaram no Estado antes dessa data e estão abrangidos pelo Plano Financeiro e os que ingressaram depois e estão abrangidos pelo Plano Previdenciário. A Lei Complementar Estadual nº 15.511, de 24 de agosto de 2020, trouxe alterações no Fundoprev, sendo a principal delas a mudança dos servidores que ingressaram no Estado entre o período da criação do Fundoprev (15 de julho de 2011) e a criação do Regime de Previdência Complementar (RPC), Lei nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, passando esses servidores a fazer parte do fundo financeiro, autorizando inclusive, a transferência do saldo superavitário relativos às contribuições para o fundo financeiro, o que ainda não ocorreu.

Em razão do pouco tempo de existência do Fundoprev, o resultado é superavitário, conforme tabela a seguir.

Em milhões de R\$

Resultado Previdenciário - Fundoprev	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
Receita	261,4	584,4	(323,0)	-55,28%
Despesa	6,3	4,5	1,8	38,73%
Resultado	255,1	579,9	(324,8)	-56,01%

Salienta-se que a mesma alteração do MDF (retirada das receitas e despesas administrativas da apuração do resultado previdenciário) vista no item 2.4.1 ocorreu no Fundoprev, contudo, os efeitos no resultado foram muito menores, devido à diferença de tamanho dos planos. A redução nas receitas do plano previdenciário (55,28%) está associada aos baixos rendimentos das aplicações dos recursos do Fundoprev, em decorrência da pandemia do novo coronavírus e a mudança dos servidores que ingressaram no Estado no período entre as leis que criaram o Fundoprev e o RPC. Com a mudança, as receitas vinculadas a esses servidores deixaram de ingressar no Fundoprev e passaram a compor as receitas do plano financeiro.

Ao final de 2021, o Fundoprev apresentava R\$ 3,50 bilhões depositados em aplicações em contas bancárias (investimentos e caixa e equivalentes de caixa). Importante destacar que esses valores não estão aplicados no Caixa Único do Estado, estando totalmente disponíveis para a gestão do fundo. Salienta-se que a transferência dos valores relativos aos servidores que foram migrados do regime previdenciário para o regime financeiro, por meio da Lei Complementar nº 15.511/2020, ainda não foi efetuada pela administração.

2.4.3. Regime de Previdência Complementar – RPC/RS

O Regime de Previdência Complementar (RPC), instituído pela Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, entrou em funcionamento após a autorização concedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 382, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2016.

A partir da autorização, os servidores que ingressam no serviço público estadual têm suas aposentadorias e pensões limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), fixado em R\$ 6.433,57 no exercício de 2021. Isso significa que tanto a contribuição do servidor quanto a contribuição equivalente do Estado estão limitadas ao referido teto.

Para complementar o benefício da aposentadoria, o servidor poderá aderir ao plano oferecido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Prev), contribuindo sobre o valor da remuneração que exceder o teto do RGPS. Nesse caso, o Estado também contribuirá para o plano de previdência complementar com o mesmo valor da contribuição realizada pelo servidor, limitado à alíquota de 7,5%.

O regime de previdência complementar do RS, até 31 de dezembro de 2021, contava com um número de 1.581 participantes.

2.5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ESTADUAL

A Lei Complementar nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, traz normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, criando mecanismos prudenciais de controle com objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Essa Lei inovou no controle dos gastos públicos em relação à LRF e avançou nas restrições aos aumentos desses gastos. Além disso, trouxe outras vedações, como a proibição de concessão de aumentos salariais a servidores a serem implementados em período posterior ao mandato do titular do Poder Executivo. Destaca-se que a ADI nº 70069406122 afastou a aplicação da Lei aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MP, ao TCE e à DPE. Atualmente o processo está tramitando no Superior Tribunal de Justiça, sob o número único de processo (NUP) 0150806-81.2016.8.21.7000.

2.6. REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Em 29 de dezembro de 2021, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), encaminhando parecer comprovando o cumprimento dos três requisitos exigidos para habilitação e a implementação das oito medidas exigidas como contrapartida para homologação do RRF.

O pedido foi deferido no dia 27 de janeiro de 2022 e, a partir dessa data, o Estado, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), iniciou a elaboração de um plano de recuperação fiscal, voltado para a retomada do equilíbrio fiscal, com metas de superávit primário e da trajetória dos restos a pagar, visando construir o espaço fiscal necessário para retomar o pagamento de seus financiamentos, sem que novos passivos sejam acumulados para honrar o serviço da dívida. Até a homologação do RRF, o que deve ocorrer durante o exercício de 2022, o Estado estará sujeito a vedações similares às que esteve sujeito em 2020 e 2021 por conta das contrapartidas exigidas na LC nº 173/2020, incluindo restrições a aumento de despesa de pessoal e à criação de despesas de caráter continuado.

O RRF representa uma oportunidade para que o Estado regularize os pagamentos do serviço da dívida com a União após mais de quatro anos de suspensão por medida liminar do STF. Cabe destacar que em fevereiro de 2022 foi celebrado um novo contrato e o montante acumulado durante o período de suspensão (R\$ 14,54 bilhões) foi refinanciado com prazo de 30 anos e com as mesmas condições da dívida atual (IPCA + 4% ao ano, com encargos limitados à taxa SELIC).



3. GESTÃO

PATRIMONIAL

A contabilidade pública brasileira está avançando no processo de convergência aos padrões internacionais. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está editando gradualmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), que são normas convergidas das *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS).

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME), por força de mandamento legal contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem o papel de consolidar as contas públicas nacionais, bem como de normatizar as regras gerais dessa consolidação. Dessa forma, anualmente, são publicadas alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e, periodicamente, é publicada nova edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que já está na 9ª edição. Além disso, em 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecendo prazos-limite para os entes da federação adotarem os procedimentos contidos no MCASP, que estão alinhados com as NBC TSP editadas pelo CFC.

A seguir é apresentado quadro demonstrativo da situação do Estado em relação aos prazos estipulados pela STN no PIPCP:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)		Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado

(continua)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)		Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Em implantação
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Estudos iniciados

Considera-se implantado o procedimento contábil que está alinhado às regras estabelecidas no MCASP 8ª edição (a 9ª é válida a partir de 2022) e nas NBC TSP vigentes. Em implantação são os procedimentos iniciados em 1º de janeiro de 2022, sobre os quais já foram expedidos normativos e/ou guias de lançamentos contábeis.

Parcialmente atendidos são os procedimentos que estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, porém com ajustes a serem realizados. O *status* de “Estudos Iniciados” refere-se aos bens do patrimônio cultural que estão incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pela Portaria Sefaz/RS nº 45, de 10 de abril de 2019.

3.1. ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021, o Ativo do Estado, comparado com o do ano anterior, pode ser verificado no quadro a seguir:

Em milhões de R\$						
Títulos	Atributo*	2021		2020		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2021/2020
ATIVO CIRCULANTE		23.300,8	33,16%	18.656,5	29,82%	24,89%
Caixa e Equivalente de Caixa		10.226,7	14,55%	4.294,2	6,86%	138,15%
Caixa e Equivalente de Caixa	Financeiro	4.363,0	6,21%	3.573,0	5,71%	22,11%
Caixa e Equivalente de Caixa - Siac	Financeiro	5.863,7	8,34%	21,2	1,15%	713,05%
Créditos a Curto Prazo		9.042,5	12,87%	10.704,5	17,11%	-15,53%
Créditos Tributários a Receber	Permanente	6.235,7	8,87%	7.909,8	12,64%	-21,17%
Clientes	Permanente	41,5	0,06%	5,7	0,09%	-25,54%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Permanente	113,5	0,16%	179,7	0,29%	-36,84%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	2.481,0	3,53%	2.382,5	3,81%	4,14%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	65,2	0,09%	54,9	0,09%	18,72%
Devedores	Financeiro	105,3	0,15%	158,1	0,25%	-33,42%
Responsáveis por Pagamentos Irregulares	Financeiro	111,0	0,16%	111,9	0,18%	-0,81%
Depósitos Judiciais	Financeiro	59,4	0,08%	59,7	0,10%	-0,54%
Demais Créditos de Curto Prazo	Permanente	357,0	0,51%	325,6	0,52%	9,64%
Demais Créditos de Curto Prazo	Financeiro	3,6	0,01%	4,0	0,01%	-8,61%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2021		2020		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2021/2020
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Curto prazo	Permanente	(530,6)	-0,76%	(537,3)	-0,86%	-1,25%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		3.467,6	4,93%	3.203,9	5,12%	8,23%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	Financeiro	2.693,9	3,83%	2.598,3	4,15%	3,68%
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	Financeiro	773,7	1,10%	605,6	0,97%	27,76%
Estoques		531,4	0,76%	421,2	0,67%	26,16%
Mercadorias para Revenda	Permanente	0,1	0,00%	0,1	0,00%	0,00%
Almoxarifado	Permanente	531,3	0,76%	421,1	0,67%	26,17%
Imobilizado Mantido para Venda	Permanente	32,6	0,05%	32,6	0,05%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		46.971,7	66,84%	43.901,3	70,18%	6,99%
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.785,4	28,16%	19.243,4	30,76%	2,82%
Clientes	Permanente	25,9	0,04%	4,4	0,01%	494,59%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	42.590,5	60,61%	43.346,2	69,29%	-1,74%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	601,6	0,86%	839,8	1,34%	-28,36%
Depósitos Judiciais	Financeiro	45,2	0,06%	45,2	0,07%	0,00%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Permanente	1.255,5	1,79%	1.024,3	1,64%	22,58%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	Permanente	24,5	0,03%	22,3	0,04%	10,06%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Longo Prazo	Permanente	(24.757,9)	-35,23%	(26.038,9)	-41,62%	-4,92%
Investimentos		14.768,5	21,02%	13.794,7	22,05%	7,06%
Participações Acionárias	Permanente	13.002,9	18,50%	11.789,8	18,85%	10,29%
Fundos para Financiamento	Permanente	1.765,6	2,51%	2.004,8	3,20%	-11,93%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2021		2020		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2021/2020
Imobilizado		12.310,7	17,52%	10.783,4	17,24%	14,16%
Bens Móveis	Permanente	4.196,9	5,97%	3.774,2	6,03%	11,20%
Bens Imóveis	Permanente	8.217,2	11,69%	7.059,0	11,28%	16,41%
(-) Depreciação Acumulada	Permanente	(103,5)	-0,15%	(49,8)	-0,08%	-
Intangível		107,1	0,15%	79,9	0,13%	34,04%
Softwares	Permanente	107,2	0,15%	80,0	0,13%	34,00%
(-) Amortização Acumulada	Permanente	(0,1)	0,00%	(0,1)	0,00%	0,00%
Total		70.272,5	100,00%	62.557,8	100,00%	12,33%

* Classificação conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/64.

O Ativo do Estado teve crescimento de 12,33% na comparação entre 2021 e 2020, com o aumento tanto no Ativo Circulante quanto no Não Circulante.

No Ativo Circulante, destaca-se o crescimento do Caixa e Equivalente de Caixa em 138,15%, originado no superávit orçamentário e na inscrição de restos a pagar em valor superior ao pagamento de restos, conforme já analisado no Capítulo 1. No Ativo Não Circulante, ressalta-se o aumento do Ativo de Participações Acionárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado no item 3.1.6.

3.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa cresceu em valores nominais R\$ 5,93 bilhões, totalizando ao final do exercício R\$ 10,23 bilhões. Resume-se a seguir sua composição:

Em milhões de R\$

Conta	2021	2020	Δ%
Caixa e Equivalente de Caixa - Siac	5.863,7	721,2	713,05%
Caixa	-	0,0	-100,00%
Banco Conta Movimento	354,4	307,9	15,13%
Poder Judiciário	11,3	10,8	5,18%
Poder Executivo	197,2	131,2	50,35%
Poder Legislativo	3,1	2,0	49,65%
Ministério Público	19,4	0,0	62093,09%
Defensoria Pública	4,2	1,2	237,60%

(continua)

Conta	Em milhões de R\$		
	2021	2020	Δ%
<i>Autarquias</i>	80,6	115,5	-30,17%
<i>Fundações</i>	4,1	5,5	-25,94%
<i>RPPS</i>	34,6	41,6	-17,02%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3.353,2	2.830,3	18,48%
<i>Poder Executivo</i>	1.329,4	1.217,3	9,21%
<i>Poder Judiciário</i>	1.899,3	1.557,4	21,95%
<i>Demais Poderes, Autarquias e Fundações</i>	124,5	55,5	124,30%
Aplicações Fundo da Saúde	313,4	237,0	32,24%
Rede Bancária - Arrecadação	341,9	197,9	72,76%
Total do Caixa e Equivalente de Caixa	10.226,7	4.294,2	138,15%

Excluído o SIAC, detalhado no item 3.1.1.1, a conta com maior representatividade é a de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, totalizando R\$ 3,35 bilhões ao final do exercício de 2021. Cabe destacar que esses valores não estão aplicados no SIAC, a maior parte se refere a fundos orçamentados e convênios, ou seja, recursos vinculados. O Poder Judiciário é o detentor de 56,64% desse saldo (R\$ 1,90 bilhão) e o restante está com os demais Poderes, autarquias e fundações.

3.1.1.1. Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC)

O Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instituído pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, destina-se a centralizar as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, ou seja, o caixa único do Estado. O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul.

O saldo do SIAC decorre das aplicações realizadas pelos órgãos da administração estadual até determinada data, deduzidas do montante resgatado pelo Tesouro do Estado e do ajuste de consolidação. O referido ajuste consiste na eliminação das aplicações da administração indireta (autarquias e fundações), registradas em seus ativos, com o passivo registrado na administração direta, e pode ser assim demonstrado:

Em milhões de R\$

	2021	2020
Ativo Administração Direta	8.549,3	7.213,8
Ativo Autarquias e Fundações	1.369,8	1.196,7
Passivo com Autarquias e Fundações	-1.369,8	-1.196,7
Resgates do Tesouro	-2.685,6	-6.492,6
Saldo	5.863,7	721,2

Das fontes de recursos que ingressaram no SIAC no exercício de 2021, destacam-se aquelas provenientes da movimentação das aplicações do Fundo dos Ex-Autárquicos da CEEE (R\$ 511,6 milhões), da CEEE Geração (R\$ 479,3 milhões) e dos Poderes e Órgãos Autônomos (R\$ 262,0 milhões). Entre as contas que tiveram mais utilização de recursos que aplicações, destacam-se a Corsan (R\$ 151,7 milhões), o Fundo de Reforma do Estado (R\$ 94,2 milhões) e a CEEE Participações (R\$ 63,9 milhões).

As contas com saldos mais representativos na composição do total de aplicações do SIAC, em 31 de dezembro de 2021, são listadas a seguir:

Em milhões de R\$

Composição do Siac		
Conta	Valor	Participação %
Administração Indireta / Fundos Especiais	2.437,5	28,51%
Poderes/Órgãos Autônomos (Exceto P. Exec.)	2.331,9	27,28%
Programa de Reforma do Estado	583,6	6,83%
Fundo Ex Autárquicos CEEE	511,6	5,98%
Educação	401,0	4,69%
Fundeb SEDUC	384,0	4,49%
Fundo AMPARA	253,7	2,97%
Fundo de Recursos Hídricos	228,6	2,67%
Outras	1.417,5	16,58%
Total	8.549,3	100,00%

A título de ilustração, na tabela seguinte, as aplicações são discriminadas de acordo com os saldos pertencentes a cada Poder/Órgão do Estado:

Em milhões de R\$

Aplicações Siac por Poder	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	AL	TCE	MP	DPE	TOTAL
Recursos Livres	66,0	833,5	702,2	171,9	144,3	115,1	2.033,0
Recursos Vinculados	3.698,4	229,1	119,1	16,4	-	0,2	4.063,3
Depósitos Judiciais	15,6	-	-	-	-	-	15,6
Administração Indireta / Fundos Especiais	2.437,5	-	-	-	-	-	2.437,5
Total	6.217,4	1.062,6	821,3	188,3	144,3	115,4	8.549,3

3.1.2. Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos entre Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, estão assim evidenciados:

3.1.2.1. Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento

Os créditos tributários constituídos na fase de Auto de Lançamento totalizaram R\$ 6,24 bilhões, uma redução de 21,17%, quando comparado com o estoque ao final de 2020 (R\$ 7,91 bilhões). Na tabela a seguir, são apresentados os saldos dos Créditos de Auto de Lançamento nos dois últimos exercícios:

Em milhões de R\$

Conta Contábil	2021	2020
Créditos por Autos de Lançamentos	6.235,7	7.909,8
(-) Ajuste para Perdas em Créditos por Autos de Lançamentos	(530,4)	(537,2)
Estoque Viável	5.705,2	7.372,6

Foi registrado um Ajuste de Perdas de Créditos no valor de R\$ 530,4 milhões que se refere a perdas estimadas pela Receita Estadual do total de R\$ 6,24 bilhões em cobrança. Dessa forma, o valor líquido dos créditos de Auto de Lançamento era de R\$ 5,71 bilhões ao final de 2021.

3.1.2.2. Clientes

Ao final do exercício de 2021, os valores a receber de Clientes estavam assim distribuídos, entre curto e longo prazo:

Em milhões de R\$	
Clientes	
Entidades	Valor Inscrito
Curto Prazo	41,5
Suprg	26,9
Administração Direta	12,4
Outros	2,2
Longo Prazo	25,9
Irga	19,9
Outros	6,0

Na SUPRG, estão registrados valores de serviços portuários a receber. No IRGA, os valores estão relacionados a arrendamento e fornecimento de água para irrigação.

Na Administração Direta os valores se concentram na Secretaria Estadual da Saúde, relativos à prestação de serviços de saúde devidos pela União ou Municípios ao Estado e aos serviços de processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados.

3.1.2.3. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

No quadro a seguir estão destacados os principais saldos por Órgão/Entidade da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Em milhões de R\$		
Órgão/Entidade	2021	2020
Secretaria da Fazenda	84,6	84,7
Secretaria da Agricultura	24,1	50,6
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	4,5	29,2
Encargos Gerais do Estado	-	15,1
Outras	0,2	0,2
Total	113,5	179,7

Na Secretaria da Fazenda, os Empréstimos e Financiamentos Concedidos concentram-se em valores devidos por mutuários do Banco Nacional de Habitação.

Em 2021, na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura e nos Encargos Gerais do Estado houve reclassificação de saldos para as contas de investimentos de longo prazo (Fundos para Financiamento), resultando em redução na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

3.1.2.4.Dívida Ativa

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo de pagamento, após apuração de certeza e liquidez. O valor total inscrito em dívida ativa pelo Estado é de R\$ 45,74 bilhões (somatório da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no curto prazo e no longo prazo), sendo R\$ 45,46 bilhões da Administração Direta e R\$ 273,8 milhões da Administração Indireta (o saldo total era de R\$ 410,6 milhões, porém no processo de consolidação foram excluídos os valores devidos ao IPE-Prev e ao IPE-Saúde por outros órgãos do Estado no valor de R\$ 136,8 milhões).

3.1.2.4.1.Dívida Ativa da Administração Direta

Os saldos de Dívida Ativa da Administração Direta são expressos na tabela a seguir:

	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Ativo Circulante	2.500,0	2.400,0
Dívida Ativa Tributária	2.481,0	2.382,5
Dívida Ativa Não Tributária	19,0	17,5
Ativo Não Circulante	18.237,6	17.900,5
Dívida Ativa Tributária	42.590,5	43.346,2
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(24.657,1)	(25.818,8)
Dívida Ativa Não Tributária	374,0	405,3
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(69,8)	(32,3)
Total	20.737,6	20.300,5

Em atendimento às NBC TSP, anualmente é realizada a transferência dos valores cuja expectativa de realização ultrapasse o término do exercício subsequente (2022) para o grupo Ativo Não Circulante, subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo, e o ajuste das perdas esperadas referentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa, que, apesar de todos os esforços para sua cobrança, possuem alta probabilidade de não realização.

Nesse sentido, foram realizados pelos órgãos responsáveis pela gestão da dívida ativa – Receita Estadual (cobrança administrativa) e Procuradoria-Geral do Estado (cobrança judicial) – estudos especializados sobre os créditos inscritos para cálculo do ajuste das perdas, bem como dos valores a receber que serão reclassificados para longo prazo. Os critérios utilizados para o cálculo do ajuste são apresentados abaixo:

a) Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- I. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Dessa forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- II. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 8,94%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2021.
- III. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor Mínimo de Ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não pode ser encaminhada à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 9 de setembro de 1991. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos.

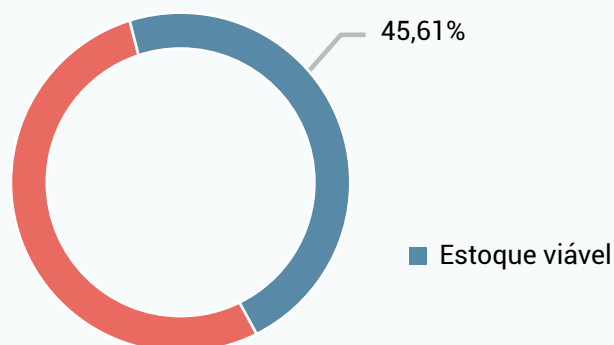
b) Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial é o mesmo adotado desde o exercício de 2019:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, sempre
Suspenso Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Acordo Judicial	Sim, sempre
Suspenso por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspenso por Ordem Judicial	Sim, sempre
Suspenso por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Penhora de Faturamento	Sim, sempre
Suspenso por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não

O Estoque Viável de Dívida Ativa é de R\$ 20,74 bilhões dos R\$ 45,46 bilhões inscritos, portanto 45,61% do total em 2021, sendo que em 2020 o Estoque Viável era de 43,99%.

ESTOQUE VIÁVEL DE COBRANÇA (DÍVIDA ATIVA) ADMINISTRAÇÃO DIRETA



O ajuste realizado a partir do Balanço do Estado de 2015 permite evidenciar o estoque real dos valores cobráveis em dívida ativa, sem repercussões orçamentárias e financeiras. Além disso, não há alteração na situação de cobrança dos créditos, que permanecem como direito do Estado.

Comparando-se os totais inscritos (sem considerar o ajuste a valor recuperável) em 2021 (R\$ 45,46 bilhões) e em 2020 (R\$ 46,15 bilhões), houve praticamente uma estabilidade no Estoque Total de Dívida Ativa. Segue tabela demonstrando a evolução anual dos saldos de Dívida Ativa antes da realização de ajustes a valor recuperável:

Em milhões de R\$

Estoque Total de Dívida Ativa		
Posição	Saldo	Variação no ano
2017	43.669,4	
2018	44.945,9	2,92%
2019	46.166,2	2,72%
2020	46.151,6	-0,03%
2021	45.464,4	-1,49%

Já a arrecadação de Dívida Ativa apresentou o seguinte desempenho:

Em milhões de R\$

Arrecadação Dívida Ativa			
	2021	2020	Variação
Valor Efetivamente Arrecadado	3.453,4	882,5	291,32%
Valor Compensado com Precatório	168,5	175,4	-3,90%
Total	3.622,0	1.057,9	242,38%

Durante o exercício de 2021, houve um expressivo aumento nos valores arrecadados de Dívida Ativa, relacionado principalmente à operação de privatização da CEEE-D, conforme demonstrado no item 1.6.1. Se descontados esses efeitos relacionados à privatização da CEEE-D, o valor arrecadado seria de R\$ 877,1 milhões, o que representa uma estabilidade quando comparados aos R\$ 882,5 milhões arrecadados em 2020. Já, nos processos de compensação de Dívida Ativa com Precatórios finalizados em 2021, o total foi de R\$ 168,5 milhões, o que representa uma queda de 3,90% em relação a 2020.

3.1.2.4.2. Dívida Ativa da Administração Indireta

A Dívida Ativa da Administração Indireta totalizou, em 2021, R\$ 386,0 milhões ou R\$ 249,2 milhões, após os ajustes de consolidação, estando composta dos seguintes valores por entidade:

Em milhões de R\$			
Dívida Ativa Administração Indireta			
Entidades	Valor Inscrito	Valor Ajuste de Consolidação	Saldo Consolidado
Suprg	159,6	-	159,6
IPE Saúde	131,0	(112,2)	18,8
IPE Prev	73,0	(24,6)	48,4
Detran	25,3	-	25,3
Daer	18,4	-	18,4
Outras Entidades	3,3	-	3,3
(-) Ajustes de Perdas	(24,6)	-	(24,6)
Total	386,0	-136,8	249,2

Parte dos valores inscritos no IPE-Prev e no IPE-Saúde são relativos a valores devidos pela Administração Pública Estadual, fazendo com que esses valores sejam excluídos na consolidação do Balanço.

Na SUPRG, a Dívida Ativa é composta por créditos relativos a serviços portuários, destacando-se o arrendamento de áreas e atracação de navios. Já no Daer, os valores inscritos em Dívida Ativa concentram-se em imputações de responsabilidade a empresas, enquanto no Detran o valor está relacionado a multas de trânsito.

3.1.2.5. Devedores, Responsáveis por Pagamentos Irregulares, Sequestros Judiciais a Regularizar e Depósitos Judiciais

A conta Devedores demonstra os pagamentos efetuados, independentemente de autorização orçamentária, gerando débitos de pessoas físicas ou jurídicas. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pelo Tribunal Regional Federal, que ainda não foram regularizados em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, dessa forma, a conciliação desta conta.

Já a conta Responsáveis por Pagamentos Irregulares demonstra os pagamentos efetuados em que não houve o prévio empenho/liquidação, ou, caso tenha havido, esteja pendente de regularização.

A seguir demonstram-se os saldos das contas de Devedores e de Responsáveis:

Conta Contábil	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Devedores	105,3	158,1
Responsáveis	111,0	111,9
Total	216,2	270,0

3.1.2.6. Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais são ativos financeiros que, na resolução das demandas judiciais, ou reverterão ao Estado ou serão destinados à outra parte do processo. No curto prazo, esses valores totalizam R\$ 59,4 milhões, e no longo prazo, R\$ 45,2 milhões.

3.1.2.7. Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Permanente

A seguir são detalhados os ativos que compõem os Demais Créditos a Receber a Curto Prazo – Atributo Permanente:

Em milhões de R\$		
Demais Créditos de Curto Prazo - Permanente		
	2021	2020
Créditos de Correção Monetária de Avais	102,6	104,3
Créditos por Cessão de Áreas Públicas	62,1	48,0
Créditos por Pagamentos Indevidos	41,9	38,0
Consignações IPE Saúde a Receber	30,9	32,9
Aluguéis a Receber	38,7	30,1
Adiantamento a Fornecedores	33,3	15,6
Outros	47,4	56,6
Total	357,0	325,6

Os créditos de Correção Monetária de Avais têm origem em avais honrados para dois credores: CEEE-GT (R\$ 24,9 milhões) e Prefeitura Municipal de Montenegro (R\$ 77,7 milhões). Quanto ao convênio firmado com o Município de Montenegro, com vista ao refinanciamento da dívida decorrente dos avais honrados pelo Estado, repactuado mediante o Segundo Termo Aditivo, datado de 15 de junho de 2004, pelo qual o Município reconheceu o montante da dívida de R\$ 44,5 milhões, a ser amortizada em 360 prestações mensais, cujos valores estão limitados ao percentual de 1,4% da Receita Líquida Real do Município. Constata-se que, em 2021, os valores pagos foram de R\$ 1,6 milhão.

Ressalta-se que os Adiantamentos a Fornecedores se referem integralmente a valores repassados antecipadamente, em razão da pandemia de covid-19, pela Metroplan a prestadores de serviço de transporte do Programa Passe Livre Estudantil. Esses repasses antecipados foram previstos na Lei nº 15.535/2020 e têm sido ressarcidos mediante prestação do serviço do Passe Livre Estudantil, à medida que ocorre o retorno das atividades escolares.

Os Demais Créditos a Receber a Longo Prazo – Atributo Permanente têm a seguinte composição:

Em milhões de R\$		
Demais Créditos de Longo Prazo - Permanente		
	2021	2020
Créditos Remanescentes da Extinção da CEE	925,3	917,6
Créditos a receber IPE Saúde	216,8	-
Créditos Remanescentes da Extinção da Cohab	59,2	59,2
Títulos Executivos do TCE a receber	44,0	33,8
Outros	10,2	13,7
Total	1.255,5	1.024,3

Os Créditos Remanescentes da Extinta Caixa Econômica Estadual (CEERGS) apresentam os seguintes saldos:

Créditos Remanescentes da Extinção da CEE - Diversos		Em milhões de R\$
Carteira Comercial		911,8
Carteira Imobiliária		10,2
Outros		3,3
Total		925,3

O perfil da carteira da extinta CEERGS é composto por créditos de difícil realização, o que resulta no pequeno valor da receita de amortização desses empréstimos (R\$ 5,6 milhões), representando 0,61% do saldo da carteira.

Os créditos a receber do IPE-Saúde, no valor de R\$ 216,8 milhões, são devidos por entidades externas ao Estado, como municípios que firmaram convênio. Já os Créditos Remanescentes da Extinção da Cohab concentram-se na carteira imobiliária.

3.1.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Por meio desse método o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo dos itens semelhantes no começo de um período, e do custo dos itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

Os estoques do Estado em 2021 totalizaram R\$ 531,4 milhões:

Entidade		Em milhões de R\$
	Valor	
Secretaria da Saúde		459,8
Secretaria da Segurança Pública		38,8
Secretaria de Planejamento		6,7
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo		3,6
Defensoria Pública		2,6
Outras		19,9
Total		531,4

A concentração dos valores na Secretaria da Saúde está relacionada, principalmente, aos estoques de medicamentos.

3.1.4. Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo

Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao Fundoprev, que é administrado pelo IPE-Prev. O saldo das aplicações cresceu 8,23%, pois, conforme demonstrado no Capítulo 2 – Gestão Fiscal, os fundos previdenciários iniciaram em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera acúmulo de recursos para àqueles que devem ser pagos no futuro.

O Fundoprev é segregado entre Civil e Militar e as aplicações estão assim distribuídas:

	Em milhões de R\$	
Fundo	2021	2020
Fundoprev Civil	2.735,1	2.621,8
Fundoprev Militar	732,5	582,1
Total	3.467,6	3.203,9

3.1.5. Imobilizado Mantido para Venda

O valor de Imobilizado Mantido para Venda em 2021 é composto por R\$ 17,0 milhões correspondentes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15,6 milhões da Secretaria de Obras e Habitação que foram originados pela carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPERGS.

3.1.6. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

O saldo de R\$ 24,5 milhões refere-se integralmente ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos (RPC/RS). A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20,0 milhões, a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Esse repasse foi efetuado de forma parcelada e concluído em 2020. A diferença de R\$ 4,5 milhões é decorrente da atualização pelo IPCA.

3.1.7. Participações Acionárias

As Participações Acionárias consistem em investimentos permanentes do Estado em outras empresas. Os registros contábeis são efetuados de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 03/2015, que dispõe sobre as participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa (empresas coligadas, controladas – exclusivamente ou em conjunto – e consórcios públicos) e determina que devem ser mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Os demais investimentos em empresas permanecem sendo mensurados pelo valor de custo.

O MEP é a sistemática de mensuração ou avaliação em que o valor contábil do investimento, inicialmente registrado pelo custo de aquisição, é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua. O registro de dividendos e de juros sobre o capital próprio, decorrentes de investimentos avaliados por esse método, tem como contrapartida a conta contábil do ativo correspondente. Já no método de custo, o registro no ativo não circulante se dá pelo valor inicial do investimento na empresa, e o recebimento de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrado como variação patrimonial ativa.

A seguir, são apresentados os investimentos permanentes do Estado em outras empresas na data de 31 de dezembro de 2021, em comparação a 31 de dezembro de 2020:

Em milhões de R\$

Empresas	% do Capital Social	2021	2020	Variação no Exercício	% sobre o Total (2021)
Empresas Controladas		10.579,9	9.583,9	10,39%	81,37%
Badesul	99,99%	740,8	727,1	1,88%	5,70%
Banrisul	49,44%	4.325,6	4.130,5	4,72%	33,27%
Cadip	99,99%	221,2	221,2	0,00%	1,70%
Ceasa	94,24%	15,5	15,5	-0,01%	0,12%
CEEE Geração	66,06%	604,5	0,0	-	-
Cesa ¹	99,93%	-	-	-	-
Corsan	99,99%	4.229,5	3.975,8	6,38%	32,53%
CRM	99,98%	295,1	298,2	-1,02%	2,27%
EGR	100,00%	33,1	95,0	-65,12%	0,25%

(continua)

Em milhões de R\$

Empresas	% do Capital Social	2021	2020	Varição no Exercício	% sobre o Total (2021)
Procergs	99,58%	14,7	21,3	-30,78%	0,11%
Sulgás	51,00%	99,9	99,3	0,64%	0,77%
Empresas Controladas em Conjunto		2.013,3	1.879,7	7,11%	15,48%
BRDE ²	33,33%	2.013,3	1.879,7	7,11%	15,48%
Adiantamento para futuro aumento de capital		402,3	318,9	26,15%	3,09%
Cesa		353,2	314,1	12,45%	-
Corsan		46,0	4,8	850,27%	0,35%
Badesul		3,1	-	-	0,02%
Empresas Diversas		7,4	7,4	0,06%	0,06%
Total de Investimentos em Empresas		13.002,9	11.789,8	10,29%	100,00%

Nota¹: O Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é de ZERO.

Nota²: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

Os investimentos permanentes do Estado em empresas totalizaram R\$ 13,00 bilhões e aumentaram 10,29% em relação a 2020, explicada principalmente pela capitalização da CEEE-Participação, parte do processo de privatização da companhia, e pelo Resultado de Equivalência Patrimonial. O Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentado a seguir, foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete da Investida emitido em 30 de setembro de 2021 ou em data posterior.

Em milhões de R\$

Resultado de Equivalência Patrimonial			
Resultado Positivo		Resultado Negativo	
Corsan	598,8	EGR	(61,9)
Banrisul	413,9	Procergs	(6,5)
BRDE	133,6	CRM	(3,0)
CEEE-G	100,7	Cadip	(0,0)
Sulgás	29,4	Ceasa	(0,0)
Badesul	13,7		
Subtotal 1	1.290,1	Subtotal 2	(71,5)
Resultado Líquido da Equivalência Patrimonial		1.218,6	

Em 2021, a despesa do Estado com Aumento de Capital foi de R\$ 2,68 bilhões, sendo R\$ 2,60 bilhões para a CEEE-Participações, R\$ 41,2 milhões para a Corsan e R\$ 39,1 milhões para a Cesa. Os valores repassados para a CEEE-Participações foram destinados principalmente à quitação de Dívida Ativa de ICMS devida pela CEEE-D, conforme demonstrado no item 1.6.1. Já os valores transferidos para a Corsan são provenientes de recursos da União, mediante convênios celebrados com o Estado, para execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário, e os repasses para a Cesa visaram a cobertura de insuficiência financeira da companhia.

Em milhões de R\$			
Despesas Orçamentárias de Aumento de Capital			
Empresas	2021	2020	
CEEE Participações	2.603,2	-	
Cesa	39,1	34,1	
Corsan	41,2	20,8	
Total	2.683,5	54,8	

O retorno financeiro das Participações Acionárias decorre dos pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio realizados pelas investidas, que em 2021 totalizaram R\$ 593,6 milhões, 255,75% a mais do que no exercício de 2020, concentrados na Corsan e no Banrisul.

Em milhões de R\$			
Valores Recebidos - Dividendos e Juros s/ Capital Próprio			
Empresas	2021	2020	Var. %
Corsan	345,2	38,0	808,43%
Banrisul	218,8	107,1	104,24%
Sulgás	28,8	21,7	32,74%
Outros	0,8	0,0	-
Total	593,6	166,9	255,75%

Durante o exercício de 2021, houve a privatização da CEEE-Distribuição e da CEEE-Transmissão, conforme detalhado no item 1.6. O leilão de privatização da Sulgás foi realizado em 2021, entretanto a transferência de controle e recebimento

do valor ocorreu somente em 2022, motivo pelo qual a companhia segue como participação acionária do Estado no Balanço Patrimonial de 2021.

3.1.8. Fundos para Financiamento

Alguns setores econômicos possuem fundos constituídos pelo Estado para financiamento. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Fundopem	1.138,0	1.130,1
Feaper	92,4	367,6
Fomentar	266,1	266,1
Procred	181,6	133,2
Outros	87,5	107,8
Total de Investimentos em Fundos	1.765,6	2.004,8

3.1.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são contabilizados de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 6/2018 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBC TSP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN Cage nº 6/2018.

A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado, que teve um aumento de saldo nos Bens Móveis pela aquisição de novos bens e nos Bens Imóveis, principalmente pela dação de pagamento em imóveis na assunção da folha de ex-autárquicos da CEEE, conforme item 1.6.2.

Títulos	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Bens Móveis	4.196,9	3.774,2
Veículos	1.073,7	965,7
Bens de Informática	1.246,4	1.064,1
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	944,3	850,2
Móveis e Utensílios	610,1	595,4
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148,6	149,4
Demais Bens Móveis	173,8	149,4
(-) Depreciação de Bens Móveis	(103,5)	(49,8)
Bens Imóveis	8.217,2	7.059,0
Total Imobilizado	12.310,7	10.783,4

Ainda conforme a IN Cage nº 6/2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A instrução normativa prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Em milhões de R\$	
			Valor Residual	
Bens Imóveis	-	0%	100%	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%	
Bens de Informática	5	20%	10%	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%	
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%	
Mobiliário em Geral	10	10%	10%	
Utensílios em Geral	10	10%	10%	
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%	
Veículos	15	6,67%	10%	
Armamentos	20	5%	15%	
Semoventes	10	10%	10%	
Demais Bens Móveis	10	10%	10%	

O Ativo Intangível também é objeto da IN Cage nº 6/2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). O valor total do Intangível do Estado é R\$ 107,1 milhões, concentrados em *softwares*.

Conforme a IN Cage nº 6/2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível foi iniciada para os bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A normativa prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

Títulos	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Softwares	107,2	80,0
(-) Amortização Acumulada	(0,1)	(0,1)
Total Intangível	107,1	79,9

3.2. PASSIVO

A posição do Passivo do Estado em 31 de dezembro de 2021, comparada com a do ano anterior, está evidenciada no quadro a seguir:

Títulos	Atributo*	Em milhões de R\$				
		2021		2020		2021/2020
		R\$	%	R\$	%	
Passivo Circulante		33.497,1	9,32%	31.921,8	10,56%	4,93%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		1.205,3	0,34%	2.681,9	0,89%	-55,06%
Restos a Pagar Processados Precatórios Judiciais	Financeiro	36,3	0,01%	16,2	0,01%	123,70%
Restos a Pagar Processados Demais Obrigações	Financeiro	188,2	0,05%	1.715,8	0,57%	-89,03%
Provisão para Férias	Permanente	978,6	0,27%	924,0	0,31%	5,91%
Débitos Parcelados	Permanente	2,2	0,00%	25,9	0,01%	-91,36%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		16.537,0	4,60%	12.482,6	4,13%	32,48%
Serviço da Dívida a Pagar	Financeiro	14.541,5	4,05%	11.121,3	3,68%	30,75%
Dívida Interna - Contratos	Permanente	1.390,4	0,39%	854,9	0,28%	62,64%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	605,0	0,17%	506,4	0,17%	19,49%
Fornecedores e Contas a Pagar		1.518,0	0,42%	2.043,6	0,68%	-25,72%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	339,6	0,09%	654,4	0,22%	-48,11%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	Permanente	169,6	0,05%	747,3	0,25%	-77,30%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2021		2020		2021/2020
		R\$	%	R\$	%	
Valores Médicos Hospitalares a Processar	Permanente	1.007,8	0,28%	640,9	0,21%	57,24%
Demais Obrigações	Permanente	1,0	0,00%	1,0	0,00%	0,00%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		71,9	0,02%	104,7	0,03%	-31,33%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	25,1	0,01%	52,5	0,02%	-52,15%
Restos a Pagar Processados Débitos Parcelados	Financeiro	1,1	0,00%	1,0	0,00%	10,38%
Débitos Parcelados	Permanente	45,7	0,01%	51,2	0,02%	-10,81%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,0	0,00%	0,0	0,00%	2,13%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	0,0	0,00%	0,0	0,00%	2,13%
Provisões a Curto Prazo		342,0	0,10%	336,8	0,11%	2%
Indenizações Trabalhistas	Permanente	329,9	0,09%	333,3	0,11%	-1,03%
Riscos Cíveis	Permanente	-	-	3,5	0,00%	-
Outras Provisões	Permanente	12,1	0,00%	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		13.822,9	3,85%	14.272,2	4,72%	-3,15%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	660,6	0,18%	304,0	0,10%	117,31%
Siac - Depósitos de Estatais, Fundos e Outros	Financeiro	1.067,5	0,30%	1.302,1	0,43%	-18,01%
Rendimentos do SIAC a Pagar	Financeiro	151,4	0,04%	2,8	0,00%	5327,30%
Depósitos Judiciais	Financeiro	10.595,7	2,95%	10.595,7	3,51%	0,00%
Retenções e Consignações	Financeiro	421,3	0,12%	670,2	0,22%	-37,14%
Diversos	Financeiro	926,5	0,26%	1.397,5	0,46%	-33,71%
Passivo Não Circulante		325.918,3	90,68%	270.339,6	89,44%	20,56%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		10.678,8	2,97%	10.348,0	3,42%	3,20%
Precatórios Judiciais	Permanente	10.424,7	2,90%	10.095,0	3,34%	3,27%
Débitos Parcelados	Permanente	254,1	0,07%	253,0	0,08%	0,43%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		69.366,6	19,30%	68.676,8	22,72%	1,00%
Dívida Interna - Contratos	Permanente	59.102,4	16,44%	58.523,7	19,36%	0,99%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	10.264,2	2,86%	10.153,1	3,36%	1,09%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2021		2020		2021/2020
		R\$	%	R\$	%	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		1.594,9	0,44%	1.556,0	0,51%	2,50%
Precatórios Judiciais	Permanente	1.594,9	0,44%	1.556,0	0,51%	2,50%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		65,0	0,02%	105,2	0,03%	-38,23%
Débitos Parcelados	Permanente	65,0	0,02%	105,2	0,03%	-38,23%
Provisões a Longo Prazo		243.467,4	67,74%	189.196,2	62,59%	28,69%
Indenizações Trabalhistas	Permanente	39.185,1	10,90%	1.592,6	0,53%	2360,46%
Provisão Atuarial do RPPS	Permanente	185.666,2	51,66%	169.010,0	55,92%	9,86%
Repartição Tributária	Permanente	6.750,1	1,88%	6.663,6	2,20%	1,30%
Pensões Integrais	Permanente	128,5	0,04%	128,5	0,04%	0,00%
Riscos Fiscais	Permanente	37,2	0,01%	24,0	0,01%	54,88%
Riscos Cíveis	Permanente	22,7	0,01%	62,2	0,02%	-63,58%
Precatórios Judiciais	Permanente	3.164,8	0,88%	3.669,4	1,21%	-13,75%
Remuneração do SIAC a Pagar	Permanente	5,0	0,00%	15,3	0,01%	-67,57%
Outras Provisões	Permanente	8.507,9	2,37%	8.030,7	2,66%	5,94%
Resultado Diferido		745,7	0,21%	457,4	0,15%	63,02%
Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador	Permanente	745,7	0,21%	457,4	0,15%	63,02%

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante		359.415,4	100,00%	302.261,4	100,00%	18,91%
Patrimônio Líquido		(289.143,0)		(239.703,6)		
Resultado Patrimonial do Exercício	Permanente	(48.805,3)		207.471,5		
Ajustes de Exercícios Anteriores	Permanente	(634,1)		(378.907,4)		
Resultado de Exercícios Anteriores	Permanente	(239.703,6)		(68.267,7)		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		70.272,5		62.557,8		

Encargos evidenciados em contas de natureza orçamentária

Restos a Pagar Não Processados	Financeiro	3.352,8		2.087,7		60,60%
--------------------------------	------------	---------	--	---------	--	--------

* - Classificação segundo art. 105 da Lei 4.320-64.

O saldo do Passivo Total do Estado cresceu 18,91% em 2021, sendo 4,93% de aumento no Passivo Circulante e 20,56% de aumento no Passivo Não Circulante. Considerando que a maioria dos itens do Passivo Circulante tiveram redução, quando comparados ao exercício de 2020, o aumento nesse grupo pode ser atribuído ao crescimento do serviço da dívida a pagar (R\$ 3,42 bilhões), decorrente da suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, com amparo de medida Liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) desde julho de 2017.

O aumento no Passivo Não Circulante está concentrado nas Provisões a Longo Prazo, em especial no que se refere às indenizações trabalhistas e à Provisão Atuarial do RPPS. O motivo principal para aumento nas provisões para indenizações trabalhistas é a reclassificação de passivo contingente (baixa probabilidade de ocorrência) para provisão (provável ocorrência) do risco relacionado à Implantação do Piso Nacional do Magistério, detalhada no item 3.2.6.2 Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis. Já o aumento da Provisão Atuarial do RPPS, está concentrado no Plano Financeiro, conforme detalhado no item 3.2.6.1.

Outro componente de relevante representatividade no Passivo é a Dívida Contratual, em especial a Interna, que apresentou o valor de R\$ 75,03 bilhões em 2021 (R\$ 14,54 bilhões de serviço da dívida a pagar no Passivo Circulante, R\$ 1,39 bilhão de contratos no Passivo Circulante e R\$ 59,10 bilhões no Passivo Não Circulante), com aumento de 6,43% em relação a 2020. A dívida contratual externa, no valor de R\$ 10,87 bilhões (R\$ 0,61 bilhão no Passivo Circulantes e R\$ 10,26 bilhões no Passivo Não Circulante), apresentou aumento de 1,97% em relação a 2020. Maior detalhamento será apresentado no item 3.2.3 Empréstimos e Financiamentos, podendo, ainda, ser consultado no capítulo da Gestão Fiscal (item 2.1.3).

3.2.1. Passivos Financeiros

O Passivo Financeiro, conforme art. 105, § 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreende as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária. O passivo financeiro é destacado na contabilidade com o “atributo F” e corresponde, no Balanço Patrimonial:

- a. Às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas; e
- b. Aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, consignações e retenções.

Na tabela precedente (item 3.2) os passivos com essa natureza estão indicados com o atributo “financeiro”, na segunda coluna, e podem ser resumidos conforme segue:

Em milhões de R\$			
Passivos Financeiros	2021	2020	Δ%
Restos a Pagar Processados	15.792,4	13.865,2	13,90%
Depósitos Judiciais	10.595,7	10.595,7	0,00%
Passivos do Siac	1.219,0	1.304,8	-6,58%
Demais Passivos Financeiros	1.347,7	2.067,7	-34,82%
Passivos Financeiros no Balanço Patrimonial	28.954,7	27.833,4	4,03%
Restos a Pagar Não Processados	3.352,8	2.087,7	60,60%
Total de Passivos Financeiros	32.307,5	29.921,1	7,98%

3.2.1.1. Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados, que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, apresentaram variação de 13,90% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Em milhões de R\$			
Restos a Pagar Processados	2021	2020	Δ%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	224,5	1.732,0	-87,04%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14.541,5	11.121,3	30,75%
Fornecedores e Contas a Pagar	339,6	654,4	-48,11%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	26,2	53,5	-50,98%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,0	0,0	2,13%
Demais Obrigações a Curto Prazo	660,6	304,0	117,31%
Total de Restos no Balanço Patrimonial	15.792,4	13.865,2	13,90%

O aumento está concentrado no Serviço da Dívida a Pagar (Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo) devido à execução orçamentária dos valores de dívida contratual interna não pagos em virtude de liminar. Cabe destacar, como evento subsequente ao encerramento do exercício de 2021, que o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e assinou aditivos do contrato da dívida com a União, o que motivou o cancelamento desses restos a pagar em fevereiro de 2022 pelo parcelamento da dívida.

A redução dos Restos a Pagar de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais decorre, principalmente, da folha do décimo terceiro salário, que foi

quitada integralmente no exercício de 2021, diferentemente do décimo terceiro de 2020 que foi parcelado, com quitação em outubro de 2021.

Cabe destacar que não constam no Passivo Circulante os restos a pagar processados intraorçamentários (R\$ 97,7 milhões) que foram excluídos no processo de consolidação. Quando somados ao quadro acima, os restos a pagar processados totalizam R\$ 15,89 bilhões ao final de 2021.

Os restos a pagar não processados, que não constam no Passivo Circulante, mas integram o Passivo Financeiro, segundo classificação da Lei nº 4.320/64, totalizaram R\$ 3,38 bilhões. Quando excluídas as transações intraorçamentárias, os restos a pagar não processados totalizaram R\$ 3,35 bilhões.

Dessa forma, o total de restos a pagar (processados e não processados, com a inclusão dos intraorçamentários) é de R\$ 19,27 bilhões ao final do exercício de 2021.

3.2.1.2. Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686, de 8 de novembro de 2001, e nº 12.069, de 22 de abril de 2004. O saldo, ao final de 2021 (R\$ 10,60 bilhões), é o mesmo que era devido desde o final de 2019, porque o Estado não efetuou novos saques, por força do disposto no art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017), o Estado estaria impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houvesse a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232, de 1º de outubro de 2018, dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados e que a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020, suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020.

Do valor total dos depósitos judiciais em que o Estado não é parte, podia ser disponibilizado até 95%, conforme Lei nº 12.069/2004, sendo que o Estado utilizou 84,04%, conforme tabela abaixo:

Em milhões de R\$		
	2021	2020
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	12.033,0	10.890,2
Percentual limite de utilização pelo Estado	95,00%	95,00%
Limite de utilização pelo Estado	11.431,4	10.345,7
Valor Utilizado pelo Estado	10.112,8	10.112,8
Percentual utilizado pelo Estado	84,04%	92,86%

Embora em valores nominais o Estado não tenha reduzido o saldo da utilização dos depósitos judiciais, em termos percentuais houve redução de quase 9%, em razão de novos depósitos sem a ocorrência de saques.

Quanto aos depósitos judiciais em que o Estado é parte, o Banrisul, que os gerencia, apartou-os da conta, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, que determinou o limite de 70% para esses depósitos (procedimento adotado conforme orientação do Ofício nº 242/2015 SECPRES-TJRS). No entanto, o saldo utilizado pelo Estado é 37,98%, com estabilidade em valores nominais, mas com redução percentual de quase 12%:

Em milhões de R\$		
	2021	2020
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	1.271,3	969,2
Percentual limite de utilização pelo Estado	70%	70%
Limite de utilização pelo Estado	889,9	678,4
Valor Utilizado pelo Estado	482,8	482,8
Percentual utilizado pelo Estado	37,98%	49,82%

A seguir, apresenta-se o saldo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado em 31 de dezembro de 2021:

Em milhões de R\$			
Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	%
Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	12.033,0	10.112,8	84,04%
Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	1.271,3	482,8	37,98%
Total	13.304,3	10.595,7	79,64%

Em decorrência da disponibilização desses valores, o Estado dispendeu R\$ 374,3 milhões, no exercício de 2021, a título de rendimentos.

3.2.1.3. Passivos do SIAC

O passivo financeiro relacionado ao SIAC é demonstrado no subgrupo Demais Obrigações de Curto Prazo do Balanço Patrimonial. Os montantes devidos decorrem das aplicações realizadas no Sistema, conforme discriminado a seguir:

Passivo Financeiro Siac	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Depósitos de Estatais	808,2	1.106,5
Depósitos de Fundos Não Orçamentados	152,9	139,1
Rendimentos do SIAC a Pagar	151,4	2,8
Outros	106,5	56,5
Total	1.219,0	1.304,8

Cerca de 88% dos depósitos de Estatais referem-se às aplicações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), de R\$ 487,9 milhões, e da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A (CADIP), de R\$ 221,3 milhões. Destaca-se que foram resgatados, durante 2021, os depósitos da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que eram de R\$ 151,6 milhões ao final de 2020.

As aplicações do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/RS), no valor de R\$ 111,0 milhões, representam cerca de 73% do saldo dos depósitos de Fundos.

Os Rendimentos do SIAC a Pagar referem-se aos rendimentos a serem pagos aos depositantes nos casos em que houver contrato ou imposição legal para remuneração, visto que a maioria dos depósitos não é remunerado, conforme disposto no Decreto nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998. O valor total devido, a título de remuneração, aos depositantes é destacado no item 3.2.6.7 – Provisão de Remuneração do SIAC.

3.2.1.4. Demais Passivos Financeiros

Os valores dos Demais Passivos Financeiros incluem as Retenções e Consignações que incidiram sobre a folha de pagamento, contratos com Pessoa Física e Jurídica, Precatórios e RPVs e que estavam pendentes de pagamento ao final do exercício (R\$ 421,3 milhões), entre outros valores evidenciados na tabela a seguir:

Em milhões de R\$			
Demais Passivos Financeiros	2021	2020 (reapresentado)*	2020
Retenções e Consignações	421,3	670,2	670,2
Depósitos para Recursos Judiciais	24,7	62,6	62,6
Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais	391,9	322,8	322,8
Receitas a Classificar	-	139,2	139,2
Taxa Orizicultura a Transferir*	-	-	339,3
Honorários	77,3	96,9	96,9
Saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial	270,3	281,7	281,7
Diversos	162,1	155,0	155,0
Total	1.347,7	1.728,4	2.067,7

*Nota: No processo de consolidação do exercício de 2021 foi eliminado o saldo de "Taxa de Orizicultura a Transferir", referente aos valores arrecadados pelo Estado, pendentes de Transferência ao IRGA. O mesmo critério foi aplicado na coluna "2020 reapresentado", para fins comparativos.

Os Depósitos para Recursos Judiciais e as Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais referem-se a valores que posteriormente serão devolvidos ou reconhecidos como Receita do Estado, a depender de decisões ou acontecimentos posteriores.

O saldo de Receitas a Classificar ao final de 2020, de R\$ 139,2 milhões, foi regularizado durante o exercício de 2021.

O saldo de Taxa Orizicultura a Transferir, refere-se aos valores arrecadados pelo Estado (administração direta), pendentes de transferência ao IRGA. No exercício de 2021, o IRGA passou a reconhecer o mesmo valor no Ativo, razão pelo qual ambos os valores foram eliminados no processo de consolidação (eliminação de saldos intraorçamentários). Para fins comparativos, estão evidenciados, na tabela precedente, os números de 2020 reapresentados pelo novo critério, ao lado dos efetivamente publicados.

Os honorários referem-se aos honorários sucumbenciais arrecadados pelo Estado e que ainda não foram destinados aos procuradores do Estado, nos termos do Decreto Estadual nº 54.454, de 28 de dezembro de 2018, e da Resolução PGE nº 151, de 4 de abril de 2019.

O saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial se refere a receitas arrecadadas pelo Poder Judiciário, mas que ainda não houve decisão sobre a sua destinação.

3.2.2. Passivos Permanentes de Curto Prazo

Os Passivos Permanentes são aqueles que ainda não passaram pelo processo de execução orçamentária. Os passivos de longo prazo (não circulante) são todos permanentes. A seguir, evidenciam-se os Passivos Permanentes de Curto Prazo que constam no Passivo Circulante:

	Em milhões de R\$		
Passivos Permentes de Curto Prazo	2021	2020	Δ%
Provisão para Férias	978,6	924,0	5,91%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	169,6	747,3	-77,30%
Valores Médicos Hospitalares a Processar	1.007,8	640,9	57,24%
Dívida Interna e Externa	1.995,5	1.361,3	46,59%
Provisões a Curto Prazo	342,0	336,8	1,54%
Débitos Parcelados	47,9	77,1	-37,88%
Demais Obrigações	1,0	1,0	0,00%
Total do Passivo Circulante - Atributo Permanente	4.542,4	4.088,3	11,11%

O valor registrado como provisão para férias refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (término do período aquisitivo em 2022), calculadas com a utilização da base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), considerando o salário base dezembro/2021, acrescido do terço constitucional, conforme previsto na Instrução Normativa CAGE Nº 09, de 27 de dezembro de 2016.

A conta de Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária, relativamente a despesas incorridas, não pagas e não empenhadas, apresentou redução de 77,30% em relação ao final de 2020. A maior parte da redução pode ser atribuída à regularização de R\$ 431,9 milhões, empenhados em novembro de 2021, de passivos históricos do Estado com os municípios referentes à manutenção de programas de saúde municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2014 e 2018. O saldo remanescente dessa conta, de R\$ 169,6 milhões, está concentrado na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), com R\$ 139,9 milhões e refere-se, na maior parte, a valores cobrados pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) relativos ao consumo de água no Presídio Central de Porto Alegre.

Os Valores Médicos Hospitalares a Processar referem-se aos valores pendentes de regularização pelo IPE-Saúde.

A Dívida Interna e Externa, os Débitos Parcelados e as Provisões a Curto Prazo serão detalhados, respectivamente, nos itens 3.2.3, 3.2.4 e 3.2.6.

3.2.3. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando-se as parcelas de curto (Circulante) e de longo prazo (Não Circulante):

	Em milhões de R\$							
	Circulante		Não Circulante		Total		Var.	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Absoluta	Var. %
Dívida Interna	15.931,9	11.976,2	59.102,4	58.523,7	75.034,4	70.499,9	4.534,4	6,43%
BB	0,2	-	683,3	683,7	683,5	683,7	(0,2)	-0,03%
BNDES	168,3	100,0	452,8	623,0	621,1	723,0	(101,9)	-14,10%
Governo Federal	15.762,9	11.875,7	57.966,4	57.216,5	73.729,3	69.092,2	4.637,1	6,71%
CEF	0,5	0,5	-	0,5	0,5	1,0	(0,5)	-48,90%
Dívida Externa	605,0	506,4	10.264,2	10.153,1	10.869,3	10.659,4	209,8	1,97%
BIRD	419,3	378,3	8.141,8	7.972,8	8.561,1	8.351,1	209,9	2,51%
BID	185,8	128,0	2.122,4	2.180,3	2.308,2	2.308,3	(0,1)	0,00%
TOTAL	16.537,0	12.482,6	69.366,6	68.676,8	85.903,6	81.159,4	4.744,3	5,85%

Cabe destacar que essa tabela não inclui os parcelamentos de tributos e contribuições federais (Débitos Parcelados), evidenciados no item 3.2.4.

Na análise da tabela, verifica-se um aumento de R\$ 4,74 bilhões no saldo da dívida contratual, sendo R\$ 4,53 bilhões na Dívida Interna e R\$ 209,8 milhões na Dívida Externa.

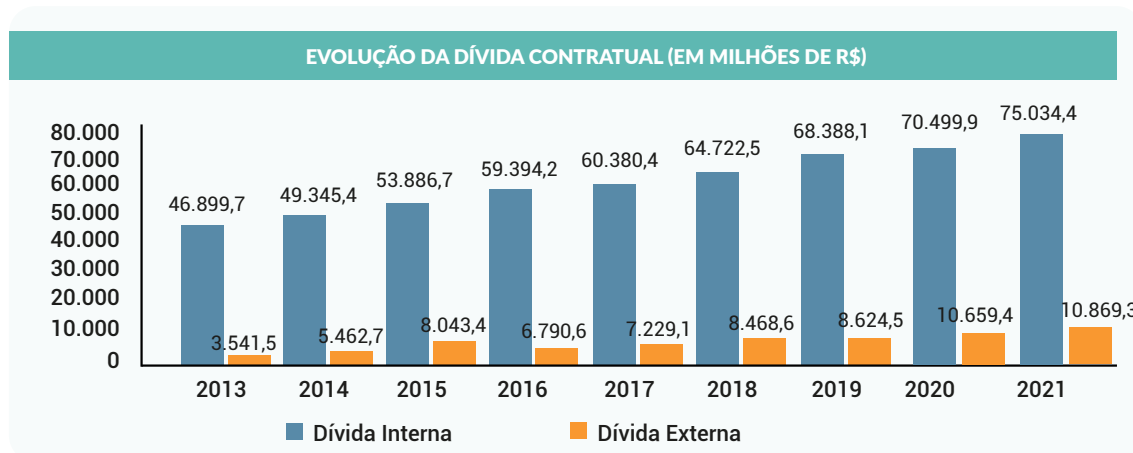
A variação na Dívida Interna é atribuída integralmente ao incremento no saldo com o Governo Federal (R\$ 4,64 bilhões), cujos pagamentos estão suspensos desde julho de 2017, em razão da liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No exercício de 2021, o montante suspenso foi de R\$ 3,42 bilhões, acumulando R\$ 14,54 bilhões de parcelas não pagas desde 2017, por força da liminar. Assim, a suspensão dos pagamentos frente à União tem gerado crescimento do montante devido pela aplicação dos encargos incidentes, que são de IPCA + 4% a.a., limitados à taxa SELIC. Cabe destacar que, em 29 de dezembro de 2021, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao RRF e em 27 de janeiro de 2022 o pedido foi deferido, iniciando formalmente a elaboração de um plano de recuperação fiscal.

Além do não pagamento das parcelas suspensas, a dívida com o governo federal também aumentou por conta da incorporação, no saldo devedor, de penalidade

pecuniária pelo descumprimento do Teto de Gastos, previsto na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Após a aprovação da Lei Estadual nº 15.757, de 8 de dezembro de 2021, o Estado assinou os aditivos da dívida, incluindo a incorporação da penalidade de R\$ 3,8 bilhões, que, após auditoria, foi reduzida para R\$ 2,35 bilhões, valor efetivamente incorporado ao saldo devedor.

Em relação aos contratos externos, o aumento de R\$ 209,8 milhões decorre da desvalorização do Real frente ao Dólar, no ano de 2021.

A seguir, apresenta-se graficamente a evolução do saldo devedor da dívida contratual do Estado, segregando as operações contratadas interna e externamente:



3.2.4. Débitos Parcelados

A tabela a seguir apresenta os saldos e a variação dos débitos parcelados registrados no Passivo Circulante e Não Circulante das entidades que integram o Setor Governamental do Estado:

Débitos Parcelados	Em milhões de R\$			
	2021	2020	Var. Absoluta	Var. %
INSS	256,3	278,9	(22,6)	-8,10%
Pasep	111,8	157,4	(45,7)	-29,00%
Total	368,1	436,3	(68,3)	-15,64%

A redução de R\$ 68,3 milhões no saldo de débitos de INSS e Pasep parcelados decorre principalmente dos pagamentos efetuados no exercício (R\$ 73,6 milhões).

A tabela não contempla o parcelamento dos débitos de Pasep da Administração Direta relativos ao período de 30 de junho de 1999 a 30 de abril

de 2002, registrados como passivos contingentes no valor de R\$ 341,5 milhões, conforme explicado no item 3.3.2.

3.2.5. Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

Os débitos de natureza judicial representam saldo significativo do passivo do Estado, bem como comprometimento anual de alto volume de recursos orçamentários e financeiros. Este item compreende Precatórios, Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e outros Pagamentos Determinados por Sentenças Judiciais.

3.2.5.1. Precatórios

Até 16 de novembro de 2015, os precatórios no Estado do Rio Grande do Sul eram emitidos quando a dívida fosse superior a 40 salários-mínimos. Os créditos inferiores a tal valor eram pagos por RPV. Todavia, a Lei Estadual nº 14.757, de 16 de novembro de 2015, alterou o procedimento quando dispôs que devem ser pagos por precatórios os créditos superiores a 10 salários-mínimos. Assim, nas ações judiciais com trânsito em julgado posterior a essa data, passou a ser emitido RPV para créditos até 10 salários-mínimos e precatório para os créditos acima desse valor.

A tabela a seguir apresenta o saldo dos precatórios devidos pelo Estado em 31 de dezembro de 2021, que registraram redução de 0,76% em relação a 31 de dezembro de 2020. Os registros ocorreram de acordo com a Instrução Normativa CAGE Nº 09, de 20 de dezembro de 2019. As contas utilizadas para tais registros integram o Passivo Circulante (composto pelos valores inscritos em restos a pagar) e o Passivo Não Circulante (dívida fundada e provisão). O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Em milhões de R\$

Precatórios	2021	2020	Δ%
Passivo Circulante	36,3	16,2	123,70%
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	36,3	16,2	123,70%
Passivo Não Circulante	12.019,5	11.651,0	3,16%
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.316,3	6.076,8	3,94%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.108,4	4.018,1	2,25%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.594,9	1.556,0	2,50%
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	3.164,8	3.669,4	-13,75%
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.215,9	1.096,7	10,87%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	1.839,5	2.572,7	-28,50%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	109,3	-	-
Total	15.220,63	15.336,62	-0,76%

No exercício de 2020, houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404, de 18 de dezembro de 2019, passando a execução orçamentária desses débitos a ser efetuada na Unidade Orçamentária (UO) 33.03 Encargos Financeiros do Estado – Sentenças Judiciais.

Os precatórios requisitados em julho de cada ano são inscritos por variação patrimonial diminutiva, sem repercussão orçamentária, conforme art. 7º da Instrução Normativa CAGE nº 8, de 20 de dezembro de 2019. O quadro a seguir apresenta as requisições de 2021, inscritas no Passivo Não Circulante:

Em milhões de R\$

Órgãos	Requisições
Adm. Direta	228,0
IPE Prev	93,2
Fase	12,2
Daer	8,9
Superintendência de Portos	7,9
Irga	5,7
Fpergs	3,9
Detran	3,8
Fepam	3,7
Demais entidades	1,4
Total	368,6

O valor inscrito em 2021, R\$ 368,6 milhões, foi 15,35% inferior ao valor inscrito no exercício de 2020 (R\$ 435,4 milhões). Assim como no exercício de 2020, em 2021 os pagamentos foram superiores às novas inscrições/requisições, conforme demonstrado a seguir:

		Em milhões de R\$		
Código	Recurso	Empenhado	Liquidado	Pago
0007	Precatórios - Ordem Cronológica	411,8	411,8	402,2
0008	Precatórios - Acordos	213,3	213,3	202,8
0009	Precatórios Compensados com Dívida Ativa	185,1	185,1	185,1
Total		810,2	810,2	790,1

Além da transferência de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), efetuada nos termos do Decreto Estadual nº 47.063, de 8 de março de 2010, houve a transferência adicional relativa ao programa COMPENSA-RS.

O programa COMPENSA-RS foi instituído pelo Decreto Estadual nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa Lei determinou que o valor máximo a ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte, à vista ou de forma parcelada. Sobre o saldo não compensado, ou seja, sobre o valor pago à vista ou parcelado, deve ser transferido 3% para o Tribunal de Justiça para pagamentos adicionais de precatórios. A seguir, demonstram-se os valores transferidos para pagamento de precatórios:

		Em milhões R\$
Origem da Transferência	Valor Transferido	
1,5% da RCL - EC 62/2009		697,8
COMPENSA-RS - Lei nº 15.038/2017		0,6
Total		698,3

Os depósitos totalizaram R\$ 698,3 milhões em 2021, sendo metade do valor destinada aos pagamentos por ordem cronológica e a outra aos pagamentos efetuados por meio de acordo direto, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.751, de 15 de outubro de 2015, que criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, coordenada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Embora os depósitos efetuados pelo Estado considerem o percentual de 50% para cada destinação (Ordem Cronológica e Acordos), o Tribunal de Justiça frequentemente efetua transferência da conta de Acordos para a de Ordem Cronológica, quando o montante de acordos efetuados é inferior ao recurso disponível.

Sobre o programa COMPENSA-RS, destaca-se que podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados; e a dívida ativa é registrada como receita, de acordo com a natureza do valor compensado. A seguir, evidenciam-se as compensações efetuadas no exercício de 2021, bem como as solicitações em andamento:

COMPENSA/RS	Em milhões de R\$		
	Precatório	Dívida Ativa	Retenções Legais
Compensações concluídas - efetuadas pela execução orçamentária	185,1	168,5	16,6
Compensações homologadas, em processo de compensação	-	4,9	-
Solicitações não homologadas	-	140,4	-
Total	185,1	313,8	16,6

O valor dos precatórios compensados (R\$ 185,1 milhões) é superior ao da dívida ativa compensada em R\$ 16,6 milhões. Isso porque a compensação ocorre pelo valor líquido do precatório, ou seja, após as retenções legais, que nesse caso foram de R\$ 13,9 milhões de Imposto de Renda e R\$ 2,7 milhões de descontos previdenciários e assistenciais.

Até 31 de dezembro de 2021, foram protocoladas compensações no valor total de R\$ 313,8 milhões em dívida ativa, sendo R\$ 145,3 milhões de solicitações em andamento e R\$ 168,5 milhões de compensações concluídas e que geraram baixa da dívida ativa.

3.2.5.2. Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

A tabela a seguir apresenta o saldo de RPVs e outros débitos judiciais que constam no passivo circulante (restos a pagar) do Estado em 31 de dezembro de 2021, em comparação a 31 de dezembro de 2020:

Em milhões de R\$			
RPV e Outros Débitos Judiciais	2021	2020	Δ%
Requisições de pequeno valor a pagar	24,3	30,9	-21,4%
Outros débitos judiciais	66,9	330,9	-79,8%
Total	91,2	361,8	-74,8%

O saldo registrado em restos a pagar diminuiu 74,8% em relação à 2020, em grande parte pela regularização orçamentária dos sequestros judiciais ocorridos em anos anteriores, ou seja, os valores dos restos a pagar de 2020 foram conciliados com os sequestros judiciais.

A Tabela seguinte apresenta a movimentação orçamentária relacionada às RPs:

Em milhões de R\$			
RPs	2021	2020	Δ%
Empenhado	212,6	256,9	-17,2%
Liquidado	212,6	257,2	-17,3%
Pago	193,3	248,0	-22,1%

Todavia, o valor de R\$ 193,3 milhões não corresponde à totalidade de pagamentos de RPs, em razão dos sequestros judiciais que ocorreram sem a execução orçamentária ou sem a conciliação com os empenhos efetuados. Ao final de 2021, as contas de controle de sequestros judiciais a regularizar indicavam o saldo de R\$ 163,6 milhões, que, podem incluir outros sequestros não originados de RPs.

Os pagamentos judiciais são efetuados geralmente por precatório ou por RPV. Alguns pagamentos, porém, não necessitam de tais títulos, como é o caso dos desembolsos relacionados às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares). A seguir, apresenta-se a movimentação orçamentária desses outros débitos judiciais, ou seja, os que não foram incluídos em precatório ou em RPV:

Em milhões de R\$			
Outros débitos judiciais	2021	2020	Δ%
Empenhado	563,2	941,5	-40,2%
Liquidado	561,1	944,2	-40,6%
Pago*	817,7	864,5	-5,4%

*Inclui Pagamentos de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e regularizações de sequestros judiciais.

No total empenhado no exercício de 2021, 91% (R\$ 513,6 milhões) foram para cumprir execuções judiciais da área da Saúde. Destaca-se ainda que dos R\$ 817,7 milhões de pagamentos e regularizações, R\$ 499,0 milhões se referem a pagamentos do exercício e o restante a regularização de sequestros judiciais e pagamentos de restos a pagar.

3.2.6. Provisões

Provisões são passivos de prazo ou valor incerto. Consistem em obrigações decorrentes de eventos passados, que provavelmente demandarão recursos para sua extinção, cujo valor pode ser estimado de modo confiável. Apresenta-se, a seguir, o saldo das provisões em 31 de dezembro de 2021, em comparação a 31 de dezembro de 2020:

	Em milhões de R\$	
PROVISÕES	2021	2020
Provisões de Curto Prazo	342,0	336,8
Provisão de Indenização Trabalhista	329,9	0,0
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE	12,1	0,0
Outras Provisões de Curto Prazo	0,0	336,8
Provisões de Longo Prazo	243.467,4	189.196,2
Provisão Atuarial do RPPS	185.666,2	169.010,0
<i>Plano Previdenciário</i>	<i>3.691,6</i>	<i>2.757,5</i>
<i>Plano Financeiro</i>	<i>181.974,6</i>	<i>166.252,4</i>
Provisão para Indenizações Trabalhistas	39.185,1	1.592,6
Provisão para Repartição de Créditos	6.750,1	6.663,6
Provisão de Precatórios a Pagar	3.164,8	3.669,4
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE	526,8	0,0
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128,5	128,5
Provisão de Compensação Previdenciária	76,2	76,2
Provisão para Riscos Fiscais	37,2	24,0
Provisão para Riscos Cíveis	22,7	62,2
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	5,0	15,3
Outras Provisões de Longo Prazo	7.904,9	7.954,5
Total	243.809,4	189.533,0

A provisão de precatórios a pagar está detalhada no item 3.2.5 e refere-se a variações no saldo devedor não decorrentes do fluxo de inscrições e pagamentos. Esse valor é registrado como provisão por falta de precisão quando da apuração do saldo devedor no sistema e considera, principalmente,

as atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, as baixas de saldos reduzidos por acordos e outros ajustes efetuados pelos tribunais durante a análise dos processos.

As demais provisões são analisadas a seguir.

3.2.6.1. Provisão Atuarial do RPPS

A provisão atuarial do RPPS está dividida entre Plano Previdenciário (Fundoprev Civil e Militar), sob o regime financeiro de capitalização, e Plano Financeiro (Civil e Militar), sob regime financeiro de repartição simples. O valor da provisão não representa o déficit atuarial, uma vez que do valor provisionado (passivo) devem ser descontados os recursos do plano (ativo). Tanto os passivos quanto os ativos são apresentados com um exercício financeiro de defasagem, portanto os saldos apresentados no Balanço Patrimonial de 2021 correspondem aos saldos posicionados em 31 de dezembro de 2020.

As provisões matemáticas representam os compromissos futuros líquidos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para sua apuração são considerados os valores atuais dos fluxos futuros de pagamentos de aposentadorias, inativações e pensões e descontados os valores atuais do fluxo de contribuições futuras (do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas) e do fluxo dos valores líquidos da compensação previdenciária a receber do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos, que corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS, e Provisão de Benefícios a Conceder, que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

Na Reavaliação Atuarial de 2021, com data-base de 31 de dezembro de 2020, o Fundoprev Civil apresentou resultado atuarial superavitário, enquanto o Fundoprev Militar apresentou déficit atuarial de R\$ 449,7 milhões, conforme tabela a seguir. Ressalta-se que o resultado positivo do Fundoprev Civil, juntamente com o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial, está contabilizado na linha “Provisões Atuariais para Ajuste do Plano”:

Em milhões de R\$

Plano Previdenciário	Fundoprev Civil	Fundoprev Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	-	33,0	33,0
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	68,8	43,2	112,0
Contribuições do Estado	(6,6)	(5,1)	(11,7)
Contribuições de Aposentados	(3,9)	(3,5)	(7,4)
Contribuições de Pensionistas	(2,7)	(1,6)	(4,3)
Aportes para cobertura do déficit	(55,7)	-	(55,7)
Provisão de Benefícios a Conceder	(1.960,0)	1.015,1	(944,9)
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	1.589,4	3.796,8	5.386,1
Contribuições do Estado	(810,0)	(1.339,7)	(2.149,7)
Contribuições dos Servidores	(810,0)	(1.339,7)	(2.149,7)
Compensação Previdenciária	(116,8)	(102,2)	(219,0)
Aportes para cobertura do déficit	(1.812,6)	-	-
Provisão Plano de Amortização	-	-	-
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	4.603,6	0,0	4.603,6
(A) Total da Provisão em 31/12/2021	2.643,6	1.048,1	3.691,6
(B) Ativos do Plano	2.643,6	598,4	3.242,0
(A - B) Déficit Atuarial do Plano	0,0	449,7	449,7

No comparativo com as provisões registradas no exercício anterior, o Fundoprev Civil manteve superávit atuarial e, por conseguinte, o valor das Provisões Atuariais para Ajustes do Plano apresentou pouca variação, passando de R\$ 4,56 bilhões na Avaliação Atuarial 2020 (data-base 31 de dezembro de 2019) para R\$ 4,60 bilhões na Avaliação Atuarial 2021 (data-base 31 de dezembro de 2020), ao passo que o Fundoprev Militar apresentou elevação do déficit atuarial de R\$ 187,7 milhões na Avaliação Atuarial 2020 (data-base 31 de dezembro de 2019) para R\$ 449,7 milhões na Avaliação Atuarial 2021 (data-base 31 de dezembro de 2020). Entre os principais motivos da variação, além do envelhecimento da massa de segurados, destacam-se a diminuição da taxa de juros real atuarial (de 4,5% ao ano para 4,0% ao ano) e a alteração da tabela de mortalidade (de AT-2000 masculina para AT-2000 segregada por gênero).

O valor da provisão do Plano Financeiro representa o déficit atuarial para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que não há patrimônio para a cobertura das provisões.

Em milhões de R\$			
Plano Financeiro	Civil	Militar	Total
Provisão de Benefícios Concedidos	111.543,9	45.161,2	156.705,1
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	162.429,6	72.697,1	235.126,7
<i>Contribuições do Estado</i>	(33.923,8)	(18.357,3)	(52.281,1)
<i>Contribuição do Aposentado</i>	(14.748,3)	(7.401,4)	(22.149,8)
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	(2.213,6)	(1.777,2)	(3.990,8)
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	0,0
Provisão de Benefícios a Conceder	17.028,7	8.240,9	25.269,5
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	38.592,7	18.718,9	57.311,7
<i>Contribuições do Estado</i>	(12.287,2)	(6.892,7)	(19.179,9)
<i>Contribuição do Ativo</i>	(6.143,6)	(3.446,3)	(9.589,9)
<i>Compensação Previdenciária</i>	(3.277,5)	(139,0)	(3.416,5)
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	0,0
<i>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano</i>	144,2	-	144,2
Total da Provisão em 31/12/2021	128.572,5	53.402,1	181.974,6

Na Reavaliação Atuarial de 2021, com data-base em 31 de dezembro de 2020, as provisões do Plano Financeiro totalizaram R\$ 181,97 bilhões, dos quais R\$ 128,57 bilhões para os civis e R\$ 53,40 bilhões para os militares. Em relação aos valores registrados no ano anterior, tem-se aumento de R\$ 24,48 bilhões nas provisões do Plano Financeiro dos civis, impactado também pelo envelhecimento do grupo, pela queda de juros atuarial e pela alteração da tabela de mortalidade, e diminuição de R\$ 8,76 bilhões no Plano Financeiro dos militares, que embora tenha sido impactado negativamente pela queda da taxa de juros, foi impactado positivamente pela adoção das alíquotas progressivas e pela ampliação da base de contribuição dos inativos e pensionistas aprovadas pela Lei Complementar nº 15.602, de 16 de março de 2021.

Cabe destacar que os resultados atuariais, dos Planos Previdenciário e Financeiro, relativamente aos civis, também foram afetados pela Lei Complementar Estadual nº 15.511, de 24 de agosto de 2020, que determinou a transferência dos servidores que ingressaram no Estado entre a data da criação do Fundoprev (15 de julho de 2011) e a data de publicação do ato de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), Lei nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, passando esses servidores a fazer parte do fundo financeiro. Essa lei contemplou também a transferência do saldo superavitário (relativo às contribuições retidas e patronais dos servidores transferidos) para o fundo financeiro, o que ainda não ocorreu.

3.2.6.2. Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis

Enquadram-se neste caso os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a ações judiciais. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento derivou do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do art. 6º do referido decreto, elaborado pela PGE, que contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual esteja envolvida.

As Indenizações Trabalhistas, relacionadas a demandas trabalhistas, estatutárias e previdenciárias estão apresentadas na tabela abaixo e descritas a seguir.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério	36.760,0	0,0
URV	798,6	0,0
Férias Indenizadas	300,0	300,0
Parcela autônoma de equivalência (PAE)	211,1	0,0
Reajustes do vale-refeição	191,5	236,5
Horas extras, adicional noturno e compensação de jornada	188,2	219,3
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995.	162,1	162,1
Habilitação de marido e companheiro como pensionista do IPE Prev	143,4	142,2
Reflexo das diárias na Gratificação Natalina	100,0	0,0
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	69,0	65,8
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59,4	59,4
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	49,7	63,7
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40,8	40,8
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	33,8	37,9
Promoção de classe do Magistério ano 2000	33,6	83,0
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	33,1	39,0
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	27,0	60,0
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	313,8	82,9
Total	39.515,0	1.592,6

- *Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério* – As ações postulam a implantação do piso salarial nacional do magistério previsto no art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou o início da data de vigor da Lei do Piso, em 2 de abril de 2011. A partir de então, iniciou-se o ajuizamento de milhares de ações por professores estaduais. Segundo o Poder Judiciário estadual, já existem mais de 130 mil processos judiciais envolvendo a controvérsia. Também foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 011/1110246307-9, pelo Ministério Público Estadual. Anteriormente era reconhecida apenas em contas de controle, mas seu risco foi reclassificado para provável em 2021, o que resultou no registro de um passivo (provisão).
- *URV* – Diferenças de juros relativas a pagamentos administrativos de diferenças relativas à conversão de URV. Essas provisões estão distribuídas no curto e no longo prazo.
- *Férias indenizadas* – Ao se aposentarem, servidores estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente aos casos de exoneração.
- *Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)* – Refere-se a demandas relativas à presunção de isonomia salarial entre os integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1997.
- *Reajustes do Vale-Refeição* – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002, de 6 de dezembro de 1993, que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429, de 5 de abril de 2010, estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado, está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.

- *Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada* – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as fundações estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS).
- *Reajustes salariais da Lei nº 10.395, de 1º de junho de 1995 e da Lei nº 10.420, de 4 de julho de 1995* – As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, representam a grande maioria das demandas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- *Habilitação de marido e de companheiro na condição de pensionista* – demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- *Reflexo das diárias na Gratificação Natalina* – Anteriormente reconhecida apenas em contas de controle, seu risco foi reclassificado em 2021. Pretensão de que as diárias recebidas no mês de dezembro componham o valor do décimo terceiro salário (gratificação natalina) a ser pago ao servidor público estadual. Atualmente tramitam quase três mil processos ou recursos envolvendo o tema. Foi interposto incidente de uniformização de jurisprudência.
- *Incorporação da Parcela GEP/GIT* – Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE-Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha

sendo paga em relação ao salário-base e computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12 de junho de 2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.

- *Abono família de servidores em contrato emergencial* – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família, sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526, de 12 de janeiro de 1973. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.
- *Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual – CEE)* – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE.
- *Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina* – Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- *Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS* – Atualmente estão tramitando 57 ações em que se contesta o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente (DMA), vinculado à então Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado (SSMA). Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077, de 4 de junho de 1990, que criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais

(5% a cada três anos) foram congelados e os funcionários passaram a receber quinquênios (5% a cada cinco anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.

- *Promoção de classe do Magistério ano 2000* – Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), na qual o Estado foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004, mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000 aos associados do Sindicato.
- *Devolução da Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%* – Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE-Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar, instituídos pela Lei Complementar nº 10.588, de 28 de novembro de 1995, incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- *Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina* – Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.

A tabela a seguir evidencia as provisões para riscos cíveis. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Provisão para Riscos Cíveis	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Ações indenizatórias por perdimento de grãos	13,0	26,2
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	5,9	4,3
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	0,0	29,1
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3,7	2,6
Total	22,7	62,2

- *Ações indenizatórias por perdimento de grãos* – ações de execução de sentença, propostas contra o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).
- *Ação Indenizatória de lucros cessantes (CIEPs)* – Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), valor a ser determinado em liquidação de sentença.
- *Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes* – Essa provisão foi reclassificada pela PGE em 2021, passando a ser reconhecida como passivo contingente de média probabilidade de ocorrência.

As provisões para riscos fiscais possuem alta probabilidade de ocorrência e estão relacionados a demandas fiscais. Em 2021, quase a totalidade do saldo dessa provisão refere-se à execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal.

3.2.6.3. Provisão de Repartição Tributária

São provisões que se referem, em sua maioria, a repartição de créditos tributários do ICMS e do IPVA com os municípios, as quais foram calculadas a partir dos ativos de natureza tributária, evidenciados no item 3.1.2.

O cálculo da provisão de repartição do ICMS considerou o percentual de 25% e o da provisão de repartição do IPVA o percentual de 50%, incidentes sobre os créditos viáveis de cobrança, ou seja, após o desconto do ajuste para perdas. Os valores representam estimativas das transferências a serem efetuadas aos municípios, quando os referidos tributos forem arrecadados pelo Estado.

Esse procedimento contábil é realizado, conforme Instrução Normativa CAGE nº 9/2019, que dispôs sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos créditos tributários.

Provisão Repartição Tributária	Em milhões de R\$		
	2021	2020	Δ%
ICMS	6.623,6	6.544,0	1,22%
IPVA	126,5	119,5	5,86%
Outros tributos	0,1	0,1	4,00%
Total	6.750,1	6.663,6	1,30%

3.2.6.4. Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE

Trata-se de provisão matemática para o pagamento de proventos de aposentadoria dos ex-autárquicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). As obrigações com essa folha de pagamento foram assumidas pelo Estado recebendo em contrapartida recursos financeiros e imóveis. Essa operação fez parte do processo de desestatização da companhia, conforme detalhado no item 1.6.2.

3.2.6.5. Provisão de Pensões Integrais a Pagar

São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. A Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1982, que dispôs sobre o Instituto de Previdência do Estado, estabeleceu, em seu art. 27, a forma do cálculo da pensão por morte, correspondente a 45% do salário de benefício, acrescida de quotas de 5% por dependente habilitado, até o máximo de onze dependentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício da pensão por morte deveria corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, porém o IPE-Prev continuou realizando os pagamentos nos moldes da Lei citada. Em decorrência disso, foram ajuizadas inúmeras ações judiciais requerendo diferenças de integralidade de pensão por morte, que foram julgadas procedentes, gerando uma enorme dívida de precatórios para o IPE-Prev.

O débito inscrito em precatório (ou em RPV) compreende as parcelas não prescritas (vencidas em até cinco anos antes do ajuizamento da ação judicial) até o trânsito em julgado da ação judicial. As diferenças de integralidade referentes às parcelas após o trânsito em julgado deveriam ser pagas administrativamente pelo IPE-Prev,

o que nem sempre ocorreu. O valor da provisão corresponde ao montante apurado pelo IPE-Prev de parcelas vencidas após o trânsito em julgado das ações judiciais, relacionadas a débitos de diferenças de integralidade de pensão por morte.

3.2.6.6. Provisão de Compensação Previdenciária

A Provisão de Compensação Previdenciária registra valores devidos pelo IPE-Prev ao INSS no âmbito do Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev).

3.2.6.7. Provisão de Remuneração do SIAC

A provisão evidencia a remuneração calculada, pendente de pagamento, referente aos depósitos efetuados na forma do Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, que instituiu o Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado (SIAC). A remuneração dos recursos depositados no SIAC é zero, exceto nos casos em que houver imposição legal ou contratual, conforme disposto no Decreto nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

As provisões do SIAC relativas a operações intraorçamentárias são eliminadas no processo de consolidação do Balanço Patrimonial do Estado, resultando em ajustes nas contas contábeis de natureza intraorçamentárias.

O valor da remuneração apropriada, objeto dessa provisão, é calculada com base nos contratos existentes e apurada por conta corrente bancária, conforme detalhado na tabela seguinte:

Conta	Em milhões de R\$		
	2021	2020	Δ%
Depósitos Judiciais	264,3	0,0	-
Poder Judiciário	192,7	143,7	34,2%
Assembleia Legislativa	175,5	137,2	27,9%
Salário Educação	168,0	168,0	0,0%
Fundo Recursos Hídricos	147,0	137,4	7,0%
Ministério Público	84,2	78,6	7,0%
Suprg	8,1	168,0	-95,2%
Demais contas	284,5	106,3	167,5%
Ajuste de Consolidação	(1.319,27)	(923,84)	42,8%
Total	5,0	15,3	-67,6%

3.2.6.8. Outras Provisões

Outras Provisões	Em milhões de R\$	
	2021	2020
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.935,3	4.564,0
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	985,3	900,0
Tema 810 STF - estoque de RPVs	864,7	1.080,9
Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados	357,4	0,0
Home care (SUS)	233,3	0,0
Tratamentos oncológicos	131,1	0,0
Outras Provisões de Longo Prazo	397,8	1.409,5
Outras Provisões de Curto Prazo	0,0	336,8
Total	7.904,9	8.291,3

- Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença* – Inconstitucionalidade da aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da TR como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, geralmente não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.
- Tema 96 STF* – Tramitou no âmbito do STF o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca “das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório”. O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo

Plenário da Corte, em 30 de junho de 2017, que decidiu pela incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

- *Tema 810 STF: estoque de RPVs* – Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, em face dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, A PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requisitórios de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, pelas ADI's nº 4357 e nº 4425, que modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requisitórios de pagamento expedidos até 25 de março de 2015.
- *Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados* – A Administração Pública, ao contratar a prestação de serviços, continuados ou não, que envolvam fornecimento de mão de obra, responde de forma subsidiária pelo descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas. Com o julgamento da ADC nº 16/DF, reconhecendo a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Justiça do Trabalho, vige o entendimento de que a responsabilidade subsidiária dos entes públicos pela inadimplência de encargos trabalhistas praticada pelas empresas de terceirização de mão de obra contratadas não pode ser automática, baseada numa culpa presumida. Para que seja atribuída ao Poder Público, impende reste comprovada, no caso concreto, sua desídia na escolha da pessoa jurídica fornecedora do serviço e/ou na fiscalização da execução do contrato; vale dizer é necessária a demonstração de que o Poder Público operou com culpa.
- *Home care (SUS)* – Nas demandas de *home care* é postulado o tratamento do paciente, que deve ser desenvolvido no domicílio, a fim de preservar a saúde, minimizar os prejuízos das doenças e incapacidades, fundamentado

nos princípios da igualdade, gratuidade, universalidade e atendimento integral na efetivação do direito fundamental à saúde e à vida dos cidadãos, conforme regra expressa do artigo 196 da Constituição federal e 241 da Constituição Estadual.

- *Tratamentos oncológicos* – Os procedimentos e medicamentos não são reconhecidos como devidos pelo Estado, mas pela União, em razão do decidido no Tema 793 do STF. São ações que tratam de solicitação de tratamento oncológico (cirúrgico, medicamentoso, exames, internações, consultas), propostas em caráter individual, tendo em vista o caráter personalíssimo de cada prestação, com comprovação do acometimento de neoplasias em suas mais variadas formas e pedido do fornecimento de tratamento oncológico respectivo.

3.2.7. Resultado Diferido

O Resultado Diferido representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ter ocorrido o fato gerador. O valor refere-se à arrecadação do IPVA, que ocorreu no mês de dezembro de 2021 e o fato gerador em 1º de janeiro de 2022.

Resultado Diferido	Em milhões de R\$		
	2021	2020	Δ%
IPVA de 2022 arrecadado em 2021	1.491,3	914,8	63,02%
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(745,7)	(457,4)	63,02%
Total	745,7	457,4	63,02%

O IPVA do exercício de 2022 foi liberado para pagamento a partir do dia 15 de dezembro de 2021. Os proprietários de veículos que recolheram o imposto até 30 de dezembro de 2021 tiveram redução por antecipação de 10%, além de manterem a Unidade de Padrão Fiscal (UPF/RS) sem atualização, que foi de 10,42%.

3.2.8. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde aos resultados acumulados do Estado, e está dividido em Resultados de Exercícios Anteriores, Resultado Patrimonial do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores. Em 31 de dezembro de 2021, o

Patrimônio Líquido totalizou R\$ 289,1 bilhões negativos e apresentou variação de R\$ 49,4 bilhões negativos em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 48,8 bilhões referentes ao Resultado Patrimonial do Exercício e R\$ 634,1 milhões referentes aos Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em milhões de R\$	
Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2020	(239.703,6)
Resultado Patrimonial do Exercício	(48.805,3)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(634,1)
Saldo de 31/12/2021	(289.143,0)

3.2.8.1. Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período, que em 2021 foi negativo em R\$ 48,8 bilhões, é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) que evidencia, por competência, as alterações ocorridas no Patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em milhões de R\$		
Demonstração das Variações Patrimoniais	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	174.483,6	557.149,5
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.497,5	44.124,2
Contribuições	4.460,0	20.782,7
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	463,9	314,6
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.252,1	1.315,4
Transferências e Delegações Recebidas	11.320,9	12.065,2
Valorização e Ganhos Com Ativos	12.014,6	10.383,7
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	91.474,7	468.163,7
Variações Patrimoniais Diminutivas	223.288,9	349.678,0
Pessoal e Encargos	13.480,1	30.013,9
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.206,0	17.253,0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.557,5	7.173,5
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.086,2	9.765,5
Transferências e Delegações Concedidas	23.840,3	18.628,3
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.108,8	6.091,5
Tributárias	562,0	574,9
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	143.448,0	260.177,3
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(48.805,3)	207.471,5

Cabe destacar que o resultado do exercício de 2021 foi fortemente impactado pelo reconhecimento de provisão para indenizações trabalhistas relacionada à implantação do Piso Nacional do Magistério, no valor de R\$ 36,76 bilhões, e ao aumento de R\$ 16,66 bilhões na Provisão Atuarial do RPPS, ambos detalhados no item 3.2.6 Provisões.

No exercício, foram excluídos no processo de consolidação R\$ 16,26 bilhões relacionados às operações intraorçamentárias, afetando, no mesmo montante, as linhas de Contribuições (VPA), e de Pessoal e Encargos (VPD). As relevantes variações nessas linhas são resultado desse procedimento, adotado a partir de 2021. O Resultado Patrimonial do Período não é impactado pelas referidas exclusões.

3.2.8.2. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores totalizaram R\$ 634,1 milhões negativos em 2021. Referem-se ao reconhecimento de variações patrimoniais relacionadas a exercícios anteriores, seja por causa de efeitos da mudança de política contábil, seja por retificação de operações que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

Em milhões de R\$	
Ajustes de Exercícios Anteriores	Valor
Débito	(2.392,4)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(2.092,1)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(0,1)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(0,5)
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	(0,4)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	(34,4)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(264,9)
Crédito	1.758,3
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.225,9
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	339,8
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	133,1
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	59,6
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2021	(634,1)

Os empenhos liquidados no elemento de despesa 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), desde que não relacionados a despesas de capital, geraram débito na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. Assim, as Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias, que somaram R\$ 2,09 bilhões, referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 e que teriam como contrapartida uma

Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) caso fossem despesas do exercício. Essas transações foram as que mais impactaram sobre os Ajustes de Exercícios Anteriores.

As Despesas de Exercícios Anteriores Pendentes de Execução orçamentária são as despesas reconhecidas no exercício, incorridas em exercícios anteriores e que ainda não foram empenhadas e nem pagas.

Os ativos (exceto os financeiros) que foram reconhecidos indevidamente ou que deveriam ter sido baixados em exercícios anteriores somaram R\$ 0,5 milhão. Já os que deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores, mas que só foram inscritos em 2021, somaram R\$ 339,8 milhões.

O desreconhecimento de Passivos, no valor de R\$ 1,23 bilhão, refere-se, na maior parte, à baixa de R\$ 625,3 milhões referentes a uma provisão que estava registrada no passivo não circulante; e a baixa de R\$ 592,7 milhões de passivos anteriormente reconhecidos como Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária, mas que foram executados orçamentariamente com o elemento de despesa 92 durante o exercício de 2021.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores Financeiros são as variações que ocorreram nos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e outras contas) que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

Os ajustes efetuados diretamente na consolidação referem-se às diferenças entre os saldos que foram excluídos no processo de consolidação, em 31 de dezembro de 2020, e os saldos que foram excluídos em 31 de dezembro de 2021, quando essa diferença não estiver relacionada a uma variação computável ao resultado do exercício.

3.2.8.3. Resultado de Exercícios Anteriores

Os Resultados de Exercícios Anteriores, acumulados até 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$ 239,7 bilhões negativos. Ressalta-se que 81,16% desse valor (R\$ 194,59 bilhões) refere-se a impactos de novas políticas contábeis adotadas nos exercícios de 2015 e 2020. No exercício de 2015 houve o reconhecimento, pela primeira vez, dos ajustes para perdas em Dívida Ativa, no valor de R\$ 28,34 bilhões. Já no exercício de 2020, houve o reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, da cobertura de déficit do fundo financeiro do RPPS (Passivo Atuarial), no valor de R\$ 166,24 bilhões, sendo R\$ 373,09 bilhões a débito de ajustes de exercícios anteriores e R\$ 206,85 bilhões a crédito de Variação Patrimonial Aumentativa.

3.3. CONTAS DE CONTROLE

As Contas de Controle compreendem os registros dos atos potenciais (ativos e passivos), dos passivos contingentes e de outros controles específicos.

3.3.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos

Referem-se às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo, exceto as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e às contas com função precípua de controle. Tais valores, evidenciados no quadro das Compensações do Balanço Patrimonial, estão detalhados no quadro a seguir:

	Em milhões de R\$
Atos Potenciais Ativos	5.935,7
Garantias e Contrapartidas Recebidas	1.037,8
Cauções em Títulos e Valores	1.036,4
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1,2
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	0,2
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	132,6
Fapergs - auxílios a comprovar	104,9
Administração Direta - auxílios a comprovar	19,0
Demais entidades - auxílios a comprovar	8,7
Outros Atos Potenciais Ativos	4.765,3
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.191,0
Demais entidades - contratos e convênios em execução	42,0
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068,5
Compensa - solicitações em andamento	145,3
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318,6
Atos Potenciais Passivos	2.509,6
Garantias e Contrapartidas Concedidas	1.150,7
Garantias Instituídas por Lei Específica	1.024,0
Avais Concedidos	126,8
Obrigações Contratuais	13,6
Contratos em Execução	13,6
Outros Atos Potenciais Passivos	1.345,3
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318,6
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26,7

- *Cauções em Títulos e Valores* – Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), o valor de R\$ 1,03 bilhão refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao Daer no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- *Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos* – Compreende os seguros contratados pela administração (a exemplo de imóveis, veículos e obras);
- *Auxílios a comprovar* – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 104,9 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) a pesquisadores;
- *Contratos e convênios em execução* – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o conveniente, no caso, tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- *Prestações de Serviços – valores em Discussão* – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal;
- *Compensa – solicitações em andamento* – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa-RS, que se constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974, de 21 de março de 2018, instituiu o programa, em regulamentação à Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015,

com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente, e a dívida ativa é registrada como receita orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	Em milhões de R\$	
	Valor	%
Solicitações não homologadas	140,4	96,62%
Compensações homologadas, em processo de compensação	4,9	3,38%
Total	145,3	100,00%

- Lei nº 12.069/2004: saldo não utilizado dos depósitos judiciais* – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o Estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018;
- Garantias Instituídas por Lei Específica* – Registram garantias concedidas pelo Estado e autorizadas por leis específicas. Atualmente o Estado garante operações de crédito contratadas pela CEEE perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), celebrados no âmbito do Programa de Expansão e Modernização

do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência.

- *Avais Concedidos* – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado a CEEE e a Corsan, em contratos de empréstimo;
- *Recursos Fundopem-RS para aumento de Capital do Badesul* – Representa o saldo da parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme o art. 5º da Lei nº 13.708, de 6 de abril de 2011, revogada pela Lei nº 15.642, de 31 de maio de 2021.

3.3.2. Passivos Contingentes

São passivos não reconhecidos nas demonstrações contábeis em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não estejam totalmente sob controle do órgão ou entidade. O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 27,15 bilhões (R\$ 67,74 bilhões em 2020).

O decréscimo decorreu principalmente da reclassificação do passivo relativo ao Piso Nacional do Ministério para alta probabilidade de ocorrência, tendo sido incluído nas provisões de risco trabalhista.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153/2014. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2021, em comparação a 2020. Importante esclarecer que na tabela abaixo foram desconsiderados passivos contingentes no valor de R\$ 986,8 milhões por serem intraorçamentários. No Balanço Patrimonial de 2020 tais valores não foram excluídos, razão pela qual o valor total consolidado dos passivos contingentes do exercício de 2020 está demonstrado a menor em relação ao publicado.

Em milhões de R\$

Objeto dos Passivos Contingentes	2021	2020
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	7.356,3	6.734,0
Brasil Telecom	5.000,0	5.000,0
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	4.572,6	1.276,8
Tarifas TUST e TUSD	1.900,0	1.600,0
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	1.383,2	728,0
Contribuição previdenciária da Fase	1.320,0	1.320,0
Repasse para os municípios de recursos do FES	1.041,3	1.434,9
Alíquotas progressivas	680,0	0,0
Adicional de insalubridade - servidores de escola	580,0	418,8
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	400,0	1.000,0
PASEP	341,5	351,8
Ações cíveis públicas na área da segurança pública	276,0	378,9
Paridade Pensoes SINPOL	264,0	264,0
Compensação de créditos de saídas isentas não estornadas	220,8	100,0
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	216,8	228,6
Desapropriação Parque Estadual de Itapeva	155,4	155,4
Indenização pelo Parcelamento de Salários	154,0	105,0
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	150,0	102,4
Fundação Silius	100,0	100,0
Implantação Piso Nacional do Magistério	0,0	34.500,0
Compensação de débitos estaduais com Precatórios	0,0	7.000,0
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	0,0	1.400,0
Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional	0,0	392,0
FGTS de servidores temporários	0,0	26,5
Outros	1.035,3	3.123,6
Total	27.147,2	67.740,8

- *Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs* – O Tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação alterada pela Lei nº 11.960/2009. As fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

- *Brasil Telecom* – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir os valores despendidos nas milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- *Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área de Saúde* – O Ministério Público Estadual ajuíza, em cada exercício, desde o ano de 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.
- *Tarifas TUST e TUSD* – Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.
- *Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas* – A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE-Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança dessa contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto, a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão do desconto.

- *Contribuição previdenciária da Fase* – A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase-RS) recebeu diversas autuações do INSS em razão da revogação do Certificado de Filantropia, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, que tornaram impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do ato cancelatório que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº 00400.000176/2013-81, que se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo STF.
- *Repasse para os municípios de valores do FES* – Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e mandados de segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes, com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores, as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, seriam objeto de repasse aos hospitais.
- *Alíquotas progressivas* – Os servidores civis e pensionistas ajuízam ações contra as alíquotas progressivas de contribuição previdenciária instituídas pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, com vigência a partir de abril de 2020, na forma da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, buscando a manutenção da alíquota única de 14%.
- *Adicional Insalubridade de servidores de escola* – A PGE tem registro de oito mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente

Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- *Ação Civil Pública: Meio Ambiente* – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo (pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; e, responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.
- *PASEP* – Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160, de 27 de maio de 2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento, relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 341,5 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar nº 2005.71.00.036910-1 que tramita no STF, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal nº 11080.003229/2003-21.

- *Ações civis públicas na área da segurança pública* – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulando a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e Ação Civil Pública (ACP) movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS), pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.
- *Paridade Pensões SINPOL* – Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (SINPOL) contra o IPE-Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072 e nº 14.073, de 31 de julho de 2012.
- *Compensação de créditos de ICMS de saídas isentas não estornadas* – Trata-se de matéria controversa por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.
- *Reajuste das Leis nº 11.467/00, nº 11.678/01 e nº 11.752/02* – Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual nº 11.467, de 27 de abril de 2000, e da Lei Estadual nº 11.678, de 17 de outubro de 2001, abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual nº 11.752, de 5 de abril de 2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que foram previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.
- *Desapropriação Parque Estadual de Itapeva* – Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009, de 12 de dezembro de 2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462, de 9 de maio de 2014, que o declarou de utilidade pública,

para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.

- *Indenização pelo Parcelamento de Salários* – Ações judiciais propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.
- *Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)* – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- *Fundação Silius* – Trata-se de Ação Civil Pública movida pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns e outro. O Estado pediu ingresso como *amicus curiae*, para afastar dívida que se pretende imputar à Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183, de 15 de maio de 2018, tendo o Estado como seu sucessor.
- *Implantação do Piso Nacional do Magistério* – Este passivo foi reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.
- *Compensação de débitos estaduais com Precatórios* – Passivo desconhecido em 2021, visto que sua realização não resultaria em saída de recursos do Estado.

- *Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP* – Passivo desreconhecido em 2021, visto o julgamento pelo STF ter sido favorável ao Estado.
- *Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional* – Passivo desreconhecido devido sua reclassificação para baixa probabilidade em 2021.
- *FGTS de Servidores Temporários* – Passivo reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.



4. GESTÃO

FINANCEIRA

Neste capítulo, demonstra-se o patrimônio e a movimentação financeira consolidada segundo a classificação prevista no art. 105 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Apresenta-se, a seguir, o Balanço Financeiro, conjugando-se as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os saldos de disponibilidades existentes quando do término do exercício:

Em milhões de R\$	
INGRESSOS	2021
Receita Orçamentária (I)	73.516,3
Ordinários	33.065,2
Vinculada	40.451,1
Educação	9.434,3
Saúde	6.995,6
Previdência	18.705,8
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	85,1
Transferências Voluntárias de Outros Entes	151,8
Fundos Estaduais	5.036,4
Operações de Crédito	41,9
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	43.573,1
Inscrição Restos a Pagar Processados	4.669,7
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	2.800,8
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.019,5
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.083,2
Saldo do Exercício Anterior (IV)	7.500,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.294,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.206,6
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	124.590,2

Em milhões de R\$	
DISPÊNDIOS	2021
Despesa Orçamentária (VI)	70.970,0
Ordinários	31.219,2
Vinculada	39.750,8
Educação	9.190,0
Saúde	6.904,6
Previdência	17.485,6
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	101,7
Transferências Voluntárias de Outros Entes	199,9
Fundos Estaduais	5.804,1
Operações de Crédito	65,0
 Transferências Financeiras Concedidas (VII)	 -
Tranferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
 Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	 39.923,6
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.766,4
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	743,9
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.450,8
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.962,5
 Saldo do Exercício Seguinte (IX)	 13.696,6
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.226,7
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.469,9
 TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	 124.590,2

As disponibilidades no exercício de 2021 (R\$ 13,70 bilhões) apresentadas no Balanço Financeiro compreendem as contas Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 10,23 bilhões), Títulos e Valores Mobiliários do RPPS (R\$ 3,47 bilhões) e outros ativos financeiros (R\$ 2,3 milhões), discriminados na tabela Composição do Patrimônio Financeiro.

4.1. PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A seguir, são apresentados os principais itens do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro.

	Em milhões de R\$
Títulos	2021
ATIVO FINANCEIRO	14.018,8
111 - Caixa e Equivalente de Caixa	10.226,7
113 - Demais Créditos a Curto Prazo	279,2
Depósitos Judiciais e Sequestros Judiciais a Regularizar	60,7
Devedores / Responsáveis	216,2
Outros	2,3
114 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	3.467,6
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	3.467,6
121 - Ativo Realizável a Longo Prazo	45,2
21 - PASSIVO FINANCEIRO	(32.307,5)
211 - Obrig. Trab., Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo	(224,5)
2111 - Pessoal a Pagar	(136,1)
2112 - Benefícios Previdenciários a Pagar	(21,5)
2114 - Encargos Sociais a Pagar	(66,9)
212 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	(14.541,5)
2121 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	(14.541,5)
213 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(339,6)
2131 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	(339,6)
214 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	(26,2)
2141 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	(25,7)
2143 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	(0,5)
215 - Obrigações de Repartição a Outros Entes	(0,0)
2150 - Obrigações de Repartição a Outros Entes Municípios	(0,0)
218 - Demais Obrigações a Curto Prazo	(13.822,9)
2188 - Valores Restituíveis	(13.162,4)
Depósitos Judiciais	(10.674,8)
Demais	(2.487,5)
2189 - Outras Obrigações a Curto Prazo	(660,6)
631 - Execução de Restos a Pagar Não Processados	(3.352,8)
6311 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	(568,0)
6317 - Restos a Pagar Não Processados Inscrição no Exercício	(2.784,8)
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	(18.288,8)

As contas do Ativo, em especial as dos subgrupos Caixa e Equivalente de Caixa (111) e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (113) são analisadas no Capítulo 3. Os saldos de Restos a Pagar e de Serviço da Dívida a Pagar que, por sua natureza, possuem atributo “Financeiro”, estão computados nos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (211), Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (212), Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (213), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (214), Obrigações de Repartição a Outros Entes (215) e, parcialmente, nos itens Demais dos Títulos e Valores Restituíveis (2188) e Outras Obrigações a Curto Prazo (2189). Na tabela a seguir é apresentada a movimentação dos Restos a Pagar no exercício:

Em milhões de R\$			
TÍTULOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
SALDO EM 31-12-2020	14.235,3	2.114,9	16.350,2
Anulações e Baixas	(260,1)	(781,8)	(1.041,9)
Pagamentos	(2.771,5)	(738,8)	(3.510,3)
Inscrições ao final do exercício	4.669,7	2.800,8	7.470,5
SALDO EM 31-12-2021	15.873,3	3.395,2	19.268,5

Os Restos a Pagar são analisados no Capítulo 3, item 3.2.1.

4.2. RECURSOS VINCULADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA POTENCIAL

Denominam-se Recursos Vinculados as receitas que a Administração, em decorrência de dispositivos constitucionais e legais, é obrigada a aplicar em determinados fins.

Essas receitas estão apresentadas e discriminadas, individualmente, com a respectiva aplicação, no Demonstrativo dos Recursos Vinculados, nos Volumes II (Administração Direta) e IV (Autarquias e Fundações), que compõem esta Prestação de Contas. Cada recurso é identificado mediante código numérico de quatro algarismos e seu respectivo nome.

Além dos recursos livres (Recurso 0001 na Administração Direta, Recurso 8000 nas Autarquias e Recurso 7000 nas Fundações), apesar de serem vinculados,

não são considerados para fins desta análise, conforme tabela seguinte, os recursos vinculados relativos:

- a. à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que funcionam como agregadores de despesas, não tendo, portanto, receitas diretamente vinculadas, sendo formados por transposição de valores do recurso geral, ou seja, da receita arrecadada não vinculada;
- b. à alienação de bens e direitos, por constituírem receitas próprias, cujos recursos foram criados apenas para controle do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe que essas receitas não podem ser aplicadas no custeio de despesa corrente, exceto as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos; e
- c. às receitas de contribuições previdenciárias e do plano de assistência médica dos servidores que foram vinculadas ao recurso 8500 do IPE Prev.

Recursos Vinculados não Analisados

Ref.	Títulos
a	0002 - Tesouro - Educação
	0003 - Tesouro - Pesquisa
	0004 - Tesouro - Universidades
	0005 - Tesouro - Contrapartida
	0006 - Tesouro - Vinculado à Saúde
	0010 - Tesouro ART 3 Lei 15232-2018
	0011 - Tesouro - Outros Poderes
	0012 - Tesouro Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Consulta Popular
	0015 - Tesouro - Consulta Popular
	0016 - Tesouro - Saúde - Consulta Popular
	5001 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Livres
	5003 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Pesquisa
	5004 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Universidades
	5308 - Contrapartida Programa de Apoio ao Investimento - PROINVESTE/BNDES
	6001 - Contrapartida a Operações de Crédito - Recursos do Tesouro - Livres
	6002 - Contrapartida a Operações de Crédito - Recursos do Tesouro - Educação
	6011 - Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro - Outros Poderes
b	0096 - Tesouro - Alienação de Bens e Direitos
	7096 - Recursos das Fundações Alienação de Bens e Direitos
	8096 - Recursos das Autarquias Alienação de Bens e Direitos
c	8500 - Regime Próprio de Previdência Social - Plano Financeiro

4.2.1.Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas

A Receita Arrecadada teve as seguintes Parcelas Vinculadas, segundo a fonte dos recursos, considerando-se, inclusive, o produto das respectivas aplicações financeiras, multas, restituições:

Recursos	Em milhões de R\$			
	2021		2020	
	Arrecadação	%	Arrecadação	%
Tesouro-Vinculado pela Constituição	6.091,0	43,40%	4.797,7	51,43%
Tesouro-Vinculado por Lei	5.731,2	40,84%	2.436,0	26,11%
Convênios	288,5	2,06%	225,4	2,42%
Próprios das Autarquias	379,2	2,70%	755,1	8,09%
Operações de Crédito Externas	31,9	0,23%	0,2	0,00%
Operações de Crédito Internas	10,0	0,07%	24,9	0,27%
Transferências Obrigatórias	1.502,9	10,71%	1.088,4	11,67%
Próprios das Fundações	0,1	0,00%	0,5	0,01%
Total	14.034,9	100,00%	9.328,2	100,00%

Em 2020, as Receitas Vinculadas representaram 14,58% da receita total do Estado, que foi de R\$ 63,96 bilhões. Em 2021, quando a receita total atingiu R\$ 73,52 bilhões, a participação das receitas vinculadas subiu para 19,09%.

4.2.2.Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados

A Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, os quais, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos, que passam para o próximo exercício.

No exercício de 2021, os Recursos Vinculados apresentaram as movimentações apresentaram o seguinte comportamento:

Em milhões de R\$

Recursos	Receita	Anulação de Restos	Despesa	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recurso	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Resultado
Tesouro-Vinculado pela Constituição	6.091,0	14,2	(6.382,7)	648,1	(311,3)	27,1	(27,1)	59,4
Tesouro-Vinculado por Lei	5.731,2	177,5	(5.349,9)	736,3	(697,6)	296,3	(34,8)	859,2
Convênios	288,5	51,5	(333,8)	12,8	(7,3)	0,1	(0,1)	11,6
Próprios das Autarquias	379,2	4,5	(89,8)	4,7	(4,7)	0,9	(0,9)	293,9
Operações de Crédito Externas	31,9	31,7	(64,6)	-	-	-	-	(0,9)
Operações de Crédito Internas	10,0	2,3	(0,4)	0,2	-	7,2	(7,2)	12,2
Transferências Obrigatórias	1.502,9	13,8	(1.416,3)	0,6	-	-	-	101,0
Próprios das Fundações	0,1	0,0	(0,4)	-	(0,0)	-	-	(0,2)
Total	14.034,9	295,6	(13.637,9)	1.402,7	(1.020,8)	331,6	(70,0)	1.336,1

Alguns recursos vinculados tiveram movimentação relevante, conforme tabela a seguir:

Em milhões de R\$

Recursos	Receita	Anulação de Restos	Despesa	Recebimentos de Recurso	Transferências de Recursos	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Resultado
Indenização								
Ex-Autárquicos - CEEE	596,9	-	59,0	-	-	-	-	537,9
Salário Educação	351,7	104,0	132,3	-	-	-	-	323,4
Fundoprev	261,0	0,3	6,3	1,3	1,3	0,9	0,9	255,0
Transferência SUS - Média e Alta Complexidade	1.374,4	0,0	1.236,7	0,6	-	-	-	138,4
	2.584,0	104,3	1.434,2	1,9	1,3	0,9	0,9	1.254,7

O recurso com movimentação mais significativa está relacionado ao ingresso decorrente da indenização recebida pelo Estado pela assunção da folha de ex-autárquicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) no processo de privatização da companhia, conforme detalhado no item 1.6.

O Salário Educação está previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e é destinado a programas, projetos e ações voltados à educação básica pública.

O Fundoprev é um fundo previdenciário de capitalização, para onde são direcionadas as contribuições previdenciárias e patronais dos servidores que ingressaram no Estado a partir de 18 de julho de 2011. O fundo foi instituído por meio das leis 13.758 (Servidores Civis) e 13.757 (Servidores Militares), as duas de 15 de julho de 2011.

O recurso de Gestão Plena do SUS é composto por transferências do Governo Federal para custeio do Sistema Único de Saúde.

A conjugação da movimentação dos recursos vinculados com os saldos do exercício anterior e com o saldo que passou para o próximo exercício está demonstrada a seguir.

Em milhões de R\$

Recursos	Saldo do Exercício Anterior	Receita Arrecadada	Anulação de Restos	Despesa Empenhada	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recursos	Recebido de Numerários	Transferido de Numerários	Saldo a Empenhar
Tesouro-Vinculado pela Constituição	1.787,2	6.091,0	14,2	(6.382,7)	648,1	(311,3)	27,1	(27,1)	1.846,6
Tesouro-Vinculado por Lei	2.107,0	5.731,2	177,5	(5.349,9)	736,3	(697,6)	296,3	(34,8)	2.966,2
Convênios	506,9	288,5	51,5	(333,8)	12,8	(7,3)	0,1	(0,1)	518,5
Próprios das Autarquias	3.075,7	379,2	4,5	(89,8)	4,7	(4,7)	0,9	(0,9)	3.369,6
Operações de Crédito Externas	31,6	31,9	31,7	(64,6)	-	-	-	-	30,7
Operações de Crédito Internas	157,7	10,0	2,3	(0,4)	0,2	-	7,2	(7,2)	169,9
Transferências Obrigatórias	199,5	1.502,9	13,8	(1.416,3)	0,6	-	-	-	300,5
Próprios das Fundações	1,7	0,1	0,0	(0,4)	-	(0,0)	-	-	1,5
Total	7.867,3	14.034,9	295,6	(13.637,9)	1.402,7	(1.020,8)	331,6	(70,0)	9.203,3

Como se observa, houve um aumento de R\$ 1,34 bilhão no saldo dos Recursos Vinculados, com a seguinte composição:

Em milhões de R\$	
Recursos	Variação
Tesouro-Vinculado por Lei	859,2
Próprios das Autarquias	293,9
Transferências Obrigatórias	101,0
Tesouro-Vinculado pela Constituição	59,4
Operações de Crédito Internas	12,2
Próprios das Fundações	(0,2)
Operações de Crédito Externas	(0,9)
Convênios	11,6
Total	1.336,1

O aumento ocorreu sobretudo nos recursos “Tesouro-Vinculado por Lei”, destacando-se aqueles vinculados aos ex-autárquicos da CEEE, conforme operação detalhada no item 1.6. Nos recursos “Próprios das Autarquias”, destacam-se aqueles vinculados ao Fundoprev, uma vez que há poucos benefícios previdenciários sendo pagos por esse Fundo. Nas “Transferências Obrigatórias”, a variação positiva decorreu, principalmente, das Transferência SUS – Média e Alta Complexidade.

4.3. SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

A Situação Líquida Financeira é apurada a partir do saldo patrimonial financeiro e do saldo a empenhar dos recursos vinculados.

4.3.1. Situação Líquida Financeira Real

A Situação Líquida Financeira Real, conforme item 4.1, corresponde ao Saldo Patrimonial Financeiro do exercício anterior mais o resultado do exercício financeiro de 2021, ajustado pelas variações líquidas independentes da execução orçamentária:

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Patrimonial Financeiro - 2020	(22.044,1)
Superávit Financeiro Ajustado do Exercício	3.755,4
Saldo Patrimonial Financeiro Atual	(18.288,8)

O superávit financeiro ajustado de 2021 foi de R\$ 3,76 bilhões, apurado da seguinte forma:

Em milhões de R\$

Título	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados e Vinculados Não Analisados	Total
1 - Resultado Orçamentário	396,9	2.149,3	2.546,3
Receita	14.034,9	59.481,4	73.516,3
Despesa	(13.637,9)	(57.332,1)	(70.970,0)
2 - Resultado das Variações	295,6	814,1	1.109,8
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	98,7	98,7
Anulação de Restos a Pagar	295,6	746,3	1.041,9
Baixas de Numerário (Registrado no Resultado)	-	(30,8)	(30,8)
3 - Ajustes de Consolidação	-	99,3	99,3
Superávit Financeiro Ajustado (1+2)	692,6	3.062,8	3.755,4

4.3.2. Situação Líquida Financeira Ajustada

A Situação Líquida Financeira Ajustada (SLFA) é obtida pelo acréscimo da Situação Líquida Financeira Potencial à Situação Líquida Financeira Real:

Em milhões de R\$

Título	2021	2020
Saldo Financeiro Real	(18.288,8)	(22.044,1)
Saldo Financeiro Potencial (Saldo a empenhar dos recursos vinculados analisados)	(9.203,3)	(7.782,1)
Saldo Financeiro Ajustado	(27.492,1)	(29.826,2)

A conjugação do déficit financeiro real de R\$ 18,29 bilhões com o déficit potencial de R\$ 9,20 bilhões resulta na situação líquida financeira ajustada deficitária de R\$ 27,49 bilhões. Ou seja, esse é o valor que falta para que o Estado possa saldar as obrigações do seu passivo financeiro e as despesas a empenhar correspondentes aos saldos de recursos vinculados. O valor apurado ao final do exercício de 2021 representa uma melhora de R\$ 2,33 bilhões frente ao montante de R\$ 29,83 bilhões de 2020.



ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADC - Ato das Disposições Constitucionais
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento
Agergs - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS
AGO - Assembleia Geral ordinária
AGOE - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
AL - Assembleia Legislativa
AL-GIA - Auto de Lançamentos - Guia de Informação do ICMS
Ampara/RS - Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do Rio Grande do Sul
APE - Administração do Patrimônio do Estado
APF - Aplicação Financeira
AUL - Auto de Lançamento
ASPS - Aplicações em Ações e Serviços Públicos em Saúde
ATS - Adicional por Tempo de Serviço
Badesul - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Bagergs - Banrisul Armazéns Gerais S.A.
Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
BB - Banco de Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Brigada Militar
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Cadin/RS - Cadastro Informativo de Pendências
Cadip - Caixa de Administração da Dívida Pública do Estado S.A.
Cage - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Caixa - Caixa Econômica Federal
CEE - Caixa Econômica Estadual - extinta
CEE - Conselho Estadual de Educação
CEERGS - Caixa Econômica Estadual do RS - extinta
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE-GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CEEE-Par - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações
CEEE-T - Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica
CEF - Caixa Econômica Federal
Ceasa - Centrais de Abastecimento do RS
Cesa - Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Cetip - Central de Custódia e de Liquidação Financeira
CF - Constituição Federal
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CFIL/RS - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar
Cide - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cientec - Fundação de Ciência e Tecnologia
Ciep - Centro Integrado de Educação Pública
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMN - Conselho Monetário Nacional
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COM - Companhia Operadora de Mineração
COMPENSA-RS - Programa com o objetivo de regulamentar os procedimentos para a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações, próprios ou de terceiros, prevista na Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017
Comprev - Câmara de Compensação Previdenciária
Comude - Conselho Municipal de Desenvolvimento
Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária
Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento
Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento
CPERS - Centro de Professores do Estado do RS
CPFL Energia - Companhia Paulista de Força e Luz
CRM - Companhia Riograndense de Mineração
CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações - extinta
DA - Dívida Ativa
Daer - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens

DAT - Sistema de Cobrança de Crédito Tributário Inscrito em Dívida Ativa
DIE - Divisão de Informações Estratégicas
DCD - Divisão de Controle da Administração Direta
DCI - Divisão de Controle da Administração Indireta
DDiP - Divisão da Dívida Pública
DEE - Divisão de Estudos Econômicos
DEO - Divisão de Estudos e Orientação
DCL - Dívida Consolidada Líquida
Detran/RS - Departamento Estadual de Trânsito
DMA - Departamento do Meio Ambiente (extinto)
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre
DNC - Divisão de Informação e de Normatização Contábil
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE - Diário Oficial do Estado
DPE - Defensoria Pública do Estado
DTI - Divisão de Tecnologia da Informação
DTP - Despesa Total com Pessoal
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EDP - Escritório de Desenvolvimento de Projetos
EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias
EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ERGS - Estado do Rio Grande do Sul
ERS - Rodovia Estadual do RS
FAC - Fundo de Apoio à Cultura
Faders - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades do RS
Famurs - Federação das Associações dos Municípios do RS
Fapergs - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS
Fase - Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS
FAS - Fundo de Assistência à Saúde
FBERGS - Fundação Banrisul de Seguridade Social
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

Feaper - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

Feas - Fundo Estadual de Assistência Social

Feduc - Fundo Especial da Educação

Fegep - Fundo Estadual de Gestão Patrimonial

Fepam - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler

FES - Fundo Estadual da Saúde

Fesa - Fundo Estadual de Sanidade Animal

Fesp - Fundo Estadual de Segurança Pública

FETLSVC - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

FGLTDPE - Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual

FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Finame - Agência Especial de Financiamento da Indústria

FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNS - Fundo Nacional da Saúde

Fomentar - Fundo de Fomento Automotivo do RS

Fospa - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

FPE-DF - Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal

FPE - Finanças Públicas Estaduais do Estado do RS

Fpergs - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FRE - Fundo de Reforma do Estado

FRH - Fundo de Recursos Hídricos

FRPJ - Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário

FTSP - Fundação Teatro São Pedro

Funafir - Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, sem fins Lucrativos e Hospitais Públicos

Funamep - Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor e à Empresa de Pequeno Porte

Fundecop - Fundo de Apoio ao Cooperativismo

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundetur - Fundo de Desenvolvimento do Turismo

Fundopem - Fundo Operação Empresa do RS

Fundopimes - Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social

Fundoprev - Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do RS

Fundovitis - Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura

Funterra - Fundo de Terras do Estado do RS

FZB - Fundação Zoobotânica - extinta

GEP - Gratificação de Estímulo Previdenciário

GIT - Gratificação de Incentivo Tecnológico

GTCON RS - Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do RS

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IEF - Integração Estado-Fornecedor

ICMS - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

IEPE/Ufrgs - Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Ufrgs

IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado

IN - Instrução Normativa

Inamps - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ipergs - Instituto de Previdência do Estado do RS

IPE Prev - Instituto de Previdência do Estado do RS

IPE Saúde - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do RS

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPSAS - International Public Sector Accounting Standart

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Irga - Instituto Riograndense do Arroz

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis de direitos reais a eles relativos

ITCD - Imposto sobre Transmissão Mortis Causa e Doação de Quaisquer Bens ou Direito

JUCISRS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

LC - Lei Complementar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei do Orçamento Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais

ME - Ministério da Economia

MEP - Método de Equivalência Patrimonial

Metroplan - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

MF - Ministério da Fazenda

MJ - Ministério da Justiça

MP - Ministério Público

NAD - Natureza de Despesa

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas do Setor Público

NUP - Número Único de Processo

ODCs - Outras Despesas Correntes

PAC - Plano de Assistência Médica Complementar

PAE - Parcela Autônoma de Equivalência

Pames - Plano de Assistência Médica Complementar

PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PC - Polícia Civil Aplicado ao Setor Público

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

Peate/RS - Programa Estadual de Apoio ao transporte Escolar do RS

PF - Pessoa Física

PGE - Procuradoria-Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PJ – Pessoa Jurídica

PMAE – Projeto de Modernização da Administração Geral e Patrimonial

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

POD – Programa de Oportunidade e Direitos

PPA - Plano Plurianual

Previc – Superintendência de Previdência Complementar

Procred – Programa de Crédito Educativo

Procofins - Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal

PRÓ-Guaíba - Fundo de Investimento do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba

Proredes - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS

PRÓ-Rural - Fundo de Investimentos do Programa de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza Rural

Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS

Proes - Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária

Profisco - Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado

Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Promofaz - Programa de Modernização Fazendária

PROREDES RS - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS

Proteção - Fundação Proteção do RS

RCL - Receita Corrente Líquida

RDAT - Relatório da Dívida Ativa Tributária

RE – Recurso Extraordinário

Refaz - Programa de Recuperação de Créditos

Refis - Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RFPE - Relatório do Sistema de Finanças Públicas do Estado

RGF - Relatório de Gestão Fiscal

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RHE - Recursos Humanos do Estado

RLIP – Receita Líquida Impostos Próprios
RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências
RLR - Receita Líquida Real
RP – Restos a Pagar
RPC – Regime de Previdência Complementar
RPP – Restos a Pagar Processados
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
RPV - Requisição de Pequeno Valor
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RRF – Regime de Recuperação Fiscal
RS Prev – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado RS
RTL - Receita Tributária Líquida
SAC - Sistema de Amortização Constante
SAM - Sistema de Administração de Materiais
SAR - Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda
SAT - Sistema de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda
SE – Secretaria da Educação
Sedac - Secretaria da Cultura
Sefaz - Secretaria da Fazenda
SE - Secretaria da Educação
SEL – Secretaria do Esporte e Lazer
Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
SES - Secretaria Estadual da Saúde
SGGE – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Siac - Sistema Integrado de Administração de Caixa
SICT – Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia
SICDHAS – Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social
Sinpol – Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do RS
SISBEX - Sistema de negociação de Títulos Públicos e Outros Ativos
SisCHE - Sistema de Cadastro de Habilitados do Estado – Convênios
SJSPS – Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo
SLFA – Situação Líquida Financeira Ajustada

SLFP - Situação Líquida Financeira Potencial
SLT - Secretaria de Logística e Transportes
SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças
SOH - Secretaria de Obras e Habitação
SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias
SRF - Secretaria da Receita Federal
SSMA - Secretaria da Saúde e Meio Ambiente
SSP - Secretaria da Segurança Pública
STER - Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda
STF - Supremo Tribunal Federal
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do RS
Suprg - Superintendência do Porto de Rio Grande
SUS - Sistema Único de Saúde
Susepe - Superintendência de Serviços Penitenciários
TBF - Taxa Básica Financeira
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TFIs - Transferências Financeiras Intragovernamentais
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TJRS - Tribunal de Justiça
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
TJM - Tribunal de Justiça Militar
TNI - Transferência de Numerário Intragovernamental
TR - Taxa Referencial
TST - Tribunal Superior do Trabalho
Turismo - Secretaria de Turismo
TUSD - Tarifa de Utilização de Serviços de Distribuição
TUST - Tarifa de Utilização de Serviços de Transmissão
Uergs - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
U.O. - Unidade Orçamentária
UPF/RS - Unidade Padrão Fiscal do RS
Ufrgs - Universidade Federal do Estado do RS

UPF – Unidade Padrão Fiscal

URV – Unidade Real de Valor

VEA - Valor de Entrega Alternativo

VPA – Variação Patrimonial Aumentativa

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva



DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL

1 – Demonstração da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Anexo 1 – RFPE 60	174
2 – Programa de Trabalho – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos Atividades – Anexo 7 – RFPE 61	175
3 – Demonstrativo das Despesas por Funções, Programas e Subprogramas conforme o Vínculo com os Recursos – Anexo 8 – RFPE 62	184
4 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9 – RFPE 63	193
5 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 – RFPE 64	194
6 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo 11 – RFPE 65	255
7 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Categoria Econômica, Subcategoria Econômica, Elemento e Subelemento – RFPE 71	256
8 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Órgão e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso – RFPE 72	267
9 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Função e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso – RFPE 73	268
10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas	273

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	57.919.172.695,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.436.912.156,42
CONTRIBUIÇÕES	4.588.361.673,01	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.415.555.841,10
RECEITA PATRIMONIAL	1.212.502.839,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.639.077.427,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.784.766,52		
RECEITA INDUSTRIAL	406,65	SOMA.....	63.491.545.425,47
RECEITA DE SERVIÇOS	524.681.840,92		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.100.108.316,11	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	7.066.565.322,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.117.414.512,37		
CONTRIBUIÇÕES - INTRA	6.300.544.330,15	TOTAL.....	70.558.110.748,23
RECEITA DE SERVIÇOS	9.223.148,82	DESPESA DE CAPITAL	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	10.333.278.309,09	INVESTIMENTOS	2.300.649.335,46
		INVERSOES FINANCEIRAS	3.211.873.697,37
SOMA.....	93.107.072.838,65	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.965.919.728,08
DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	22.548.962.090,42-		
		SOMA.....	7.478.442.760,91
TOTAL.....	70.558.110.748,23	SUPERAVIT	2.546.285.924,17
RECEITAS DE CAPITAL		TOTAL.....	73.516.274.110,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	41.848.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	2.747.948.670,40		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.416.883,82		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	160.759.823,51		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	189.984,59		
SOMA.....	2.958.163.362,32		
TOTAL.....	73.516.274.110,55		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	70.558.110.748,23	DESPESAS CORRENTES.....	63.491.545.425,47
RECEITAS DE CAPITAL.....	2.958.163.362,32	DESPESAS DE CAPITAL.....	7.478.442.760,91
DEFICIT.....	0,00	SUPERAVIT.....	2.546.285.924,17
TOTAL.....	73.516.274.110,55	TOTAL.....	73.516.274.110,55

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	LEGISLATIVA	7.860.114,41	614.709.019,09	622.569.133,50
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	2.908.114,41	312.343.803,50	315.251.917,91
01.0031.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	2.908.114,41	312.343.803,50	315.251.917,91
01.0032	CONTROLE EXTERNO	4.952.000,00	293.134.626,01	298.086.626,01
01.0032.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA, ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	4.952.000,00	27.372.096,27	32.324.096,27
01.0032.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		265.762.529,74	265.762.529,74
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		723.420,52	723.420,52
01.0128.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA, ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL		63.705,18	63.705,18
01.0128.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		567.840,14	567.840,14
01.0128.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL		91.875,20	91.875,20
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL		8.400.000,00	8.400.000,00
01.0131.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL		8.400.000,00	8.400.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		107.169,06	107.169,06
01.0302.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		107.169,06	107.169,06
02	JUDICIARIA	213.285.686,80	2.372.216.576,16	2.585.502.262,96
02.0061	ACAO JUDICIARIA	213.185.528,80	1.729.729.009,04	1.942.914.537,84
02.0061.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ	213.185.528,80	347.073.777,14	560.259.305,94
02.0061.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		1.361.043.218,70	1.361.043.218,70
02.0061.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		21.612.013,20	21.612.013,20
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL		638.621.291,38	638.621.291,38
02.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		398.932.443,87	398.932.443,87
02.0122.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		234.810.008,52	234.810.008,52
02.0122.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		4.878.838,99	4.878.838,99
02.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.064.552,04	1.064.552,04
02.0126.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR		1.064.552,04	1.064.552,04
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		1.881.917,89	1.881.917,89
02.0128.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ		1.740.755,54	1.740.755,54
02.0128.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		141.162,35	141.162,35
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		919.805,81	919.805,81
02.0131.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		919.805,81	919.805,81
02.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	100.158,00		100.158,00
02.0331.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	100.158,00		100.158,00
03	ESSENCIAL A JUSTICA	31.260.445,48	1.486.790.768,70	1.518.051.214,18
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		2.672.599,74	2.672.599,74
03.0091.0718	FUNDOS - MP		2.672.599,74	2.672.599,74
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL	10.905.386,69	102.731,49	11.008.118,18
03.0092.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	3.873.248,77	6.445,57	3.879.694,34
03.0092.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO	7.032.137,92		7.032.137,92
03.0092.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		96.285,92	96.285,92
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	20.355.058,79	1.483.997.269,47	1.504.352.328,26
03.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		276.364.876,57	276.364.876,57
03.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		7.395.037,98	7.395.037,98
03.0122.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP		880.433.716,85	880.433.716,85
03.0122.0712	SUPORTE OPERACIONAL	10.831.848,73	4.566.120,10	15.397.968,83
03.0122.0718	FUNDOS - MP	1.540.511,97		1.540.511,97
03.0122.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DEFPUB	7.982.698,09	315.237.517,97	323.220.216,06
03.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		7.584,00	7.584,00
03.0128.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		7.584,00	7.584,00
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL		10.584,00	10.584,00
03.0131.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DEFPUB		10.584,00	10.584,00
04	ADMINISTRACAO	532.882.422,74	943.833.672,16	1.476.716.094,90
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.500.000,00	3.600.635,50	5.100.635,50
04.0121.0625	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.500.000,00	1.600.707,50	3.100.707,50
04.0121.0667	RS ANALITICA		1.999.928,00	1.999.928,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	531.059.527,84	761.337.758,18	1.292.397.286,02
04.0122.0592	RECEITA DIGITAL 2030		12.902.171,10	12.902.171,10
04.0122.0597	SISTEMA DE GOVERNANCA 4.0	21.611,37		21.611,37
04.0122.0618	RS ATIVOS	512.445.555,06	277.555,85	512.723.110,91
04.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		828.194,69	828.194,69
04.0122.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM		1.214.766,59	1.214.766,59
04.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		6.720.649,09	6.720.649,09
04.0122.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		195.493.514,15	195.493.514,15
04.0122.0668	LICITA TRI LEGAL	1.488.000,00		1.488.000,00
04.0122.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO	17.056.444,76		17.056.444,76
04.0122.0674	EFICIENCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE OBRAS PUBLICAS		823.106,20	823.106,20
04.0122.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		4.541.282,62	4.541.282,62
04.0122.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PUBLICAS	47.916,65		47.916,65
04.0122.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM		8.897.317,20	8.897.317,20
04.0122.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI		1.186.380,52	1.186.380,52
04.0122.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		48.162.665,65	48.162.665,65

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00002
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.0122.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG		2.532.830,44	2.532.830,44
04.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		478.188,37	478.188,37
04.0122.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		471.411.863,87	471.411.863,87
04.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI		1.112.262,86	1.112.262,86
04.0122.0751	CANAIS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO		4.755.008,98	4.755.008,98
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		16.925.069,57	16.925.069,57
04.0123.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PUBLICAS		1.017.764,44	1.017.764,44
04.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		15.704.922,58	15.704.922,58
04.0123.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		202.382,55	202.382,55
04.0124	CONTROLE INTERNO		461.554,17	461.554,17
04.0124.0695	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARENCIA		440.971,91	440.971,91
04.0124.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		20.582,26	20.582,26
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.940,00	95.075.090,03	95.099.030,03
04.0126.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		441.167,23	441.167,23
04.0126.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		7.791.755,36	7.791.755,36
04.0126.0667	RS ANALITICA	23.940,00		23.940,00
04.0126.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO		4.724.369,47	4.724.369,47
04.0126.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		268.112,86	268.112,86
04.0126.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM		353.506,96	353.506,96
04.0126.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI		1.296,25	1.296,25
04.0126.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		1.362.569,18	1.362.569,18
04.0126.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG		52.719,88	52.719,88
04.0126.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		80.079.592,84	80.079.592,84
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	298.954,90	554.701,82	853.656,72
04.0128.0669	RS PESSOAS	298.954,90		298.954,90
04.0128.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		554.701,82	554.701,82
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		63.810.419,17	63.810.419,17
04.0129.0592	RECEITA DIGITAL 2030		57.591.378,33	57.591.378,33
04.0129.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		3.450.000,00	3.450.000,00
04.0129.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		2.769.040,84	2.769.040,84
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		269.405,91	269.405,91
04.0131.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		38.478,62	38.478,62
04.0131.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		146.100,67	146.100,67
04.0131.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP		909,00	909,00
04.0131.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		83.917,62	83.917,62
04.0182	DEFESA CIVIL		500.894,14	500.894,14
04.0182.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL		500.894,14	500.894,14
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		1.298.143,67	1.298.143,67
04.0391.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		1.298.143,67	1.298.143,67
06	SEGURANCA PUBLICA	229.426.553,65	5.570.499.781,54	5.799.926.335,19
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	15.041.312,33	1.099.332.463,62	1.114.373.775,95
06.0122.0562	RS.GOV.BR		507.641.646,35	507.641.646,35
06.0122.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		460.759.659,98	460.759.659,98
06.0122.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN		111.975.520,42	111.975.520,42
06.0122.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	187.020,85		187.020,85
06.0122.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	14.854.291,48		14.854.291,48
06.0122.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		18.955.636,87	18.955.636,87
06.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		1.643.685,51	1.643.685,51
06.0125.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS		1.643.685,51	1.643.685,51
06.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.479.649,26	207.397.472,98	208.877.122,24
06.0126.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		86.861.570,43	86.861.570,43
06.0126.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN		96.262.702,56	96.262.702,56
06.0126.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	1.479.649,26	17.734.110,39	19.213.759,65
06.0126.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		6.539.089,60	6.539.089,60
06.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		409.744,40	409.744,40
06.0128.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN		59.744,40	59.744,40
06.0128.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		350.000,00	350.000,00
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		11.103.284,64	11.103.284,64
06.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS		11.079.741,38	11.079.741,38
06.0131.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		23.543,26	23.543,26
06.0181	POLICIAMENTO	142.916.640,68	2.811.328.293,83	2.954.244.934,51
06.0181.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		2.515.442.942,34	2.515.442.942,34
06.0181.0644	CIDADAO MAIS SEGURO		293.509.711,13	293.509.711,13
06.0181.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	142.916.640,68	2.375.640,36	145.292.281,04
06.0182	DEFESA CIVIL	11.958.673,65	424.425.955,20	436.384.628,85
06.0182.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		396.137.796,03	396.137.796,03
06.0182.0644	CIDADAO MAIS SEGURO		28.288.159,17	28.288.159,17
06.0182.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	11.958.673,65		11.958.673,65
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	17.732.217,93	36.528.872,59	54.261.090,52
06.0183.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	101.000,00	36.528.872,59	36.629.872,59
06.0183.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	17.631.217,93		17.631.217,93
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	4.322.180,24	15.056.266,30	19.378.446,54

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00003
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06.0302.0647	FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	4.322.180,24	15.056.266,30	19.378.446,54
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	28.813.378,69	728.046.138,59	756.859.517,28
06.0421.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS		51.410,00	51.410,00
06.0421.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	28.813.378,69	27.875.016,97	56.688.395,66
06.0421.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		700.119.711,62	700.119.711,62
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	7.162.500,87	235.227.603,88	242.390.104,75
06.0422.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	7.162.500,87	235.227.603,88	242.390.104,75
08	ASSISTENCIA SOCIAL	14.049.603,20	154.964.869,72	169.014.472,92
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		12.072.101,65	12.072.101,65
08.0122.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		12.072.101,65	12.072.101,65
08.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.392.173,41	1.392.173,41
08.0126.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		363.600,00	363.600,00
08.0126.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS		1.028.573,41	1.028.573,41
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		3.240,00	3.240,00
08.0128.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE		3.240,00	3.240,00
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		74.908,82	74.908,82
08.0131.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		74.908,82	74.908,82
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	185.362,80	120.306.369,82	120.491.732,62
08.0243.0565	RECONECTANDO VIDAS	185.362,80	36.213.632,40	36.398.995,20
08.0243.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS		84.092.737,42	84.092.737,42
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	13.864.240,40	21.110.946,02	34.975.186,42
08.0244.0592	RECEITA DIGITAL 2030		8.882.305,99	8.882.305,99
08.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	13.864.240,40	6.014.735,36	19.878.975,76
08.0244.0748	SISTEMA DE FOMENTO		6.213.904,67	6.213.904,67
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		5.130,00	5.130,00
08.0422.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		5.130,00	5.130,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	4.175.734,70	17.296.837.934,47	17.301.013.669,17
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.175.734,70	32.790.387,50	36.966.122,20
09.0122.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	4.175.734,70		4.175.734,70
09.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI		32.790.387,50	32.790.387,50
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		9.696.812,25	9.696.812,25
09.0126.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI		9.696.812,25	9.696.812,25
09.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		5.024,20	5.024,20
09.0128.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI		5.024,20	5.024,20
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		17.200.810.513,22	17.200.810.513,22
09.0272.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		17.200.810.513,22	17.200.810.513,22
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		53.535.197,30	53.535.197,30
09.0274.0612	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR		39.110.500,90	39.110.500,90
09.0274.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		14.424.696,40	14.424.696,40
10	SAUDE	485.029.056,67	8.857.582.939,31	9.342.611.995,98
10.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.416.338,99	1.416.338,99
10.0121.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.416.338,99	1.416.338,99
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.189.780,00	1.077.505.437,86	1.078.695.217,86
10.0122.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS		51.949,25	51.949,25
10.0122.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS		756.307,47	756.307,47
10.0122.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS		93.965,86	93.965,86
10.0122.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		1.042.860,44	1.042.860,44
10.0122.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP		21.166,90	21.166,90
10.0122.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		295.372,63	295.372,63
10.0122.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		998.089,83	998.089,83
10.0122.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN		2.101,56	2.101,56
10.0122.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		273.433.957,44	273.433.957,44
10.0122.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		2.113.950,69	2.113.950,69
10.0122.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER		7.046.493,33	7.046.493,33
10.0122.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		2.437.799,51	2.437.799,51
10.0122.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS		1.038.132,52	1.038.132,52
10.0122.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		247.479,19	247.479,19
10.0122.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		500.739,62	500.739,62
10.0122.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP		72.253,17	72.253,17
10.0122.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN		25.088.423,46	25.088.423,46
10.0122.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC		206.284.223,32	206.284.223,32
10.0122.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC		4.226,04	4.226,04
10.0122.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS		94.153,58	94.153,58
10.0122.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		342.982.312,84	342.982.312,84
10.0122.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		27.488.725,42	27.488.725,42
10.0122.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM		214.811,05	214.811,05
10.0122.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		9.551.227,72	9.551.227,72
10.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		11.597.235,64	11.597.235,64
10.0122.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		4.483.528,06	4.483.528,06
10.0122.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL		10.480.134,91	10.480.134,91
10.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		53.383.532,53	53.383.532,53
10.0122.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME		748.892,86	748.892,86
10.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		70.793.420,09	70.793.420,09
10.0122.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		4.100.670,96	4.100.670,96
10.0122.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		183.150,23	183.150,23

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00004
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10.0122.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	1.189.780,00	19.874.149,74	21.063.929,74
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		169.780,94	169.780,94
10.0125.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		169.780,94	169.780,94
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		41.147.295,60	41.147.295,60
10.0126.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		26.775.570,76	26.775.570,76
10.0126.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		14.371.724,84	14.371.724,84
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		10.661.292,42	10.661.292,42
10.0128.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		10.647.347,42	10.647.347,42
10.0128.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		3.550,00	3.550,00
10.0128.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		10.395,00	10.395,00
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL		2.819.302,87	2.819.302,87
10.0131.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		275.180,29	275.180,29
10.0131.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		99.994,77	99.994,77
10.0131.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		2.444.127,81	2.444.127,81
10.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		55.512,12	55.512,12
10.0273.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		55.512,12	55.512,12
10.0301	ATENCAO BASICA	213.379.360,33	517.631.980,88	731.011.341,21
10.0301.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	213.379.360,33	382.734.237,49	596.113.597,82
10.0301.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		134.897.743,39	134.897.743,39
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	270.459.916,34	5.858.180.845,08	6.128.640.761,42
10.0302.0592	RECEITA DIGITAL 2030		5.912.789,89	5.912.789,89
10.0302.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	270.112.397,83	3.301.121.765,90	3.571.234.163,73
10.0302.0624	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITAVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL		18.273.167,10	18.273.167,10
10.0302.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	347.518,51	30.976.012,48	31.323.530,99
10.0302.0669	RS PESSOAS		2.496.327.293,06	2.496.327.293,06
10.0302.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		5.569.816,65	5.569.816,65
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO		895.391.395,26	895.391.395,26
10.0303.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		895.391.395,26	895.391.395,26
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA		2.375.680,48	2.375.680,48
10.0304.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		2.375.680,48	2.375.680,48
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		28.058.467,99	28.058.467,99
10.0305.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		28.058.467,99	28.058.467,99
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		10.467.355,46	10.467.355,46
10.0331.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		10.467.355,46	10.467.355,46
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		6.418,81	6.418,81
10.0422.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		2.657,22	2.657,22
10.0422.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		3.761,59	3.761,59
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		1.174.024,42	1.174.024,42
10.0541.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		1.174.024,42	1.174.024,42
10.0571	DESENV CIENTIFICO		455.799,55	455.799,55
10.0571.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		455.799,55	455.799,55
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		410.066.010,58	410.066.010,58
10.0846.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		391.985.255,46	391.985.255,46
10.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		18.080.755,12	18.080.755,12
11	TRABALHO		51.092.001,59	51.092.001,59
11.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		456.951,96	456.951,96
11.0126.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTS		456.951,96	456.951,96
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		1.200.180,24	1.200.180,24
11.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		1.200.180,24	1.200.180,24
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO		49.434.869,39	49.434.869,39
11.0334.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		4.020.805,14	4.020.805,14
11.0334.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTS		45.413.633,75	45.413.633,75
11.0334.0747	RS TER - TRABALHO, EMPREGO E RENDA		430,50	430,50
12	EDUCACAO	164.734.807,44	8.984.372.861,39	9.149.107.668,83
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		438.016.273,49	438.016.273,49
12.0122.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		11.130.050,89	11.130.050,89
12.0122.0610	ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC		14.589.223,95	14.589.223,95
12.0122.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		354.229.778,71	354.229.778,71
12.0122.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED		54.502,15	54.502,15
12.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		58.012.717,79	58.012.717,79
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	118.259.687,62	56.243.540,38	174.503.228,00
12.0126.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		253.733,31	253.733,31
12.0126.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		467.017,84	467.017,84
12.0126.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	118.259.687,62		118.259.687,62
12.0126.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		55.337.708,83	55.337.708,83
12.0126.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED		185.080,40	185.080,40
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	40.020,04	3.674.067,48	3.714.087,52
12.0128.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	40.020,04		40.020,04
12.0128.0557	FORMACAO CONTINUADA NA EDUCACAO		3.631.553,73	3.631.553,73
12.0128.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		42.513,75	42.513,75
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL		54.116,53	54.116,53
12.0131.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		54.116,53	54.116,53

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RPPE061/00005
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA		12.045.252,72	12.045.252,72
12.0242.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS		268.121,48	268.121,48
12.0242.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		11.777.131,24	11.777.131,24
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	611.958,68	130.286.381,39	130.898.340,07
12.0363.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	392.197,11	355.540,18	747.737,29
12.0363.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		37.335.677,42	37.335.677,42
12.0363.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	219.761,57	47.717.046,84	47.936.808,41
12.0363.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		44.878.116,95	44.878.116,95
12.0365	ENSINO INFANTIL		2.413.554,36	2.413.554,36
12.0365.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		2.413.554,36	2.413.554,36
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		31.608.613,31	31.608.613,31
12.0367.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		31.608.613,31	31.608.613,31
12.0368	EDUCACAO BASICA	45.823.141,10	3.302.143.247,20	3.347.966.388,30
12.0368.0555	POLITICAS SOCIAIS DE PREVENCAO A VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL	10.932,94		10.932,94
12.0368.0592	RECEITA DIGITAL 2030		5.925.449,12	5.925.449,12
12.0368.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		216.261.587,69	216.261.587,69
12.0368.0649	QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	31.622.550,00	27.104.718,85	58.727.268,85
12.0368.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	14.189.658,16	407.198.017,50	421.387.675,66
12.0368.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		2.645.653.474,04	2.645.653.474,04
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		5.007.887.814,53	5.007.887.814,53
12.0846.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS		3.233.042,76	3.233.042,76
12.0846.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC		4.939.347.737,64	4.939.347.737,64
12.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		65.307.034,13	65.307.034,13
13	CULTURA	4.929.287,02	54.108.826,41	59.038.113,43
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		34.278.196,21	34.278.196,21
13.0122.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP		2.516.871,06	2.516.871,06
13.0122.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC		17.230.062,69	17.230.062,69
13.0122.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA		14.531.262,46	14.531.262,46
13.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		909.623,38	909.623,38
13.0126.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP		98.571,15	98.571,15
13.0126.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC		563.553,68	563.553,68
13.0126.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA		247.498,55	247.498,55
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL		3.850,00	3.850,00
13.0131.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC		3.850,00	3.850,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		7.941.288,89	7.941.288,89
13.0391.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS		7.941.288,89	7.941.288,89
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	4.929.287,02	10.975.867,93	15.905.154,95
13.0392.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER		292.259,41	292.259,41
13.0392.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	3.590.566,23		3.590.566,23
13.0392.0587	FAZER E VIVER A CULTURA NO RS	926.294,34		926.294,34
13.0392.0588	RS CRIATIVO	412.426,45		412.426,45
13.0392.0748	SISTEMA DE FOMENTO		10.683.608,52	10.683.608,52
14	DIREITOS DA CIDADANIA	50.469.153,38	272.658.318,28	323.127.471,66
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR		3.133.474,74	3.133.474,74
14.0062.0565	RECONECTANDO VIDAS		3.133.474,74	3.133.474,74
14.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.293.219,32	2.293.219,32
14.0126.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		570.161,23	570.161,23
14.0126.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE		1.723.058,09	1.723.058,09
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL		61.008,96	61.008,96
14.0131.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		61.008,96	61.008,96
14.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	1.155.000,00		1.155.000,00
14.0242.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	1.155.000,00		1.155.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	161.302,95	223.766.619,18	223.927.922,13
14.0243.0565	RECONECTANDO VIDAS		4.980.904,33	4.980.904,33
14.0243.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	161.302,95		161.302,95
14.0243.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE		218.785.714,85	218.785.714,85
14.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	500.000,00	1.444.434,97	1.944.434,97
14.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	500.000,00	1.944.434,97	1.944.434,97
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	48.652.850,43	41.959.561,11	90.612.411,54
14.0422.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		10.476.742,50	10.476.742,50
14.0422.0564	POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS	47.852.850,43		47.852.850,43
14.0422.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	800.000,00	31.482.818,61	32.282.818,61
15	URBANISMO	1.322.577,04	13.565.411,12	14.887.988,16
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL		13.157.720,76	13.157.720,76
15.0122.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		13.157.720,76	13.157.720,76
15.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		407.690,36	407.690,36
15.0126.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		407.690,36	407.690,36
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.145.616,06		1.145.616,06
15.0451.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	1.035.616,06		1.035.616,06
15.0451.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	110.000,00		110.000,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00006
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15.0482	HABITACAO URBANA	176.960,98		176.960,98
15.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS	176.960,98		176.960,98
16	HABITACAO	3.768.000,00	34.652.351,17	38.420.351,17
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL		32.798.604,90	32.798.604,90
16.0122.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		32.798.604,90	32.798.604,90
16.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.836.746,27	1.836.746,27
16.0126.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		1.836.746,27	1.836.746,27
16.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		17.000,00	17.000,00
16.0128.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		17.000,00	17.000,00
16.0482	HABITACAO URBANA	3.768.000,00		3.768.000,00
16.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS	3.000.000,00		3.000.000,00
16.0482.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	768.000,00		768.000,00
17	SANEAMENTO	5.564.321,46	42.596.899,94	48.161.221,40
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	1.394.950,04		1.394.950,04
17.0511.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	194.950,04		194.950,04
17.0511.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	1.200.000,00		1.200.000,00
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO	4.169.371,42	42.596.899,94	46.766.271,36
17.0512.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	4.169.371,42		4.169.371,42
17.0512.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA		42.596.899,94	42.596.899,94
18	GESTAO AMBIENTAL	5.472.855,77	140.530.697,17	146.003.552,94
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		73.705.614,28	73.705.614,28
18.0122.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		11.755.315,45	11.755.315,45
18.0122.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		6.837.662,59	6.837.662,59
18.0122.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		55.112.636,24	55.112.636,24
18.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		8.537.381,10	8.537.381,10
18.0126.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		843.787,01	843.787,01
18.0126.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		2.031.635,67	2.031.635,67
18.0126.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		5.661.958,42	5.661.958,42
18.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		117.954,27	117.954,27
18.0128.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		116.394,27	116.394,27
18.0128.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		1.560,00	1.560,00
18.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		1.051.452,71	1.051.452,71
18.0130.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS		1.051.452,71	1.051.452,71
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL		370.262,83	370.262,83
18.0131.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		95.468,86	95.468,86
18.0131.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		31.196,15	31.196,15
18.0131.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		243.597,82	243.597,82
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	2.872.273,65	132.091,13	3.004.364,78
18.0541.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	2.062.079,75	55.103,00	2.117.182,75
18.0541.0648	PREVENCAO E CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE	810.193,90	76.988,13	887.182,03
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		56.615.940,85	56.615.940,85
18.0542.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		3.177.960,57	3.177.960,57
18.0542.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		53.437.980,28	53.437.980,28
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	2.600.582,12		2.600.582,12
18.0544.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	2.600.582,12		2.600.582,12
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	13.772.615,92	150.393.595,53	164.166.211,45
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		31.598.968,97	31.598.968,97
19.0122.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		4.704.695,93	4.704.695,93
19.0122.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT		24.280.351,26	24.280.351,26
19.0122.0692	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CIENTEC		2.613.921,78	2.613.921,78
19.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		5.570.370,58	5.570.370,58
19.0126.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		203.953,79	203.953,79
19.0126.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT		39.252,93	39.252,93
19.0126.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS		5.327.163,86	5.327.163,86
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL		154.916,45	154.916,45
19.0131.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		4.925,57	4.925,57
19.0131.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS		149.990,88	149.990,88
19.0364	ENSINO SUPERIOR	1.313.238,49	78.088.920,76	79.402.159,25
19.0364.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA		524.000,00	524.000,00
19.0364.0558	INDUCAO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO			
	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOL	34.359,55	1.405.397,43	1.439.756,98
19.0364.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	1.278.878,94	76.159.523,33	77.438.402,27
19.0571	DESENV CIENTIFICO		34.980.418,77	34.980.418,77
19.0571.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA		34.980.418,77	34.980.418,77
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	5.985.410,48		5.985.410,48
19.0572.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	5.985.410,48		5.985.410,48
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	5.687.377,40		5.687.377,40
19.0573.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	3.264.656,06		3.264.656,06
19.0573.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	2.399.876,66		2.399.876,66
19.0573.0552	GESTAO DA INOVACAO	22.844,68		22.844,68
19.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	786.589,55		786.589,55
19.0661.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	786.589,55		786.589,55
20	AGRICULTURA	140.726.447,13	414.992.383,64	555.718.830,77
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.727.134,24	168.158.934,24	171.886.068,48
20.0122.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		148.374.698,49	148.374.698,49
20.0122.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO		28.381,65	28.381,65
20.0122.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	3.727.134,24	19.755.854,10	23.482.988,34
20.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.000.000,00	10.218.961,98	11.218.961,98
20.0126.0562	RS.GOV.BR	1.000.000,00		1.000.000,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00007
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
20.0126.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		8.690.314,64	8.690.314,64
20.0126.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		1.528.647,34	1.528.647,34
20.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		25.350,27	25.350,27
20.0128.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		25.350,27	25.350,27
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.758.883,51	1.758.883,51
20.0131.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		59.122,49	59.122,49
20.0131.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		1.699.761,02	1.699.761,02
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		4.727.632,45	4.727.632,45
20.0273.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		4.727.632,45	4.727.632,45
20.0571	DESENV CIENTIFICO		8.585.832,86	8.585.832,86
20.0571.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO		8.585.832,86	8.585.832,86
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	3.922.440,99	11.414.694,73	15.337.135,72
20.0573.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO	3.922.440,99	11.414.694,73	15.337.135,72
20.0605	ABASTECIMENTO	20.967.748,94	8.394.258,42	29.362.007,36
20.0605.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	555.416,00	8.394.258,42	8.949.674,42
20.0605.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	20.412.332,94		20.412.332,94
20.0606	EXTENSAO RURAL	8.886.515,07	188.100.983,41	196.987.498,48
20.0606.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	1.204.995,92		1.204.995,92
20.0606.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	4.192.980,13		4.192.980,13
20.0606.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	3.488.539,02	188.100.983,41	191.589.522,43
20.0607	IRRIGACAO	89.127.762,40		89.127.762,40
20.0607.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	89.127.762,40		89.127.762,40
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	3.578.836,60	10.498.040,00	14.076.876,60
20.0608.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	2.506.333,09		2.506.333,09
20.0608.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	1.072.503,51	10.498.040,00	11.570.543,51
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	9.022.163,89	403.037,72	9.425.201,61
20.0609.0616	SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	9.022.163,89	403.037,72	9.425.201,61
20.0692	COMERCIALIZACAO		2.705.774,05	2.705.774,05
20.0692.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO		2.705.774,05	2.705.774,05
20.0722	TELECOMUNICACOES	493.845,00		493.845,00
20.0722.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	493.845,00		493.845,00
22	INDUSTRIA	230.547,77	877.205,18	1.107.752,95
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	230.547,77	877.205,18	1.107.752,95
22.0661.0578	RS COMPETITIVO	230.547,77		230.547,77
22.0661.0605	INVEST RS		877.205,18	877.205,18
23	COMERCIO E SERVICOS	3.159.985,70	29.069.723,64	32.229.709,34
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL		20.076.544,38	20.076.544,38
23.0122.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR		9.696.492,65	9.696.492,65
23.0122.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS		10.380.051,73	10.380.051,73
23.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		4.341.923,74	4.341.923,74
23.0126.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR		344.390,70	344.390,70
23.0126.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS		3.822.691,58	3.822.691,58
23.0126.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR		174.841,46	174.841,46
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL		574.950,97	574.950,97
23.0131.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS		17.936,24	17.936,24
23.0131.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR		557.014,73	557.014,73
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL		452.471,96	452.471,96
23.0691.0578	RS COMPETITIVO		452.471,96	452.471,96
23.0695	TURISMO	3.159.985,70	3.623.832,59	6.783.818,29
23.0695.0593	RS TURISMO SUSTENTAVEL	3.159.985,70	958.915,58	4.118.901,28
23.0695.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR		2.664.917,01	2.664.917,01
24	COMUNICACOES	292.004,43	55.271.515,80	55.563.520,23
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL		27.369.183,90	27.369.183,90
24.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		27.369.183,90	27.369.183,90
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL		27.902.331,90	27.902.331,90
24.0131.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO		27.902.331,90	27.902.331,90
24.0392	DIFUSAO CULTURAL	292.004,43		292.004,43
24.0392.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	292.004,43		292.004,43
25	ENERGIA	1.475.881,50		1.475.881,50
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	277.705,70		277.705,70
25.0122.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	277.705,70		277.705,70
25.0752	ENERGIA ELETRICA	1.198.175,80		1.198.175,80
25.0752.0639	FORTEALECIMENTO E INOVACAO DO SETOR ENERGETICO - PRO ENERGIA RS	1.198.175,80		1.198.175,80
26	TRANSPORTE	1.362.722.577,26	219.323.058,67	1.582.045.635,93
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.104.697,05	1.104.697,05
26.0121.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		1.104.697,05	1.104.697,05
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.117.919,34	143.714.704,69	145.832.624,03
26.0122.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		65.328.716,87	65.328.716,87
26.0122.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		12.468.133,41	12.468.133,41
26.0122.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	2.117.919,34	65.917.854,41	68.035.773,75
26.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		10.948.586,48	10.948.586,48
26.0126.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		6.676.773,50	6.676.773,50
26.0126.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		152.947,79	152.947,79
26.0126.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		4.118.865,19	4.118.865,19
26.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		50.160,00	50.160,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00008
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES. SUBFUNCÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26.0128.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		20.470,00	20.470,00
26.0128.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		29.690,00	29.690,00
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.103.826,43	1.103.826,43
26.0131.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		979.262,72	979.262,72
26.0131.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		25.000,00	25.000,00
26.0131.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		99.563,71	99.563,71
26.0181	POLICIAMENTO		17.520.948,93	17.520.948,93
26.0181.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		17.520.948,93	17.520.948,93
26.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	377.970.261,94		377.970.261,94
26.0451.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	377.970.261,94		377.970.261,94
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	31.822.229,50	18.557.886,59	50.380.116,09
26.0453.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	31.822.229,50	18.557.886,59	50.380.116,09
26.0781	TRANSPORTE AEREO	44.062.175,28	4.226.982,76	48.289.158,04
26.0781.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL	44.062.175,28	4.226.982,76	48.289.158,04
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	906.749.991,20	10.178.584,60	916.928.575,80
26.0782.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA			
	RODOVIARIA ESTADUAL	905.149.991,20	935.651,07	906.085.642,27
26.0782.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS		9.242.933,53	9.242.933,53
26.0782.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	1.600.000,00		1.600.000,00
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		11.916.681,14	11.916.681,14
26.0784.0746	REESTRUTURACAO DOS PORTOS E HIDROVIAS DO RS		11.916.681,14	11.916.681,14
27	DESPORTO E LAZER	1.468.199,77	4.743.361,77	6.211.561,54
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.189.525,53	3.189.525,53
27.0122.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		3.189.525,53	3.189.525,53
27.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		370.873,12	370.873,12
27.0126.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		370.873,12	370.873,12
27.0131	COMUNICACAO SOCIAL		26.949,88	26.949,88
27.0131.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		26.949,88	26.949,88
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		526.732,68	526.732,68
27.0811.0748	SISTEMA DE FOMENTO		526.732,68	526.732,68
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	1.468.199,77	629.280,56	2.097.480,33
27.0812.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER		614.280,56	614.280,56
27.0812.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE	1.468.199,77		1.468.199,77
27.0812.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		15.000,00	15.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS		19.926.225.534,69	19.926.225.534,69
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		363.537.187,01	363.537.187,01
28.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		363.537.187,01	363.537.187,01
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		9.354.381,24	9.354.381,24
28.0273.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		1.249.703,10	1.249.703,10
28.0273.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		9.744,82	9.744,82
28.0273.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		5.044,39	5.044,39
28.0273.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		834.846,72	834.846,72
28.0273.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		499.423,64	499.423,64
28.0273.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		873.997,60	873.997,60
28.0273.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL		20.634,48	20.634,48
28.0273.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		692.078,33	692.078,33
28.0273.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		5.161.041,31	5.161.041,31
28.0273.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		5.115,08	5.115,08
28.0273.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		2.751,77	2.751,77
28.0752	ENERGIA ELETRICA		2.603.239.756,17	2.603.239.756,17
28.0752.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA		2.603.239.756,17	2.603.239.756,17
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		3.714.430.990,10	3.714.430.990,10
28.0843.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		214.085,45	214.085,45
28.0843.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		4.224,44	4.224,44
28.0843.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		104.754,46	104.754,46
28.0843.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		36.671,88	36.671,88
28.0843.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		3.686.368.236,93	3.686.368.236,93
28.0843.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		9.354.064,38	9.354.064,38
28.0843.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		18.348.952,56	18.348.952,56
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA		667.044.579,08	667.044.579,08
28.0844.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		667.044.579,08	667.044.579,08
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		12.568.618.641,09	12.568.618.641,09
28.0846.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS		809.893,53	809.893,53
28.0846.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS		19.649.273,95	19.649.273,95
28.0846.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		21.540.028,32	21.540.028,32
28.0846.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP		332.718,16	332.718,16
28.0846.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		2.265.387,30	2.265.387,30
28.0846.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		3.308.224,99	3.308.224,99
28.0846.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN		3.070.738,22	3.070.738,22
28.0846.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		6.386.672.304,32	6.386.672.304,32
28.0846.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		48.653.405,19	48.653.405,19
28.0846.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER		115.266.354,54	115.266.354,54
28.0846.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		19.197.819,95	19.197.819,95
28.0846.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS		23.470.653,58	23.470.653,58
28.0846.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		2.675.208,81	2.675.208,81
28.0846.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		11.942.930,79	11.942.930,79
28.0846.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP		641.344,08	641.344,08
28.0846.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN		236.735.163,97	236.735.163,97
28.0846.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC		174.950,16	174.950,16

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00009
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
28.0846.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS		1.108.364,99	1.108.364,99
28.0846.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM		15.783.813,14	15.783.813,14
28.0846.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		252.136.745,10	252.136.745,10
28.0846.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		224.508.033,18	224.508.033,18
28.0846.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		74.682.921,94	74.682.921,94
28.0846.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL		325.830.792,93	325.830.792,93
28.0846.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		1.226.125.063,52	1.226.125.063,52
28.0846.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME		11.971.543,19	11.971.543,19
28.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		3.266.276.821,37	3.266.276.821,37
28.0846.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		213.222.507,30	213.222.507,30
28.0846.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAÚDE		60.565.634,57	60.565.634,57
TOTAL GERAL=>		3.278.078.879,24	67.691.909.307,14	70.969.988.186,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	622.569.133,50		622.569.133,50
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	315.251.917,91		315.251.917,91
01.0031.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	315.251.917,91		315.251.917,91
01.0032	CONTROLE EXTERNO	298.086.626,01		298.086.626,01
01.0032.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA,			
	ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	32.324.096,27		32.324.096,27
01.0032.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	265.762.529,74		265.762.529,74
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	723.420,52		723.420,52
01.0128.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA,			
	ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	63.705,18		63.705,18
01.0128.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	567.840,14		567.840,14
01.0128.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	91.875,20		91.875,20
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL	8.400.000,00		8.400.000,00
01.0131.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	8.400.000,00		8.400.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	107.169,06		107.169,06
01.0302.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	107.169,06		107.169,06
02	JUDICIARIA	1.916.589.519,62	668.912.743,34	2.585.502.262,96
02.0061	ACAO JUDICIARIA	1.594.854.156,11	348.060.381,73	1.942.914.537,84
02.0061.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE			
	OPERACIONAL DO TJ	214.031.092,23	346.228.213,71	560.259.305,94
02.0061.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ	1.361.043.218,70		1.361.043.218,70
02.0061.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME	19.779.845,18	1.832.168,02	21.612.013,20
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL	320.974.445,51	317.646.845,87	638.621.291,38
02.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	97.379.903,87	301.552.540,00	398.932.443,87
02.0122.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ	220.140.258,66	14.669.749,86	234.810.008,52
02.0122.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME	3.454.282,98	1.424.556,01	4.878.838,99
02.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.064.552,04	1.064.552,04
02.0126.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		1.064.552,04	1.064.552,04
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	760.918,00	1.120.999,89	1.881.917,89
02.0128.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE			
	OPERACIONAL DO TJ	760.918,00	979.837,54	1.740.755,54
02.0128.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		141.162,35	141.162,35
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		919.805,81	919.805,81
02.0131.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		919.805,81	919.805,81
02.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		100.158,00	100.158,00
02.0331.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		100.158,00	100.158,00
03	ESSENCIAL A JUSTICA	1.476.125.724,80	41.925.489,38	1.518.051.214,18
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		2.672.599,74	2.672.599,74
03.0091.0718	FUNDOS - MP		2.672.599,74	2.672.599,74
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL	102.265,92	10.905.852,26	11.008.118,18
03.0092.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	5.980,00	3.873.714,34	3.879.694,34
03.0092.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO		7.032.137,92	7.032.137,92
03.0092.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	96.285,92		96.285,92
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.476.012.874,88	28.339.453,38	1.504.352.328,26
03.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	261.157.152,25	15.207.724,32	276.364.876,57
03.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	7.395.037,98		7.395.037,98
03.0122.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP	878.439.066,85	1.994.650,00	880.433.716,85
03.0122.0712	SUORTE OPERACIONAL	15.397.968,83		15.397.968,83
03.0122.0718	FUNDOS - MP		1.540.511,97	1.540.511,97
03.0122.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -			
	DEFPUB	313.623.648,97	9.596.567,09	323.220.216,06
03.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		7.584,00	7.584,00
03.0128.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		7.584,00	7.584,00
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL	10.584,00		10.584,00
03.0131.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -			
	DEFPUB	10.584,00		10.584,00
04	ADMINISTRACAO	1.316.767.156,06	159.948.938,84	1.476.716.094,90
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	5.100.635,50		5.100.635,50
04.0121.0625	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.100.707,50		3.100.707,50
04.0121.0667	RS ANALITICA	1.999.928,00		1.999.928,00
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.232.896.895,68	59.500.390,34	1.292.397.286,02
04.0122.0592	RECEITA DIGITAL 2030		12.902.171,10	12.902.171,10
04.0122.0597	SISTEMA DE GOVERNANCA 4.0	21.611,37		21.611,37
04.0122.0618	RS ATIVOS	511.591.660,56	1.131.450,35	512.723.110,91
04.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	828.194,69		828.194,69
04.0122.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM	1.214.766,59		1.214.766,59
04.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	6.720.649,09		6.720.649,09
04.0122.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -			
	SEPLAG	190.676.103,80	4.817.410,35	195.493.514,15
04.0122.0668	LICITA TRI LEGAL	1.488.000,00		1.488.000,00
04.0122.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO		17.056.444,76	17.056.444,76
04.0122.0674	EFICIENCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE			
	OBRAS PUBLICAS	823.106,20		823.106,20
04.0122.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	4.541.282,62		4.541.282,62
04.0122.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PUBLICAS		47.916,65	47.916,65
04.0122.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM	8.897.317,20		8.897.317,20

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00002
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04.0122.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI	1.186.380,52		1.186.380,52
04.0122.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	48.162.665,65		48.162.665,65
04.0122.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG	2.532.830,44		2.532.830,44
04.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	478.188,37		478.188,37
04.0122.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	447.866.866,74	23.544.997,13	471.411.863,87
04.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	1.112.262,86		1.112.262,86
04.0122.0751	CANAIS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO	4.755.008,98		4.755.008,98
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	15.907.305,13	1.017.764,44	16.925.069,57
04.0123.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PUBLICAS		1.017.764,44	1.017.764,44
04.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	15.704.922,58		15.704.922,58
04.0123.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	202.382,55		202.382,55
04.0124	CONTROLE INTERNO	20.582,26	440.971,91	461.554,17
04.0124.0695	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARENCIA		440.971,91	440.971,91
04.0124.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	20.582,26		20.582,26
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	13.002.944,57	82.096.085,46	95.099.030,03
04.0126.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	441.167,23		441.167,23
04.0126.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG	7.791.755,36		7.791.755,36
04.0126.0667	RS ANALITICA	23.940,00		23.940,00
04.0126.0670	MODERNIZACAO FISCAL - PROFISCO	2.705.991,35	2.018.378,12	4.724.369,47
04.0126.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	268.112,86		268.112,86
04.0126.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM	353.506,96		353.506,96
04.0126.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI	1.296,25		1.296,25
04.0126.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	1.362.569,18		1.362.569,18
04.0126.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG	52.719,88		52.719,88
04.0126.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	1.885,50	80.077.707,34	80.079.592,84
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	298.954,90	554.701,82	853.656,72
04.0128.0669	RS PESSOAS	298.954,90		298.954,90
04.0128.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		554.701,82	554.701,82
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	47.486.372,30	16.324.046,87	63.810.419,17
04.0129.0592	RECEITA DIGITAL 2030	43.214.600,00	14.376.778,33	57.591.378,33
04.0129.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	3.450.000,00		3.450.000,00
04.0129.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	821.772,30	1.947.268,54	2.769.040,84
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	269.405,91		269.405,91
04.0131.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG	38.478,62		38.478,62
04.0131.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	146.100,67		146.100,67
04.0131.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP	909,00		909,00
04.0131.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	83.917,62		83.917,62
04.0182	DEFESA CIVIL	485.916,14	14.978,00	500.894,14
04.0182.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	485.916,14	14.978,00	500.894,14
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	1.298.143,67		1.298.143,67
04.0391.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	1.298.143,67		1.298.143,67
06	SEGURANCA PUBLICA	5.115.570.519,95	684.355.815,24	5.799.926.335,19
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.064.999.222,32	49.374.553,63	1.114.373.775,95
06.0122.0562	RS.GOV.BR	483.579.866,31	24.061.780,04	507.641.646,35
06.0122.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	453.489.351,78	7.270.308,20	460.759.659,98
06.0122.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN	108.974.367,36	3.001.153,06	111.975.520,42
06.0122.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		187.020,85	187.020,85
06.0122.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		14.854.291,48	14.854.291,48
06.0122.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	18.955.636,87		18.955.636,87
06.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		1.643.685,51	1.643.685,51
06.0125.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS		1.643.685,51	1.643.685,51
06.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	130.072.228,93	78.804.893,31	208.877.122,24
06.0126.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	41.263.888,92	45.597.681,51	86.861.570,43
06.0126.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN	83.959.250,41	12.303.452,15	96.262.702,56
06.0126.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		19.213.759,65	19.213.759,65
06.0126.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	4.849.089,60	1.690.000,00	6.539.089,60
06.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	407.751,80	1.992,60	409.744,40
06.0128.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN	57.751,80	1.992,60	59.744,40
06.0128.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	350.000,00		350.000,00
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL	23.543,26	11.079.741,38	11.103.284,64
06.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS		11.079.741,38	11.079.741,38
06.0131.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	23.543,26		23.543,26
06.0181	POLICIAMENTO	2.695.919.224,84	258.325.709,67	2.954.244.934,51
06.0181.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	2.515.442.942,34		2.515.442.942,34
06.0181.0644	CIDADA0 MAIS SEGURO	109.943.251,98	183.566.459,15	293.509.711,13
06.0181.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	70.533.030,52	74.759.250,52	145.292.281,04

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00003
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
06.0182	DEFESA CIVIL	425.979.945,67	10.404.683,18	436.384.628,85
06.0182.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	396.137.796,03		396.137.796,03
06.0182.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	21.941.695,24	6.346.463,93	28.288.159,17
06.0182.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	7.900.454,40	4.058.219,25	11.958.673,65
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	5.740.842,09	48.520.248,43	54.261.090,52
06.0183.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	3.080.057,28	33.549.815,31	36.629.872,59
06.0183.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	2.660.784,81	14.970.433,12	17.631.217,93
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		19.378.446,54	19.378.446,54
06.0302.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		19.378.446,54	19.378.446,54
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	751.969.986,76	4.889.530,52	756.859.517,28
06.0421.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS		51.410,00	51.410,00
06.0421.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	51.850.275,14	4.838.120,52	56.688.395,66
06.0421.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	700.119.711,62		700.119.711,62
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	40.457.774,28	201.932.330,47	242.390.104,75
06.0422.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	40.457.774,28	201.932.330,47	242.390.104,75
08	ASSISTENCIA SOCIAL	136.527.409,74	32.487.063,18	169.014.472,92
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	12.072.101,65		12.072.101,65
08.0122.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	12.072.101,65		12.072.101,65
08.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.392.173,41		1.392.173,41
08.0126.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	363.600,00		363.600,00
08.0126.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS	1.028.573,41		1.028.573,41
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	3.240,00		3.240,00
08.0128.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE	3.240,00		3.240,00
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL	74.908,82		74.908,82
08.0131.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	74.908,82		74.908,82
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	96.920.679,87	23.571.052,75	120.491.732,62
08.0243.0565	RECONNECTANDO VIDAS	12.827.942,45	23.571.052,75	36.398.995,20
08.0243.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS	84.092.737,42		84.092.737,42
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	26.064.305,99	8.910.880,43	34.975.186,42
08.0244.0592	RECEITA DIGITAL 2030	8.882.305,99		8.882.305,99
08.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	17.182.000,00	2.696.975,76	19.878.975,76
08.0244.0748	SISTEMA DE FOMENTO		6.213.904,67	6.213.904,67
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	5.130,00		5.130,00
08.0422.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	5.130,00		5.130,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	17.292.432.353,39	8.581.315,78	17.301.013.669,17
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	34.656.064,20	2.310.058,00	36.966.122,20
09.0122.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	1.865.676,70	2.310.058,00	4.175.734,70
09.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	32.790.387,50		32.790.387,50
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	9.696.812,25		9.696.812,25
09.0126.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	9.696.812,25		9.696.812,25
09.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	5.024,20		5.024,20
09.0128.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	5.024,20		5.024,20
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	17.194.539.255,44	6.271.257,78	17.200.810.513,22
09.0272.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	17.194.539.255,44	6.271.257,78	17.200.810.513,22
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	53.535.197,30		53.535.197,30
09.0274.0612	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR	39.110.500,90		39.110.500,90
09.0274.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	14.424.696,40		14.424.696,40
10	SAUDE	7.943.639.591,19	1.398.972.404,79	9.342.611.995,98
10.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.416.338,99	1.416.338,99
10.0121.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.416.338,99	1.416.338,99
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.077.783.241,32	911.976,54	1.078.695.217,86
10.0122.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	51.949,25		51.949,25
10.0122.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	756.307,47		756.307,47
10.0122.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	93.965,86		93.965,86
10.0122.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	1.042.860,44		1.042.860,44
10.0122.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	21.166,90		21.166,90
10.0122.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	295.372,63		295.372,63
10.0122.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	998.089,83		998.089,83
10.0122.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	2.101,56		2.101,56
10.0122.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	273.433.957,44		273.433.957,44
10.0122.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	2.113.950,69		2.113.950,69
10.0122.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	7.046.493,33		7.046.493,33
10.0122.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	2.437.799,51		2.437.799,51
10.0122.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	1.038.132,52		1.038.132,52
10.0122.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	247.479,19		247.479,19
10.0122.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	500.739,62		500.739,62
10.0122.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	72.253,17		72.253,17
10.0122.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	25.088.423,46		25.088.423,46
10.0122.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	206.284.223,32		206.284.223,32
10.0122.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	4.226,04		4.226,04

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00004
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10.0122.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	94.153,58		94.153,58
10.0122.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	342.070.336,30	911.976,54	342.982.312,84
10.0122.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	27.488.725,42		27.488.725,42
10.0122.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	214.811,05		214.811,05
10.0122.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	9.551.227,72		9.551.227,72
10.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	11.597.235,64		11.597.235,64
10.0122.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	4.483.528,06		4.483.528,06
10.0122.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL	10.480.134,91		10.480.134,91
10.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	53.383.532,53		53.383.532,53
10.0122.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME	748.892,86		748.892,86
10.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	70.793.420,09		70.793.420,09
10.0122.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	4.100.670,96		4.100.670,96
10.0122.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	183.150,23		183.150,23
10.0122.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	21.063.929,74		21.063.929,74
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	184,50	169.596,44	169.780,94
10.0125.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	184,50	169.596,44	169.780,94
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	40.742.775,25	404.520,35	41.147.295,60
10.0126.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	26.371.050,41	404.520,35	26.775.570,76
10.0126.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	14.371.724,84		14.371.724,84
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	10.657.967,26	3.325,16	10.661.292,42
10.0128.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	10.647.272,26	75,16	10.647.347,42
10.0128.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	300,00	3.250,00	3.550,00
10.0128.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	10.395,00		10.395,00
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL	375.175,06	2.444.127,81	2.819.302,87
10.0131.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	275.180,29		275.180,29
10.0131.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	99.994,77		99.994,77
10.0131.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		2.444.127,81	2.444.127,81
10.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	55.512,12		55.512,12
10.0273.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	55.512,12		55.512,12
10.0301	ATENCAO BASICA	724.049.815,73	6.961.525,48	731.011.341,21
10.0301.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	591.552.552,34	4.561.045,48	596.113.597,82
10.0301.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	132.497.263,39	2.400.480,00	134.897.743,39
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	4.802.572.657,27	1.326.068.104,15	6.128.640.761,42
10.0302.0592	RECEITA DIGITAL 2030	5.912.789,89		5.912.789,89
10.0302.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	2.245.166.059,58	1.326.068.104,15	3.571.234.163,73
10.0302.0624	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITAVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL	18.273.167,10		18.273.167,10
10.0302.0647	FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	31.323.530,99		31.323.530,99
10.0302.0669	RS PESSOAS	2.496.327.293,06		2.496.327.293,06
10.0302.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	5.569.816,65		5.569.816,65
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO	863.802.301,57	31.589.093,69	895.391.395,26
10.0303.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	863.802.301,57	31.589.093,69	895.391.395,26
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA	1.251.882,28	1.123.798,20	2.375.680,48
10.0304.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	1.251.882,28	1.123.798,20	2.375.680,48
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.788.655,80	26.269.812,19	28.058.467,99
10.0305.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	1.788.655,80	26.269.812,19	28.058.467,99
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	10.465.000,00	2.355,46	10.467.355,46
10.0331.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	10.465.000,00	2.355,46	10.467.355,46
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	3.761,59	2.657,22	6.418,81
10.0422.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		2.657,22	2.657,22
10.0422.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	3.761,59		3.761,59
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		1.174.024,42	1.174.024,42
10.0541.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE		1.174.024,42	1.174.024,42
10.0571	DESENV CIENTIFICO	24.650,86	431.148,69	455.799,55
10.0571.0750	FORTELECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	24.650,86	431.148,69	455.799,55
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	410.066.010,58		410.066.010,58
10.0846.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	391.985.255,46		391.985.255,46
10.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	18.080.755,12		18.080.755,12
11	TRABALHO	51.092.001,59		51.092.001,59
11.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	456.951,96		456.951,96
11.0126.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTAS	456.951,96		456.951,96
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.200.180,24		1.200.180,24
11.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	1.200.180,24		1.200.180,24
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	49.434.869,39		49.434.869,39
11.0334.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	4.020.805,14		4.020.805,14
11.0334.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTAS	45.413.633,75		45.413.633,75
11.0334.0747	RS TER - TRABALHO, EMPREGO E RENDA	430,50		430,50
12	EDUCACAO	3.365.590.709,08	5.783.516.959,75	9.149.107.668,83
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	338.586.992,22	99.429.281,27	438.016.273,49
12.0122.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	11.130.050,89		11.130.050,89
12.0122.0610	ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	14.589.223,95		14.589.223,95
12.0122.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	254.800.497,44	99.429.281,27	354.229.778,71
12.0122.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED	54.502,15		54.502,15

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00005
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
12.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	58.012.717,79		58.012.717,79
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	103.461.993,39	71.041.234,61	174.503.228,00
12.0126.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	253.733,31		253.733,31
12.0126.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	467.017,84		467.017,84
12.0126.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	74.653.384,41	43.606.303,21	118.259.687,62
12.0126.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	27.902.777,43	27.434.931,40	55.337.708,83
12.0126.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED	185.080,40		185.080,40
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	82.533,79	3.631.553,73	3.714.087,52
12.0128.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	40.020,04		40.020,04
12.0128.0557	FORMACAO CONTINUADA NA EDUCACAO		3.631.553,73	3.631.553,73
12.0128.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	42.513,75		42.513,75
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL	54.116,53		54.116,53
12.0131.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	54.116,53		54.116,53
12.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	12.045.252,72		12.045.252,72
12.0242.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	268.121,48		268.121,48
12.0242.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	11.777.131,24		11.777.131,24
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	117.754.987,19	13.143.352,88	130.898.340,07
12.0363.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	747.737,29		747.737,29
12.0363.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	37.335.677,42		37.335.677,42
12.0363.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	34.793.455,53	13.143.352,88	47.936.808,41
12.0363.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	44.878.116,95		44.878.116,95
12.0365	ENSINO INFANTIL	2.413.554,36		2.413.554,36
12.0365.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	2.413.554,36		2.413.554,36
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		31.608.613,31	31.608.613,31
12.0367.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		31.608.613,31	31.608.613,31
12.0368	EDUCACAO BASICA	501.874.435,17	2.846.091.953,13	3.347.966.388,30
12.0368.0555	POLITICAS SOCIAIS DE PREVENCAO A VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL		10.932,94	10.932,94
12.0368.0592	RECEITA DIGITAL 2030		5.925.449,12	5.925.449,12
12.0368.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA	75.423.439,64	140.838.148,05	216.261.587,69
12.0368.0649	QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	33.800.769,37	24.926.499,48	58.727.268,85
12.0368.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	274.877.739,91	146.509.935,75	421.387.675,66
12.0368.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	117.772.486,25	2.527.880.987,79	2.645.653.474,04
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.289.316.843,71	2.718.570.970,82	5.007.887.814,53
12.0846.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	3.233.042,76		3.233.042,76
12.0846.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	2.220.776.766,82	2.718.570.970,82	4.939.347.737,64
12.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	65.307.034,13		65.307.034,13
13	CULTURA	46.707.963,23	12.330.150,20	59.038.113,43
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	33.793.781,55	484.414,66	34.278.196,21
13.0122.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP	2.516.871,06		2.516.871,06
13.0122.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC	17.230.062,69		17.230.062,69
13.0122.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA	14.046.847,80	484.414,66	14.531.262,46
13.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	909.623,38		909.623,38
13.0126.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP	98.571,15		98.571,15
13.0126.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC	563.553,68		563.553,68
13.0126.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA	247.498,55		247.498,55
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL	3.850,00		3.850,00
13.0131.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC	3.850,00		3.850,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	7.941.288,89		7.941.288,89
13.0391.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	7.941.288,89		7.941.288,89
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	4.059.419,41	11.845.735,54	15.905.154,95
13.0392.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	265.698,91	26.560,50	292.259,41
13.0392.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	2.926.400,61	664.165,62	3.590.566,23
13.0392.0587	FAZER E VIVER A CULTURA NO RS	830.585,01	95.709,33	926.294,34
13.0392.0588	RS CRIATIVO	36.734,88	375.691,57	412.426,45
13.0392.0748	SISTEMA DE FOMENTO		10.683.608,52	10.683.608,52
14	DIREITOS DA CIDADANIA	232.107.149,40	91.020.322,26	323.127.471,66
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR	290.679,68	2.842.795,06	3.133.474,74
14.0062.0565	RECONECTANDO VIDAS	290.679,68	2.842.795,06	3.133.474,74
14.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.269.219,32	24.000,00	2.293.219,32
14.0126.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	570.161,23		570.161,23
14.0126.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE	1.699.058,09	24.000,00	1.723.058,09
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	61.008,96		61.008,96
14.0131.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	61.008,96		61.008,96
14.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	1.155.000,00		1.155.000,00
14.0242.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	1.155.000,00		1.155.000,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00006
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	213.762.089,93	10.165.832,20	223.927.922,13
14.0243.0565	RECONECTANDO VIDAS		4.980.904,33	4.980.904,33
14.0243.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS		161.302,95	161.302,95
14.0243.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE	213.762.089,93	5.023.624,92	218.785.714,85
14.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.944.434,97		1.944.434,97
14.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	1.944.434,97		1.944.434,97
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	12.624.716,54	77.987.695,00	90.612.411,54
14.0422.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	10.476.742,50		10.476.742,50
14.0422.0564	POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS		47.852.850,43	47.852.850,43
14.0422.0566	SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	2.147.974,04	30.134.844,57	32.282.818,61
15	URBANISMO	9.718.550,49	5.169.437,67	14.887.988,16
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.428.455,66	3.729.265,10	13.157.720,76
15.0122.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN	9.428.455,66	3.729.265,10	13.157.720,76
15.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		407.690,36	407.690,36
15.0126.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		407.690,36	407.690,36
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	114.881,52	1.030.734,54	1.145.616,06
15.0451.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	4.881,52	1.030.734,54	1.035.616,06
15.0451.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	110.000,00		110.000,00
15.0482	HABITACAO URBANA	175.213,31	1.747,67	176.960,98
15.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS	175.213,31	1.747,67	176.960,98
16	HABITACAO	34.652.351,17	3.768.000,00	38.420.351,17
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL	32.798.604,90		32.798.604,90
16.0122.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	32.798.604,90		32.798.604,90
16.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.836.746,27		1.836.746,27
16.0126.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	1.836.746,27		1.836.746,27
16.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	17.000,00		17.000,00
16.0128.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	17.000,00		17.000,00
16.0482	HABITACAO URBANA		3.768.000,00	3.768.000,00
16.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS		3.000.000,00	3.000.000,00
16.0482.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS		768.000,00	768.000,00
17	SANEAMENTO	360.000,00	47.801.221,40	48.161.221,40
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	360.000,00	1.034.950,04	1.394.950,04
17.0511.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		194.950,04	194.950,04
17.0511.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	360.000,00	840.000,00	1.200.000,00
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO		46.766.271,36	46.766.271,36
17.0512.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		4.169.371,42	4.169.371,42
17.0512.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA		42.596.899,94	42.596.899,94
18	GESTAO AMBIENTAL	110.859.809,57	35.143.743,37	146.003.552,94
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	56.770.668,03	16.934.946,25	73.705.614,28
18.0122.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	11.755.315,45		11.755.315,45
18.0122.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	6.837.662,59		6.837.662,59
18.0122.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	38.177.689,99	16.934.946,25	55.112.636,24
18.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.745.600,44	6.791.780,66	8.537.381,10
18.0126.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	843.787,01		843.787,01
18.0126.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		2.031.635,67	2.031.635,67
18.0126.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	901.813,43	4.760.144,99	5.661.958,42
18.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	117.954,27		117.954,27
18.0128.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	116.394,27		116.394,27
18.0128.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	1.560,00		1.560,00
18.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	1.051.452,71		1.051.452,71
18.0130.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	1.051.452,71		1.051.452,71
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL	145.262,83	225.000,00	370.262,83
18.0131.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	95.468,86		95.468,86
18.0131.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	31.196,15		31.196,15
18.0131.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	18.597,82	225.000,00	243.597,82
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		3.004.364,78	3.004.364,78
18.0541.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		2.117.182,75	2.117.182,75
18.0541.0648	PREVENCAO E CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE		887.182,03	887.182,03
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	48.428.289,17	8.187.651,68	56.615.940,85
18.0542.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	306.679,67	2.871.280,90	3.177.960,57
18.0542.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	48.121.609,50	5.316.370,78	53.437.980,28
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	2.600.582,12		2.600.582,12
18.0544.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	2.600.582,12		2.600.582,12
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	154.402.100,80	9.764.110,65	164.166.211,45
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	31.598.968,97		31.598.968,97
19.0122.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	4.704.695,93		4.704.695,93
19.0122.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT	24.280.351,26		24.280.351,26
19.0122.0692	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CIENTEC	2.613.921,78		2.613.921,78
19.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	5.526.890,58	43.480,00	5.570.370,58

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00007
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
19.0126.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	203.953,79		203.953,79
19.0126.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT	39.252,93		39.252,93
19.0126.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	5.283.683,86	43.480,00	5.327.163,86
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL	154.916,45		154.916,45
19.0131.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	4.925,57		4.925,57
19.0131.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	149.990,88		149.990,88
19.0364	ENSINO SUPERIOR	78.570.154,51	832.004,74	79.402.159,25
19.0364.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	524.000,00		524.000,00
19.0364.0558	INDUCAO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOG	1.339.659,55	100.097,43	1.439.756,98
19.0364.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	76.706.494,96	731.907,31	77.438.402,27
19.0571	DESENV CIENTIFICO	26.091.792,86	8.888.625,91	34.980.418,77
19.0571.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	26.091.792,86	8.888.625,91	34.980.418,77
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	5.985.410,48		5.985.410,48
19.0572.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	5.985.410,48		5.985.410,48
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	5.687.377,40		5.687.377,40
19.0573.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	3.264.656,06		3.264.656,06
19.0573.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	2.399.876,66		2.399.876,66
19.0573.0552	GESTAO DA INOVACAO	22.844,68		22.844,68
19.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	786.589,55		786.589,55
19.0661.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	786.589,55		786.589,55
20	AGRICULTURA	288.574.194,79	267.144.635,98	555.718.830,77
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	158.765.316,45	13.120.752,03	171.886.068,48
20.0122.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	135.253.946,46	13.120.752,03	148.374.698,49
20.0122.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	28.381,65		28.381,65
20.0122.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	23.482.988,34		23.482.988,34
20.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	11.198.961,98	20.000,00	11.218.961,98
20.0126.0562	RS.GOV.BR	1.000.000,00		1.000.000,00
20.0126.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	8.670.314,64	20.000,00	8.690.314,64
20.0126.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	1.528.647,34		1.528.647,34
20.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	25.350,27		25.350,27
20.0128.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	25.350,27		25.350,27
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL	1.758.883,51		1.758.883,51
20.0131.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	59.122,49		59.122,49
20.0131.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	1.699.761,02		1.699.761,02
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	4.727.632,45		4.727.632,45
20.0273.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	4.727.632,45		4.727.632,45
20.0571	DESENV CIENTIFICO	8.585.832,86		8.585.832,86
20.0571.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO	8.585.832,86		8.585.832,86
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	11.560.930,81	3.776.204,91	15.337.135,72
20.0573.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO	11.560.930,81	3.776.204,91	15.337.135,72
20.0605	ABASTECIMENTO	933.684,30	28.428.323,06	29.362.007,36
20.0605.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	933.684,30	8.015.990,12	8.949.674,42
20.0605.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO		20.412.332,94	20.412.332,94
20.0606	EXTENSAO RURAL	59.655.041,61	137.332.456,87	196.987.498,48
20.0606.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	1.204.995,92		1.204.995,92
20.0606.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	891.160,48	3.301.819,65	4.192.980,13
20.0606.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	57.558.885,21	134.030.637,22	191.589.522,43
20.0607	IRRIGACAO	10.258.097,50	78.869.664,90	89.127.762,40
20.0607.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	10.258.097,50	78.869.664,90	89.127.762,40
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	12.885.878,76	1.190.997,84	14.076.876,60
20.0608.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	1.315.335,25	1.190.997,84	2.506.333,09
20.0608.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	11.570.543,51		11.570.543,51
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	5.018.965,24	4.406.236,37	9.425.201,61
20.0609.0616	SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	5.018.965,24	4.406.236,37	9.425.201,61
20.0692	COMERCIALIZACAO	2.705.774,05		2.705.774,05
20.0692.0615	INOVACAO TECNOLOGICA PARA O CAMPO	2.705.774,05		2.705.774,05
20.0722	TELECOMUNICACOES	493.845,00		493.845,00
20.0722.0611	REDUCAO DO IMPACTO DA ESTIAGEM E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO	493.845,00		493.845,00
22	INDUSTRIA	1.107.752,95		1.107.752,95
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	1.107.752,95		1.107.752,95
22.0661.0578	RS COMPETITIVO	230.547,77		230.547,77
22.0661.0605	INVEST RS	877.205,18		877.205,18
23	COMERCIO E SERVICOS	31.050.581,86	1.179.127,48	32.229.709,34
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL	20.076.544,38		20.076.544,38
23.0122.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR	9.696.492,65		9.696.492,65
23.0122.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS	10.380.051,73		10.380.051,73
23.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4.341.923,74		4.341.923,74

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00008
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
23.0126.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR	344.390,70		344.390,70
23.0126.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS	3.822.691,58		3.822.691,58
23.0126.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR	174.841,46		174.841,46
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL	93.353,73	481.597,24	574.950,97
23.0131.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS	17.936,24		17.936,24
23.0131.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR	75.417,49	481.597,24	557.014,73
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL	452.471,96		452.471,96
23.0691.0578	RS COMPETITIVO	452.471,96		452.471,96
23.0695	TURISMO	6.086.288,05	697.530,24	6.783.818,29
23.0695.0593	RS TURISMO SUSTENTAVEL	3.421.371,04	697.530,24	4.118.901,28
23.0695.0753	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SETUR	2.664.917,01		2.664.917,01
24	COMUNICACOES	55.563.520,23		55.563.520,23
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL	27.369.183,90		27.369.183,90
24.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	27.369.183,90		27.369.183,90
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL	27.902.331,90		27.902.331,90
24.0131.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	27.902.331,90		27.902.331,90
24.0392	DIFUSAO CULTURAL	292.004,43		292.004,43
24.0392.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	292.004,43		292.004,43
25	ENERGIA	277.705,70	1.198.175,80	1.475.881,50
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	277.705,70		277.705,70
25.0122.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	277.705,70		277.705,70
25.0752	ENERGIA ELETRICA		1.198.175,80	1.198.175,80
25.0752.0639	FORTEALECIMENTO E INOVACAO DO SETOR ENERGETICO - PRO ENERGIA RS		1.198.175,80	1.198.175,80
26	TRANSPORTE	1.487.079.896,82	94.965.739,11	1.582.045.635,93
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	754.697,05	350.000,00	1.104.697,05
26.0121.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	754.697,05	350.000,00	1.104.697,05
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	145.663.348,39	169.275,64	145.832.624,03
26.0122.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	65.166.506,87	162.210,00	65.328.716,87
26.0122.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	12.461.067,77	7.065,64	12.468.133,41
26.0122.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	68.035.773,75		68.035.773,75
26.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	10.735.118,45	213.468,03	10.948.586,48
26.0126.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	6.676.773,50		6.676.773,50
26.0126.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	152.947,79		152.947,79
26.0126.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	3.905.397,16	213.468,03	4.118.865,19
26.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	50.160,00		50.160,00
26.0128.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	20.470,00		20.470,00
26.0128.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	29.690,00		29.690,00
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	1.103.826,43		1.103.826,43
26.0131.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	979.262,72		979.262,72
26.0131.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	25.000,00		25.000,00
26.0131.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	99.563,71		99.563,71
26.0181	POLICIAMENTO		17.520.948,93	17.520.948,93
26.0181.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		17.520.948,93	17.520.948,93
26.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	377.970.261,94		377.970.261,94
26.0451.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	377.970.261,94		377.970.261,94
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	50.380.116,09		50.380.116,09
26.0453.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	50.380.116,09		50.380.116,09
26.0781	TRANSPORTE AEREO	7.850.665,58	40.438.492,46	48.289.158,04
26.0781.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL	7.850.665,58	40.438.492,46	48.289.158,04
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	880.655.021,75	36.273.554,05	916.928.575,80
26.0782.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA ESTADUAL	869.823.099,48	36.262.542,79	906.085.642,27
26.0782.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS	9.231.922,27	11.011,26	9.242.933,53
26.0782.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	1.600.000,00		1.600.000,00
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	11.916.681,14		11.916.681,14
26.0784.0746	REESTRUTURACAO DOS PORTOS E HIDROVIAS DO RS	11.916.681,14		11.916.681,14
27	DESPORTO E LAZER	4.329.534,42	1.882.027,12	6.211.561,54
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.189.525,53		3.189.525,53
27.0122.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	3.189.525,53		3.189.525,53
27.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	119.979,67	250.893,45	370.873,12
27.0126.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	119.979,67	250.893,45	370.873,12
27.0131	COMUNICACAO SOCIAL	26.949,88		26.949,88
27.0131.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	26.949,88		26.949,88
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		526.732,68	526.732,68
27.0811.0748	SISTEMA DE FOMENTO		526.732,68	526.732,68
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	993.079,34	1.104.400,99	2.097.480,33
27.0812.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	480.631,59	133.648,97	614.280,56
27.0812.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE	497.447,75	970.752,02	1.468.199,77
27.0812.0750	FORTEALECIMENTO DA PREVENCAO E PROMOCAO EM SAUDE	15.000,00		15.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	16.429.893.172,03	3.496.332.362,66	19.926.225.534,69
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	363.537.187,01		363.537.187,01
28.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	363.537.187,01		363.537.187,01
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	9.354.381,24		9.354.381,24
28.0273.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	1.249.703,10		1.249.703,10
28.0273.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	9.744,82		9.744,82

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00009
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E AÇÕES PROGRAMÁTICAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
28.0273.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	5.044,39		5.044,39
28.0273.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	834.846,72		834.846,72
28.0273.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	499.423,64		499.423,64
28.0273.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	873.997,60		873.997,60
28.0273.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL	20.634,48		20.634,48
28.0273.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	692.078,33		692.078,33
28.0273.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	5.161.041,31		5.161.041,31
28.0273.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	5.115,08		5.115,08
28.0273.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	2.751,77		2.751,77
28.0752	ENERGIA ELETRICA	2.603.239.756,17		2.603.239.756,17
28.0752.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA	2.603.239.756,17		2.603.239.756,17
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	3.714.235.615,28	195.374,82	3.714.430.990,10
28.0843.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	214.085,45		214.085,45
28.0843.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	4.224,44		4.224,44
28.0843.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	104.754,46		104.754,46
28.0843.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	36.671,88		36.671,88
28.0843.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	3.686.172.862,11	195.374,82	3.686.368.236,93
28.0843.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	9.354.064,38		9.354.064,38
28.0843.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	18.348.952,56		18.348.952,56
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	295.785.704,00	371.258.875,08	667.044.579,08
28.0844.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	295.785.704,00	371.258.875,08	667.044.579,08
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	9.443.740.528,33	3.124.878.112,76	12.568.618.641,09
28.0846.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	809.893,53		809.893,53
28.0846.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	19.649.273,95		19.649.273,95
28.0846.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	21.540.028,32		21.540.028,32
28.0846.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	332.718,16		332.718,16
28.0846.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	2.265.387,30		2.265.387,30
28.0846.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	3.308.224,99		3.308.224,99
28.0846.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	3.068.074,22	2.664,00	3.070.738,22
28.0846.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	3.651.927.981,61	2.734.744.322,71	6.386.672.304,32
28.0846.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	48.378.635,19	274.770,00	48.653.405,19
28.0846.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	115.266.354,54		115.266.354,54
28.0846.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	19.197.819,95		19.197.819,95
28.0846.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	23.470.653,58		23.470.653,58
28.0846.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	2.675.208,81		2.675.208,81
28.0846.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	11.942.930,79		11.942.930,79
28.0846.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	641.344,08		641.344,08
28.0846.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	236.735.163,97		236.735.163,97
28.0846.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	174.950,16		174.950,16
28.0846.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	1.108.364,99		1.108.364,99
28.0846.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	15.783.813,14		15.783.813,14
28.0846.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	252.136.745,10		252.136.745,10
28.0846.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	224.508.033,18		224.508.033,18
28.0846.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	74.682.921,94		74.682.921,94
28.0846.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL	325.830.792,93		325.830.792,93
28.0846.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	1.215.621.409,56	10.503.653,96	1.226.125.063,52
28.0846.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME	11.936.080,97	35.462,22	11.971.543,19
28.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	2.886.959.581,50	379.317.239,87	3.266.276.821,37
28.0846.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	213.222.507,30		213.222.507,30
28.0846.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	60.565.634,57		60.565.634,57
TOTAL GERAL =>		58.123.588.402,38	12.846.399.784,00	70.969.988.186,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE063/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIARIA	ESSENCIAL A JUSTICA	ADMINISTRACAO
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	622.569.133,50	2.585.502.262,96	1.518.051.214,18	1.470.626.724,52
AUTARQUIAS				6.089.370,38
FUNDAÇÕES				
TOTAL.....	622.569.133,50	2.585.502.262,96	1.518.051.214,18	1.476.716.094,90

FUNÇÕES	SEGURANCA PUBLICA	ASSISTENCIA SOCIAL	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.071.263.294,57	47.490.926,89	1.629.417.098,66	6.789.422.984,74
AUTARQUIAS	728.663.040,62		15.671.596.570,51	2.548.067.811,46
FUNDAÇÕES		121.523.546,03		5.121.199,78
TOTAL.....	5.799.926.335,19	169.014.472,92	17.301.013.669,17	9.342.611.995,98

FUNÇÕES	TRABALHO	EDUCACAO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		9.069.305.932,65	40.728.500,42	102.618.698,72
AUTARQUIAS			14.979.189,64	
FUNDAÇÕES	51.092.001,59	79.801.736,18	3.330.423,37	220.508.772,94
TOTAL.....	51.092.001,59	9.149.107.668,83	59.038.113,43	323.127.471,66

FUNÇÕES	URBANISMO	HABITACAO	SANEAMENTO	GESTAO AMBIENTAL
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	176.960,98	38.420.351,17	48.161.221,40	68.623.139,38
AUTARQUIAS				13.862.418,30
FUNDAÇÕES	14.711.027,18			63.517.995,26
TOTAL.....	14.887.988,16	38.420.351,17	48.161.221,40	146.003.552,94

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO E SERVICOS
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	36.778.981,62	501.548.149,71	1.107.752,95	18.009.029,79
AUTARQUIAS		54.170.681,06		14.220.679,55
FUNDAÇÕES	127.387.229,83			
TOTAL.....	164.166.211,45	555.718.830,77	1.107.752,95	32.229.709,34

FUNÇÕES	COMUNICACOES	ENERGIA	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.563.520,23	1.475.881,50	438.925.971,18	6.211.561,54
AUTARQUIAS			1.092.739.548,66	
FUNDAÇÕES			50.380.116,09	
TOTAL.....	55.563.520,23	1.475.881,50	1.582.045.635,93	6.211.561,54

FUNÇÕES	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL		
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	19.334.460.873,89	49.496.460.167,15		
AUTARQUIAS	497.190.442,98	20.641.579.753,16		
FUNDAÇÕES	94.574.217,82	831.948.266,07		
TOTAL.....	19.926.225.534,69	70.969.988.186,38		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)		RFPE064/00001
		COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA		ANEXO N. 10
				R\$
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
100000000000	RECEITAS CORRENTES	58.990.971.571,00	76.464.027.050,59	17.473.055.479,59
110000000000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	43.907.782.811,00	57.919.172.695,58	14.011.389.884,58
111000000000	IMPOSTOS	41.919.805.000,00	55.870.511.204,09	13.950.706.204,09
111300000000	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	3.424.558.572,00	3.248.300.654,75	176.257.917,25-
111303000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	3.424.558.572,00	3.248.300.654,75	176.257.917,25-
111303100000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	3.285.970.595,00	3.101.852.652,64	184.117.942,36-
111303110000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	3.285.970.476,00	3.101.852.652,64	184.117.823,36-
111303110001	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	42.071.321,00	39.644.190,22	2.427.130,78-
111303110002	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	15.079.069,00	11.239.617,34	3.839.451,66-
111303110007	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - AUTARQUIAS E FUNDAC	33.349,00	0,00	33.349,00-
111303110009	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	715.760,00	382.155,09	333.604,91-
111303110035	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - ATIVOS	353.799.667,00	93.744.177,05	260.055.489,95-
111303110036	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER EXECUTIVO	868.886.582,00	855.485.874,36	13.400.707,64-
111303110037	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER EXECUTIVO	1.064.028.239,00	1.224.770.745,58	160.742.506,58
111303110038	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER EXECUTIVO	299.307.801,00	298.068.950,89	1.238.850,11-
111303110039	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	38.834.543,00	34.299.498,60	4.535.044,40-
111303110040	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	31.705.413,00	27.338.342,47	4.367.070,53-
111303110041	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	44.748,00	33.687,55	11.060,45-
111303110042	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO	41.723.418,00	38.155.896,41	3.567.521,59-
111303110043	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS	43.770.636,00	39.647.001,01	4.123.634,99-
111303110044	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	125.555,00	112.444,38	13.110,62-
111303110045	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER JUDICIARIO	215.242.962,00	196.050.986,10	19.191.975,90-
111303110046	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER JUDICIARIO	121.346.397,00	106.708.862,47	14.637.534,53-
111303110047	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER JUDICIARIO	1.097.313,00	871.298,17	226.014,83-
111303110048	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	119.139.822,00	109.025.903,39	10.113.918,61-
111303110049	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	23.474.354,00	21.135.536,26	2.338.817,74-
111303110050	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	1.025.639,00	948.250,80	77.388,20-
111303110054	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - INATIVOS	461.577,00	467.828,76	6.251,76
111303110056	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES JUSTICA MILITAR - ATIVOS	2.854.840,00	2.587.033,13	267.806,87-
111303110057	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES - JUSTICA MILITAR - INATIVOS	1.187.484,00	1.121.053,68	66.430,32-
111303110058	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - JUSTICA MILITAR	13.987,00	13.318,93	668,07-
111303150000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS	119,00	0,00	119,00-
111303150099	MULTAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	119,00	0,00	119,00-
111303400000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	138.587.977,00	146.448.002,11	7.860.025,11

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00002
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111303410000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	138.587.977,00	146.448.002,11	7.860.025,11
111303410008	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA JURIDIC	595.243,00	1.907.267,15	1.312.024,15
111303410010	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE ALUGUEIS	215.915,00	563.611,62	347.696,62
111303410034	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	134.479.498,00	130.121.536,13	4.357.961,87-
111303410035	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PESSOA FISICA	3.297.321,00	0,00	3.297.321,00-
111303410036	IRRF SOBRE PRECATORIOS COMPENSADOS COM DIVIDA ATIVA	0,00	13.855.587,21	13.855.587,21
111800000000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	38.495.246.428,00	52.622.210.549,34	14.126.964.121,34
111801000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	3.966.246.428,00	5.062.131.902,95	1.095.885.474,95
111801200000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	3.277.000.000,00	3.932.598.590,72	655.598.590,72
111801210000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	2.993.029.402,00	3.609.296.624,77	616.267.222,77
111801210001	IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.993.029.402,00	3.609.296.624,77	616.267.222,77
111801230000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	159.145.270,00	193.256.548,23	34.111.278,23
111801230001	RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	159.145.270,00	193.256.501,03	34.111.231,03
111801230011	PRECAT COMPE - RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	0,00	47,20	47,20
111801250000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	62.502.507,00	65.453.034,05	2.950.527,05
111801250001	MULTAS DO IPVA	62.502.507,00	65.453.034,05	2.950.527,05
111801260000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	6.291.855,00	5.250.684,81	1.041.170,19-
111801260001	JUROS DE MORA DO IPVA	6.291.855,00	5.250.684,81	1.041.170,19-
111801270000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	41.736.541,00	48.299.195,99	6.562.654,99
111801270001	MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	41.736.541,00	48.299.184,19	6.562.643,19
111801270011	PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	0,00	11,80	11,80
111801280000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - JUROS	14.294.425,00	11.042.502,87	3.251.922,13-
111801280001	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73)	14.294.425,00	11.042.461,79	3.251.963,21-
111801280011	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	0,00	41,08	41,08
111801300000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	685.980.650,00	1.125.688.152,50	439.707.502,50
111801310000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINC	671.922.681,00	1.103.254.854,47	431.332.173,47
111801310001	ITCD - IMPOSTO S/TRANSMISSAO CAUSA MORTIS E DOACAO DE QUAISQUER NATUREZA	671.922.681,00	1.103.254.854,47	431.332.173,47
111801330000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	3.171.106,00	8.160.435,20	4.989.329,20
111801330001	RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	3.171.106,00	8.127.612,71	4.956.506,71
111801330011	PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	0,00	32.822,49	32.822,49
111801350000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTA	3.634.698,00	2.492.307,80	1.142.390,20-
111801350001	MULTAS DO ITCD	3.634.698,00	2.492.307,80	1.142.390,20-
111801360000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS	3.102.783,00	1.506.458,10	1.596.324,90-
111801360001	JUROS DE MORA DO ITCD	3.102.783,00	1.506.458,10	1.596.324,90-
111801370000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	1.851.033,00	4.770.355,43	2.919.322,43
111801370001	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	1.851.033,00	4.750.661,93	2.899.628,93
111801370011	PRECAT COMPE - MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	0,00	19.693,50	19.693,50

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00003
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111801380000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	2.298.349,00	5.503.741,50	3.205.392,50
111801380001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD (ART 74, LEI 6537/73)	2.298.349,00	5.454.224,17	3.155.875,17
111801380011	PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA	0,00	49.517,33	49.517,33
111801400000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS	3.265.778,00	3.845.159,73	579.381,73
111801410000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - PRINCIPAL	3.265.778,00	3.845.159,73	579.381,73
111801410001	ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	3.265.778,00	3.845.159,73	579.381,73
111802000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	34.529.000.000,00	47.560.078.646,39	13.031.078.646,39
111802100000	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTA	34.178.787.378,00	47.236.775.080,92	13.057.987.702,92
111802110000	ICMS - PRINCIPAL	32.585.511.481,00	43.696.053.313,55	11.110.541.832,55
111802110002	ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNI	31.921.340.181,00	42.889.945.849,96	10.968.605.668,96
111802110012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/ PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNIC	664.171.300,00	806.107.463,59	141.936.163,59
111802130000	ICMS - DÍVIDA ATIVA	794.074.674,00	2.948.398.209,54	2.154.323.535,54
111802130002	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	794.074.674,00	1.119.303.107,42	325.228.433,42
111802130022	PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	0,00	6.570.492,72	6.570.492,72
111802130102	DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	168.546.736,29	168.546.736,29
111802130122	RECEITA DE ICMS EM DIVIDA ATIVA - DACAO EM PAGAMENTO ACOES CEEE	0,00	1.653.977.873,11	1.653.977.873,11
111802150000	ICMS - MULTAS	144.169.402,00	158.966.455,21	14.797.053,21
111802150002	MULTAS DO ICMS	19.989.496,00	18.640.571,85	1.348.924,15-
111802150012	MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	52.862.372,00	78.332.350,27	25.469.978,27
111802150022	MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	71.317.534,00	61.993.533,09	9.324.000,91-
111802160000	ICMS - JUROS	81.453.517,00	49.480.914,09	31.972.602,91-
111802160002	JUROS DE MORA DO ICMS	24.682.875,00	4.909.316,91	19.773.558,09-
111802160012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	56.770.642,00	44.571.597,18	12.199.044,82-
111802170000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	226.977.638,00	209.044.355,70	17.933.282,30-
111802170002	MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	168.991.704,00	50.166.821,60	118.824.882,40-
111802170012	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	57.985.934,00	156.219.492,13	98.233.558,13
111802170022	PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	1.957.902,68	1.957.902,68
111802170032	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	700.139,29	700.139,29
111802180000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	346.600.666,00	174.831.832,83	171.768.833,17-
111802180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73)	346.600.666,00	165.011.160,33	181.589.505,67-
111802180022	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS	0,00	9.820.672,50	9.820.672,50
111802200000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	350.212.622,00	323.303.565,47	26.909.056,53-
111802210000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	349.261.824,00	321.437.515,81	27.824.308,19-
111802210001	ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC - AMPARA/RS	348.002.646,00	318.852.802,11	29.149.843,89-
111802210012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL- AMPARA-RS	1.259.178,00	2.584.713,70	1.325.535,70
111802230000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	413.332,00	742.284,10	328.952,10
111802230001	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	413.332,00	742.284,10	328.952,10
111802250000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	373.843,00	443.916,91	70.073,91
111802250001	MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	221.123,00	67.936,23	153.186,77-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00004
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111802250012	MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA - RS	107.369,00	278.718,51	171.349,51
111802250022	MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA - RS	45.351,00	97.262,17	51.911,17
111802260000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	18.582,00	66.353,21	47.771,21
111802260001	JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	4.235,00	7.651,87	3.416,87
111802260012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	14.347,00	58.701,34	44.354,34
111802270000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	116.282,00	482.848,65	366.566,65
111802270001	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	89.543,00	84.088,96	5.454,04-
111802270022	MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	26.739,00	398.759,69	372.020,69
111802280000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - JUROS	28.759,00	130.646,79	101.887,79
111802280001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-RS	28.759,00	130.646,79	101.887,79
112000000000	TAXAS	1.987.977.811,00	2.048.661.491,49	60.683.680,49
112100000000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	105,79	105,79
112101000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	0,00	105,79	105,79
112101100000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	0,00	105,79	105,79
112101110000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	0,00	105,79	105,79
112101110001	TAXA DE AVALIACAO DE CONFORMIDADE FISCAL - SEFAZ	0,00	105,79	105,79
112200000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.911.461.571,00	1.888.992.755,99	22.468.815,01-
112201000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.640.298.584,00	1.607.164.234,36	33.134.349,64-
112201100000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.640.298.584,00	1.607.164.234,36	33.134.349,64-
112201110000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.636.438.819,00	1.605.136.148,33	31.302.670,67-
112201110007	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO - UTILIZACAO DE RODOVIAS	300,00	0,00	300,00-
112201110009	TAXA DE SERVICOS DE FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO - FUNDEFLO	1.093.380,00	1.882.312,05	788.932,05
112201110011	TAXA DE SERVICOS CULTURAIS - SECRETARIA DA CULTURA	225.007,00	24.810,83	200.196,17-
112201110012	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANCA	0,00	4.239,17	4.239,17
112201110013	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - BRIGADA MILITAR	1.543.117,00	1.239.377,18	303.739,82-
112201110014	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS	31.460.188,00	18.504.713,94	12.955.474,06-
112201110016	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FEASP	8.202.611,00	8.769.407,57	566.796,57
112201110017	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FEASP	735.136,00	954.157,29	219.021,29
112201110018	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO - DETRAN	140.000.000,00	140.542.375,38	542.375,38
112201110019	SERVICOS RELATIVOS A EXAME DE SAUDE E PSICOTECNICO - DETRAN	99.000.000,00	99.078.682,06	78.682,06
112201110020	SERVICOS DE EXAME DE LEGISLACAO DE TRANSITO E PRATICO DE DIRECAO - DETRAN	39.000.000,00	41.264.814,51	2.264.814,51
112201110021	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DE CRV	660.000.000,00	435.524.491,50	224.475.508,50-
112201110022	SERVICOS DE VISTORIA E IDENTIFICACAO DE VEICULOS - DETRAN	118.000.000,00	135.329.412,96	17.329.412,96
112201110023	SERVICOS RELATIVOS A ALTERACAO DE REGISTRO DE VEICULOS AUTOMOTORES - DETRAN	206.000.000,00	134.503.053,16	71.496.946,84-
112201110025	LICENCA E FISCALIZACAO DE EVENTOS NA VIA PUBLICA - DETRAN	2.500.000,00	3.193.378,33	693.378,33
112201110026	SERVICOS DE REMOCAO E DEPOSITOS DE VEICULOS - DETRAN	60.000.000,00	89.156.237,96	29.156.237,96

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00005
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201110027	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - HABILITACAO - DETRAN	1.100.000,00	1.119.549,04	19.549,04
112201110028	TAXAS - AGERGS	8.814.497,00	4.446.735,55	4.367.761,45-
112201110029	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVITIS	24.838.702,00	37.350.535,13	12.511.833,13
112201110030	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DE CRLV	0,00	296.877.941,04	296.877.941,04
112201110031	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVINOS	1.257.324,00	1.451.707,84	194.383,84
112201110032	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - VEICULOS - DETRAN	1.000.000,00	1.353.550,33	353.550,33
112201110033	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FESA	11.805,00	6.437,74	5.367,26-
112201110036	TAXA DE COOPERACAO - BOVINOS	787,00	0,00	787,00-
112201110037	TAXA DE COOPERACAO - OVINOS	679,00	0,00	679,00-
112201110039	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - POLICIA CIVIL	1.327.083,00	205.301,97	1.121.781,03-
112201110040	TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.663.000,00	1.723.617,16	3.939.382,84-
112201110043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA	104.722.000,00	54.663.460,29	50.058.539,71-
112201110044	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - INSTITUTO-GERAL DE PERICIAS	34.927,00	362,41	34.564,59-
112201110045	TAXA DE AVALIACAO DE BENS	34.074.115,00	2.431.823,02	31.642.291,98-
112201110047	SERVICOS REGISTRO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO	75.000.000,00	83.099.158,91	8.099.158,91
112201110048	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO-COMUNICACAO DE VENDA	8.000.000,00	5.411.215,24	2.588.784,76-
112201110049	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOMATE	1.253.188,00	1.430.691,01	177.503,01
112201110050	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	1.575.973,00	3.574.221,36	1.998.248,36
112201110052	TAXA ALVARA DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS - DETRAN	5.000,00	5.681,60	681,60
112201110053	TAXA AVALIACAO E REAVALIACAO DE BENS PARA FINS DE LAUDEMIO LEI 15576	0,00	12.694,80	12.694,80
112201120000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS DE MORA	106.994,00	190.880,89	83.886,89
112201120043	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA ORIZICULTURA	106.994,00	190.880,89	83.886,89
112201130000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	1.471.296,00	494.710,63	976.585,37-
112201130007	TAXAS E MULTAS DE TRANSITO VINCULADAS AO DAER, EM DIVIDA ATIVA	750.000,00	80.220,05	669.779,95-
112201130013	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	178.324,00	60.353,28	117.970,72-
112201130029	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	309.304,00	80.182,79	229.121,21-
112201130031	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	22.588,00	35.835,24	13.247,24
112201130033	TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA-FESA	8.811,00	8.964,42	153,42
112201130043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	196.232,00	48.836,94	147.395,06-
112201130050	DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FUNDOLEITE	0,00	1.319,69	1.319,69
112201130098	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS EM DIVIDA ATIVA	6.037,00	465,28	5.571,72-
112201130113	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	0,00	2.966,88	2.966,88
112201130129	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	0,00	171.577,29	171.577,29
112201130198	PRECAT COMPE - DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	0,00	1.495,85	1.495,85
112201130299	PRECAT COMPE - RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	0,00	2.492,92	2.492,92
112201150000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS	327.524,00	342.612,95	15.088,95
112201150009	MULTA DA TAXA DE SERVICOS FLORESTAIS - FUNDEFLO	16.607,00	0,00	16.607,00-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00006
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201150013	MULTA DE TAXAS DE SERVICOS DO FESP-BM	31.499,00	3.611,70	27.887,30-
112201150017	MULTA DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	83.296,00	165.773,76	82.477,76
112201150029	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	105.528,00	148.783,94	43.255,94
112201150031	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA - FUNDOVINOS	18.221,00	12.348,08	5.872,92-
112201150040	MULTAS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	70.000,00	9.801,63	60.198,37-
112201150049	MULTA DA TAXA DO FUNDOMATE	231,00	134,97	96,03-
112201150050	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA -FUNDOLEITE	2.142,00	2.158,87	16,87
112201160000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - JUROS	148.067,00	115.763,27	32.303,73-
112201160009	JUROS DE MORA SOBRE A TAXA SERVICOS FLORESTAIS - ART 69 DA LEI 6537/73-FUNDE	23.528,00	0,00	23.528,00-
112201160013	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FESP-BM	15.657,00	494,91	15.162,09-
112201160017	JUROS DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	17.202,00	86.683,28	69.481,28
112201160028	JUROS DE MORA TAXA AGERGS	7.296,00	2.570,21	4.725,79-
112201160029	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	74.191,00	22.186,42	52.004,58-
112201160031	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOVINOS	5.113,00	2.649,93	2.463,07-
112201160040	JUROS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.000,00	1.151,92	3.848,08-
112201160049	JURO DE MORA DA TAXA DO FUNDOMATE	0,00	7,43	7,43
112201160050	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	80,00	19,17	60,83-
112201170000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	937.129,00	283.228,20	653.900,80-
112201170007	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS DO DAER	330.000,00	40.028,33	289.971,67-
112201170013	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	107.300,00	36.235,07	71.064,93-
112201170029	MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	185.582,00	48.109,48	137.472,52-
112201170031	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	9.035,00	14.334,12	5.299,12
112201170033	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESA	5.287,00	5.378,54	91,54
112201170043	MULTA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	295.740,00	33.345,36	262.394,64-
112201170050	MULTAS DA DIVIDA ATIVA TAXAS SERVICOS FUNDOLEITE	0,00	791,81	791,81
112201170098	MULTA MORATORIA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	3.622,00	279,13	3.342,87-
112201170099	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	563,00	0,00	563,00-
112201170113	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	1.780,08	1.780,08
112201170129	PRECAT COMPE - MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	0,00	102.946,28	102.946,28
112201180000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	868.755,00	600.890,09	267.864,91-
112201180007	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS E MULTAS VINCUL AO DAER (ART. 74 LEI 6537/	300.000,00	29.434,09	270.565,91-
112201180013	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM (ART 69, LEI 6537/	93.368,00	42.482,10	50.885,90-
112201180029	JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS (ART 69, LEI 6537/73)	383.036,00	119.365,51	263.670,49-
112201180031	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS - FUNDOVINOS	3.921,00	9.346,17	5.425,17
112201180033	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS (ART. 69, LEI 6537/73) - FESA	10.193,00	2.944,83	7.248,17-
112201180043	JUROS DE MORA SOBRE TAXA COOPERACAO DEFESA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	55.573,00	63.476,52	7.903,52

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00007
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201180050	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS FUNDOLEITE	0,00	427,35	427,35
112201180098	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS (ART 69, LEI 6537/73)-NAO	21.574,00	1.910,07	19.663,93-
112201180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS (ART 69, LEI 6537/73)	1.090,00	0,00	1.090,00-
112201180113	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	5.427,71	5.427,71
112201180129	PRECAT COMPE - JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	0,00	317.345,50	317.345,50
112201180198	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS	0,00	8.730,24	8.730,24
112202000000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	271.162.987,00	281.828.521,63	10.665.534,63
112202100000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	271.162.987,00	281.828.521,63	10.665.534,63
112202110000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	270.733.505,00	281.568.993,36	10.835.488,36
112202110003	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	32.163.008,00	22.144.428,64	10.018.579,36-
112202110004	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS-SERVICOS INDIVIDUALIZADOS - LEI 12.613/06	1.086.418,00	241.267,92	845.150,08-
112202110005	TAXA UNICA DE SERVICOS JUDICIAIS	219.570.000,00	246.741.169,30	27.171.169,30
112202110054	TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	17.914.079,00	12.442.127,50	5.471.951,50-
112202130000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	189.223,00	76.818,93	112.404,07-
112202130001	RECEITA DAS CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS EM DIVIDA ATIVA	2.728,00	148,13	2.579,87-
112202130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	110.574,00	41.399,75	69.174,25-
112202130013	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	0,00	480,31	480,31
112202130053	RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	75.921,00	34.392,63	41.528,37-
112202130153	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	0,00	398,11	398,11
112202140000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	0,00	1.950,47	1.950,47
112202140013	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTOS JUDICIAIS - LEI 12613	0,00	1.950,47	1.950,47
112202170000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	41.637,00	29.971,67	11.665,33-
112202170001	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.637,00	88,87	1.548,13-
112202170003	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	20.000,00	9.927,45	10.072,55-
112202170054	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	20.000,00	19.955,35	44,65-
112202180000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	198.622,00	150.787,20	47.834,80-
112202180001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART 69, LEI 6537/73)	8.622,00	505,43	8.116,57-
112202180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART.69) - LEI 12.613/06	100.000,00	73.674,65	26.325,35-
112202180054	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUD (ART. 69) - LEI 12.613/06	90.000,00	76.607,12	13.392,88-
112800000000	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	76.516.240,00	159.668.629,71	83.152.389,71
112801000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	13.110.064,00	23.365.358,32	10.255.294,32
112801900000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS	13.110.064,00	23.365.358,32	10.255.294,32
112801910000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL	12.996.064,00	23.354.442,18	10.358.378,18
112801910001	TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	2.100.000,00	486.108,90	1.613.891,10-
112801910002	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-RS	10.896.064,00	22.868.333,28	11.972.269,28

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00008
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112801950000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - MULTAS	110.000,00	10.353,27	99.646,73-
112801950001	MULTA DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	110.000,00	10.353,27	99.646,73-
112801960000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - JUROS DE MORA	4.000,00	562,87	3.437,13-
112801960001	JUROS DE MORA-DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	4.000,00	562,87	3.437,13-
112802000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63.406.176,00	136.303.271,39	72.897.095,39
112802200000	TAXAS EXTRAJUDICIAIS	63.406.176,00	136.303.271,39	72.897.095,39
112802210000	TAXAS EXTRAJUDICIAIS - PRINCIPAL	63.406.176,00	136.303.271,39	72.897.095,39
112802210001	TAXA DE SERVICOS EM GERAL	531.784,00	508.540,78	23.243,22-
112802210002	EMOLUMENTOS ABERTURA E ANDAMENTO OUTORGAS-FUNDO RECURSOS HIDRICOS	620.000,00	1.068.537,78	448.537,78
112802210003	TAXA DE SERVICOS DA SECRETARIA DA FAZENDA	14.392,00	17.207,93	2.815,93
112802210004	EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDICIAIS	62.240.000,00	134.708.984,90	72.468.984,90
120000000000	CONTRIBUIÇÕES	4.524.438.774,00	4.588.361.673,01	63.922.899,01
121000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.524.438.774,00	4.588.361.673,01	63.922.899,01
121600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.809.917.129,00	1.833.991.943,14	24.074.814,14
121601000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	194.688.095,00	196.126.748,82	1.438.653,82
121601100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	194.688.095,00	196.126.748,82	1.438.653,82
121601110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINC	194.688.095,00	196.126.748,82	1.438.653,82
121601110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXECUTIVO-PES MILITAR - AT	51.144.997,00	49.879.957,33	1.265.039,67-
121601110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES MILITAR-INAT	112.798.420,00	109.409.015,23	3.389.404,77-
121601110006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS PODER EXECUTIVO - MILITAR	30.744.678,00	36.837.776,26	6.093.098,26
121603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.154.772.918,00	1.154.669.578,62	103.339,38-
121603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.154.772.918,00	1.154.669.578,62	103.339,38-
121603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	1.154.772.840,00	1.154.669.345,59	103.494,41-
121603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXEC-PESSOAL CIVIL ATIVO	19.535.268,00	60.375.814,01	40.840.546,01
121603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES CIVIL-INATIV	33.051.104,00	73.349.154,11	40.298.050,11
121603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS P EXECUTIVO - CIVIL	33.826.637,00	29.549.167,38	4.277.469,62-
121603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ASSEMB LEGISLATIVA-P CIVIL-A	4.800.000,00	4.785.212,12	14.787,88-
121603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES- A LEGISLATIVA-PES CIVIL-INA	4.864.690,00	4.970.237,09	105.547,09
121603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-CIV	1.535.310,00	1.332.823,59	202.486,41-
121603110010	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-AT	3.500.000,00	3.453.932,68	46.067,32-
121603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-IN	5.500.000,00	5.263.795,04	236.204,96-
121603110012	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO-CIV	970.000,00	833.950,03	136.049,97-
121603110015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PODER JUDICIARIO-CIVIL	7.797.870,00	6.989.324,28	808.545,72-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00009
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-ATIV	7.800.000,00	7.497.509,03	302.490,97-
121603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-INAT	2.543.323,00	2.774.538,86	231.215,86
121603110018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-MINISTERIO PUBLICO - CIVIL	1.656.677,00	1.327.279,98	329.397,02-
121603110019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-AVULSAS	111.375.161,00	114.747.295,49	3.372.134,49
121603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-REINGRESSO 7,2%	531.572,00	1.427.419,70	895.847,70
121603110021	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-ATI	0,00	7.257,84	7.257,84
121603110022	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-INA	0,00	7.789,20	7.789,20
121603110027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	8.938.969,00	8.145.488,20	793.480,80-
121603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-ATI	21.153.269,00	23.970.506,89	2.817.237,89
121603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-INA	19.328.302,00	22.217.483,21	2.889.181,21
121603110030	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL DE JUSTICA - CIVI	125.272,00	255.822,38	130.550,38
121603110031	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-ATIV	241.165,00	327.151,26	85.986,26
121603110032	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-INAT	246.877,00	229.664,02	17.212,98-
121603110033	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-JUSTICA MILITAR - CIVIL	193.325,00	193.243,40	81,60-
121603110034	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS FERROVIARIOS-EST	301.204,00	383.185,71	81.981,71
121603110036	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS DA EXTINTA CEERG	3.444.998,00	4.930.545,72	1.485.547,72
121603110037	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-ATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	2.561.617,00	2.464.960,39	96.656,61-
121603110038	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-INATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	1.977.115,00	1.883.757,91	93.357,09-
121603110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-DEFENSORIA PUBLICA	265.349,00	284.392,13	19.043,13
121603110040	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SPH	0,00	1.103,54	1.103,54
121603110041	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IPERGS	1.560.084,00	0,00	1.560.084,00-
121603110042	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DAER	796.165,00	951.666,67	155.501,67
121603110043	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IRGA	373.487,00	312.309,76	61.177,24-
121603110044	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FOSPA	332.414,00	277.629,69	54.784,31-
121603110046	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SUPRG	513.962,00	633.897,22	119.935,22
121603110047	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGERGS	197.567,00	231.284,23	33.717,23
121603110048	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DETRAN	1.838.476,00	2.004.519,08	166.043,08
121603110050	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FASE	4.250,00	6.466,56	2.216,56
121603110056	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-METROPLAN	2.438,00	2.453,78	15,78
121603110059	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FADERS	545,00	634,56	89,56
121603110068	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-EDP	83.874,00	71.112,33	12.761,67-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00010
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110069	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SPH	908.095,00	984.565,36	76.470,36
121603110070	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IPERGS	2.918.206,00	0,00	2.918.206,00-
121603110071	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DAER	2.933.959,00	3.183.035,86	249.076,86
121603110072	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IRGA	600.815,00	405.872,62	194.942,38-
121603110075	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SUPRG	356.696,00	432.129,12	75.433,12
121603110076	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-AGERGS	13.969,00	16.194,96	2.225,96
121603110077	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DETRAN	77.227,00	99.561,49	22.334,49
121603110097	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SPH	1.207.578,00	942.071,03	265.506,97-
121603110098	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IPERGS	905.901,00	749.489,55	156.411,45-
121603110099	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DAER	4.383.736,00	3.525.352,88	858.383,12-
121603110100	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IRGA	98.948,00	80.134,20	18.813,80-
121603110103	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SUPRG	74.435,00	59.881,75	14.553,25-
121603110105	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DETRAN	6.755,00	9.417,30	2.662,30
121603110125	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	7.671.280,00	7.678.132,87	6.852,87
121603110126	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA EDUCACA	71.635.510,00	68.662.623,61	2.972.886,39-
121603110127	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	9.474.417,00	10.134.870,36	660.453,36
121603110128	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA EDUCA	135.634.441,00	132.749.810,22	2.884.630,78-
121603110129	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA SAUDE	2.408.279,00	2.089.025,16	319.253,84-
121603110130	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA EDUCACAO	7.858.254,00	8.276.364,34	418.110,34
121603110133	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-JUCERGS	105.535,00	84.122,10	21.412,90-
121603110134	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SEGURANCA	27.750.934,00	0,00	27.750.934,00-
121603110135	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SEGURANCA	36.638.032,00	0,00	36.638.032,00-
121603110136	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS DO IPE SAUDE	798.550,00	178.254,99	620.295,01-
121603110137	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ATIVOS - SEAPEN	14.238.209,00	0,00	14.238.209,00-
121603110138	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-INATIVOS - SEAPEN	6.826.772,00	0,00	6.826.772,00-
121603110139	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS - SEAPEN	1.151.323,00	0,00	1.151.323,00-
121603110140	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES PENSIONISTAS-SEGURANCA CIVIL	11.639.159,00	0,00	11.639.159,00-
121603110203	CONTRIBUICOES DO PAMES	195.003.255,00	199.975.353,12	4.972.098,12
121603110204	CONTRIBUICOES DO PAC	307.684.234,00	325.881.303,63	18.197.069,63
121603160000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - JUROS	78,00	233,03	155,03
121603160203	ENCARGOS DE MORA - PAMES	78,00	233,03	155,03

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00011
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	460.456.116,00	483.195.615,70	22.739.499,70
121604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	460.456.116,00	483.195.615,70	22.739.499,70
121604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS- PRINC	460.456.116,00	483.195.615,70	22.739.499,70
121604110132	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PREFEITURAS	521.627,00	408.831,97	112.795,03-
121604110205	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - PREFEITURAS	396.153.458,00	413.552.982,03	17.399.524,03
121604110206	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - CONVENIOS	63.781.031,00	69.233.801,70	5.452.770,70
121800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	2.714.346.493,00	2.750.864.443,22	36.517.950,22
121801000000	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR CIVIL PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL-CPSSS - EST/DF/MUN	2.116.405.144,00	2.026.905.900,91	89.499.243,09-
121801100000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	812.644.571,00	770.004.526,13	42.640.044,87-
121801110000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	812.644.571,00	770.004.526,13	42.640.044,87-
121801110001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-EXECUTIVO	104.176.055,00	294.585.270,55	190.409.215,55
121801110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AVULSAS	1.811.090,00	1.762.335,74	48.754,26-
121801110003	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FASE	13.335,00	27.666,50	14.331,50
121801110007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	8.450.000,00	7.877.942,89	572.057,11-
121801110008	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-METROPLAN	11.372,00	6.676,05	4.695,95-
121801110010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	25.000.000,00	25.547.627,55	547.627,55
121801110015	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FPERGS	0,00	1.991,81	1.991,81
121801110016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	69.360.000,00	67.305.947,41	2.054.052,59-
121801110017	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FTSP	0,00	6.875,18	6.875,18
121801110030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	1.652.827,00	1.580.254,59	72.572,41-
121801110033	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	124.393.596,00	118.075.001,68	6.318.594,32-
121801110034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA EDUCACAO	144.597.971,00	133.038.773,52	11.559.197,48-
121801110037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	31.034.596,00	28.066.135,68	2.968.460,32-
121801110055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEERGS	1.361.592,00	2.627.339,21	1.265.747,21
121801110056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-DAER	2.712.136,00	2.770.472,13	58.336,13
121801110059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IRGA	646.344,00	693.143,81	46.799,81
121801110062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AGERGS	1.065.506,00	1.011.559,39	53.946,61-
121801110064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-IPERGS	2.155.099,00	1.741.317,50	413.781,50-
121801110066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SUPRG	697.004,00	660.762,98	36.241,02-
121801110068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIALATIVO CIVIL-DETRAN	10.438.157,00	8.318.766,63	2.119.390,37-
121801110070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FOSPA	1.082.734,00	989.346,01	93.387,99-
121801110078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	23.185.989,00	22.082.471,11	1.103.517,89-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00012
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801110079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-FADERS	2.297,00	1.783,14	513,86-
121801110081	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-EDP	324.068,00	305.133,48	18.934,52-
121801110085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-JUCERGS	410.813,00	373.749,97	37.063,03-
121801110086	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEDIDOS	28.072,00	2.196,26	25.875,74-
121801110087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	134.963.610,00	0,00	134.963.610,00-
121801110088	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - ATIVO CIVIL - SEAPEN	71.750.677,00	0,00	71.750.677,00-
121801110089	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IPE SAUDE	340.454,00	383.276,61	42.822,61
121801110101	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-EXECU	4.371.808,00	25.395.470,26	21.023.662,26
121801110107	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-ASSEMBLEIA	1.339.000,00	44.255,93	1.294.744,07-
121801110108	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METRO	585,00	0,00	585,00-
121801110110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE CON	160.743,00	533.045,61	372.302,61
121801110116	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-MINISTERIO PUBL	1.691.500,00	1.299.385,22	392.114,78-
121801110130	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIVIL-JUSTICA MILIT	31.893,00	20.252,32	11.640,68-
121801110133	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE JUS	6.755.171,00	4.066.062,09	2.689.108,91-
121801110134	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC EDUCAC	9.670.515,00	2.218.375,57	7.452.139,43-
121801110137	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC SAU	2.673.000,00	2.942.747,73	269.747,73
121801110156	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DAER	2.120,00	3.624,68	1.504,68
121801110159	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IRGA	285.606,00	193.311,75	92.294,25-
121801110162	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-AGERGS	130.150,00	128.769,15	1.380,85-
121801110164	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IPERGS	547.679,00	155.596,43	392.082,57-
121801110166	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SUPRG	3.246,00	2.956,87	289,13-
121801110168	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DETRAN	270.339,00	233.186,10	37.152,90-
121801110170	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FO	221.423,00	192.033,65	29.389,35-
121801110178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DEF PUB	5.274.263,00	2.786.393,64	2.487.869,36-
121801110181	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-ED	9.800,00	4.245,58	5.554,42-
121801110187	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEGURAN	8.406.502,00	5.869.850,37	2.536.651,63-
121801110188	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL -REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL - SE	7.764.757,00	3.961.027,93	3.803.729,07-
121801110189	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIA-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-IPE SA	1.369.077,00	110.117,87	1.258.959,13-
121801200000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	1.067.637.814,00	1.016.220.712,36	51.417.101,64-
121801210000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	1.067.637.814,00	1.016.220.712,36	51.417.101,64-
121801210001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-EXECUTIVO	173.414.829,00	742.865.991,21	569.451.162,21

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00013
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801210007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	31.980.000,00	29.718.480,83	2.261.519,17-
121801210010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	40.700.000,00	40.391.584,75	308.415,25-
121801210016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	24.700.000,00	23.432.064,69	1.267.935,31-
121801210030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	1.196.320,00	1.226.480,54	30.160,54
121801210033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	118.848.770,00	118.220.674,17	628.095,83-
121801210034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUCACAO	363.425.456,00	0,00	363.425.456,00-
121801210037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	35.698.114,00	0,00	35.698.114,00-
121801210055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-CEERGS	19.328.821,00	19.034.218,53	294.602,47-
121801210056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DAER	11.289.730,00	10.048.543,56	1.241.186,44-
121801210058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SPH	1.826.507,00	3.303.640,24	1.477.133,24
121801210059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IRGA	53,00	0,00	53,00-
121801210062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-AGERGS	72.940,00	69.688,58	3.251,42-
121801210064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IPERGS	11.564.673,00	10.714.169,35	850.503,65-
121801210066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SUPRG	936.426,00	1.147.383,81	210.957,81
121801210068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DETRAN	432.652,00	453.902,98	21.250,98
121801210078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	12.586.600,00	11.664.311,28	922.288,72-
121801210085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-JUCIS RS	27.332,00	0,00	27.332,00-
121801210087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	180.396.903,00	0,00	180.396.903,00-
121801210088	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SEAPEN	39.111.688,00	0,00	39.111.688,00-
121801210110	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV -TCE	0,00	53.484,86	53.484,86
121801210116	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-MINISTERIO PUBLI	0,00	23.704,33	23.704,33
121801210133	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-TRIBUNAL DE JUST	0,00	46.368,66	46.368,66
121801210178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-DEFENSORIA PUBLI	100.000,00	3.767,53	96.232,47-
121801210189	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-FEPA	0,00	3.802.252,46	3.802.252,46
121801300000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	225.792.239,00	229.656.358,55	3.864.119,55
121801310000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	225.792.239,00	229.656.358,55	3.864.119,55
121801310001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	65.679.956,00	130.847.480,49	65.167.524,49
121801310007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATI	6.817.296,00	6.739.018,69	78.277,31-
121801310010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	4.500.000,00	4.417.973,89	82.026,11-
121801310016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	8.385.000,00	8.678.686,91	293.686,91
121801310030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	966.782,00	945.793,30	20.988,70-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00014
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801310033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	35.042.474,00	33.978.819,00	1.063.655,00-
121801310034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA EDUCAC	20.183.050,00	20.931.835,31	748.785,31
121801310037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	6.517.001,00	6.682.488,43	165.487,43
121801310056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DAER	9.019.228,00	8.156.049,88	863.178,12-
121801310058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SPH	2.781.675,00	2.428.131,11	353.543,89-
121801310059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IRGA	336.823,00	323.553,33	13.269,67-
121801310064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IPERGS	2.678.114,00	2.593.343,27	84.770,73-
121801310066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SUPRG	203.058,00	253.336,98	50.278,98
121801310070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-FOSPA	82.287,00	78.919,01	3.367,99-
121801310078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	1.472.900,00	1.508.570,10	35.670,10
121801310079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DETRAN	22.692,00	35.306,82	12.614,82
121801310087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	55.367.394,00	0,00	55.367.394,00-
121801310088	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PENSIONISTA - SEAPEN	4.657.634,00	0,00	4.657.634,00-
121801310099	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-PREFEITURAS	902.604,00	786.944,73	115.659,27-
121801310101	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	26.019,00	101.689,24	75.670,24
121801310110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL	46.800,00	109.616,25	62.816,25
121801310116	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-MINIST PU	0,00	3.787,38	3.787,38
121801310134	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SECR EDUC	0,00	6.445,33	6.445,33
121801310137	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SECRET SA	0,00	822,98	822,98
121801310159	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-IRGA	0,00	2.710,23	2.710,23
121801310164	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-IPERGS	0,00	2.058,90	2.058,90
121801310178	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-DEFEN PUB	44.187,00	39.749,26	4.437,74-
121801310179	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-DETRAN	0,00	3.227,73	3.227,73
121801310187	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	59.265,00	0,00	59.265,00-
121801400000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	10.330.520,00	11.024.303,87	693.783,87
121801410000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO -	10.330.520,00	11.024.303,87	693.783,87
121801410027	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PRECATORIOS-REV	10.330.520,00	11.024.303,87	693.783,87
121803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	807.532,00	837.276,67	29.744,67
121803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	807.532,00	837.276,67	29.744,67
121803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	807.532,00	837.276,67	29.744,67
121803110208	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL-CEDIDOS CIVIL	807.532,00	837.276,67	29.744,67

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00015
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121805000000	CONTRIBUIÇÃO DE MILITARES E PENSIONISTAS PARA PREVIDÊNCIA MILITAR ESTADOS E	597.133.817,00	723.121.265,64	125.987.448,64
121805100000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO	251.473.253,00	244.381.998,38	7.091.254,62-
121805110000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	251.473.253,00	244.381.998,38	7.091.254,62-
121805110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	189.461.680,00	170.891.572,23	18.570.107,77-
121805110102	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT MIL-EXECUTI	62.011.573,00	73.490.426,15	11.478.853,15
121805200000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO	277.453.801,00	380.653.117,13	103.199.316,13
121805210000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	277.453.801,00	380.653.117,13	103.199.316,13
121805210002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO MILITAR-EXECUTIVO	277.453.801,00	380.653.117,13	103.199.316,13
121805300000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES	68.206.763,00	98.086.150,13	29.879.387,13
121805310000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	68.206.763,00	98.086.150,13	29.879.387,13
121805310006	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PODER EXECUTIVO - PENSIONISTAS - MIL	68.206.763,00	98.031.877,47	29.825.114,47
121805310106	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - REGIME CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS MILITAR	0,00	54.272,66	54.272,66
121900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	175.152,00	3.505.286,65	3.330.134,65
121999000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	175.152,00	3.505.286,65	3.330.134,65
121999100000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	175.152,00	3.505.286,65	3.330.134,65
121999110000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	175.152,00	3.505.286,65	3.330.134,65
121999110007	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	29.687,45	29.687,45
121999110010	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	140.000,00	122.070,39	17.929,61-
121999110016	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	35.087,00	0,00	35.087,00-
121999110209	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	65,00	3.353.528,81	3.353.463,81
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL	677.561.989,00	1.212.502.839,43	534.940.850,43
131000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	82.268.675,00	103.522.089,39	21.253.414,39
131001000000	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	72.765.254,00	93.682.102,32	20.916.848,32
131001100000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	69.546.120,00	85.637.348,33	16.091.228,33
131001110000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	69.546.120,00	85.637.348,33	16.091.228,33
131001110002	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - VPA	1.764.641,00	1.383.458,33	381.182,67-
131001110003	ALUGUEIS - FUNDO PENITENCIARIO	3.090.735,00	5.921.968,41	2.831.233,41
131001110007	ALUGUEIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	296.079,25	296.079,25
131001110016	ALUGUEIS TEATRO SAO PEDRO	0,00	291.610,13	291.610,13
131001110020	ALUGUEIS - FESEP	6.100,00	0,00	6.100,00-
131001110022	RECEBIMENTO DE ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS	12.128.773,00	10.542,03	12.118.230,97-
131001110024	ARRENDAMENTOS - NAO VINCULADA	52.555.182,00	76.607.631,81	24.052.449,81
131001110025	ALUGUEIS - FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANÇA - SSP	689,00	0,00	689,00-
131001110026	ALUGUEIS - FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANÇA - BM	0,00	1.110.916,29	1.110.916,29
131001110027	ALUGUEIS - FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANÇA - CBM	0,00	6.662,52	6.662,52
131001110030	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - SERVIDORES FASE	0,00	8.479,56	8.479,56
131001200000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO	3.219.134,00	8.044.753,99	4.825.619,99
131001210000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	3.219.134,00	8.044.753,99	4.825.619,99
131001210002	FOROS - FESEP	384.985,00	733.213,20	348.228,20
131001210005	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - NAO VINCULADA	5.000,00	9.353,07	4.353,07
131001210006	LAUDEMIOS - FESEP	1.020.372,00	199.698,78	820.673,22-
131001210007	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - FESEP	1.808.777,00	7.102.488,94	5.293.711,94
131002000000	CONCESSÃO,PERMISSÃO,AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	9.503.421,00	9.839.987,07	336.566,07

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00016
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
131002100000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	9.503.421,00	9.839.987,07	336.566,07
131002110000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS-	9.502.431,00	9.839.987,07	337.556,07
131002110001	CONCESSAO DIREITO USO AREA AEROPORTOS	1.100.942,00	623.570,42	477.371,58-
131002110002	CONCESSAO DE USO - JARDIM BOTANICO	9.468,00	9.734,00	266,00
131002110003	PERMISSAO USO - JARDIM BOTANICO	38.293,00	93.030,50	54.737,50
131002110004	CONCESSAO DE USO - DEPENDENCIAS DE FOROS - FRPJ	5.520.000,00	4.372.736,69	1.147.263,31-
131002110006	CONCESSOES E PERMISSOES DE USO DE BEM - FAPERGS	85.818,00	0,00	85.818,00-
131002110012	RECEITA DA PERMISSAO DE USO ONEROSO DA FAIXA DE DOMINIO - DAER	300.000,00	342.437,81	42.437,81
131002110015	PERMISSAO DE USO - MINISTERIO PUBLICO	13.000,00	0,00	13.000,00-
131002110017	CONCESSAO DE USO - FEGEP	564.545,00	719.475,02	154.930,02
131002110018	PERMISSAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	11.058,00	21.724,81	10.666,81
131002110019	RECEITA CONCESSAO DE USO PARQUES-FUNDETUR	223.894,00	0,00	223.894,00-
131002110022	CONCESSAO DE USO - PARQUE ZOOLOGICO	0,00	264.986,92	264.986,92
131002110027	AUTORIZACAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	1.635.413,00	3.392.290,90	1.756.877,90
131002150000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEI	990,00	0,00	990,00-
131002150027	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	990,00	0,00	990,00-
132000000000	VALORES MOBILIÁRIOS	578.662.754,00	1.016.942.603,53	438.279.849,53
132100000000	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	522.729.880,00	994.601.128,99	471.871.248,99
132100100000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	78.182.767,00	119.610.795,63	41.428.028,63
132100110000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	78.182.767,00	119.610.795,63	41.428.028,63
132100110002	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO DE EDUCACAO	1.216,00	4.083.464,06	4.082.248,06
132100110185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ASPS-SERVICOS DE SAUDE	350.000,00	972.739,84	622.739,84
132100110186	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAEI	846,00	1.014,11	168,11
132100110207	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MULTAS SISTEMA ESTADUAL AUDITORIA SU	5.000,00	2.485,72	2.514,28-
132100110216	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	0,00	66.969,56	66.969,56
132100110232	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC PAR 532/2014	0,00	12.494,65	12.494,65
132100110240	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE - PROGRAMA IMPLANT ETI	233.793,00	421.441,38	187.648,38
132100110302	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO REMUNERADO-CONVENIO SENAD-PR/SS 3/2007	1.000,00	4.123,46	3.123,46
132100110325	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNS-FEPPS 727956/2009	20.000,00	2.735,24	17.264,76-
132100110349	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FUNASA-SEHABS TC PAC 509-11	0,00	39.539,35	39.539,35
132100110353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 794410-2013 FNS-FEPPS	30.000,00	5.671,07	24.328,93-
132100110355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR CONV FNS-FEPPS 792571-2013	10.000,00	1.927,91	8.072,09-
132100110358	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNS-FEPPS 794305-2013	15.000,00	1.293,10	13.706,90-
132100110374	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SGPR/SJS 37/05-PROTEG	0,00	29,42	29,42
132100110380	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	150.000,00	124.964,55	25.035,45-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00017
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO MUNICIPAL SAUDE-	0,00	269,00	269,00
132100110430	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL CRIANCA E ADOLESCENTE	18.483,00	291.511,02	273.028,02
132100110434	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE	288.000,00	604.386,37	316.386,37
132100110450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNS-SES 836272-16	10.000,00	55,11	9.944,89-
132100110477	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIOS FAPERGS	5.777,00	16.677,22	10.900,22
132100110478	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MIN/SEXTR 120/07	0,00	44.164,08	44.164,08
132100110494	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - FUNDO ESTL DO MEIO AMBIENTE	38.807,00	105.889,36	67.082,36
132100110500	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNDE-SE 2018001063	0,00	127.384,98	127.384,98
132100110514	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237828-05/07	0,00	44.143,03	44.143,03
132100110552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL PJ RECEITA	181.000,00	313.167,33	132.167,33
132100110553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL SERVENTIAS ATOS GRATUIT	729.000,00	1.112.317,27	383.317,27
132100110554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENTI COMPL R	71.000,00	276.624,44	205.624,44
132100110578	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICI	31.470.000,00	43.593.905,11	12.123.905,11
132100110600	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO PMPA - SSP-BM 22-2009	0,00	9.145,34	9.145,34
132100110602	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 6, ADCT-CF	1.402.423,00	10.846.768,94	9.444.345,94
132100110603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 8, ADCT-CF	7.206.713,00	9.943.451,37	2.736.738,37
132100110604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 6, ADCT-CF	276.431,00	324.308,77	47.877,77
132100110605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 8, ADCT-CF	220.172,00	77.960,14	142.211,86-
132100110628	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS	100.000,00	157.627,23	57.627,23
132100110632	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-COTA-PARTE FUNDESP	672.000,00	0,00	672.000,00-
132100110636	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO EMBRAPA-FEPAGRO 1020009-026	134.678,00	3.656,98	131.021,02-
132100110652	REMUNERACAO DEPOSITOS BANC VINCU- TR SUS- ATENÇÃO MEDIA/ALTA COMPLEX AMBULAT	400.000,00	4.682.859,02	4.282.859,02
132100110664	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 75991911 FNCA-SEDH/TJ	0,00	6.118,62	6.118,62
132100110667	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV EMBRAPA-MAPA-FEPAGRO 1020010-02	252.515,00	26.947,12	225.567,88-
132100110689	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	100.000,00	33.922,09	66.077,91-
132100110690	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE REFORMA DO ESTADO	0,00	0,06	0,06
132100110691	RENUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULTADO CONVENIO MCULT-SCULT 763224	20.000,00	61.901,45	41.901,45
132100110696	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 0242/2011	0,00	20.841,20	20.841,20
132100110697	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 244/2011	0,00	30.995,06	30.995,06
132100110701	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	35.000,00	61.578,66	26.578,66

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00018
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110738	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS- VIGILANCIA SAU	1.500.000,00	1.644.753,53	144.753,53
132100110740	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-CAPACITACAO SUAS	50.000,00	25.569,40	24.430,60-
132100110759	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TRANSF SUS- ASSIST FARMACEUTICA	250.000,00	444.785,20	194.785,20
132100110761	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-	0,00	123.818,21	123.818,21
132100110763	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MAPA-SEAPA 369989-43-2011	81.649,00	0,00	81.649,00-
132100110765	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 137/201	0,00	22.085,10	22.085,10
132100110766	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/201	0,00	33.132,63	33.132,63
132100110767	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-STDS 774438/2012	0,00	0,84	0,84
132100110769	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	134.400,00	0,00	134.400,00-
132100110770	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-SDRPC-777118-12	0,00	2.529.871,54	2.529.871,54
132100110781	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF INSTI PRIMADAS FEAIP	50.000,00	148.858,83	98.858,83
132100110789	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ/SSP 774563-2012	166.890,00	8.911,26	157.978,74-
132100110791	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11	0,00	410.019,15	410.019,15
132100110793	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086667-11	0,00	112.100,30	112.100,30
132100110794	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092806-11	0,00	71.365,22	71.365,22
132100110796	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- GESTAO SUS	250.000,00	206.333,77	43.666,23-
132100110797	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35083471-11	0,00	138.035,09	138.035,09
132100110798	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11	0,00	97.979,00	97.979,00
132100110800	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092689-11	0,00	135.062,61	135.062,61
132100110801	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35075960-11	0,00	42.641,75	42.641,75
132100110802	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MPA-SDR 765060/12	30.886,00	9.676,23	21.209,77-
132100110816	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV SDH-PR SJDH 021 2011	0,00	4.197,20	4.197,20
132100110820	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 117/12	0,00	42.189,69	42.189,69
132100110821	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 119/12	0,00	62.682,91	62.682,91
132100110822	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 120/12	0,00	117.037,50	117.037,50
132100110824	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 127/12	0,00	82.791,61	82.791,61
132100110825	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 139/12	0,00	425,98	425,98
132100110826	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 151/12	0,00	42.310,67	42.310,67
132100110827	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 152/12	0,00	92.398,89	92.398,89
132100110828	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 156/12 ES	0,00	21.900,20	21.900,20

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00019
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110829	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 167/12	0,00	90.706,58	90.706,58
132100110832	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-PR/SJDH 780343/12	0,00	1,33	1,33
132100110833	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SNJ-PR/SJDH 776120/12	0,00	676,88	676,88
132100110834	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011	10.000,00	24.162,74	14.162,74
132100110840	RECUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO SNPDMJ-SJDH 774590	0,00	0,13	0,13
132100110843	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-FEPAGRO 00-12-0113-00	10.000,00	3.138,59	6.861,41-
132100110851	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-OPERACOES DE CREDITO-BID-POD	535.230,00	0,00	535.230,00-
132100110854	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL PESSOA IDOSA-FUNEPI	18.317,00	208.893,05	190.576,05
132100110867	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 781071-12	231.189,00	98.805,45	132.383,55-
132100110870	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO BNDES/SDR-ASSENT REFORMA AG	0,00	14.760,14	14.760,14
132100110876	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MPOG/FDRH 792189/2013	0,00	0,42	0,42
132100110889	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXA DE CONTROLE FISCALIZACAO AMBIEN	283.100,00	597.084,69	313.984,69
132100110909	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 795533/2013	648.526,00	235.609,35	412.916,65-
132100110916	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 793995/13	0,00	37.620,35	37.620,35
132100110926	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- ATENCAO ESPECIALIZAD	1.000.000,00	1.077.186,84	77.186,84
132100110929	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-SDR 804904/2014	0,00	59.469,67	59.469,67
132100110933	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014	10.000,00	2.139,64	7.860,36-
132100110934	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014	10.000,00	4.173,36	5.826,64-
132100110935	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COTA-PARTE CIDE-OBRAES ESPECIAIS	6.955,00	5.687,26	1.267,74-
132100110936	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12	0,00	194,84	194,84
132100110937	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 138/12	0,00	13.263,61	13.263,61
132100110939	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP	0,00	95.676,39	95.676,39
132100110942	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO 114-2013 ANA-SEMA	26.000,00	68.765,11	42.765,11
132100110945	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TRANSF MDS-STDS ERRADIC TRAB INFA	40.000,00	27.129,18	12.870,82-
132100110949	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MJ-SSP 813495-2014	0,00	7.510,64	7.510,64
132100110953	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP BARRAGEM DO ARROIO JAGU	0,00	442.125,65	442.125,65
132100110957	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.646-32-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	18.630,54	18.630,54
132100110958	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC TC 0408.692-02-2013 MC-CEF-SEHABS SES	0,00	32.110,72	32.110,72
132100110959	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	90.793,70	90.793,70
132100110961	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408702-29-2013 MC-CEF-SEHABS PAR	0,00	54.506,64	54.506,64

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00020
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110962	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408699-72-2013 MC-CEF-SEHABS NSR	0,00	35.885,70	35.885,70
132100110966	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 798423-2013 CEF-SSP	0,00	22.273,05	22.273,05
132100110970	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 813545-2014 MDS-SDR	302.248,00	39.779,96	262.468,04-
132100110971	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013	633.401,00	44.806,20	588.594,80-
132100110976	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 774524	0,00	88.170,39	88.170,39
132100110988	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11	0,00	468.496,92	468.496,92
132100110991	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013	1.600,00	5.897,36	4.297,36
132100110992	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794274-2013	2.500,00	3.049,62	549,62
132100110993	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPL	0,00	156.942,75	156.942,75
132100110994	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPL	0,00	81.326,57	81.326,57
132100110995	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPL	0,00	35.367,38	35.367,38
132100110996	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPL	0,00	30.206,37	30.206,37
132100110997	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PLANO SEG SOCIAL PARLAMENTARES DO	76.500,00	143.038,28	66.538,28
132100111000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013	23.000,00	4.454,12	18.545,88-
132100111003	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR CEEE - TAC - MPT - FASE	0,00	22,04	22,04
132100111004	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - COMPENSACAO AMBIENTAL - SEMA	12,00	40,34	28,34
132100111008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO BACEN-SSP 08-2016	0,00	4.445,52	4.445,52
132100111009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP	65.382,00	17.988,20	47.393,80-
132100111010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822131-15 MJ-SSP	139.275,00	17.001,31	122.273,69-
132100111011	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FOCEM-SOP	0,00	0,01	0,01
132100111012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LES	360.000,00	1.298.234,95	938.234,95
132100111014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR ANTAQ-SUPRG FUNDO DEPRECIACAO	4.130,00	5.842,05	1.712,05
132100111017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO P M CANOAS-SSP-140-16	47.707,00	10.380,91	37.326,09-
132100111018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FUNDOOPEN-MJ PORT 1414-2016	3.708.299,00	1.261.980,82	2.446.318,18-
132100111020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - MPT-FASE	0,00	0,04	0,04
132100111021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-P CRIANCA FELIZ	30.000,00	14.102,97	15.897,03-
132100111022	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAC FASE-SALA CABELEIREIRO	0,00	0,30	0,30
132100111023	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO DEFICIENCIA FISICA-A	0,00	170,89	170,89
132100111030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO A CRIANCA-ABRIGO	826,00	193,68	632,32-
132100111031	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ALIMENTACAO ESCOLAR QUILOMBOS-PNAQ-P	0,00	1,66	1,66

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00021
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111035	REMUNERACAO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	0,00	694,88	694,88
132100111037	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSPORTE ESCOLAR-RES CD/FNDE 18/04	8.584,00	35.004,27	26.420,27
132100111039	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR CHECHE-P	0,00	17,56	17,56
132100111041	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLA INDIGENA-	326,00	390,41	64,41
132100111136	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-ATENDIMENTO AMBULA	0,00	16,86	16,86
132100111208	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	94,67	94,67
132100111241	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 812033-INDIGENA	0,00	15.961,61	15.961,61
132100111299	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPR-MIN/SAA 045/2004	0,00	11.473,48	11.473,48
132100111311	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC/SC E84/96-OSPA	0,00	33.066,19	33.066,19
132100111313	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN	0,00	2.548,67	2.548,67
132100111355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF FNDE-PROGRAMA BRASIL ALFABETI	27.965,00	33.508,82	5.543,82
132100111357	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE PRE-ESCOLA	0,00	259,49	259,49
132100111365	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO ME/SUEPRO 23/2007-PQTP	0,00	27,81	27,81
132100111389	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE DIV	108.000,00	1.347.297,82	1.239.297,82
132100111392	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO REAPARELHAMENTO PODER JU	2.020.000,00	1.189,42	2.018.810,58-
132100111405	RECUMERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP ME SE 755934 11	0,00	13,57	13,57
132100111409	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNDE PROJOVEM URBANO	0,00	224.411,33	224.411,33
132100111416	REMUNERACAO OUTRO DEPOSTO BANCARIO VINCULADO-FUNDOREAPARELHAMENTO MINISTERIO	1.700.000,00	2.530.954,42	830.954,42
132100111421	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588	0,00	42.941,80	42.941,80
132100111423	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600	0,00	31.976,21	31.976,21
132100111428	APLICACOES FINANCEIRAS - MINISTERIO PUBLICO	0,00	815.763,94	815.763,94
132100111429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FNDE-ME-SEDUC TC 4859-2012	0,00	2.633,67	2.633,67
132100111444	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - RECURSO 0179-ASSEMBLEIA LEGISLATIV	458.000,00	568.659,03	110.659,03
132100111447	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PODER JUDICIARIO	950.000,00	1.583.798,76	633.798,76
132100111450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012	0,00	92.525,39	92.525,39
132100111461	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRIBUICAO INTERVENCAO DOMINIO ECO	2.087.607,00	911.813,32	1.175.793,68-
132100111463	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESPECIAL DO PTEROLEO	57.719,00	63.161,23	5.442,23
132100111465	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COMPENSACAO FIN RECURSO HIDRIC	140.843,00	287.212,25	146.369,25
132100111480	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXAS CUSTAS E EMOLUMENTOS-JUDICIA	1.100.000,00	2.066.283,41	966.283,41
132100111529	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTAS T	0,00	3,85	3,85

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00022
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111539	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO FNDE-UERGS EMENDA PARL 19830020	3.035,00	1.462,75	1.572,25-
132100111541	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	11.153,00	5.629,22	5.523,78-
132100111542	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO DE COMPROMISSO-FNDE-SEDUC20170	0,00	758,20	758,20
132100111543	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16	3.659,00	1.611,92	2.047,08-
132100111544	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS 852683-17	0,00	2.051,16	2.051,16
132100111545	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FNDE-UERGS 852688-17	0,00	1.851,82	1.851,82
132100111546	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO FNDE-UERGS 852690/2017	0,00	4.969,25	4.969,25
132100111547	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO FNDE-UERGS 852686/2017	0,00	5.362,93	5.362,93
132100111548	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SES 836834-16	2.000,00	56,45	1.943,55-
132100111549	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID	20.371,00	36.841,70	16.470,70
132100111550	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16	1.300,00	5.317,78	4.017,78
132100111552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA - SDR 840059-2016	33.229,00	5.596,09	27.632,91-
132100111553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - CURSO INST HID - CECONP	0,00	0,05	0,05
132100111554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC FASE PROJ EST GRAVACAO CECONP	0,00	10,96	10,96
132100111555	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - PROJ. CURSO DE CHAPEACAO	1.000,00	1.970,18	970,18
132100111556	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA SDR 1865-2016	66.457,00	23.816,98	42.640,02-
132100111558	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC 85-2017 OI SA-SSP-PC	0,00	7.895,04	7.895,04
132100111560	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TES	0,00	4.516,30	4.516,30
132100111566	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULAO-TC FRAPORT-SSP TC 188-17	0,00	78.186,87	78.186,87
132100111567	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	14.000,00	35.008,53	21.008,53
132100111569	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853721-2017	0,00	1.547,61	1.547,61
132100111571	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855948-2017	8.324,00	1.091,31	7.232,69-
132100111572	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855949-2017	0,00	637,51	637,51
132100111573	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853717-2017	14.604,00	786,28	13.817,72-
132100111579	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR COMDICAU - FASE - PROJETO RECOM	0,00	0,21	0,21
132100111580	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS-VIGILANCIA EM SAUDE	150.000,00	229.282,20	79.282,20
132100111583	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS-OUTRAS TRANFERENCIAS	0,00	27.307,70	27.307,70
132100111584	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-CONECTA SUAS	5.000,00	784,98	4.215,02-
132100111585	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR TC MT-SET 05-2017	0,00	217.489,45	217.489,45
132100111586	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	20.000,00	6.895,50	13.104,50-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00023
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111587	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDIC	8.390.000,00	33.650,63	8.356.349,37-
132100111588	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO VINCULADO - CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	320.000,00	991.288,60	671.288,60
132100111591	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842285-2016	59.570,00	49.226,72	10.343,28-
132100111593	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-SJDH 839395-16	0,00	85,38	85,38
132100111598	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS ACESSUAS TRABALHO	5.000,00	3.717,84	1.282,16-
132100111603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS - 879933	0,00	305,79	305,79
132100111607	CONVENIO MJ-SSP 880336-18 APARELHAMENTO - DECA	0,00	2.868,56	2.868,56
132100111608	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO BNDES-SEDUC 18205883	946,00	156,01	789,99-
132100111609	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FINEP-FAPERGS - 3263-18	1.100,00	1.959,06	859,06
132100111613	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR OBRIG FNSP-FESP	0,00	936.663,84	936.663,84
132100111615	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFFAR-FAPERGS 2019/888298	1.000,00	505,57	494,43-
132100111616	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFRS-FAPERGS 2019/888410	1.000,00	379,17	620,83-
132100111617	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFSUL-FAPERGS 2019/888386	1.000,00	2.901,81	1.901,81
132100111618	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FUNDO COMUNITARIO PRO SEGURANCA	7.912,00	703.748,46	695.836,46
132100111619	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC FNDE-SEDUC 201901022-6	0,00	5.113,97	5.113,97
132100111621	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 890664-2019	0,00	9.133,11	9.133,11
132100111622	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV MJ-SSP 894721-2019	0,00	11.662,85	11.662,85
132100111623	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC FNDE-SEDUC 202000499-18	0,00	13.252,94	13.252,94
132100111624	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 891890-2019	0,00	27.717,69	27.717,69
132100111625	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS	6.800,00	92.013,23	85.213,23
132100111628	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV 88431/2019 MS-FES	0,00	686,57	686,57
132100111630	REMUNERACAO DEPOSITO VINCULADO TRANSFERENCIA GOVERNO FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	1.062.315,51	1.062.315,51
132100111632	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV 893325/2019 MAPA-SEAPDR	0,00	145,28	145,28
132100111633	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF FNDE-SEDUC 201701000 PAR RO	0,00	1.270,66	1.270,66
132100111634	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE-SEDUC 202001344-4	0,00	2.718,35	2.718,35
132100111635	REMUNERACAO DEPOSITO VINCULADO TRANSFERENCIA RECURSO PENAS PECUNIARIAS VEC-F	0,00	119,78	119,78
132100111639	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO TC VINCULADO 36-2018 DETRAN-SSP OP VERA0 2018-	0,00	239,59	239,59
132100111641	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO SEBRAE-FAPERS	0,00	29.319,49	29.319,49
132100111642	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV MUN SAO FRANCISCO PAULA-UERGS 1461/2	0,00	41,93	41,93
132100111643	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV ASSOC TELECENTRO DE INFORMACAO-	0,00	190,33	190,33

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00024
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111645	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 005/2020 MDH-SJCDH PROTEGE	0,00	6.952,58	6.952,58
132100111646	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MAPA-SEAPDR 901878/2020	0,00	197.089,89	197.089,89
132100111647	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MDS-SDR 880906/2018 AQUISICAO C	0,00	74.562,29	74.562,29
132100111650	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNDE-SEDUC 202003269-6	0,00	1.884,44	1.884,44
132100111651	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNDE-SEDUC 202003268-6	0,00	4.555,47	4.555,47
132100111653	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO INEP-SSP 899562/2020 SEGURA	0,00	8.470,00	8.470,00
132100111654	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MT-SEDAC 899303/2020 CAPACITACA	0,00	118,74	118,74
132100111655	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SEDAC 903402/2020 MOSTRA	0,00	116,37	116,37
132100111656	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MT-SEDAC 903193/2020 OFICINAS D	0,00	949,92	949,92
132100111657	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MT-SEDAC 903096/2020 67ª FEIRA	0,00	170,46	170,46
132100111658	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MT-SEDAC 898709/2020 CARAVANAS	0,00	144,13	144,13
132100111659	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SEDAC 903430/2020	0,00	174,55	174,55
132100111660	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SEDAC 903152/2020	0,00	79,16	79,16
132100111661	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SEDAC 903409/2020	0,00	138,53	138,53
132100111662	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SEDAC 903448/2020	0,00	185,30	185,30
132100111663	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV TRENSURB-SSP 2132/2019 CURSO DE	0,00	974,06	974,06
132100111664	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV CNPQ-FAPERGS 900398/2020 PPSUS	0,00	50.760,74	50.760,74
132100111665	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MJSP-SEAPEN 899415/2020 MODERNI	0,00	249,13	249,13
132100111666	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MJSP-SEAPEN 902559/2020 INFRAES	0,00	43.496,31	43.496,31
132100111667	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MJSP-SEAPEN 905118/2020	0,00	17.202,07	17.202,07
132100111668	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MJSP-SEAPEN 891355/2019 PROCAP	0,00	88.730,25	88.730,25
132100111669	CONVENIO MJSP-SSP 905237/2020 SENASP - Acao 21 BRIGADA MILITAR	0,00	3.110,93	3.110,93
132100111670	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJSP-SSP 903094/2020	0,00	849,68	849,68
132100111671	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJSP-SSP 905738/2020 - RE	0,00	1.801,35	1.801,35
132100111672	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJSP-SSP 905951/2020	0,00	30.092,60	30.092,60
132100111673	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MMDH-SSP 906581/2020	0,00	18.728,98	18.728,98
132100111674	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJSP-SSP 905241/2020	0,00	5.756,22	5.756,22
132100111675	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJSP-SSP 905242/2020	0,00	3.959,05	3.959,05
132100111676	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - REC 142	0,00	8.678,47	8.678,47
132100111679	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 905774-2020	0,00	41.082,27	41.082,27

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00025
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111685	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV FINEP-FAPERGS 01.20.0184.00 ACA	0,00	2.504,22	2.504,22
132100111686	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TRANSF FINEP-FAPERGS 03.20.0183.00 C	0,00	24.912,69	24.912,69
132100111687	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO RECURSO 7000	0,00	1.675,22	1.675,22
132100111689	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FUNDO COMUNITARIO PRO SEGURANCA SS	0,00	5,59	5,59
132100111690	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MJSP-SEAPEN 905730/2020	0,00	2.007,43	2.007,43
132100111691	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MT-SELT 104/2019 AEROPORTO	0,00	13.306,32	13.306,32
132100111692	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANCA - BM	0,00	18.079,66	18.079,66
132100111694	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDR-SEMA 2853/2020	0,00	10.234,30	10.234,30
132100111696	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- EMENDA - EMPENHO UNIAO 2021NE002827	0,00	4.220,13	4.220,13
132100111700	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV MA-SEAPDR 903275-2020	0,00	206,93	206,93
132100111701	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV MA-SEAPDR 903273-2020	0,00	41,36	41,36
132100111703	REMUNERCAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO FUNPROSEG IMOV CBM	0,00	40,29	40,29
132100111705	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO COMP AMB OBRAS ARENA	0,00	36.765,46	36.765,46
132100111709	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MAPA-SEAPDR 899430/2020	0,00	82,79	82,79
132100112001	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	5.076.110,00	10.946.146,77	5.870.036,77
132100112002	REMUNERACAO DE RECURSOS APLICADOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINS DE CAIXA -	1.246,00	7.345,24	6.099,24
132100112004	REMUNERACAO DE DEPOSITO JUDICIAL OU RECURSAL - NAO VINCULADOS	100.155,00	55.794,08	44.360,92-
132100112005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-NAO VINCULADO-OUTROS PODERES	0,00	20,50	20,50
132100112008	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - SES	4.309,00	5.413,61	1.104,61
132100112011	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MDA-SEAPI 846818-17	0,00	16,45	16,45
132100112013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 101	0,00	22,43	22,43
132100112014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 448	1.545,00	6.055,47	4.510,47
132100112015	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA TRANSPÊ	4.522,00	10.602,27	6.080,27
132100112017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO NAO VINCULADO - ICMS IMPOSTO S/ CIRCULACAO DE	0,00	28,18	28,18
132100112019	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - PREMIO FUNDACAO BANCO DO BR	0,00	1.479,96	1.479,96
132100112020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 49600/2019 MINISTERIO CID	500,00	270,87	229,13-
132100112021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUA	0,00	33.608,38	33.608,38
132100112024	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 890877/2019 MAPA-SEAPDR REA	0,00	1.060,50	1.060,50
132100112025	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 894719/2019 MJSP-SSP	0,00	67.479,40	67.479,40
132100112026	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MINC-FTSP	0,00	1.262,64	1.262,64
132100112030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - LEI ALDIR BLANC - 14017/2020	0,00	21.874,81	21.874,81

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00026
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100200000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	17.440,00	6.997,17	10.442,83-
132100210000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	17.440,00	6.997,17	10.442,83-
132100211022	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - SALARIO-EDUCACAO	17.440,00	6.997,17	10.442,83-
132100400000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	133.065.876,00	303.031.492,18	169.965.616,18
132100410000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PR	133.065.876,00	303.031.492,18	169.965.616,18
132100410001	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	82.635.867,00	243.779.214,12	161.143.347,12
132100410002	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITAR	50.430.009,00	59.252.278,06	8.822.269,06
132100500000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	55.763,00	197.521,74	141.758,74
132100510000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	55.763,00	197.521,74	141.758,74
132100510003	JUROS DE TITULOS DE RENDA - NAO VINCULADA	55.763,00	197.521,74	141.758,74
132100600000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	311.408.034,00	571.754.322,27	260.346.288,27
132100610000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	311.408.034,00	571.754.322,27	260.346.288,27
132100610009	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - SULGAS	3.134.943,00	19.276.382,82	16.141.439,82
132100610020	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - BANRISUL	256.492.904,00	207.272.740,23	49.220.163,77-
132100610022	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - CORSAN	51.747.834,00	345.205.199,22	293.457.365,22
132100610026	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO-KLABIN S/A	32.353,00	0,00	32.353,00-
132200000000	DIVIDENDOS	54.409.598,00	21.882.450,59	32.527.147,41-
132200100000	DIVIDENDOS	54.409.598,00	21.882.450,59	32.527.147,41-
132200110000	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	54.409.598,00	21.882.450,59	32.527.147,41-
132200110001	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-GERDAU S.A.	59.489,00	529.981,16	470.492,16
132200110002	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-MET GERDAU S.A.	22.601,00	300.391,28	277.790,28
132200110009	DIVIDENDOS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NAO VINCULADA	0,00	1.552,06	1.552,06
132200110016	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - TELEFONICA BRASIL S A	723,00	293,43	429,57-
132200110018	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - KLABIN SA	105.276,00	0,00	105.276,00-
132200110099	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	490,00	0,00	490,00-
132200110100	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -BANRISU	23.076.743,00	11.526.486,56	11.550.256,44-
132200110110	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL - SULGAS	31.144.138,00	9.523.746,10	21.620.391,90-
132200110111	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	138,00	0,00	138,00-
132900000000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	1.523.276,00	459.023,95	1.064.252,05-
132900100000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	1.523.276,00	459.023,95	1.064.252,05-
132900110000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	1.523.276,00	459.023,95	1.064.252,05-
132900110005	JUROS E CORRECAO MONETARIA DE RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	33.803,00	111.286,58	77.483,58
132900110016	JUROS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS C/RECURSO DO EMPRESTIMOBID-PRO-GUAIBA 776/OC	1.081.157,00	0,00	1.081.157,00-
132900110019	JUROS E OUTRAS RENDAS DA CARTEIRA DE CREDITO IMOBILIARIO DA EXTINTA CEERGS	37.616,00	28.762,21	8.853,79-
132900110030	REMUNERACAO DEPOSITOS JUDICIAIS-SPH	19.783,00	0,00	19.783,00-
132900110031	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO METALURGICA GERDAU SA	0,00	56.230,88	56.230,88
132900110032	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO GERDAU SA	0,00	146.057,80	146.057,80
132900110099	JUROS E CORRECAO MONETARIA DIVERSOS	350.917,00	116.686,48	234.230,52-
133000000000	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU L	2.415.814,00	110.054,47	2.305.759,53-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00027
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
133100000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	1.377.614,00	50.444,37	1.327.169,63-
133101000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.377.614,00	50.444,37	1.327.169,63-
133101100000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.377.614,00	50.444,37	1.327.169,63-
133101110000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRINCIPAL	1.377.614,00	50.444,37	1.327.169,63-
133101110001	CONCESSOES E PERMISSOES DE SERVICOS - SETM	1.377.614,00	50.444,37	1.327.169,63-
133200000000	DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	1.038.200,00	59.610,10	978.589,90-
133201000000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.038.200,00	59.610,10	978.589,90-
133201100000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	1.038.200,00	59.610,10	978.589,90-
133201110000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	1.038.200,00	59.610,10	978.589,90-
133201110001	RECEITA DE CONCESSAO PARA EXPLORACAO DE SERVICOS DE ESTACAO RODOVIARIA	1.038.200,00	59.610,10	978.589,90-
134000000000	EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
134900000000	EXPLORAÇÃO DE OUTROS RECURSOS NATURAIS	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
134901000000	COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
134901100000	COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
134901110000	COMPENSACOES AMBIENTAIS POR OBRAS	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
134901110001	COMPENSACAO AMBIENTAL PELAS OBRAS DO COMPLEXO ARENA PORTO ALEGRE	0,00	4.958.936,61	4.958.936,61
135000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	3.500.000,00	3.950.797,42	450.797,42
135003000000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	3.500.000,00	3.950.797,42	450.797,42
135003100000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	3.500.000,00	3.950.797,42	450.797,42
135003110000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	3.500.000,00	3.950.797,42	450.797,42
135003110001	ROYALTIES SEMENTES - IRGA	3.500.000,00	3.950.797,42	450.797,42
136000000000	CESSÃO DE DIREITOS	5.667.000,00	53.790.726,56	48.123.726,56
136001000000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	5.667.000,00	53.790.726,56	48.123.726,56
136001100000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	5.667.000,00	53.790.726,56	48.123.726,56
136001110000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	5.667.000,00	53.790.726,56	48.123.726,56
136001110001	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DA FOLHA DE PAGAMENTO PESS	0,00	48.780.920,33	48.780.920,33
136001110003	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL - MP	997.000,00	0,00	997.000,00-
136001110004	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL - DEF P	4.670.000,00	5.009.806,23	339.806,23
139000000000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	5.047.746,00	29.227.631,45	24.179.885,45
139000100000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	5.047.746,00	29.227.631,45	24.179.885,45
139000110000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	5.047.746,00	29.227.631,45	24.179.885,45
139000110002	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	256.746,00	263.749,86	7.003,86
139000110017	RECEITA POR AUTORIZACAO E ACESSO A FAIXA DE DOMINIO - DAER	1.000,00	210,85	789,15-
139000110027	RECEITA CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	4.790.000,00	28.963.670,74	24.173.670,74
140000000000	RECEITA AGROPECUÁRIA	34.807.431,00	1.784.766,52	33.022.664,48-
140000100000	RECEITA AGROPECUÁRIA	34.807.431,00	1.784.766,52	33.022.664,48-
140000110000	RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	34.807.431,00	1.784.766,52	33.022.664,48-
140000110005	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - NAO VINCULADA	71.003,00	866.413,34	795.410,34

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00028
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
140000110006	RECEITA DA PRODUCAO DE LENHA	34.542.782,00	0,00	34.542.782,00-
140000110007	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - FUNDEFLO	5.861,00	23.901,22	18.040,22
140000110017	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - NAO VINCULADA	157.785,00	602.076,96	444.291,96
140000110019	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	259.520,00	259.520,00
140000110020	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - JARDIM BOTANICO - FEMA	30.000,00	32.855,00	2.855,00
150000000000	RECEITA INDUSTRIAL	2.102,00	406,65	1.695,35-
150000100000	RECEITA INDUSTRIAL	2.102,00	406,65	1.695,35-
150000110000	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	2.102,00	406,65	1.695,35-
150000110009	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - FEASP	0,00	406,65	406,65
150000110016	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - NAO VINCULADA	2.102,00	0,00	2.102,00-
160000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	471.026.770,00	524.681.840,92	53.655.070,92
161000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	299.254.090,00	288.353.800,77	10.900.289,23-
161001000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	80.578.909,00	103.294.859,91	22.715.950,91
161001100000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	80.578.909,00	103.294.859,91	22.715.950,91
161001110000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	80.578.909,00	103.294.859,91	22.715.950,91
161001110005	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS - PARQUE ZOOLOGICO	200.000,00	48.718,47	151.281,53-
161001110008	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE ARROZ EM CASCA	68.098,00	0,00	68.098,00-
161001110009	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES	10.000,00	0,00	10.000,00-
161001110016	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRMP	205.000,00	1.331.170,29	1.126.170,29
161001110022	TAXA DE INSCRICAO EM CURSOS DE POS-GRADUACAO - UERGS	0,00	86.720,66	86.720,66
161001110023	RECEITA AUTORIZACAO PARA UTILIZACAO DE VIA - RS 389 - ESTRADA DO MAR	200.000,00	210.086,80	10.086,80
161001110024	RECEITA DE AUTORIZACAO ESPECIAL DE TRANSITO - LEI FEDERAL 9.503/97-CTB	2.900.000,00	4.233.232,71	1.333.232,71
161001110025	RECEITA DE AUTORIZACAO DE TRANSPORTE ESPECIAL - RECEFITUR	1.250.000,00	1.384.288,00	134.288,00
161001110027	RECEITA DE SERVICOS EM CURSOS DE EXTENSAO-UERGS	23.000,00	17.211,00	5.789,00-
161001110029	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRTCE	6.297,00	0,00	6.297,00-
161001110030	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS DO PODER LEGISLATIVO	333.000,00	314.457,57	18.542,43-
161001110034	SERVICOS CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIA	3.222.294,00	5.590.947,19	2.368.653,19
161001110036	RECEITA SERVICO DE REMESSA DE CONTRA CHEQUE	534.724,00	0,00	534.724,00-
161001110037	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS DE ESTACIONAMENTO	0,00	103.727,18	103.727,18
161001110239	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	137,00	20,55	116,45-
161001110241	RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS - NAO VINCULADA	7.811.000,00	9.394.670,60	1.583.670,60
161001110243	RECEITA DE SERVICOS RECREATIVOS, ARTISTICOS E CULTURAIS - NAO VINCULADA	697.625,00	10.827,36	686.797,64-
161001110244	RECEITA DE DECLARACAO DE LICENCIAMENTO	393,00	0,00	393,00-
161001110245	ANALISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DE SOLO - ANUENCIA PREVIA	500.000,00	632.371,54	132.371,54
161001110248	RECEITAS DE VEICULACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	1.296,00	0,00	1.296,00-
161001110250	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	20.490.811,00	22.811.359,38	2.320.548,38
161001110251	RECEITA DE SERVICOS AGROPECUARIOS - NAO VINCULADA	1.988.424,00	3.566.487,33	1.578.063,33
161001110253	RECEITA DE LICENCIAMENTO PREVIO	4.777.239,00	6.199.872,22	1.422.633,22
161001110255	RECEITA DE SERVICOS DE VEICULACAO INFORMACAO E PRODUCAO-TVE E FM CULT	2.665,00	3.000,00	335,00
161001110256	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-CONSIGNATARIOS EM GERAL	512.260,00	1.148.470,17	636.210,17

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00029
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
161001110258	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO PARQUE ZOOLOGICO DE SAPUCAIA DO SUL	2.445.000,00	2.496.260,00	51.260,00
161001110259	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE INSTALACAO	2.437.537,00	2.513.730,46	76.193,46
161001110261	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO JARDIM BOTANICO	170.000,00	127.433,50	42.566,50-
161001110262	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE OPERACAO	15.948.442,00	22.123.618,58	6.175.176,58
161001110265	RECEITA DE SERVICOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	2.883.933,00	13.490.147,11	10.606.214,11
161001110268	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRPJ	360.000,00	757.761,10	397.761,10
161001110275	RECEITA DE VISITACAO EM PARQUES VINCULADOS A SEC. DO TURISMO	1.356.103,00	1.318.731,92	37.371,08-
161001110277	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS-FUNPEEAB	8.000.000,00	2.359.322,05	5.640.677,95-
161001110278	RECEITAS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FADEP	124.545,00	179.856,21	55.311,21
161001110279	RECEITA INGRESSO PARQUES-FEMA	170.086,00	81.223,30	88.862,70-
161001110281	SERVICO DE AGENCIAMENTO DE ALUNOS-LIBERATO	270.000,00	173.286,84	96.713,16-
161001110301	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE REDE E LINHA TRANSVERSAL	55.000,00	12.747,25	42.252,75-
161001110302	SERVICO ANALISE EXPEDIENTE DE ENGENHO PUBLICITARIO	0,00	210,85	210,85
161001110303	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE ACESSO COMERCIAL E DE SERVICIO	24.000,00	7.345,37	16.654,63-
161001110304	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-RECURSO 0183	600.000,00	565.546,35	34.453,65-
161002000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	22.071.826,00	10.965.883,45	11.105.942,55-
161002100000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	22.071.826,00	10.965.883,45	11.105.942,55-
161002110000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS-PRINCIPAL	22.071.826,00	10.965.883,45	11.105.942,55-
161002110001	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO - FDRH	14.290,00	3.721.348,80	3.707.058,80
161002110009	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - CONCURSOS - FURPGE	221.746,00	2.388.596,25	2.166.850,25
161002110012	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - NAO VINCULADA	3.025.790,00	1.379.468,61	1.646.321,39-
161002110013	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - FRMP	0,00	2.447.090,20	2.447.090,20
161002110018	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO-RECEITAS OPER FUNDO REAP PODER JUDICIA	18.810.000,00	66.782,82	18.743.217,18-
161002110033	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO-AGENTE FISCAL DO TESOURO DO ESTADO	0,00	196,77	196,77
161002110034	TAXA DE INSCRICAO DO PROGRAMA DE RESIDENCIA MEDICA	0,00	118.800,00	118.800,00
161002110035	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	0,00	843.600,00	843.600,00
161003000000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	196.084.906,00	171.558.235,40	24.526.670,60-
161003100000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	196.084.906,00	171.558.235,40	24.526.670,60-
161003110000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	196.084.906,00	171.194.823,35	24.890.082,65-
161003110003	RECEITA DE SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO - NAO VINCULADA	15.000,00	5.643,46	9.356,54-
161003110004	SERVICO DE MONITORAMENTO E DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA	689.958,00	0,00	689.958,00-
161003110005	RECEITA DE EMISSAO DE SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO NOTARIAL E REGISTRAL	166.344.000,00	142.168.914,86	24.175.085,14-
161003110007	RECEITA DO FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENT ATOS GRATU	0,00	47.594,33	47.594,33
161003110073	RECEITA DE SERVICOS DA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL	29.035.948,00	28.972.670,70	63.277,30-
161003120000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	363.412,05	363.412,05
161003120005	MULTAS E JUROS-FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL - FUNORE	0,00	363.412,05	363.412,05
161004000000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	518.449,00	2.534.822,01	2.016.373,01
161004100000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	518.449,00	2.534.822,01	2.016.373,01
161004110000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	518.449,00	2.534.822,01	2.016.373,01

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00030
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
161004110003	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS - CIENTEC	0,00	1.013,08	1.013,08
161004110004	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS (LEI 6719/74) - CIENTEC	0,00	2.213.455,56	2.213.455,56
161004110020	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS	518.449,00	140.538,87	377.910,13-
161004110021	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS - FEASP	0,00	179.814,50	179.814,50
162000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	89.810.633,00	95.907.063,12	6.096.430,12
162001000000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	101.519,00	72.580,87	28.938,13-
162001100000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	101.519,00	72.580,87	28.938,13-
162001110000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO-PRINCIPAL	101.519,00	72.580,87	28.938,13-
162001110032	RECEITA SERVICO ACESSO AQUAVIARIO FORA DO CAIS	101.519,00	72.580,87	28.938,13-
162002000000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	319,00	0,00	319,00-
162002100000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	319,00	0,00	319,00-
162002110000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE-PRINCIPAL	319,00	0,00	319,00-
162002110004	RECEITA DE SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	319,00	0,00	319,00-
162003000000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	85.335.994,00	94.191.501,63	8.855.507,63
162003100000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	85.335.994,00	94.191.501,63	8.855.507,63
162003110000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-PRINCIPAL	85.189.540,00	94.191.501,63	9.001.961,63
162003110002	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PORTO ALEGRE	7.707.491,00	7.449.053,18	258.437,82-
162003110003	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE RIO GRANDE	75.887.105,00	85.511.098,21	9.623.993,21
162003110004	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PELOTAS	1.594.944,00	1.231.350,24	363.593,76-
162003130000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-DÍVIDA ATIVA	146.454,00	0,00	146.454,00-
162003130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - SERVICOS PORTUARIOS	146.454,00	0,00	146.454,00-
162004000000	SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS	4.372.801,00	1.642.980,62	2.729.820,38-
162004100000	TARIFA AEROPORTUÁRIA	4.372.801,00	1.642.980,62	2.729.820,38-
162004110000	TARIFA AEROPORTUÁRIA-PRINCIPAL	4.372.801,00	1.642.980,62	2.729.820,38-
162004110001	TARIFAS AEROPORTUARIAS - NAO VINCULADA	4.361.551,00	1.641.546,31	2.720.004,69-
162004110002	OPERACOES AEROPORTUARIAS EM HORARIO EXTRAORDINARIO	11.250,00	1.434,31	9.815,69-
163000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	15.651.158,00	15.204.952,62	446.205,38-
163800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	15.651.158,00	15.204.952,62	446.205,38-
163801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	15.651.158,00	15.204.952,62	446.205,38-
163801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	0,00	155.370,87	155.370,87
163801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	0,00	155.370,87	155.370,87
163801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	0,00	155.370,87	155.370,87
163801300000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	15.360.796,00	14.969.022,16	391.773,84-
163801310000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS-PRINCIPAL	15.360.796,00	14.969.022,16	391.773,84-
163801310005	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - SUS	15.000.000,00	14.233.540,18	766.459,82-
163801310010	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS	360.796,00	735.481,98	374.685,98
163801900000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	290.362,00	80.559,59	209.802,41-
163801910000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE-PRINCIPAL	290.362,00	80.559,59	209.802,41-
163801910008	SERVICOS DE SAUDE DIVERSOS-HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	290.362,00	80.559,59	209.802,41-
169000000000	OUTROS SERVIÇOS	66.310.889,00	125.216.024,41	58.905.135,41
169099000000	OUTROS SERVIÇOS	66.310.889,00	125.216.024,41	58.905.135,41
169099100000	OUTROS SERVIÇOS	66.310.889,00	125.216.024,41	58.905.135,41
169099110000	OUTROS SERVIÇOS-PRINCIPAL	66.310.889,00	125.216.024,41	58.905.135,41

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00031
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
169099110008	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	22.299,00	0,00	22.299,00-
169099110009	RECEITA SERVICO GERENCIAMENTO SIST ARRECADACAO MULTAS INFRACAO TRANSITO - DE	65.000.000,00	103.648.829,21	38.648.829,21
169099110011	OUTROS SERVICOS - SETM	1.205.477,00	1.123.030,62	82.446,38-
169099110012	RECEITA DE SERVICOS DE BOMBEIROS NAO EMERGENCIAL-FESP - CBM	0,00	20.358.822,28	20.358.822,28
169099110013	RECEITA DE SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - FESP - BM	11.113,00	10.937,22	175,78-
169099110028	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - NAO VINCULADA	72.000,00	60.493,78	11.506,22-
169099110037	CURSOS MINISTRADOS PELA ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR - RECURSO 0157	0,00	13.911,30	13.911,30
170000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.833.294.418,00	11.100.108.316,11	2.266.813.898,11
171000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.422.781.875,00	5.425.569.643,16	1.002.787.768,16
171800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	4.422.781.875,00	5.425.569.643,16	1.002.787.768,16
171801000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.704.002.706,00	3.237.116.583,36	533.113.877,36
171801100000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	2.147.537.775,00	2.697.986.187,32	550.448.412,32
171801110000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL-PRINCI	2.147.537.775,00	2.697.986.187,32	550.448.412,32
171801110001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)	2.147.537.775,00	2.697.986.187,32	550.448.412,32
171801600000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	525.153.787,00	514.350.310,41	10.803.476,59-
171801610000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	525.153.787,00	514.350.310,41	10.803.476,59-
171801610001	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	525.153.787,00	514.350.310,41	10.803.476,59-
171801700000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	31.311.144,00	24.779.663,32	6.531.480,68-
171801710000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	31.311.144,00	24.779.663,32	6.531.480,68-
171801710013	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	31.311.144,00	24.779.663,32	6.531.480,68-
171801800000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	0,00	422,31	422,31
171801810000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	0,00	422,31	422,31
171801810032	COTA-PARTE DO IMP S/OPERACOES CRED, CAMBIO E SEGURO - COMERCIALIZACAO DO OUR	0,00	422,31	422,31
171802000000	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	30.061.538,00	26.117.916,45	3.943.621,55-
171802100000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	21.650.946,00	13.879.355,64	7.771.590,36-
171802110000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	21.650.946,00	13.879.355,64	7.771.590,36-
171802110011	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS HIDRICOS-CFRH	21.650.946,00	13.879.355,64	7.771.590,36-
171802200000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	3.742.376,00	4.194.791,30	452.415,30
171802210000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM-PRINCIPAL	3.742.376,00	4.194.791,30	452.415,30
171802210020	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS-CFRM	3.742.376,00	4.194.791,30	452.415,30
171802600000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	4.668.216,00	8.043.769,51	3.375.553,51
171802610000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	4.668.216,00	8.043.769,51	3.375.553,51
171802610070	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	4.668.216,00	8.043.769,51	3.375.553,51
171803000000	TRANSFERÊNCIA DO SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO-BLOCO DA MANUTENÇÃO AÇÕES E SERV	943.750.000,00	1.450.065.407,53	506.315.407,53

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00032
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171803100000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA	5.000.000,00	5.220.000,00	220.000,00
171803110000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA-PRINCIPAL	5.000.000,00	5.220.000,00	220.000,00
171803110003	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA	5.000.000,00	5.220.000,00	220.000,00
171803200000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	900.000.000,00	1.361.092.370,19	461.092.370,19
171803210000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	900.000.000,00	1.361.092.370,19	461.092.370,19
171803210001	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	800.000.000,00	1.273.307.859,19	473.307.859,19
171803210030	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	50.000.000,00	58.216.315,00	8.216.315,00
171803210031	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPA	50.000.000,00	29.568.196,00	20.431.804,00-
171803300000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	20.000.000,00	20.536.835,86	536.835,86
171803310000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	20.000.000,00	20.536.835,86	536.835,86
171803310001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	20.000.000,00	20.404.868,86	404.868,86
171803310030	CONVENIO 88431/2019 MS-FES FORTALECIMENTO ATENCAO AO HIV E OUTRAS IST	0,00	131.967,00	131.967,00
171803400000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	17.500.000,00	19.486.796,52	1.986.796,52
171803410000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	17.500.000,00	19.486.796,52	1.986.796,52
171803410005	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS - ASSISTENCIA FARMACEUTICA - PRINCIPAL	17.500.000,00	19.486.796,52	1.986.796,52
171803500000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	250.000,00	150.000,00	100.000,00-
171803510000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS-PRINCIPAL	250.000,00	150.000,00	100.000,00-
171803510035	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTAO DO SUS	250.000,00	150.000,00	100.000,00-
171803900000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.000.000,00	43.579.404,96	42.579.404,96
171803910000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.000.000,00	43.579.404,96	42.579.404,96
171803910005	TRANSFERENCIA SUS-PROGESUS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
171803910007	TRANSFERENCIA GOVERNO FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	43.579.404,96	43.579.404,96
171805000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-	408.967.063,00	410.714.498,88	1.747.435,88
171805100000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	338.106.765,00	341.744.105,57	3.637.340,57
171805110000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	338.106.765,00	341.744.105,57	3.637.340,57
171805110001	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	338.106.765,00	341.744.105,57	3.637.340,57
171805200000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	151.340,00	78.900,00	72.440,00-
171805210000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE-	151.340,00	78.900,00	72.440,00-
171805210030	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	151.340,00	78.900,00	72.440,00-
171805300000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE	67.503.779,00	68.312.888,48	809.109,48
171805310000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE-PRINCIPAL	67.503.779,00	68.312.888,48	809.109,48
171805310003	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	67.503.779,00	68.312.888,48	809.109,48
171805400000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE	1.205.179,00	578.061,95	627.117,05-
171805410000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE-PRINCIPAL	1.205.179,00	578.061,95	627.117,05-
171805410030	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE	1.205.179,00	578.061,95	627.117,05-
171805900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	2.000.000,00	542,88	1.999.457,12-
171805910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE-PRINCIPAL	2.000.000,00	542,88	1.999.457,12-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00033
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171805910016	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-
171805910017	TERMO DE COMPROMISSO-FNDE-SEDUC 201700014-AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR-PAR	0,00	542,88	542,88
171806000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	301.000.000,00	0,00	301.000.000,00-
171806100000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	301.000.000,00	0,00	301.000.000,00-
171806110000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96-PRINCIPAL	301.000.000,00	0,00	301.000.000,00-
171806110001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	301.000.000,00	0,00	301.000.000,00-
171810000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	28.325.873,00	16.663.416,76	11.662.456,24-
171810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	116.824,00	631.538,00	514.714,00
171810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS EDUCAÇÃO-PRINCIP	116.824,00	631.538,00	514.714,00
171810210141	CONVENIO FNDE-UERGS 852683-17 AQUISICAO MATERIAL CONSUMO APOIO PRATICO	0,00	109.828,00	109.828,00
171810210148	CONVENIO INEP-SEDUC 883524-2019 CENSO ESCOLAR ED BASICA 2019/2020	116.824,00	0,00	116.824,00-
171810210151	CONVENIO INEP-SSP 899562/2020 SEGURANCA APLICACAO AVALIACOES INEP	0,00	521.710,00	521.710,00
171810400000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOM	80.000,00	0,00	80.000,00-
171810410000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME-PRINCIPAL	80.000,00	0,00	80.000,00-
171810410006	TRANSFERENCIA TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO PROGRAMA SOCIAL-BOLSA-FAMI	80.000,00	0,00	80.000,00-
171810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	28.129.049,00	16.031.878,76	12.097.170,24-
171810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO-PRINCIPAL	28.129.049,00	16.031.878,76	12.097.170,24-
171810910182	TRANSFERENCIAS CONVENIO ANEEL-MME/AGERGS-DESCENTRALIZACAO ATIVIDADES ENERGIA	3.138.312,00	1.779.080,36	1.359.231,64-
171810910183	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/ST-DAER 2/99-CONTROLADORES DE VELOCIDADE	0,00	1.173,03	1.173,03
171810910356	TRANSF CONV M CULT- SEC CULT - 763224-11 - IMPLANT REDE DE PTOS DE CULTURA N	0,00	496.665,31	496.665,31
171810910382	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	15.000,00	0,00	15.000,00-
171810910403	TRANSFERENCIA CONVENIOS INCRA-SDR 780917 12 KITS PRODUTIV E CAPACIT FAMILIAS	164.171,00	0,00	164.171,00-
171810910407	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011-CRIATIVA BIRO	500.000,00	500.000,00	0,00
171810910442	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAA REG FUNDIARIA	10.000,00	0,00	10.000,00-
171810910447	CONVENIO MDS-SDR 804904/2014-AQUISICAO ALIMENTOS AGRICULTURA FAMILIAR	1.262.506,00	0,00	1.262.506,00-
171810910454	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	930.000,00	704.553,18	225.446,82-
171810910469	CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO GRAVAT	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00-
171810910470	CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES E EST RIO GRAV	932.722,00	0,00	932.722,00-
171810910471	CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES RIO DOS SINOS	1.126.646,00	0,00	1.126.646,00-
171810910472	CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUI	2.725.546,00	0,00	2.725.546,00-
171810910474	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013 PROGRAMA DE APOIO A NUCLEOS DE EXCELENCIA	467.727,00	0,00	467.727,00-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00034
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171810910478	CONVENIO SDH-PR-SJDH 08-2016-PPCAM	1.320.000,00	1.100.000,00	220.000,00-
171810910490	CONVENIO 49600/2019 MINCIDADANIA-STAS PROJETO HORTAS COMUNITARIAS	242.624,00	0,00	242.624,00-
171810910491	CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUASA	451.079,00	0,00	451.079,00-
171810910495	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
171810910496	CONVENIO MDH-SJCDH 005/2020 PROGRAMA PROTECAO E AUXILIO A TESTEMUNHAS AMEACA	0,00	1.019.248,60	1.019.248,60
171810910501	CONVENIO MT-SEDAC 903096/2020 67ª FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE	0,00	29.253,33	29.253,33
171810910504	CONVENIO MT-SEDAC 903448/2020 REVELANDO O RIO GRANDE	0,00	255.102,05	255.102,05
171810910507	CONVENIO TRENSURB-SSP 2132/2019 CURSO DE APERFEICOAMENTO PARA OS AGENTES DE	0,00	77.667,93	77.667,93
171810910508	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 900398/2020 PPSUS GESTAO COMPARTILHADA	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
171810910509	CONVENIO MJSP-SEAPEN 905118/2020 ESCRITORIOS SOCIAIS	0,00	734.150,64	734.150,64
171810910510	CONVENIO MJSP-SEAPEN 891355/2019 PROCAP OFICINAS PERMANENTES	0,00	1.202.553,33	1.202.553,33
171810910513	CONVENIO MJSP-SSP 905738/2020 - REAPARELHAR IGP - SENAJUS 21BM	0,00	32.431,00	32.431,00
171810910521	CONVENIO FINEP-FAPERGS 01.20.0184.00 ACAO TRANSVERSAL CENTELHA II	0,00	100.000,00	100.000,00
171810910522	TRANSFERENCIA FINEP-FAPERGS 03.20.0183.00 CARTA CONVITE MCTI/FINEP CENTELHA	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
171810919999	RECEITA DE CONVENIOS - PARA FINS DE ORCAMENTO	9.842.716,00	0,00	9.842.716,00-
171812000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	50.000,00	149.321,38	99.321,38
171812100000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	50.000,00	149.321,38	99.321,38
171812110000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS-PRIN	50.000,00	149.321,38	99.321,38
171812110020	TRANSFERENCIA FNAS-INDICE GESTAO DESCENTR SISTEMA UNICO ASSISTENC SOCIAL-IGD	50.000,00	149.321,38	99.321,38
171899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	6.624.695,00	284.742.498,80	278.117.803,80
171899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	6.624.695,00	284.742.498,80	278.117.803,80
171899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO-PRINCIPAL	6.624.695,00	284.742.498,80	278.117.803,80
171899110033	COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	6.264.254,00	7.394.564,83	1.130.310,83
171899110038	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	360.441,00	0,00	360.441,00-
171899110041	TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FESP	0,00	10.567.082,75	10.567.082,75
171899110046	TRANSFERENCIA FUNDO APOIO A CULTURA - LEI ALDIR BLANC - 14017/2020	0,00	568.928,06	568.928,06
171899110048	TRANSFERENCIA LEI KANDIR - LC 176 2020	0,00	266.211.923,16	266.211.923,16
172000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
172800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
172810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDA	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
172810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
172810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS-PRINCIPAL	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
172810910012	CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUAL	21.511.236,00	23.472.348,76	1.961.112,76
173000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	8.547.647,00	8.829.223,29	281.576,29
173800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS -ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	8.547.647,00	8.829.223,29	281.576,29

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00035
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
173810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	8.547.647,00	8.819.223,29	271.576,29
173810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	8.547.647,00	8.819.223,29	271.576,29
173810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS-PRINCIPAL	8.547.647,00	8.819.223,29	271.576,29
173810910001	TRANSFERENCIA CONVENIO FAMURS/BM-FISCALIZACAO DE TRANSITO	8.547.647,00	8.779.356,59	231.709,59
173810910019	CONVENIO MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE PAULA-UERGS 1461/2020	0,00	13.200,00	13.200,00
173810910021	CONVENIO PREFEITURAS-SSP PME RECURSO 170 BM	0,00	26.666,70	26.666,70
173899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	10.000,00	10.000,00
173899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	10.000,00	10.000,00
173899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS-PRINCIPAL	0,00	10.000,00	10.000,00
173899110009	TRANSFERENCIA FUMDICA PELOTAS - FASE PROJ NOVAS CONDUTAS	0,00	10.000,00	10.000,00
174000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	40.637.143,00	71.516.965,64	30.879.822,64
174800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	40.637.143,00	71.516.965,64	30.879.822,64
174801000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN	0,00	69.250,00	69.250,00
174801200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCA	0,00	69.250,00	69.250,00
174801210000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS PARA PROGRAMAS DE EDUCA	0,00	69.250,00	69.250,00
174801210001	CONVENIO ASSOC TELECENTRO DE INFORMACAO E NEGOCIOS-UERGS 1632/2020	0,00	69.250,00	69.250,00
174810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	40.637.143,00	71.447.715,64	30.810.572,64
174810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	40.637.143,00	71.447.715,64	30.810.572,64
174810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - PRINCIPAL	40.637.143,00	71.447.715,64	30.810.572,64
174810110011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-NAO VINCULAD	61.488,00	20.000,00	41.488,00-
174810110012	DOACOES INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCEN	2.593.913,00	602.177,88	1.991.735,12-
174810110038	TERMO DE COOPERACAO 85-2017 OI SA - SSP - PC DELEGACIA REPRESS CRIME PATR CO	204.000,00	208.250,00	4.250,00
174810110043	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FAC-FUNDO DE APOIO A CULTURA	7.307.060,00	14.118.187,15	6.811.127,15
174810110045	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	5.000.000,00	1.837.413,08	3.162.586,92-
174810110046	TRANSFERENCIAS INSTITUIC PRIVADAS- FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INCLUSAO PRODUT	2.500.000,00	4.918.173,91	2.418.173,91
174810110047	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA	1.705.000,00	1.453.731,44	251.268,56-
174810110089	TRANSFERENCIA CONVENIO BANRISUL/ESTADO RS 1959/07-SISTEMA REMUNERACAO SERVID	2.588.000,00	2.477.210,12	110.789,88-
174810110091	TRANSFERENCIA CONVENIO FENASEG/DETRAN 2/08-APARELHAMENTO E MODERNIZACAO DETR	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00-
174810110095	TRANSFERENCIA CONVENIO CORSAN-AGERGS-REGULACAO SANEAMENTO	14.935.594,00	15.029.391,47	93.797,47
174810110106	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANCA	2.492.088,00	26.278.837,15	23.786.749,15
174810110111	FAP - ADICIONAL DE FOMENTO AS ACOES DE PREVENCAO DO FUNDO COMUNITARIO PRO-SE	0,00	2.626.888,92	2.626.888,92
174810110112	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES - REC 0142	0,00	942.347,70	942.347,70

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00036
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
174810110113	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS-SEBRAE - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPRE	0,00	750.000,00	750.000,00
174810110115	DOACOES DE EMPRESAS CONTRIBUINTES AO FUNDO AMPARA	0,00	185.106,82	185.106,82
175000000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.339.687.094,00	5.570.638.341,24	1.230.951.247,24
175800000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E	4.339.687.094,00	5.570.638.341,24	1.230.951.247,24
175801000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.339.687.094,00	5.570.138.341,24	1.230.451.247,24
175801100000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.339.687.094,00	5.570.138.341,24	1.230.451.247,24
175801110000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.339.687.094,00	5.570.138.341,24	1.230.451.247,24
175801110002	TRANSFERENCIA FUNDO MANUTENCAO DESENV EDUCACAO BASICA VALORIZACAO PROFL EDUC	4.339.687.094,00	5.570.138.341,24	1.230.451.247,24
175899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	500.000,00	500.000,00
175899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	500.000,00	500.000,00
175899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS-PRINCIPAL	0,00	500.000,00	500.000,00
175899110010	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS-BADESUL - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPR	0,00	500.000,00	500.000,00
177000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	129.423,00	81.794,02	47.628,98-
177800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	129.423,00	81.794,02	47.628,98-
177801000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M	129.423,00	81.794,02	47.628,98-
177801900000	OUTRAS TRANSF PESSOAS FÍSICAS- ESPECIF E/DF/M-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENT	129.423,00	81.794,02	47.628,98-
177801910000	OUTRAS TRANSF PESSOAS FÍSICAS-ESPECIF E/DF/M-NÃO ESPECIF ANTERIORMENTE-PRINC	129.423,00	81.794,02	47.628,98-
177801910005	DOACOES DE PESSOAS FISICAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	73.449,00	46.741,00	26.708,00-
177801910014	TRANSFERENCIA DE PESSOAS-FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA-FUNEPI	53.000,00	31.324,00	21.676,00-
177801910017	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER EXECUTIVO	2.974,00	3.729,02	755,02
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	542.057.276,00	1.117.414.512,37	575.357.236,37
191000000000	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	282.254.041,00	217.674.281,54	64.579.759,46-
191001000000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	263.365.176,00	197.272.840,24	66.092.335,76-
191001100000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	263.365.176,00	197.272.840,24	66.092.335,76-
191001110000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-PRINCIPAL	241.801.505,00	180.986.874,61	60.814.630,39-
191001110001	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	500.000,00	434.739,74	65.260,26-
191001110003	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.309.526,00	3.145.519,94	1.835.993,94
191001110004	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	944.549,00	1.809.754,99	865.205,99
191001110005	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO - CONVENIO DETRAN-BM	19.944.510,00	16.504.314,87	3.440.195,13-
191001110006	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO-CONVENIO DETRAN-BM/PMPA 371/2009	2.790.653,00	967.904,05	1.822.748,95-
191001110010	MULTAS DE TERMINAIS RODOVIARIOS	60.000,00	23.460,30	36.539,70-
191001110014	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - REGULAR	530.000,00	13.465,11	516.534,89-
191001110017	MULTAS INFRACOES ADMINISTRATIVAS - DESMANCHES - DETRAN RS	0,00	4.719,70	4.719,70
191001110018	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	105.000.000,00	57.173.057,99	47.826.942,01-
191001110020	MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA - DAER	79.229.000,00	90.714.298,83	11.485.298,83
191001110021	MULTA INFRACAO TRANSITO POR CONTROLADORES ELETRONICOS - DAER	20.000.000,00	7.257.697,26	12.742.302,74-
191001110023	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - FRETAMENTO E TURISMO	1.150.000,00	430.758,94	719.241,06-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00037
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191001110024	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - NAO OFICIAL	12.000,00	0,00	12.000,00-
191001110025	MULTAS DE FISCALIZACAO DO FUNDO DE APOIO A CULTURA - FAC	611,00	0,00	611,00-
191001110028	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS S/ SISTEMAS DE PREVENCAO E PROTECAO INCEND	2.615,00	7.342,14	4.727,14
191001110030	MULTAS FISCALIZACAO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL REGIAO METROPOLITANA - METROPL	1.000.000,00	149.915,20	850.084,80-
191001110031	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON	889.433,00	48.465,20	840.967,80-
191001110032	MULTAS APLICADAS A SERVIDORES PUBLICOS	54.116,00	25.005,20	29.110,80-
191001110033	MULTAS POR INFRACOES PREVISTAS EM LEI - PROCON	628.918,00	528.283,92	100.634,08-
191001110034	MULTAS DO SISTEMA ESTADUAL DE AUDITORIA DO SUS	0,00	2.825,60	2.825,60
191001110037	MULTAS ATOS ILICITOS EM LICITACAO	267.161,00	364.869,47	97.708,47
191001110039	MULTAS APLICADAS PELA AGERGS - RESOLUCAO NORMATIVA N 13-2014	98.413,00	1.380.266,65	1.281.853,65
191001110041	MULTAS DO CONTROLE E FISCALIZACAO PRODUTOS QUIMICOS PARA FABRIC E TRANSF DRO	165.000,00	0,00	165.000,00-
191001110042	MULTAS OUTORGA E OUTRAS MULTAS RELACIONADAS AO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	209,51	209,51
191001110043	MULTAS - TRANSPORTES PRODUTOS PERIGOSOS	7.225.000,00	0,00	7.225.000,00-
191001120000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-MULTAS E JUROS DE MORA	6.995.986,00	9.899.379,73	2.903.393,73
191001120099	MULTAS E JUROS DE MORA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	6.995.986,00	9.899.379,73	2.903.393,73
191001130000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA	1.980.583,00	939.504,00	1.041.079,00-
191001130031	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDO	1.980.583,00	939.504,00	1.041.079,00-
191001170000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	9.884.854,00	4.271.372,20	5.613.481,80-
191001170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	9.884.854,00	4.271.372,20	5.613.481,80-
191001180000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-JUROS	2.702.248,00	1.175.709,70	1.526.538,30-
191001180033	JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUM	251.890,00	196.374,39	55.515,61-
191001180099	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DESCUMPRIMENTO FORMALIDADE FISCAL-ART 69, LEI 6537/7	2.450.358,00	979.335,31	1.471.022,69-
191006000000	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	9.455.045,00	12.254.556,50	2.799.511,50
191006100000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	9.455.045,00	12.254.556,50	2.799.511,50
191006110000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-PRINCIPAL	6.835.840,00	9.986.890,30	3.151.050,30
191006110001	MULTAS DANOS AO MEIO AMBIENTE-TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA DO MINISTERIO PUBL	100.000,00	6.515,25	93.484,75-
191006110002	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-FEMA	6.735.840,00	9.980.375,05	3.244.535,05
191006130000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA	2.178.734,00	1.729.178,62	449.555,38-
191006130002	DIVIDA ATIVA DAS MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.178.734,00	1.729.178,62	449.555,38-
191006160000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-JUROS	0,00	31,41	31,41
191006160001	JUROS E ENCARGOS DE MORA INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TACS	0,00	31,41	31,41
191006170000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	149.231,00	149.399,53	168,53
191006170003	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDEFLO	149.231,00	149.399,53	168,53

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00038
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191006180000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-JUROS	291.240,00	389.056,64	97.816,64
191006180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE (ART 69 LEI 6537/73)	248.463,00	350.077,68	101.614,68
191006180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DO FUNDEFLOR (ART 69, LEI 6537/	42.777,00	38.978,96	3.798,04-
191007000000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.043.248,00	2.169.640,52	1.126.392,52
191007100000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.043.248,00	2.169.640,52	1.126.392,52
191007110000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.043.248,00	2.169.640,52	1.126.392,52
191007110009	MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.043.248,00	2.169.640,52	1.126.392,52
191008000000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	552.089,00	770.086,75	217.997,75
191008100000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	552.089,00	770.086,75	217.997,75
191008110000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	552.089,00	770.086,75	217.997,75
191008110007	MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA - FUNDO PENITENCIARIO	552.089,00	770.086,75	217.997,75
191009000000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	7.838.483,00	5.207.157,53	2.631.325,47-
191009100000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	7.838.483,00	5.207.157,53	2.631.325,47-
191009110000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINCIPAL	7.838.483,00	5.207.157,53	2.631.325,47-
191009110046	MULTA CONTRATUAL - RECURSOS FEMA	22.160,00	30.948,10	8.788,10
191009110068	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - CONVENIO HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR/IPERGS	0,00	13.899,99	13.899,99
191009110075	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-RECEITAS DE SERVICOS DETRAN-FESP-LEI 10.847/96	196.044,00	4.251,90	191.792,10-
191009110077	MULTAS CONTRATUAIS - FEGEP	0,00	37.489,54	37.489,54
191009110079	MULTAS CONTRATUAIS - FUNSEFAZ	25.801,00	73.750,00	47.949,00
191009110083	MULTAS CONTRATUAIS - OUTROS PODERES	255.399,00	170.614,69	84.784,31-
191009110100	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICIARIO	0,00	60.632,72	60.632,72
191009110109	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - RECURSO 0006 - VINC SAUDE	0,00	142.402,77	142.402,77
191009110123	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - TCFA	6.509,00	0,00	6.509,00-
191009110125	MULTAS CONTRATUAIS-FRTCE	13.735,00	6.345,88	7.389,12-
191009110126	MULTAS CONTRATUAIS RECURSO 7053	0,00	343,31	343,31
191009110191	MULTAS CONTRATUAIS - SALARIO-EDUCACAO	475.955,00	126.618,88	349.336,12-
191009110204	MULTAS CONTRATUAIS - FURPGE	0,00	20.199,85	20.199,85
191009110206	MULTAS CONTRATUAIS - FADEP	250.000,00	0,00	250.000,00-
191009110212	MULTAS CONTRATUAIS - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDR	150.000,00	0,00	150.000,00-
191009110216	MULTAS CONTRATUAIS - FEASP	2.800,00	7.328,47	4.528,47
191009110217	MULTAS POR ATRASO NA DEVOLUCAO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO-UERGS	2.000,00	29,00	1.971,00-
191009110219	MULTAS CONTRATUAIS - FUNDO PENITENCIARIO	0,00	132.441,55	132.441,55
191009110221	MULTAS CONTRATUAIS - FRPJ	2.520.000,00	1.549.288,75	970.711,25-
191009110223	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-FUNDO DE EDUCACAO	0,00	96.355,21	96.355,21
191009110237	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - NAO VINCULADA	3.892.157,00	2.684.218,56	1.207.938,44-
191009110240	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS)	0,00	18.702,48	18.702,48
191009110241	MULTAS CONTRATUAIS-RECEITAS DEPARTAMENTO ESTUDUAL TRANSITO VINCULADA AO FESP	7.923,00	325,55	7.597,45-
191009110246	MULTAS CONTRATUAIS - FUNDOVITIS	0,00	4.704,00	4.704,00
191009110262	MULTAS CONTRATUAIS-FRAL	18.000,00	26.266,33	8.266,33
192000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	150.011.930,00	795.988.222,22	645.976.292,22
192100000000	INDENIZAÇÕES	10.411.596,00	608.213.007,72	597.801.411,72

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00039
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192101000000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	8.550.895,00	8.821.789,19	270.894,19
192101100000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	8.550.895,00	8.821.789,19	270.894,19
192101110000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	8.550.895,00	8.821.789,19	270.894,19
192101110001	INDENIZACOES FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LESADOS	8.000.000,00	7.707.800,11	292.199,89-
192101110002	INDENIZACOES POR DANOS AO PATRIMONIO-NAO VINCULADAS	550.895,00	811.871,98	260.976,98
192101110003	INDENIZACAO DANO AO PATRIMONIO-FUNDO REAPARELHAMENTO MINISTERIO PUBLICO	0,00	675,00	675,00
192101110005	INDENIZACOES POR DANOS AO PATRIMONIO - C/ATIVO INSCRITO	0,00	301.442,10	301.442,10
192199000000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.860.701,00	599.391.218,53	597.530.517,53
192199100000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.860.701,00	599.391.218,53	597.530.517,53
192199110000	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	1.860.701,00	599.391.218,53	597.530.517,53
192199110001	INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA-T	600.000,00	1.524.505,98	924.505,98
192199110007	INDENIZACOES - PODER LEGISLATIVO	237.000,00	162.383,42	74.616,58-
192199110008	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS	403.319,00	82.542,56	320.776,44-
192199110009	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-CGP-REC 0174	330,00	0,00	330,00-
192199110010	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8008	13.816,00	69,81	13.746,19-
192199110011	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8013	0,00	30.462,74	30.462,74
192199110013	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-BM-REC 0170	105.089,00	140.537,28	35.448,28
192199110018	INDENIZACAO USO BENS PATRIMONIAIS-FUNDO REAPALHAMENTO TRIBUNAL CONTAS DO EST	69.473,00	0,00	69.473,00-
192199110019	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-RECEITAS OPERACIONAIS-FUNDOPEN-REC01	781,00	85,85	695,15-
192199110020	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-PC-REC 0171	65.099,00	3.402,53	61.696,47-
192199110026	INDENIZACOES DE DEBITOS FIXADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	87.565,00	67.988,96	19.576,04-
192199110030	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	278.229,00	586.521,08	308.292,08
192199110032	RESSARCIMENTO ASSUNCAO FOLHA DE EX AUTARQUICOS CEEE - REC VINCULADO	0,00	596.792.718,32	596.792.718,32
192200000000	RESTITUIÇÕES	137.925.466,00	173.254.810,98	35.329.344,98
192201000000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS	13.484.806,00	7.764.566,47	5.720.239,53-
192201100000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	13.484.806,00	7.764.566,47	5.720.239,53-
192201110000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS-PRINCIPAL	13.484.806,00	7.764.566,47	5.720.239,53-
192201110004	RESTITUICOES CONVENIOS COM MUNICIPIOS	0,00	302.119,21	302.119,21
192201110063	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS-NAO VINCULADAS	13.034.076,00	5.093.056,83	7.941.019,17-
192201110094	RESTITUICOES DE CONVENIOS DA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - RECURSOS LIVR	22.072,00	127.034,11	104.962,11
192201110100	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS-FECA	152.192,00	310.893,09	158.701,09
192201110103	RESTITUICAO DE CONVENIOS-FEASP	21.939,00	0,00	21.939,00-
192201110105	RESTITUICOES DE CONVENIOS-SETM	500,00	0,00	500,00-
192201110106	RESTITUICOES DE CONVENIOS-PROINVESTE BNDES	0,00	2.841,88-	2.841,88-
192201110110	RESTITUICOES CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	0,00	23.364,82	23.364,82
192201110115	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS - RECURSO 0006	0,00	320.526,32	320.526,32
192201110116	RESTITUICOES CONVENIOS PREFEITURAS-PROREDES	1.000,00	1.157,01	157,01
192201110119	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	168.168,00	281.194,12	113.026,12
192201110123	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FRH	0,00	993.191,22	993.191,22

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00040
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192201110126	RESTITUICOES DE CONVENIOS DO MINISTERIO PUBLICO - RECURSO 11	0,00	4.715,53	4.715,53
192201110128	RESTITUICOES CONVENIOS E PARCERIAS EMPRESTIMO BID-POD	0,00	96.346,30	96.346,30
192201110129	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FEMA	0,00	1.100,00	1.100,00
192201110130	RESTITUICOES DE CONVENIOS /PARCERIAS - FRBL REC 1105	0,00	2.054,28	2.054,28
192201110131	RESTITUICAO DE CONVENIOS - RECURSO 2768 FNAS	70.419,00	0,00	70.419,00-
192201110132	RESTITUICOES DE CONVENIOS NAO VINCULADOS - CREDITOS A RECEBER	14.440,00	0,00	14.440,00-
192201110133	RESTITUICOES DE CONVENIOS E PARCEIRAS - FUNEPI	0,00	70.893,57	70.893,57
192201110134	RESTITUICAO CONVENIO - GOV FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	139.761,94	139.761,94
192299000000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	124.440.660,00	165.490.244,51	41.049.584,51
192299100000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	124.440.660,00	165.490.244,51	41.049.584,51
192299110000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-PRINCIPAL	124.422.304,00	165.489.319,85	41.067.015,85
192299110036	RESTITUICOES - FEASP	158.583,00	181,80	158.401,20-
192299110037	RESTITUICOES-PAGAMENTO DE APENADOS-FUNDO PENITENCIARIO	2.088.788,00	3.568.677,10	1.479.889,10
192299110039	RESTITUICOES - FURPGE	8.139.941,00	130.104,48	8.009.836,52-
192299110044	RESTITUICOES - MINISTERIO PUBLICO	997.650,00	0,00	997.650,00-
192299110045	RESTITUICOES - PODER JUDICIARIO	1.180.000,00	9.059.232,75	7.879.232,75
192299110046	RESTITUICOES - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS	126.981,00	1,00	126.980,00-
192299110049	RESTITUICOES DE VALES-REFEICAO E AUXILIO-TRANSPORTE	9.149.956,00	24.610.897,40	15.460.941,40
192299110051	RESTITUICOES-SISTEMA ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLITANO COLETIVO PASSAGEIROS-	500,00	338,88	161,12-
192299110052	RESTITUICOES DE MULTAS-NAO VINCULADAS	0,00	24.556,81	24.556,81
192299110056	OUTRAS RESTITUICOES	2.478.455,00	2.897.144,71	418.689,71
192299110062	RESTITUICOES DE DESPESAS BANCARIAS	2.280.871,00	2.413.105,51	132.234,51
192299110065	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-BM-REC 0170	0,00	39,96	39,96
192299110068	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-MULTAS SENTENCAS PENAIIS-FUNDOPEN-REC	0,00	232,00	232,00
192299110070	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8008	80.536,00	53.243,00	27.293,00-
192299110071	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8013	19.109,00	12.414,97	6.694,03-
192299110074	RESTITUICOES-FUNDO DE REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	541.789,00	837.566,79	295.777,79
192299110081	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TCFA	0,00	525,43	525,43
192299110082	RESTITUICOES - DETRAN-FESP-REC 8008	34.337,00	0,00	34.337,00-
192299110083	RESTITUICOES TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS RECURSO 2812	0,00	647.729,49	647.729,49
192299110100	RESTITUICAO DE BLOQUEIOS OU DEPOSITOS JUDICIAIS OU DEPOSITOS RECURSAIS	2.209.074,00	3.070.296,89	861.222,89
192299110101	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - OUTROS PODERES	0,00	187.553,88	187.553,88
192299110102	OUTRAS RESTITUICOES - OUTROS PODERES	255,00	896.957,75	896.702,75
192299110103	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADAS	427.412,00	205.200,89	222.211,11-
192299110104	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INDIRETA	6.447.105,00	10.743.382,06	4.296.277,06
192299110106	RESTITUICOES - FAC	667.322,00	1.440.107,74	772.785,74
192299110108	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-DIRETA	41.290.910,00	44.913.009,35	3.622.099,35
192299110109	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-FUNDO DE EDUCACAO	331.358,00	204.961,78	126.396,22-
192299110111	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-OUTROS PODERES	675.227,00	4.497.650,04	3.822.423,04

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00041
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299110117	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS - FEASP	154.210,00	134.433,75	19.776,25-
192299110120	RESTITUICOES DE REMUNERACOES E INDENIZACOES PAGAS INDEVIDAMENTE A SERVIDORES	151.308,00	2.499,36	148.808,64-
192299110122	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - CONTRIBUICAO PREV INSS	0,00	1.026,26	1.026,26
192299110191	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- SIST ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLIT	3.000,00	1.537,16	1.462,84-
192299110192	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-RECURSO VINCULADO RPVS	0,00	6.760.582,41	6.760.582,41
192299110195	RESTITUICOES-PASSE LIVRE ESTUDANTIL	26.769,00	135.712,90	108.943,90
192299110197	RESTITUICOES DE GARANTIAS FUNAMEP	1.474.047,00	810.889,67	663.157,33-
192299110199	RESTITUICOES FUNSEFAZ	231.578,00	124.993,83	106.584,17-
192299110204	RESTITUICOES - SALARIO-EDUCAÇÃO	4.753.142,00	9.837.648,22	5.084.506,22
192299110207	RESTITUICOES FUNDO DE EDUCACAO	10.489,00	35.773,97	25.284,97
192299110214	RESTITUICOES - PODER LEGISLATIVO	557.000,00	196.576,66	360.423,34-
192299110216	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	12.309,05	12.309,05
192299110217	RESTITUICOES-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR	0,00	149.375,98	149.375,98
192299110218	RESTITUICOES DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS-NAO VINCULADAS	19.231.536,00	15.325.480,77	3.906.055,23-
192299110225	RESTITUICOES DE SALDOS NAO APLICADOS-PROGRAMA SOLIDARIEDADE-LEI 12.022/2003	34.415,00	206.300,93	171.885,93
192299110226	RESTITUICOES DE VALORES PAGOS POR RESPONSAVEIS DECORRENTES DE DECISOES JUDIC	7.976.297,00	0,00	7.976.297,00-
192299110240	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-NAO VINCULADAS	9.783.264,00	10.419.163,27	635.899,27
192299110249	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-FEMA	0,00	5.201,41	5.201,41
192299110252	RESTITUICOES - FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	0,00	665.307,64	665.307,64
192299110254	RESTITUICOES - RECURSO 8015	21.000,00	0,00	21.000,00-
192299110260	RESTITUICOES - FRMP	42.000,00	427.194,32	385.194,32
192299110264	RESTITUICOES - TCFA	626,00	0,00	626,00-
192299110267	DIVERSAS RESTITUICOES-FEMA	80.513,00	47.658,49	32.854,51-
192299110270	RESTITUICOES-CONV SAA/FEPAGRO S/N IMPLM PROGRAMA RS RURAL/FEPAGRO NORTE	24.000,00	0,00	24.000,00-
192299110271	RESTITUICAO CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDORES DESLIGADOS RSPREV	951,00	7.797,75	6.846,75
192299110272	RESTITUICAO CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDORES DESLIGADOS RSPREV - REC 0183	0,00	1.549,86	1.549,86
192299110273	RESTITUICAO DIARIAS E ADIANTAMENTOS - PROGESTAO - REC 2656	0,00	2.213,84	2.213,84
192299110274	RESTITUICOES DE VALORES INSCRITOS - RGPS - PODERES/ORGaos AUTONOMOS	0,00	455.679,26	455.679,26
192299110279	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - AEROPORTOS	540.000,00	261.002,74	278.997,26-
192299110286	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INATIVO PLANO FINANCEIRO	0,00	7.192.808,69	7.192.808,69
192299110287	RESTITUICOES SERVIDORES EM EXERCICIO TRANSITORIO - MUNICIPALIZACAO	0,00	1.535.551,53	1.535.551,53
192299110288	RESTITUICOES CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUAL	0,00	550,81	550,81
192299110289	RESTITUICOES FOLHA DE EX AUTARQUICOS CEEE - REC VINCULADO	0,00	61.869,80	61.869,80
192299110290	RESTITUICOES DE TRIBUTOS PAGOS AO GOVERNO FEDERAL	0,00	255.517,06	255.517,06
192299120000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-MULTAS E JUROS	18.356,00	924,66	17.431,34-
192299120064	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FUNDOPEN	2.135,00	93,80	2.041,20-
192299120070	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - RECURSO 8008	146,00	0,00	146,00-
192299120103	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADOS	16.075,00	830,86	15.244,14-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00042
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192300000000	RESSARCIMENTOS	0,00	5.086,58	5.086,58
192302000000	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	0,00	5.086,58	5.086,58
192302100000	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	0,00	5.086,58	5.086,58
192302110000	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	0,00	5.086,58	5.086,58
192302110001	RESSARCIMENTO DE CUSTOS	0,00	5.086,58	5.086,58
192800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS ESTADOS/DF/MUNICÍPI	1.674.868,00	14.515.316,94	12.840.448,94
192802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.674.868,00	14.515.316,94	12.840.448,94
192802100000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	1.674.868,00	14.515.316,94	12.840.448,94
192802110000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	1.674.868,00	14.515.316,94	12.840.448,94
192802110059	RESTITUICOES - SERVICOS DE SAUDE - SUS	100.000,00	0,00	100.000,00-
192802110063	RESTITUICOES - FES	25.000,00	17.282,95	7.717,05-
192802110083	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-VINCULADO SAUDE	49.158,00	38.527,12	10.630,88-
192802110085	RESTITUICOES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE SERVICOS DO SUS - VINCULADO SAUDE	1.260.868,00	730.522,19	530.345,81-
192802110086	RESTITUICOES TRANSFERENCIA REPASSE FUNDO A FUNDO-VINCULADO SAUDE	0,00	925.859,49	925.859,49
192802110087	RESTITUICOES RECURSO 2756- SISTEMA ESTADUAL DE SAUDE	0,00	8.658.997,19	8.658.997,19
192802110092	RESTITUICOES - RECURSO 0006	25.464,00	2.025,98	23.438,02-
192802110094	RESTITUICOES - RECURSO DA SAUDE	64.378,00	4.129.030,42	4.064.652,42
192802110097	RESTITUICOES - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	150.000,00	13.071,60	136.928,40-
193000000000	BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	300.000,00	30.174,62	269.825,38-
193002000000	ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	300.000,00	30.174,62	269.825,38-
193002100000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS	300.000,00	30.174,62	269.825,38-
193002110000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS-PRINCIPAL	300.000,00	30.174,62	269.825,38-
193002110001	RECEITA ALIENACAO DE SUCATA DESTRUIDA- LEI 14787-15	300.000,00	30.174,62	269.825,38-
199000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	109.491.305,00	103.721.833,99	5.769.471,01-
199003000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	81.857.995,00	65.497.556,87	16.360.438,13-
199003100000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	81.857.995,00	65.497.556,87	16.360.438,13-
199003110000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	81.857.995,00	65.497.556,87	16.360.438,13-
199003110001	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES DE PREVIDENCIA SOCIAL DA UNIAO E EST	81.857.995,00	65.497.556,87	16.360.438,13-
199012000000	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE SUCUMBÊ	11.755.330,00	15.995.720,41	4.240.390,41
199012200000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	11.755.330,00	15.995.720,41	4.240.390,41
199012210000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-PRINCIPAL	11.750.580,00	15.995.460,40	4.244.880,40
199012210002	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - NOVO CODIGO CIVIL - LEI 13105-	53.319,00	952.138,37	898.819,37
199012210003	HONORARIOS ADVOCATICIOS POR SUCUMBENCIA JUDICIAL-NAO VINCULADAS	126.733,00	42.777,76	83.955,24-
199012210004	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - PREMIO PRODUTIVIDADE	6.217.103,00	11.636.540,40	5.419.437,40
199012210016	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEF	5.353.425,00	3.364.003,87	1.989.421,13-
199012250000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-MULTAS	0,00	99,57	99,57
199012250002	MULTAS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	0,00	99,57	99,57
199012260000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-JUROS	4.750,00	160,44	4.589,56-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00043
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199012260002	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	844,00	0,00	844,00-
199012260016	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEP	3.906,00	160,44	3.745,56-
199099000000	OUTRAS RECEITAS	15.877.980,00	22.228.556,71	6.350.576,71
199099100000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	15.877.980,00	22.228.556,71	6.350.576,71
199099110000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	9.173.397,00	12.284.366,79	3.110.969,79
199099110003	RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PUBLICA-POLICIA CIVIL	2.991,00	0,00	2.991,00-
199099110005	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-NAO VINCULADAS	3.222.449,00	5.810.245,88	2.587.796,88
199099110007	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-SERVICOS DE SAUDE-REC 0182	10.000,00	0,00	10.000,00-
199099110008	ANULACAO DE DIVIDAS EXTRAORCAMENTARIAS	0,00	46.685,48	46.685,48
199099110009	RECEITA DA VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL	700.000,00	1.670.555,86	970.555,86
199099110010	RECEITA DA VENDA DE APARAS DE PAPEL E SUCATAS	0,00	400,00	400,00
199099110015	OUTRAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	308.378,00	177.961,46	130.416,54-
199099110017	OUTRAS RECEITAS - IPERGS	4.263.137,00	3.396.106,43	867.030,57-
199099110018	RECEITAS EVENTUAIS - REC OPERACIONAIS FUNDOPEN	59.405,00	149.186,72	89.781,72
199099110022	RECEITA DE LEILOES	199.852,00	314.007,15	114.155,15
199099110024	TRANSFERENCIA JURIDICA A POLICIA CIVIL PELO MIN PUBL E PODER JUD	395.185,00	188.400,00	206.785,00-
199099110030	DOACOES A FPERGS	5.000,00	25.678,16	20.678,16
199099110031	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	153.850,09	153.850,09
199099110035	DESCONTOS RECEBIDOS - RECURSO 0196	7.000,00	0,00	7.000,00-
199099110053	TAC E ACORDOS EXTRAJUDICIAIS - FUNDO REAPARELHAMENTO BENS LESADO FRBL	0,00	350.995,01	350.995,01
199099110056	OUTRAS RECEITAS - FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA	0,00	294,55	294,55
199099120000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	1.214.412,00	2.701.301,90	1.486.889,90
199099120003	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	1.211.776,00	2.701.301,90	1.489.525,90
199099120011	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	2.636,00	0,00	2.636,00-
199099130000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	2.260.070,00	2.653.581,21	393.511,21
199099130099	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS-PRINCIPAL	2.260.070,00	2.629.080,48	369.010,48
199099130299	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	24.500,73	24.500,73
199099140000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA MULTA E JUROS	0,00	49.625,89	49.625,89
199099140199	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - NAO VINCULADO	0,00	49.625,89	49.625,89
199099150000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS	17.583,00	11.770,82	5.812,18-
199099150099	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	17.583,00	11.770,82	5.812,18-
199099170000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	2.006.877,00	1.870.136,86	136.740,14-
199099170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	2.006.877,00	1.870.136,86	136.740,14-
199099180000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	1.205.641,00	2.657.773,24	1.452.132,24
199099180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (NA FORMA DO ART.74 DA LEI 6537	1.205.641,00	2.657.773,24	1.452.132,24
200000000000	RECEITAS DE CAPITAL	429.715.139,00	2.958.163.362,32	2.528.448.223,32
210000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	28.893.376,00	41.848.000,00	12.954.624,00
211000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	10.968.000,00	10.000.000,00	968.000,00-
211200000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
211200100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00044
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
211200110000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
211200110027	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BN	5.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00
211200119999	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS (ORCAMENTO)	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00-
211800000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	968.000,00	0,00	968.000,00-
211801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS DE ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	968.000,00	0,00	968.000,00-
211801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	968.000,00	0,00	968.000,00-
211801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	968.000,00	0,00	968.000,00-
211801510007	OPERACAO CREDITO INTERNA BNDES-PMAE-DEFENSORIA PUBLICA	968.000,00	0,00	968.000,00-
212000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	17.925.376,00	31.848.000,00	13.922.624,00
212800000000	OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	17.925.376,00	31.848.000,00	13.922.624,00
212801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	17.925.376,00	31.848.000,00	13.922.624,00
212801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	17.925.376,00	31.848.000,00	13.922.624,00
212801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	17.925.376,00	31.848.000,00	13.922.624,00
212801510001	OPERACAO CREDITO EXTERNA-BID-MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO	17.925.376,00	0,00	17.925.376,00-
212801510002	OPERACAO CREDITO EXTERNA-BID-MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO II	0,00	31.848.000,00	31.848.000,00
220000000000	ALIENAÇÃO DE BENS	11.222.181,00	2.747.948.670,40	2.736.726.489,40
221000000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.074.685,00	2.742.054.317,33	2.740.979.632,33
221100000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	69.436.828,20	69.436.828,20
221100100000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	69.436.828,20	69.436.828,20
221100110000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	69.436.828,20	69.436.828,20
221100110006	RECEITA COM DESCONSTITUICAO DE FUNDOS-FUNDOPEM	0,00	69.436.828,20	69.436.828,20
221300000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	1.067.398,00	2.617.489,13	1.550.091,13
221300100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	1.067.398,00	2.617.489,13	1.550.091,13
221300110000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	1.067.398,00	2.617.489,13	1.550.091,13
221300110002	ALIENACAO DE VEICULOS-FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MINISTERIO PUBLICO	0,00	959.639,00	959.639,00
221300110003	ALIENACAO DE VEICULOS - NAO VINCULADO	15.000,00	117.500,00	102.500,00
221300110004	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - BRIGADA MILITAR	1.032.398,00	881.711,43	150.686,57-
221300110015	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS MOVEIS - NAO VINCULADA	20.000,00	535.138,70	515.138,70
221300110017	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - POLICIA CIVIL	0,00	118.300,00	118.300,00
221300110018	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	0,00	5.200,00	5.200,00
221800000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ESPECÍFICA PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPI	7.287,00	2.670.000.000,00	2.669.992.713,00
221801000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	7.287,00	2.670.000.000,00	2.669.992.713,00
221801200000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	7.287,00	2.670.000.000,00	2.669.992.713,00
221801210000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	7.287,00	2.670.000.000,00	2.669.992.713,00
221801210001	RECEITA DE ALIENACAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS - FRE/RS	0,00	2.670.000.000,00	2.670.000.000,00
221801210002	ALIENACAO INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO METODO CUSTEI	7.287,00	0,00	7.287,00-
222000000000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.147.496,00	5.894.353,07	4.253.142,93-
222000100000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.147.496,00	5.894.353,07	4.253.142,93-
222000110000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	10.147.496,00	5.894.353,07	4.253.142,93-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00045
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
222000110001	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - NAO VINCULADA	17.000,00	0,00	17.000,00-
222000110003	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEIS 10793 E 10794/96	1.365.916,00	3.485.302,82	2.119.386,82
222000110004	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8204	31.290,00	674.189,09	642.899,09
222000110005	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGET	8.296.901,00	796.175,00	7.500.726,00-
222000110007	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8205	31.290,00	674.188,66	642.898,66
222000110010	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGET - LEI 15.144/2018	405.099,00	264.497,50	140.601,50-
230000000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	55.966.164,00	7.416.883,82	48.549.280,18-
230006000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	53.708.749,00	5.686.298,97	48.022.450,03-
230006100000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	53.708.749,00	5.686.298,97	48.022.450,03-
230006110000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	53.708.749,00	5.686.298,97	48.022.450,03-
230006110002	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-FDS-FEHIS-COHAB	10.794,00	37.610,05	26.816,05
230006110003	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	13.986.772,00	0,00	13.986.772,00-
230006110012	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-CARTEIRA CREDITO IMOBIL DA EXTINTA CEE	1.500.481,00	537.167,00	963.314,00-
230006110016	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - CARTEIRA COMERCIAL ORIUNDA DA CEERGS	10.210.702,00	5.111.521,92	5.099.180,08-
230006110026	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-FUNDOPEM CAPITALIZACAO BADESUL	28.000.000,00	0,00	28.000.000,00-
230007000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.257.415,00	1.730.584,85	526.830,15-
230007100000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.257.415,00	1.730.584,85	526.830,15-
230007110000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.257.415,00	1.730.584,85	526.830,15-
230007110021	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL-RECURSOS SISTEMA FINANCEIRO HABITA	823.665,00	0,00	823.665,00-
230007110027	AMORTIZACAO FINANCIAMENTO - AVAL CONCEDIDO PM MONTENEGRO	1.356.246,00	1.648.156,85	291.910,85
230007110028	AMORTIZACAO DO FINANCIAMENTO DE DIVIDAS DOS MUNICIPIOS COM A CEEE - LEI 1101	77.504,00	82.428,00	4.924,00
240000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	333.633.418,00	160.759.823,51	172.873.594,49-
241000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	329.461.641,00	156.473.339,92	172.988.301,08-
241800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	329.461.641,00	156.473.339,92	172.988.301,08-
241804000000	TRANSF DO SUS-FUNDO A FUNDO-BLOCO DE ESTRUTURACAO REDE DE SERVIÇOS PÚBL SAÚDE	50.000.000,00	849.109,00	49.150.891,00-
241804200000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00-
241804210000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS A ATENCAO ESPECIALIZADA - PRINC	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00-
241804210001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00-
241804900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS, NÃO DETALHADAS ANTERIORMENTE	0,00	849.109,00	849.109,00
241804910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS, NÃO DETALHADAS ANTERIORMENTE - PRINCIPAL	0,00	849.109,00	849.109,00
241804910014	OUTRAS TR DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NÃO DETALHADA	0,00	849.109,00	849.109,00
241805000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	1.117.200,00	1.117.200,00
241805900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	1.117.200,00	1.117.200,00
241805910000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO - PRINCIPAL	0,00	1.117.200,00	1.117.200,00
241805910007	PLANO ACOES ARTICULADAS FNDE-SEDUC 202003269-6 AQUISICAO DE MOBILIARIOS CJA-	0,00	260.680,00	260.680,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00046
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241805910008	PLANO ACOES ARTICULADAS FNDE-SEDUC 202003268-6 AQUISICAO DE MOBILIARIOS DE S	0,00	856.520,00	856.520,00
241810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	270.019.904,00	132.808.198,38	137.211.705,62-
241810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.500.000,00	25.421.648,37	23.921.648,37
241810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO-PRINC	1.500.000,00	25.421.648,37	23.921.648,37
241810210113	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00-
241810210117	CONVENIO FNDE-UERGS 852686/17-CONSTRUCAO DE CAMPUS SAO LUIZ GONZAGA	0,00	499.995,92	499.995,92
241810210129	TC PAR FNDE-SEDUC 201901022-6 - MOBILIARIO ESCOLAR	0,00	835.450,00	835.450,00
241810210130	TC FNDE-SEDUC 202000499-18 - MOBILIARIO EDUCACAO PROFISSIONAL	0,00	16.037.400,09	16.037.400,09
241810210131	TR FNDE-SEDUC 202001344-4 - AQUISICAO ONIBUS ESCOLAR RURAL - CAMINHO DA ESCO	0,00	7.704.000,00	7.704.000,00
241810210132	CONVENIO INEP-SSP 899562/2020 SEGURANCA APLICACAO AVALIACOES INEP	0,00	344.802,36	344.802,36
241810500000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	29.225.793,33	29.225.793,33
241810510000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	29.225.793,33	29.225.793,33
241810510063	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11 AMPL SIS ESG SANITARIO ESTEIO-SAPU	0,00	72.868,07	72.868,07
241810510065	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11 AMPL SIST ESG SANITARIO FARROUPIL	0,00	7.889.670,50	7.889.670,50
241810510067	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092689-11 AMPL SIST ESGOTO SANIT VENANCIO A	0,00	6.213.236,03	6.213.236,03
241810510069	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35075960-11 SIS ABAST AGUA CHARQUEADAS-S JERO	0,00	1.421.537,11	1.421.537,11
241810510071	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092806-11 AMPL SIST ESGOTO SANITARIO CARAZI	0,00	13.625.647,92	13.625.647,92
241810510077	CONVENIO TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SES SANTO ANTONIO DA PATRULHA	0,00	2.833,70	2.833,70
241810700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTUR	0,00	595.701,71	595.701,71
241810710000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTU	0,00	595.701,71	595.701,71
241810710001	TERMO COMPROMISSO PAC MT-SLT RECURSO 2814	0,00	595.701,71	595.701,71
241810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	268.519.904,00	77.565.054,97	190.954.849,03-
241810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	268.519.904,00	77.565.054,97	190.954.849,03-
241810910126	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTA TRANSITO FEDERAL-SEFA	0,00	41,11	41,11
241810910302	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC/SOPS 0242/2011-BARRAGEM ARROIO JAGUARI	1.220.000,00	0,00	1.220.000,00-
241810910309	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC/SOPS 244/2011-BARRAGEM ARROIO TAQUAREMBO	1.220.000,00	0,00	1.220.000,00-
241810910311	TRANSFERENCIA CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011-MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS	0,00	17.677,83	17.677,83
241810910334	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	1.854.314,00	0,00	1.854.314,00-
241810910384	TRANSFERENCIA CONVENIO MI-SDR 769273-12-SISTEMAS ABASTECIMENTO DE AGUA RURAI	1.393.323,00	0,00	1.393.323,00-
241810910398	TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 781071-12-ESTRAT NAC SEG PUBLICA FRONT-ENAFRON	6.605.391,00	0,00	6.605.391,00-
241810910402	CONVENIO INFRAERO-SSP/CBM 001/2020/0053 AEROPORTO PELOTAS	0,00	300.775,00	300.775,00

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00047
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810910474	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAO REG FUNDIARIA	196.247,00	0,00	196.247,00-
241810910664	CONVENIO MDS-SDR 880906/2018 AQUISICAO CAMINHAO PARA TRANSP ALIMENTOS	0,00	3.498.600,00	3.498.600,00
241810910667	CONVENIO MINISTERIO DA JUSTICA-SEAPEN 905730/2020 ADEQUAÇÃO E MODERNIZ SIST	0,00	100.000,00	100.000,00
241810910830	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO TAQUAREMBO	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00-
241810910831	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	0,00	82.307,62	82.307,62
241810910832	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO JAGUARI	22.000.000,00	0,00	22.000.000,00-
241810910842	CONVENIO MJ/SSP 774524-12-CONSTRUCAO CADEIA PUBLICA ALEGRETE	5.172.000,00	0,00	5.172.000,00-
241810910843	CONVENIO MJ-SSP 774522-2012-CONSTRUCAO CADEIA PUBLICA PASSO FUNDO	8.820.000,00	0,00	8.820.000,00-
241810910848	CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP CAPACIT PROFISSIONAL DO PRESO	450.430,00	0,00	450.430,00-
241810910850	CONVENIO SDH-PR-SJDH 08-2016-PPCAM	23.000,00	0,00	23.000,00-
241810910860	CONVENIO MJ-SSP 855948-2017 RADIOCOMUNICACAO DIGITAL POA	713.500,00	0,00	713.500,00-
241810910862	CONVENIO MJ-SSP 853717-2017 REAPARELHAMENTO DEPARTAMENTO DE INTELIGENCIA	1.251.814,00	0,00	1.251.814,00-
241810910865	TRANSFERENCIA TC MT-ST 05-2017-INVESTIMENTO AEROPORTO DE PASSO FUNDO	39.399.966,00	35.830.033,76	3.569.932,24-
241810910871	CONVENIO 888273-2019 MC-FOSPA - SALA SINFONICA DA OSPA	400.000,00	500.000,00	100.000,00
241810910872	CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUASA	1.826.500,00	0,00	1.826.500,00-
241810910873	CONVENIO 890877/2019 MAPA-SEAPDR READEQUACAO ESTRUTURAS PAVILHÃO DO CAVALO C	1.910.000,00	0,00	1.910.000,00-
241810910874	CONVENIO 894719/2019 MJSP-SSP REAPARELHAMENTO BRIGADA MILITAR	14.202.742,00	0,00	14.202.742,00-
241810910875	CONVENIO MJ-SSP 890664-2019 APARELHAMENTO IGP - CRIMES DE POLUICAO	4.583.899,00	0,00	4.583.899,00-
241810910876	CONVENIO MJ-SSP 894721-2019 AQUISICAO DE VIATURAS POLICIA CIVIL	6.194.813,00	486.743,36	5.708.069,64-
241810910877	CONVENIO MJ-SSP 891890-2019 - RADIO COMUNICACAO DIGITAL POA	1.667.167,00	1.432.043,08	235.123,92-
241810910878	CONVENIO MINISTERIO CULTURA - FTSP PISO TEATRO OFICINA	0,00	222.857,14	222.857,14
241810910879	CONVENIO 893970-2019 MIN-ST - ERS 305 ACESSO CRISSUIMAL	5.730.000,00	0,00	5.730.000,00-
241810910880	CONVENIO 893325/2019 MAPA-SEAPDR QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTEN	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
241810910882	CONVENIO MAPA-SEAPDR 901878/2020 AQUISICAO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	25.389.000,00	25.389.000,00
241810910888	CONVENIO MJSP-SEAPEN 902559/2020 INFRAESTRUTURA PARA MONITORACAO ELETRONICA	0,00	1.958.141,48	1.958.141,48
241810910889	CONVENIO MJSP-SEAPEN 905118/2020 ESCRITORIOS SOCIAIS	0,00	40.254,07	40.254,07
241810910890	CONVENIO MJSP-SEAPEN 891355/2019 PROCAP OFICINAS PERMANENTES	0,00	2.761.523,39	2.761.523,39
241810910893	CONVENIO MJSP-SSP 905738/2020 - REAPARELHAR IGP - SENAJUS 21BM	0,00	27.999,00	27.999,00
241810910894	CONVENIO MJSP-SSP 905951/2020 - ACERVO BELICO POLICIA CIVIL - SENAJUS 21BM	0,00	2.168.603,44	2.168.603,44
241810910895	CONVENIO MMDH-SSP 906581/2020 - VIATURAS DELEGACIAS ATENDIMENTO MULHERES	0,00	1.280.000,00	1.280.000,00
241810910896	CONVENIO MJSP-SSP 905241/2020 - MODERNIZACAO BRIGADA MILITAR - SENAJUS 21BM	0,00	314.908,91	314.908,91

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00048
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810910897	CONVENIO MJSP-SSP 905242/2020 - VIATURAS POLICIA CIVIL - SENAJUS 21BM	0,00	359.437,79	359.437,79
241810910899	CONVENIO MJ-SSP 905774-2020 - MODERNIZAR BM - VIATURAS, EQUIPAMENTOS E ARMAM	0,00	543.594,94	543.594,94
241810910910	CONVENIO BACEN-SSP 50179/2021 ESCOLTA DE VALORES-BRIGADA MILITAR E BACEN	0,00	250.513,05	250.513,05
241810919999	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM A UNIAO - PARA FINS DE ORCAMENTO	115.684.798,00	0,00	115.684.798,00-
241812000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0,00	586.260,03	586.260,03
241812100000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0,00	586.260,03	586.260,03
241812110000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIP	0,00	586.260,03	586.260,03
241812110002	TRANSFERENCIA FNAS-BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	0,00	385.417,70	385.417,70
241812110003	TRANSFERENCIAS DO FNAS TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	0,00	200.842,33	200.842,33
241899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	9.441.737,00	21.112.572,51	11.670.835,51
241899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	9.441.737,00	21.112.572,51	11.670.835,51
241899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL	9.441.737,00	21.112.572,51	11.670.835,51
241899110008	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	1.170.716,00	0,00	1.170.716,00-
241899110009	TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	365.560,00	300.000,00	65.560,00-
241899110012	TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FESP	7.905.461,00	20.512.572,51	12.607.111,51
241899110013	TRANSFERENCIA ESPECIAL - EMENDA PARLAMENTAR - EMPENHO UNIAO 2021NE002827	0,00	300.000,00	300.000,00
244000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.127.203,00	4.286.483,59	159.280,59
244800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	4.127.203,00	4.286.483,59	159.280,59
244810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.127.203,00	4.286.483,59	159.280,59
244810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.127.203,00	4.286.483,59	159.280,59
244810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	4.127.203,00	4.286.483,59	159.280,59
244810110007	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-POLICIA CIVIL	46.731,00	21.245,12	25.485,88-
244810110013	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-BRIGADA MILITAR	459.339,00	644.105,24	184.766,24
244810110024	TRANSFERENCIA FRAPORT-SSP TC 188-17-OTIMIZACAO OPERACAO CBM AEROPORTOS	3.621.133,00	3.621.133,23	0,23
247000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	44.574,00	0,00	44.574,00-
247800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	44.574,00	0,00	44.574,00-
247801000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	44.574,00	0,00	44.574,00-
247801900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	44.574,00	0,00	44.574,00-
247801910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - P	44.574,00	0,00	44.574,00-
247801910003	DOACOES DE PESSOAS AO FUNDO ESTADUAL DA SEGURANCA PUBLICA-BRIGADA MILITAR	9.054,00	0,00	9.054,00-
247801910006	DOACOES DA VARA DE EXECUCOES PENAIIS PARA DESPESA DE CAPITAL	35.520,00	0,00	35.520,00-
290000000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	189.984,59	189.984,59
299000000000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	189.984,59	189.984,59
299000100000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	189.984,59	189.984,59
299000110000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	0,00	189.984,59	189.984,59
299000110008	RECEITAS DECORRENTES DA EXTINCAO DA CORAG	0,00	189.984,59	189.984,59

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00049
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
700000000000	RECEITAS CORRENTES - INTRA	15.957.560.595,00	16.643.045.788,06	685.485.193,06
720000000000	CONTRIBUIÇÕES - INTRA	6.077.141.526,00	6.300.544.330,15	223.402.804,15
721000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA	6.077.141.526,00	6.300.544.330,15	223.402.804,15
721600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	731.138.792,00	799.440.311,32	68.301.519,32
721603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	619.771.265,00	799.233.623,39	179.462.358,39
721603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	619.771.265,00	799.233.623,39	179.462.358,39
721603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	619.771.265,00	799.233.623,39	179.462.358,39
721603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH - ATIVOS	0,00	542.019,55	542.019,55
721603110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPERGS - ATIVOS	1.560.084,00	2.968.764,39	1.408.680,39
721603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER-ATIVOS	796.165,00	5.134.354,01	4.338.189,01
721603110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA-ATIVOS	373.487,00	899.711,78	526.224,78
721603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FOSPA-ATIVOS	332.414,00	293.095,55	39.318,45-
721603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG-ATIVOS	513.962,00	1.103.430,55	589.468,55
721603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGERGS-ATIVOS	197.567,00	247.479,19	49.912,19
721603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DETRAN-ATIVOS	1.838.476,00	2.105.407,70	266.931,70
721603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FASE-ATIVOS	4.250,00	6.767,71	2.517,71
721603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-METROPLAN-ATIVOS	2.438,00	2.278,65	159,35-
721603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FADERGS-ATIVOS	545,00	654,50	109,50
721603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-EDP-ATIVOS	83.874,00	72.253,17	11.620,83-
721603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-JUCERGS-ATIVOS	105.535,00	95.437,54	10.097,46-
721603110100	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - PODER EXECUTIVO-ATIVOS	19.535.268,00	429.767.429,15	410.232.161,15
721603110101	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-AT	4.800.000,00	9.870.992,15	5.070.992,15
721603110102	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE JUSTICA-ATIVO	21.153.269,00	53.976.637,83	32.823.368,83
721603110103	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS-ATIVOS	3.500.000,00	8.525.245,15	5.025.245,15
721603110104	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO-ATIVOS	7.800.000,00	11.586.314,96	3.786.314,96
721603110105	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - AUTARQUIAS-ATIVOS	0,00	4.206.791,82	4.206.791,82
721603110106	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - FUNDACOES-ATIVOS	0,00	17.539,27	17.539,27
721603110107	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - JUSTICA MILITAR-ATIVOS	241.165,00	591.022,63	349.857,63
721603110108	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - DEFENSORIA PUBLICA-ATIVOS	2.561.617,00	4.131.347,43	1.569.730,43
721603110111	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA SAUDE-ATIVOS	7.671.280,00	25.335.735,21	17.664.455,21
721603110112	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA EDUCACAO-ATIVOS	71.635.510,00	234.775.911,11	163.140.401,11

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00050
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721603110113	CONTRIBUICAO PARA ASSISTE MEDICA-PATRONAL-PODER EXECUTIVO-PESSOAL MILITAR-AT	51.144.997,00	0,00	51.144.997,00-
721603110114	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SEGURANCA-ATIVOS	27.750.934,00	0,00	27.750.934,00-
721603110115	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ATIVOS DO IPE SAUDE	798.550,00	183.150,23	615.399,77-
721603110137	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ATIVOS-SEAPEN	14.238.209,00	0,00	14.238.209,00-
721603110138	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-INATIVOS - SEAPEN	6.826.772,00	0,00	6.826.772,00-
721603110147	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	4.439.209,00	2.793.852,16	1.645.356,84-
721603111001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH - INATIVOS	908.095,00	0,00	908.095,00-
721603111002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPERGS - INATIVOS	2.918.206,00	0,00	2.918.206,00-
721603111003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER-INATIVOS	2.933.959,00	0,00	2.933.959,00-
721603111004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA-INATIVOS	600.815,00	0,00	600.815,00-
721603111007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG-INATIVOS	356.696,00	0,00	356.696,00-
721603111008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGERGS-INATIVOS	13.969,00	0,00	13.969,00-
721603111009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DETRAN-INATIVOS	77.227,00	0,00	77.227,00-
721603111100	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - PODER EXECUTIVO-INATIVOS	33.051.104,00	0,00	33.051.104,00-
721603111101	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-INAT	4.864.690,00	0,00	4.864.690,00-
721603111102	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE JUSTICA-INATI	19.328.302,00	0,00	19.328.302,00-
721603111103	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS-INATIV	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00-
721603111104	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO-INATIV	2.543.323,00	0,00	2.543.323,00-
721603111107	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - JUSTICA MILITAR-INATIVOS	246.877,00	0,00	246.877,00-
721603111108	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - DEFENSORIA PUBLICA-INATIV	1.977.115,00	0,00	1.977.115,00-
721603111111	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA SAUDE-INATIVOS	9.474.417,00	0,00	9.474.417,00-
721603111112	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA EDUCACAO-INATIVO	135.634.441,00	0,00	135.634.441,00-
721603111113	CONTRIBUICAO PARA ASSIST MED-PATRONAL-PODER EXECUTIVO-PESSOAL MILITAR-INATIV	112.798.420,00	0,00	112.798.420,00-
721603111114	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SEGURANCA-INATIVOS	36.638.032,00	0,00	36.638.032,00-
721604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	111.367.527,00	206.687,93	111.160.839,07-
721604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	111.367.527,00	206.687,93	111.160.839,07-
721604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS-PRINCI	111.367.527,00	206.687,93	111.160.839,07-
721604110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PATRONAL - EXECUTIVO CIVIL - PENSIONI	33.826.637,00	0,00	33.826.637,00-
721604110006	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS PODER EXEC - MILITAR	30.744.678,00	0,00	30.744.678,00-
721604110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PATRONAL - ASSEMBLEIA LEG - PENSONIS	1.535.310,00	0,00	1.535.310,00-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00051
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721604110012	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS - PENSI	970.000,00	0,00	970.000,00-
721604110015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PATRONAL - PODER JUDICIARIO - PENSION	7.797.870,00	0,00	7.797.870,00-
721604110018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO - PENSI	1.656.677,00	0,00	1.656.677,00-
721604110030	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS-TRIBUNAL DE JUSTIA	125.272,00	0,00	125.272,00-
721604110033	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PATRONAL-JUSTICA MILITAR-C	193.325,00	0,00	193.325,00-
721604110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DEFENSORIA-PENSIONISTAS	265.349,00	206.687,93	58.661,07-
721604110097	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH-PENSIONISTAS	1.207.578,00	0,00	1.207.578,00-
721604110098	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPE PREV-PENSIONISTAS	905.901,00	0,00	905.901,00-
721604110099	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER-PENSIONISTAS	4.383.736,00	0,00	4.383.736,00-
721604110100	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA-PENSIONISTAS	98.948,00	0,00	98.948,00-
721604110103	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG-PENSIONISTAS	74.435,00	0,00	74.435,00-
721604110105	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS-DETRAN	6.755,00	0,00	6.755,00-
721604110129	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA SAU	2.408.279,00	0,00	2.408.279,00-
721604110130	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTA-SECRETARIA DA EDUC	7.858.254,00	0,00	7.858.254,00-
721604110139	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS - SEAPEN	1.151.323,00	0,00	1.151.323,00-
721604110140	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-PENSIONISTAS - SEGURANCA CIVI	11.639.159,00	0,00	11.639.159,00-
721604110206	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-CONVENIOS	4.518.041,00	0,00	4.518.041,00-
721800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	5.346.002.734,00	5.501.104.018,83	155.101.284,83
721801000000	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE ESTADOS/	37.655.363,00	0,00	37.655.363,00-
721801100000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	37.655.363,00	0,00	37.655.363,00-
721801110000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL - PRINCIPAL	37.655.363,00	0,00	37.655.363,00-
721801110100	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV CIVIL	32.717.792,00	0,00	32.717.792,00-
721801110101	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV MILITAR	4.937.571,00	0,00	4.937.571,00-
721803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	4.176.091.309,00	4.064.392.082,49	111.699.226,51-
721803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.570.651.640,00	1.455.597.144,30	115.054.495,70-
721803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.570.651.640,00	1.455.597.144,30	115.054.495,70-
721803110001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS ORG	208.352.109,00	191.470.518,59	16.881.590,41-
721803110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-METROPLAN	22.744,00	13.352,10	9.391,90-
721803110003	CONTRB PATRONAL PARA O RPPS - ATIVO CIVIL - FASE	46.670,00	50.923,68	4.253,68
721803110007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS -ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISL	16.900.000,00	15.750.069,12	1.149.930,88-
721803110010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTAS	50.000.000,00	51.095.255,10	1.095.255,10

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00052
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803110015	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FADERS	4.593,00	3.153,52	1.439,48-
721803110016	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLICO-MP	138.720.000,00	134.611.894,82	4.108.105,18-
721803110017	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FTSP	0,00	13.750,31	13.750,31
721803110030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	3.305.654,00	3.160.399,34	145.254,66-
721803110033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUSTICA	248.787.192,00	236.121.363,46	12.665.828,54-
721803110034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUC	289.195.943,00	265.747.841,76	23.448.101,24-
721803110037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA S	62.069.192,00	53.098.323,93	8.970.868,07-
721803110055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-CEERS	2.723.184,00	0,00	2.723.184,00-
721803110056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DAER	5.424.273,00	5.344.658,19	79.614,81-
721803110059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IRGA	1.292.687,00	1.386.287,62	93.600,62
721803110062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGERGS	2.131.012,00	2.023.118,79	107.893,21-
721803110064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IPERGS	4.310.198,00	3.333.556,26	976.641,74-
721803110066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SUPRG	1.394.009,00	0,00	1.394.009,00-
721803110068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DETRAN	20.876.314,00	16.637.397,98	4.238.916,02-
721803110070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FOSPA	2.165.468,00	2.790.865,28	625.397,28
721803110078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBL	46.371.978,00	44.164.942,22	2.207.035,78-
721803110079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FPERGS	0,00	1.991,81	1.991,81
721803110080	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-EDP	648.137,00	686.080,10	37.943,10
721803110085	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-JUCERGS	821.625,00	667.817,72	153.807,28-
721803110087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	269.927.220,00	248.793.976,00	21.133.244,00-
721803110088	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - ATIVO CIVIL - SEAPEN	143.501.353,00	121.588.002,65	21.913.350,35-
721803110089	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - ATIVO CIVIL - IPE SAUDE	680.908,00	765.215,44	84.307,44
721803110101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-PODER EXECUTI	4.371.808,00	31.941.159,75	27.569.351,75
721803110107	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LE	1.339.000,00	44.255,93	1.294.744,07-
721803110108	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METROPLAN	585,00	0,00	585,00-
721803110110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTA	160.743,00	591.769,09	431.026,09
721803110116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLIC	1.691.500,00	1.317.002,42	374.497,58-
721803110130	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILIT	31.893,00	18.441,50	13.451,50-
721803110133	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUST	6.755.171,00	3.756.507,28	2.998.663,72-
721803110134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRET EDUCAC	9.670.515,00	6.063.353,49	3.607.161,51-
721803110137	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	2.673.000,00	3.510.890,32	837.890,32

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00053
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803110156	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DAER	2.120,00	5.796,60	3.676,60
721803110159	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IRGA	285.606,00	177.114,60	108.491,40-
721803110162	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGERGS	130.150,00	128.769,15	1.380,85-
721803110164	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IPERGS	547.679,00	106.598,13	441.080,87-
721803110166	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SUPRG	3.246,00	0,00	3.246,00-
721803110168	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DETRAN	270.339,00	233.186,10	37.152,90-
721803110170	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FOSPA	221.423,00	192.033,65	29.389,35-
721803110172	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	0,00	65.895,34	65.895,34
721803110178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PU	5.274.263,00	2.815.387,50	2.458.875,50-
721803110181	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-EDP	9.800,00	755,70	9.044,30-
721803110187	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	8.406.502,00	3.572.688,83	4.833.813,17-
721803110188	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - REGIME DE CAPITALIZACAO - ATIVO CIVIL - SEAPEN	7.764.757,00	1.624.665,26	6.140.091,74-
721803110189	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - REGIME DE CAPITALIZACAO - ATIVO CIVIL - IPE SAU	1.369.077,00	110.117,87	1.258.959,13-
721803200000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO	2.135.175.629,00	2.163.105.971,51	27.930.342,51
721803210000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	2.135.175.629,00	2.163.105.971,51	27.930.342,51
721803210001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS	346.829.657,00	336.419.505,29	10.410.151,71-
721803210007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	63.960.000,00	59.436.961,66	4.523.038,34-
721803210010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	81.400.000,00	80.783.169,50	616.830,50-
721803210016	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	49.400.000,00	46.864.129,38	2.535.870,62-
721803210030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	2.392.641,00	2.452.961,08	60.320,08
721803210033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA	237.697.540,00	236.441.348,34	1.256.191,66-
721803210034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECR EDUCACAO	726.850.913,00	780.275.215,02	53.424.302,02
721803210037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	71.396.229,00	73.940.561,38	2.544.332,38
721803210055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL - CEERS	38.657.642,00	0,00	38.657.642,00-
721803210056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DAER	22.579.459,00	19.182.101,40	3.397.357,60-
721803210058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SPH	3.653.015,00	8.102.357,77	4.449.342,77
721803210059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IRGA	105,00	0,00	105,00-
721803210062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-AGERGS	145.880,00	139.377,16	6.502,84-
721803210064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IPERGS	23.129.345,00	19.853.488,04	3.275.856,96-
721803210066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SUPRG	1.872.852,00	0,00	1.872.852,00-
721803210068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DETRAN	865.305,00	907.805,96	42.500,96

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00054
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803210078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DEF PUBLICA	25.173.200,00	23.328.622,56	1.844.577,44-
721803210085	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - JUCIS RS	54.664,00	80.543,74	25.879,74
721803210087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	360.793.806,00	392.523.053,82	31.729.247,82
721803210088	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVO CIVIL - SEAPEN	78.223.376,00	82.323.051,82	4.099.675,82
721803210110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO-TCE	0,00	16.456,88	16.456,88
721803210116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	0,00	9.117,05	9.117,05
721803210133	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO-TRIBUNAL DE JUSTI	0,00	14.267,28	14.267,28
721803210134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO CIVIL-SEDUC	0,00	9.170,24	9.170,24
721803210156	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO DAER	0,00	1.181,16	1.181,16
721803210178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO-DEFENSORIA PUBLIC	100.000,00	1.449,05	98.550,95-
721803210187	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-INATIVO CIVIL-SSP	0,00	75,93	75,93
721803300000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	449.603.000,00	442.186.527,33	7.416.472,67-
721803310000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	449.603.000,00	442.186.527,33	7.416.472,67-
721803310001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-EXECUTIVO-OUTRO	131.359.912,00	155.306.264,76	23.946.352,76
721803310007	CONTRIBUICAO PATRONAL - PENSOES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	13.634.592,00	13.891.403,72	256.811,72
721803310010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSOES - TRIBUNAL DE CONTAS DE ESTADO	9.000.000,00	8.803.099,84	196.900,16-
721803310016	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	16.770.000,00	17.370.497,78	600.497,78
721803310030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.933.564,00	1.877.697,84	55.866,16-
721803310033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA	70.084.948,00	67.831.492,82	2.253.455,18-
721803310034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECR EDUCACAO	40.366.100,00	41.844.272,34	1.478.172,34
721803310037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECRETARIA DA S	13.034.003,00	13.360.069,04	326.066,04
721803310056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DAER	18.038.457,00	0,00	18.038.457,00-
721803310058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SPH	5.563.351,00	0,00	5.563.351,00-
721803310059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IRGA	673.646,00	0,00	673.646,00-
721803310064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IPERGS	5.356.228,00	0,00	5.356.228,00-
721803310066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SUPRG	406.116,00	0,00	406.116,00-
721803310070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-FOSPA	164.573,00	0,00	164.573,00-
721803310078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DEFENSORIA PUBL	2.945.800,00	3.189.733,74	243.933,74
721803310079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA - DETRAN	45.384,00	0,00	45.384,00-
721803310087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SEGURANCA	110.734.788,00	118.641.226,10	7.906.438,10
721803310088	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - SEAPEN	9.315.267,00	0,00	9.315.267,00-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00055
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803310101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- PODER EXEC	26.019,00	3.255,51	22.763,49-
721803310110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- TCE	46.800,00	33.451,90	13.348,10-
721803310116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- MP	0,00	1.893,68	1.893,68
721803310134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS-SEDUC	0,00	1.652,77	1.652,77
721803310137	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSÕES CIVIL-SES	0,00	445,26	445,26
721803310178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- DEFENSORIA	44.187,00	15.008,96	29.178,04-
721803310187	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - REGIME DE CAPITALIZACAO - PENSIONISTA - SSP CIV	59.265,00	15.061,27	44.203,73-
721803400000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	20.661.040,00	3.502.439,35	17.158.600,65-
721803410000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINC	20.661.040,00	3.502.439,35	17.158.600,65-
721803410027	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA PREVIDENCIA SOCIAL - RPV	20.661.040,00	3.502.439,35	17.158.600,65-
721807000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA PREVIDÊNCIA MILITAR DE ESTADOS E DF	1.132.256.062,00	1.436.711.936,34	304.455.874,34
721807100000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO	440.934.934,00	415.955.591,90	24.979.342,10-
721807110000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	440.934.934,00	415.955.591,90	24.979.342,10-
721807110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO MILITAR-PODER EXECUTI	378.923.361,00	342.771.212,99	36.152.148,01-
721807110102	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	62.011.573,00	73.184.378,91	11.172.805,91
721807200000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO	554.907.603,00	800.907.579,25	245.999.976,25
721807210000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	554.907.603,00	800.907.579,25	245.999.976,25
721807210002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO MILITAR-PODER EXECU	554.907.603,00	800.907.579,25	245.999.976,25
721807300000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES	136.413.525,00	219.848.765,19	83.435.240,19
721807310000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	136.413.525,00	219.848.765,19	83.435.240,19
721807310002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA MILITAR-PODER E	136.413.525,00	219.822.484,96	83.408.959,96
721807310102	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA FUNDOPREV-PENSIONISTA MILIT	0,00	26.280,23	26.280,23
760000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
763801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	9.264.951,00	9.223.148,82	41.802,18-
790000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	9.871.154.118,00	10.333.278.309,09	462.124.191,09
792000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	27.336.710,00	15.187.087,35	12.149.622,65-
792800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUN	27.336.710,00	15.187.087,35	12.149.622,65-
792801000000	INDENIZAÇÕES- ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.195.546,00	1.294.811,55	99.265,55
792801100000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.195.546,00	1.294.811,55	99.265,55
792801110000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.195.546,00	1.294.811,55	99.265,55
792801110003	INDENIZACOES DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE PRESTACAO DE SERVICOS POR APENAD	1.195.546,00	1.294.811,55	99.265,55

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00056
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
792802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	26.141.164,00	13.892.275,80	12.248.888,20-
792802900000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	26.141.164,00	13.892.275,80	12.248.888,20-
792802910000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-PR	26.141.164,00	13.892.275,80	12.248.888,20-
792802910007	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS	12.898.244,00	749.083,16	12.149.160,84-
792802910011	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - AL	167.000,00	448.789,83	281.789,83
792802910012	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TCE	4.265.962,00	4.447.107,14	181.145,14
792802910013	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TJ	640.000,00	679.450,16	39.450,16
792802910015	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - DPE	153.000,00	0,00	153.000,00-
792802910016	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS - FESP	421.958,00	428.927,74	6.969,74
792802910017	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.595.000,00	5.107.008,34	2.487.991,66-
792802910018	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	0,00	2.025.524,50	2.025.524,50
792802910020	RESTITUICAO DE SEQUESTROS RPV	0,00	6.384,93	6.384,93
799000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	9.843.817.408,00	10.318.091.221,74	474.273.813,74
799001000000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	9.843.817.408,00	10.318.091.221,74	474.273.813,74
799001100000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	9.843.817.408,00	10.318.091.221,74	474.273.813,74
799001110000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PRINCIPA	9.843.817.408,00	10.318.091.221,74	474.273.813,74
799001110001	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-OUTROS ORG EXEC-INATIV	535.292.174,00	434.082.096,27	101.210.077,73-
799001110002	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-MILITARES-INATIVO	2.544.703.352,00	2.490.282.404,27	54.420.947,73-
799001110007	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	88.210.000,00	84.888.189,42	3.321.810,58-
799001110010	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL DE CONTA	73.040.000,00	64.018.132,54	9.021.867,46-
799001110030	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL MILITAR	0,00	300.801,24	300.801,24
799001110033	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL DE JUSTI	179.002.835,00	168.039.008,77	10.963.826,23-
799001110034	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SECR EDUCACAO-INATIVOS	3.259.661.083,00	3.564.377.778,43	304.716.695,43
799001110037	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SECR SAUDE-INATIV	156.662.261,00	199.874.218,81	43.211.957,81
799001110056	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DAER-INATIVOS	103.384.924,00	86.459.926,85	16.924.997,15-
799001110058	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SPH-INATIVOS	0,00	20.174.419,48	20.174.419,48
799001110079	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SEGURANCA-INATIVO	449.610.930,00	594.922.795,88	145.311.865,88
799001110081	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEF FINANCEIRO-OUTR ORG EXEC-PENSIONISTAS	476.441.643,00	889.920.369,64	413.478.726,64
799001110082	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-MILITARES-PENSIONISTAS	1.078.199.036,00	920.641.088,24	157.557.947,76-
799001110083	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-S EDUCACAO-PENSIONISTA	219.244.677,00	229.427.866,75	10.183.189,75
799001110084	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SEC SAUDE-PENSIONISTAS	54.915.015,00	54.937.322,60	22.307,60
799001110085	CONTRIB PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DAER-PENSIONISTAS	105.571.615,00	0,00	105.571.615,00-
799001110087	CONTRIB PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-IRGA-PENSIONISTAS	550.531,00	0,00	550.531,00-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00057
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
799001110187	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-PENSIONISTAS-SEGURANCA	304.826.381,00	290.194.332,55	14.632.048,45-
799001110188	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZ DEFICIT FINANCEIRO - INATIVOS - SEAPEN	0,00	15.848.704,04	15.848.704,04
799001110307	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONIS- ASSEMBLEI	31.426.699,00	30.579.062,86	847.636,14-
799001110310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	17.360.000,00	17.409.912,44	49.912,44
799001110330	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	3.458.949,00	3.168.969,95	289.979,05-
799001110333	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	162.255.303,00	158.543.820,71	3.711.482,29-
900000000000	DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	16.555.307.880,00-	22.548.962.090,42-	5.993.654.210,42-
910000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.846.543.970,20-	21.456.841.275,61-	5.610.297.305,41-
911000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS	15.846.543.970,20-	21.456.841.275,61-	5.610.297.305,41-
911800000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	15.846.543.970,20-	21.456.841.275,61-	5.610.297.305,41-
911801000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	2.105.029.019,00-	2.582.537.644,38-	477.508.625,38-
911801200000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.966.200.000,00-	2.356.285.086,70-	390.085.086,70-
911801210000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	1.795.817.641,20-	2.162.437.444,70-	366.619.803,50-
911801210001	DEDUÇÃO IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES - FUNDEB	299.302.940,20-	360.815.194,38-	61.512.254,18-
911801219001	DEDUÇÃO IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES - MUNICIPI	1.496.514.701,00-	1.801.622.250,32-	305.107.549,32-
911801230000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	95.487.162,00-	115.891.316,49-	20.404.154,49-
911801230001	DEDUÇÃO RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	15.914.527,00-	19.325.648,39-	3.411.121,39-
911801230011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	0,00	4,72-	4,72-
911801239001	DEDUÇÃO RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - MUNICIPIOS	79.572.635,00-	96.565.639,78-	16.993.004,78-
911801239011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - MUNICIPIOS	0,00	23,60-	23,60-
911801250000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	37.501.504,20-	39.209.726,96-	1.708.222,76-
911801250001	DEDUÇÃO MULTAS DO IPVA - FUNDEB	6.250.250,70-	6.545.323,64-	295.072,94-
911801259001	DEDUÇÃO MULTAS DO IPVA - MUNICIPIOS	31.251.253,50-	32.664.403,32-	1.413.149,82-
911801260000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	3.775.113,00-	3.142.301,71-	632.811,29
911801260001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO IPVA - FUNDEB	629.185,50-	525.085,13-	104.100,37
911801269001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO IPVA - MUNICIPIOS	3.145.927,50-	2.617.216,58-	528.710,92
911801270000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-MUL	25.041.924,60-	28.979.209,69-	3.937.285,09-
911801270001	DEDUÇÃO MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - FUNDEB	4.173.654,10-	4.829.916,39-	656.262,29-
911801270011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - FUNDEB	0,00	1,18-	1,18-
911801279001	DEDUÇÃO MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - MUNICIPIOS	20.868.270,50-	24.149.286,22-	3.281.015,72-
911801279011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - MUNICIPIOS	0,00	5,90-	5,90-
911801280000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-JUR	8.576.655,00-	6.625.087,15-	1.951.567,85
911801280001	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73) - FUNDEB	1.429.442,50-	1.104.244,91-	325.197,59
911801280011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA - FUNDEB	0,00	4,10-	4,10-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00058
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911801289001	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73) - MUNICIP	7.147.212,50-	5.520.817,60-	1.626.394,90
911801289011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA - MUNICIPIOS	0,00	20,54-	20,54-
911801300000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	137.196.130,00-	224.329.978,29-	87.133.848,29-
911801310000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS-PRINC	134.384.536,20-	219.843.324,41-	85.458.788,21-
911801310001	DEDUÇÃO ITCD - FUNDEB	134.384.536,20-	219.843.324,41-	85.458.788,21-
911801330000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	634.221,20-	1.632.085,79-	997.864,59-
911801330001	DEDUÇÃO RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	634.221,20-	1.625.521,30-	991.300,10-
911801330011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	0,00	6.564,49-	6.564,49-
911801350000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MUL	726.939,60-	498.460,35-	228.479,25
911801350001	DEDUÇÃO MULTAS DO ITCD - FUNDEB	726.939,60-	498.460,35-	228.479,25
911801360000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUR	620.556,60-	301.290,47-	319.266,13
911801360001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ITCD - FUNDEB	620.556,60-	301.290,47-	319.266,13
911801370000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	370.206,60-	954.069,95-	583.863,35-
911801370001	DEDUÇÃO MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	370.206,60-	950.131,31-	579.924,71-
911801370011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTAS MORA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	0,00	3.938,64-	3.938,64-
911801380000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	459.669,80-	1.100.747,32-	641.077,52-
911801380001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	459.669,80-	1.090.843,93-	631.174,13-
911801380011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA - FUNDEB	0,00	9.903,39-	9.903,39-
911801400000	DEDUÇÃO ITBI	1.632.889,00-	1.922.579,39-	289.690,39-
911801410000	DEDUÇÃO ITBI	1.632.889,00-	1.922.579,39-	289.690,39-
911801419001	DEDUÇÃO ITBI - MUNICIPIOS	1.632.889,00-	1.922.579,39-	289.690,39-
911802000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	13.741.514.951,20-	18.874.303.631,23-	5.132.788.680,03-
911802100000	DEDUÇÃO IMPOSTO OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES	13.671.514.951,20-	18.809.492.596,17-	5.137.977.644,97-
911802110000	DEDUÇÃO ICMS - PRINCIPAL	13.034.204.592,40-	17.462.880.025,24-	4.428.675.432,84-
911802110002	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV TRANSP - FUND	4.788.201.027,15-	6.431.088.204,26-	1.642.887.177,11-
911802110012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERCAD E S/ PREST DE SERV-AUL-FUNDEB	99.625.695,00-	120.916.120,38-	21.290.425,38-
911802119002	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV TRANSP - MUNI	7.980.335.045,25-	10.712.939.945,29-	2.732.604.900,04-
911802119012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERCAD E S/ PREST DE SERV TRANSP-AUL-MUNICI	166.042.825,00-	197.935.755,31-	31.892.930,31-
911802130000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA	317.629.869,60-	1.111.517.257,50-	793.887.387,90-
911802130002	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	119.111.201,10-	167.895.464,00-	48.784.262,90-
911802130022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	0,00	985.571,21-	985.571,21-
911802130122	DEDUCAO FUNDEB - ICMS DIVIDA ATIVA - DACAO EM PAGAMENTO - ACOES CEEE	0,00	248.096.680,96-	248.096.680,96-
911802139002	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - MUNICIPIOS	198.518.668,50-	279.402.451,97-	80.883.783,47-
911802139022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - MUNICIPIOS	0,00	1.642.621,08-	1.642.621,08-

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00059
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911802139122	DEDUCAO MUNICIPIOS ICMS DIVIDA ATIVA - DACAO ACOES CEEE	0,00	413.494.468,28-	413.494.468,28-
911802150000	DEDUÇÃO ICMS - MULTAS	57.667.760,80-	62.746.527,55-	5.078.766,75-
911802150002	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - FUNDEB	2.998.424,40-	2.796.087,64-	202.336,76
911802150012	DEDUÇÃO MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	7.929.355,80-	11.749.854,12-	3.820.498,32-
911802150022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	10.697.630,10-	9.299.028,67-	1.398.601,43
911802159002	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - MUNICIPIOS	4.997.374,00-	4.653.389,37-	343.984,63
911802159012	DEDUÇÃO MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	13.215.593,00-	19.540.320,49-	6.324.727,49-
911802159022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	17.829.383,50-	14.707.847,26-	3.121.536,24
911802160000	DEDUÇÃO ICMS - JUROS	32.581.406,80-	18.733.884,01-	13.847.522,79
911802160002	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - FUNDEB	3.702.431,25-	736.398,57-	2.966.032,68
911802160012	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	8.515.596,30-	6.685.738,89-	1.829.857,41
911802169002	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - MUNICIPIOS	6.170.718,75-	1.225.319,01-	4.945.399,74
911802169012	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	14.192.660,50-	10.086.427,54-	4.106.232,96
911802170000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	90.791.055,20-	83.697.492,93-	7.093.562,27
911802170002	DEDUÇÃO MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	25.348.755,60-	7.525.020,98-	17.823.734,62
911802170012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	8.697.890,10-	23.432.923,02-	14.735.032,92-
911802170022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	0,00	293.684,29-	293.684,29-
911802170032	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA DO ICMS-FUNDEB	0,00	105.019,23-	105.019,23-
911802179002	DEDUÇÃO MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	42.247.926,00-	12.657.697,30-	29.590.228,70
911802179012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	14.496.483,50-	39.018.702,28-	24.522.218,78-
911802179022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	0,00	489.474,82-	489.474,82-
911802179032	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS-MUNICIPIOS	0,00	174.971,01-	174.971,01-
911802180000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	138.640.266,40-	69.917.408,94-	68.722.857,46
911802180002	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73) - FUNDEB	51.990.099,90-	24.751.673,75-	27.238.426,15
911802180022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS - FUNDEB	0,00	1.473.099,45-	1.473.099,45-
911802189002	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73) - MUNICIPI	86.650.166,50-	41.237.861,98-	45.412.304,52
911802189022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS - MUNICIPIOS	0,00	2.454.773,76-	2.454.773,76-
911802200000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	70.000.000,00-	64.811.035,06-	5.188.964,94
911802210000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	69.852.364,80-	64.437.341,22-	5.415.023,58
911802210001	DEDUÇÃO FUNDEB ICMS -AMPARA-RS	69.600.529,20-	63.920.112,99-	5.680.416,21
911802210012	DEDUÇÃO FUNDEB ICMS-AUL-AMPARA-RS	251.835,60-	517.228,23-	265.392,63-
911802230000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	82.666,40-	148.945,77-	66.279,37-
911802230001	DEDUÇÃO FUNDEB RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	82.666,40-	148.945,77-	66.279,37-
911802250000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	41.465,89-	88.782,17-	47.316,28-
911802250001	DEDUÇÃO FUNDEB MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	22.112,30-	13.586,34-	8.525,96

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00060
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911802250012	DEDUÇÃO FUNDEB MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	10.736,90-	55.743,68-	45.006,78-
911802250022	DEDUÇÃO FUNDEB MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	8.616,69-	19.452,15-	10.835,46-
911802260000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	3.716,40-	13.268,78-	9.552,38-
911802260001	DEDUÇÃO FUNDEB JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	3.716,40-	1.529,41-	2.186,99
911802260012	DEDUCAO FUNDEB JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA-RS	0,00	11.739,37-	11.739,37-
911802270000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-MU	14.034,71-	96.568,74-	82.534,03-
911802270001	DEDUÇÃO FUNDEB MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	8.954,30-	16.817,11-	7.862,81-
911802270022	DEDUÇÃO FUNDEB MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	5.080,41-	79.751,63-	74.671,22-
911802280000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-JU	5.751,80-	26.128,38-	20.376,58-
911802280001	DEDUÇÃO FUNDEB JUROS MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS-ART 69 LEI 6537-73-AMPARA-	5.751,80-	26.128,38-	20.376,58-
930000000000	DEDUÇÃO RECEITA PATRIMONIAL	0,00	296.896.555,16-	296.896.555,16-
932000000000	DEDUÇÃO VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	295.709.994,80-	295.709.994,80-
932100000000	DEDUÇÃO JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0,00	295.709.994,80-	295.709.994,80-
932100100000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	4,22-	4,22-
932100110000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	4,22-	4,22-
932100112017	DEDUÇÃO REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - ICMS - MUNICIPIOS	0,00	4,22-	4,22-
932100400000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPP	0,00	295.709.990,58-	295.709.990,58-
932100410000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS-PRINC	0,00	295.709.990,58-	295.709.990,58-
932100410001	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	0,00	239.173.398,47-	239.173.398,47-
932100410002	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITA	0,00	56.536.592,11-	56.536.592,11-
939000000000	DEDUCAO DE DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	1.186.560,36-	1.186.560,36-
939000100000	DEDUCAO DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	1.186.560,36-	1.186.560,36-
939000110000	DEDUCAO DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	0,00	1.186.560,36-	1.186.560,36-
939000110027	DEDUCAO DE RECEITA CONTRAPARTIDA DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	1.186.560,36-	1.186.560,36-
970000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	708.763.909,80-	751.532.527,50-	42.768.617,70-
971000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	708.763.909,80-	751.532.527,50-	42.768.617,70-
971800000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	708.763.909,80-	751.532.527,50-	42.768.617,70-
971801000000	DEDUÇÃO PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	647.396.855,80-	751.532.527,50-	104.135.671,70-
971801100000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERA	429.507.555,00-	539.597.237,20-	110.089.682,20-
971801110000	DEDUÇÃO COTA-PARTE FUNDO PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL-PRINCIP	429.507.555,00-	539.597.237,20-	110.089.682,20-
971801110001	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)-FUNDEB	429.507.555,00-	539.597.237,20-	110.089.682,20-
971801600000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	210.061.514,80-	205.740.374,48-	4.321.140,32
971801610000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	210.061.514,80-	205.740.374,48-	4.321.140,32
971801610001	DEDUÇÃO COTA-PARTE IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES-FU	78.773.068,05-	77.152.546,35-	1.620.521,70

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00061
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
971801619001	DEDUÇÃO COTA-PARTE IMP PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES - MUNI	131.288.446,75-	128.587.828,13-	2.700.618,62
971801700000	DEDUCAO CIDE	7.827.786,00-	6.194.915,82-	1.632.870,18
971801710000	DEDUCAO CIDE	7.827.786,00-	6.194.915,82-	1.632.870,18
971801719013	DEDUCAO CIDE - MUNICIPIOS	7.827.786,00-	6.194.915,82-	1.632.870,18
971802000000	DEDUCAO TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO RECURSOS NATURA	1.167.054,00-	0,00	1.167.054,00
971802600000	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL	1.167.054,00-	0,00	1.167.054,00
971802610000	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL	1.167.054,00-	0,00	1.167.054,00
971802619070	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL - MUNICIPIOS	1.167.054,00-	0,00	1.167.054,00
971806000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	60.200.000,00-	0,00	60.200.000,00
971806100000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	60.200.000,00-	0,00	60.200.000,00
971806110000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96-PRINC	60.200.000,00-	0,00	60.200.000,00
971806110001	DEDUÇÃO TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96 - FUNDEB	60.200.000,00-	0,00	60.200.000,00
990000000000	DEDUCAO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	43.691.732,15-	43.691.732,15-
991000000000	DEDUCAO MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	43.691.732,15-	43.691.732,15-
991001000000	DEDUCOES DE MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECIFICA	0,00	43.691.732,15-	43.691.732,15-
991001100000	DEDUCOES DE MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECIFICA	0,00	43.691.732,15-	43.691.732,15-
991001110000	DEDUCOES MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL	0,00	43.691.732,15-	43.691.732,15-
991001110020	DEDUCAO COBRANCA DETRAN - MULTAS TRANSITO BATALHAO POLICIA RODOVIARIA	0,00	38.476.916,31-	38.476.916,31-
991001111020	DEDUCAO FUNSET - INFRACAO DE TRANSITO MANUAL POLICIA RODOVIARIA	0,00	4.684.921,57-	4.684.921,57-
991001119020	DEDUCAO RENAINF - MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA	0,00	529.894,27-	529.894,27-
TOTAL		58.822.939.425,00	73.516.274.110,55	14.693.334.685,55

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE065/00001
	COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	ANEXO N.11
		R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESA FIXADA	41.110.114.000,00	2.918.497.950,00	45.367.148.450,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	7.085.448.678,96	1.528.373.676,60	9.963.006.430,56
DESPESA AUTORIZADA	46.112.172.569,55	7.507.603.656,93	53.619.832.726,48
DESPESA REALIZADA	42.925.451.702,17	6.571.008.464,98	49.496.460.167,15
DIFERENÇA	3.186.720.867,38	936.595.191,95	4.123.372.559,33
AUTARQUIAS			
DESPESA FIXADA	20.053.242.738,00	250.448.660,00	20.687.590.773,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	608.082.943,57	94.475.688,10	705.908.631,67
DESPESA AUTORIZADA	20.147.043.108,83	976.183.725,84	21.503.776.209,67
DESPESA REALIZADA	19.742.615.573,10	898.964.180,06	20.641.579.753,16
DIFERENÇA	404.427.535,73	77.219.545,78	862.196.456,51
FUNDAÇÕES			
DESPESA FIXADA	855.464.284,00	5.510.319,00	860.974.603,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	38.007.782,15	1.346.602,00	39.354.384,15
DESPESA AUTORIZADA	952.642.492,95	17.663.713,55	970.306.206,50
DESPESA REALIZADA	823.478.150,20	8.470.115,87	831.948.266,07
DIFERENÇA	129.164.342,75	9.193.597,68	138.357.940,43
TOTAL GERAL			
DESPESA FIXADA			66.915.713.826,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
SUPLEMENTAÇÕES			0,00
REDUÇÕES			10.708.269.446,38
DESPESA AUTORIZADA			76.093.915.142,65
DESPESA REALIZADA			70.969.988.186,38
DIFERENÇA			5.123.926.956,27

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

OBSERVAÇÃO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA E SUAS ALTERAÇÕES ESTÁ CONSIDERADA NAS DOTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, APENAS NA COLUNA "TOTAL".

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00.0000	DESPESA CORRENTE	63.491.545.425,47
3.1.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.436.912.156,42
3.1.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	31.124.952.487,13
3.1.90.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	13.804.328.074,08
3.1.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	6.524.315,61
3.1.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	476.240,10
3.1.90.01.0103	INATIVOS CIVIS - ATUALIZACAO MONETARIA ART 36 CE	60.711,07
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	236.504.782,64
3.1.90.01.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	90.168.466,71
3.1.90.01.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	1.039.514,97
3.1.90.01.0112	REFORCO DE PROVENTOS	82.840.365,95
3.1.90.01.0113	PESSOAL INATIVO-JUROS	107.218,86
3.1.90.01.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	75.494,51
3.1.90.01.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	7.705.313.374,56
3.1.90.01.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	18.964.761,51
3.1.90.01.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	204.785.982,88
3.1.90.01.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	788.456.462,96
3.1.90.01.0121	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	29.971,80
3.1.90.01.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	1.196.311.597,41
3.1.90.01.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	4.191.651,58
3.1.90.01.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	2.196.825.991,92
3.1.90.01.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	166.319.462,29
3.1.90.01.0128	REFORMA POR INVALIDEZ	28.320.246,22
3.1.90.01.0129	13 SALARIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	492.288.008,93
3.1.90.01.0130	13 SALARIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	2.171.312,18
3.1.90.01.0131	13 SALARIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	23.383.463,50
3.1.90.01.0132	13 SALARIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	88.121.477,64
3.1.90.01.0133	13 SALARIO -APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	3.679,17
3.1.90.01.0135	13 SALARIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	142.435.615,06
3.1.90.01.0136	13 SALARIO - OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	487.395,20
3.1.90.01.0137	13 SALARIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	245.249.003,64
3.1.90.01.0139	13 SALARIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	20.109.688,26
3.1.90.01.0140	13 SALARIO - REFORMA POR INVALIDEZ	3.231.348,21
3.1.90.01.0141	OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	481.387,27
3.1.90.01.0142	13 SALARIO - OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	49.081,47
3.1.90.01.0143	PROVENTOS DE INATIVOS - EX AUTARQUICOS CEEE	59.000.000,00
3.1.90.03.0000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.333.264.445,06
3.1.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	1.105.088.634,87
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.974.302.175,30
3.1.90.03.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	156.205.797,82
3.1.90.03.0305	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	97.620.824,55
3.1.90.03.0309	PENSIONISTAS - JUROS	47.012,52
3.1.90.07.0000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	9.409.893,36
3.1.90.07.0701	CONTRIBUICAO PATRONAL PREVIDENCIA COMPLEMENTAR RS PREV	9.409.893,36
3.1.90.11.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.693.036.343,92
3.1.90.11.1102	VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	1.192.666.720,49
3.1.90.11.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	488.742.348,90
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES - RPPS	14.667.941,88
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	430.098.750,13
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	811.872.470,51
3.1.90.11.1108	JETON-RPPS	9.546.224,53
3.1.90.11.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	6.959.537,48
3.1.90.11.1111	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RPPS	457.282,16
3.1.90.11.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	75.211.240,74
3.1.90.11.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	2.158.885,85
3.1.90.11.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	3.972.476,71
3.1.90.11.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	142.266,93
3.1.90.11.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	32.291.547,57
3.1.90.11.1118	VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	984.034.372,52
3.1.90.11.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	131.357.132,23
3.1.90.11.1120	GRATIFICACOES - RGPS	16.037.394,41
3.1.90.11.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	106.048.891,39
3.1.90.11.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	131.876.583,70
3.1.90.11.1123	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RGPS	11.151.978,44
3.1.90.11.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	169.064.682,58
3.1.90.11.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	112.676.058,33
3.1.90.11.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	42.590.975,74
3.1.90.11.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	28.864.683,93
3.1.90.11.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	32.268.034,58
3.1.90.11.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	13.653.016,10
3.1.90.11.1132	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS-RPPS	3.129.765,97
3.1.90.11.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	27.721.330,57
3.1.90.11.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	2.202.904,98
3.1.90.11.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	1.428.198,59
3.1.90.11.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	2.912.023.048,56
3.1.90.11.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	89.456.736,63
3.1.90.11.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	172.902.599,44
3.1.90.11.1139	LICENÇA PREMIO RPPS	38.536,50
3.1.90.11.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	229.265,21
3.1.90.11.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	4.410.576,68
3.1.90.11.1142	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RPPS	392.316,56
3.1.90.11.1143	INCR PLANO CARGOS SALÁRIOS PODER JUDICIÁRIO	670,23
3.1.90.11.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	32.813.695,93
3.1.90.11.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	340.825.221,91
3.1.90.11.1146	SUBSÍDIOS - RGPS	25.391.798,16
3.1.90.11.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	51.079.667,39
3.1.90.11.1148	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - RGPS	10.651.847,65
3.1.90.11.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	45.114.708,34
3.1.90.11.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	6.290.687,60
3.1.90.11.1151	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS - RGPS	788.396,37
3.1.90.11.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	2.221.166,23
3.1.90.11.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	6.481.848,28

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.11.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	6.952.998,02
3.1.90.11.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	15.300.405,74
3.1.90.11.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	41.347.291,54
3.1.90.11.1157	LICENÇA PREMIO RGPS	22.811,55
3.1.90.11.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	1.139.971,31
3.1.90.11.1159	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RGPS	1.663.477,93
3.1.90.11.1160	JETON - RGPS	1.482,00
3.1.90.11.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	7.510.281,57
3.1.90.11.1164	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RGPS	11.726.496,97
3.1.90.11.1165	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	23.147.682,78
3.1.90.11.1166	PRORROGAÇÃO SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	216.958,90
3.1.90.12.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITAR	1.867.521.066,83
3.1.90.12.1202	SOLDO	27.142.912,66
3.1.90.12.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	140.716.698,59
3.1.90.12.1204	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	7.375.066,66
3.1.90.12.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	498.674,54
3.1.90.12.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	1.529.227.817,34
3.1.90.12.1209	ABONO FAMÍLIA - MILITAR	381.225,00
3.1.90.12.1210	ABONO PERMANÊNCIA EC 41/03	25.144,83
3.1.90.12.1215	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - PESSOAL MILITAR	117.809.142,81
3.1.90.12.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	1.483.715,01
3.1.90.12.1217	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	42.860.669,39
3.1.90.13.0000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	480.013.908,36
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	319.812,37
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAÚDE	7.595.258,67
3.1.90.13.1304	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - INSS	404.277.646,66
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	50.786.881,47
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	11.646.110,71
3.1.90.13.1317	MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS	68.923,93
3.1.90.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	105.920,66
3.1.90.13.1322	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA APOS ACORDO/CONVENÇÃO COLETIVA	267.736,26
3.1.90.13.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	66.802,96
3.1.90.13.1330	PASEP SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	4.628.854,58
3.1.90.13.1331	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - SERVIDORES ADIDOS	249.960,09
3.1.90.16.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	335.356.028,28
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA - RPPS	83.766.849,03
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	1.217.982,28
3.1.90.16.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	8.641,69
3.1.90.16.1605	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL CIVIL VINC RGPS	12.143,72
3.1.90.16.1606	HORA EXTRA - RGPS	33.628.687,74
3.1.90.16.1607	HONORÁRIOS - PESSOAL CIVIL - RPPS	343.587,38
3.1.90.16.1608	HONORÁRIOS - PESSOAL CIVIL - RGPS	105.338,04
3.1.90.16.1610	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	3.124.252,11
3.1.90.16.1611	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	53.223,57
3.1.90.16.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	188.637.278,72
3.1.90.16.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	1.203.843,10
3.1.90.16.1614	HORAS INTRA E INTER JORNADAS - RGPS	19.079.867,98
3.1.90.16.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	547.264,15
3.1.90.16.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	3.627.068,77
3.1.90.17.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL MILITAR	158.296.004,42
3.1.90.17.1701	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	73.606.176,20
3.1.90.17.1702	HORA EXTRA	78.154.832,14
3.1.90.17.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	153.748,15
3.1.90.17.1707	GRATIFICAÇÃO ENCARGO CURSO - MILITAR	6.381.247,93
3.1.90.59.0000	PENSOES ESPECIAIS	59.063.734,39
3.1.90.59.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	59.063.734,39
3.1.90.91.0000	SENTENÇAS JUDICIAIS	983.400.585,83
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	983.400.585,83
3.1.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.296.958.017,20
3.1.90.92.0101	FERROVIÁRIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	33.795,82
3.1.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	251.042,47
3.1.90.92.0103	INATIVOS CIVIS - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ART 36 CE	14.914.302,08
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	87.631.031,06
3.1.90.92.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	8.408.845,00
3.1.90.92.0109	ABONO FAMÍLIA - INATIVO CIVIL	6.194.108,97
3.1.90.92.0112	REFORÇO DE PROVENTOS	381.919,47
3.1.90.92.0115	ABONO FAMÍLIA INATIVO - MILITAR	845.879,35
3.1.90.92.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	31.008.734,87
3.1.90.92.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	58.936,18
3.1.90.92.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	669.843,58
3.1.90.92.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	7.464.314,23
3.1.90.92.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	2.791.049,78
3.1.90.92.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	642.222,89
3.1.90.92.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	2.207.451,91
3.1.90.92.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	1.370.244,63
3.1.90.92.0129	13 SALÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1.609.137,34
3.1.90.92.0130	13 SALÁRIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	3.544,16
3.1.90.92.0131	13 SALÁRIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	65.699,44
3.1.90.92.0132	13 SALÁRIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	249.020,64
3.1.90.92.0135	13 SALÁRIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	80.559,39
3.1.90.92.0137	13 SALÁRIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	236.210,99
3.1.90.92.0139	13 SALÁRIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	67.850,05
3.1.90.92.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	26.303,89
3.1.90.92.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	6.755.519,52
3.1.90.92.1102	VENCIMENTOS E SALÁRIOS - RPPS	18.081.385,02
3.1.90.92.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	16.841.782,74
3.1.90.92.1104	GRATIFICAÇÕES - RPPS	26.311,03
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	9.537.072,12
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	35.341.546,74
3.1.90.92.1108	JETON-RPPS	451.673,72
3.1.90.92.1109	AUXÍLIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLÍCIA	17.452,35
3.1.90.92.1112	ABONO PERMANÊNCIA EC 41/03-RPPS	7.563.868,59

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.92.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	3.303,31
3.1.90.92.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	129.611.952,80
3.1.90.92.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	1,11
3.1.90.92.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	246.883,53
3.1.90.92.1117	REMUNERACAO PELO EXERCICIO DE FATO	9.608,88
3.1.90.92.1118	VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	8.020.726,29
3.1.90.92.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	1.039.068,32
3.1.90.92.1120	GRATIFICACOES - RGPS	2.945,09
3.1.90.92.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	288.428,59
3.1.90.92.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	1.601.347,64
3.1.90.92.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	662.998,76
3.1.90.92.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	551.475,71
3.1.90.92.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	119.158,75
3.1.90.92.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	11.888,04
3.1.90.92.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	329.850,05
3.1.90.92.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	10.563,56
3.1.90.92.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	382.358,74
3.1.90.92.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	38.547,64
3.1.90.92.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	63.437,78
3.1.90.92.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	98.780.426,37
3.1.90.92.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	20.739.581,22
3.1.90.92.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	6.088.026,39
3.1.90.92.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	142.144,21
3.1.90.92.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	35.347,35
3.1.90.92.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	136.723,31
3.1.90.92.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	3.827.806,16
3.1.90.92.1146	SUBSÍDIOS - RGPS	46.106,20
3.1.90.92.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	336.566,78
3.1.90.92.1148	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - RGPS	19.661,76
3.1.90.92.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	2.570.416,09
3.1.90.92.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	26.764,24
3.1.90.92.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	125.094,03
3.1.90.92.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	738,18
3.1.90.92.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	71.387,09
3.1.90.92.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	379.040,53
3.1.90.92.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	212.901,42
3.1.90.92.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	49.942,29
3.1.90.92.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	1.940,27
3.1.90.92.1164	LICENCA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RGPS	34.503.087,00
3.1.90.92.1165	LICENCA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	420.893.056,46
3.1.90.92.1167	DIFERENÇAS SALARIAIS RGPS-OUTROS PODERES	15.603.970,08
3.1.90.92.1202	SOLDO	916.252,50
3.1.90.92.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	17.614.571,30
3.1.90.92.1204	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	130.235,37
3.1.90.92.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	315.860,13
3.1.90.92.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	6.573.030,99
3.1.90.92.1209	ABONO FAMILIA - MILITAR	5.936,99
3.1.90.92.1215	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - PESSOAL MILITAR	438.764,12
3.1.90.92.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	47.954,36
3.1.90.92.1217	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	297.542,70
3.1.90.92.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	77,28
3.1.90.92.1303	PLANO DE SAUDE	1.262,41
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL - INSS	461.974,64
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	135.934,25
3.1.90.92.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.488,79
3.1.90.92.1317	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS	43.230,80
3.1.90.92.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	6.795,94
3.1.90.92.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	9.461,61
3.1.90.92.1331	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL - SERVIDORES ADIDOS	162,57
3.1.90.92.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RPPS	2.814,34
3.1.90.92.1602	HORA EXTRA - RPPS	7.811.148,37
3.1.90.92.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	21.192,06
3.1.90.92.1606	HORA EXTRA - RGPS	79.236,09
3.1.90.92.1607	HONORARIOS - PESSOAL CIVIL - RPPS	28.979,57
3.1.90.92.1608	HONORARIOS - PESSOAL CIVIL - RGPS	2.993,96
3.1.90.92.1610	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	328.618,89
3.1.90.92.1611	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	16.027,70
3.1.90.92.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	16.240.994,11
3.1.90.92.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	28.286,72
3.1.90.92.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	44.249,11
3.1.90.92.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	373.264,76
3.1.90.92.1701	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	6.878.056,83
3.1.90.92.1702	HORA EXTRA	7.391.014,79
3.1.90.92.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	277.850,12
3.1.90.92.1707	GRATIFICACAO ENCARGO CURSO - MILITAR	130.903,98
3.1.90.92.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	1.633.815,42
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	831.406,34
3.1.90.92.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS	43.432.668,45
3.1.90.92.9405	LICENCA PREMIO CONVERTIDA EM PECUNIA	172.721.919,53
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.266.107,27
3.1.90.94.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	87.213.413,35
3.1.90.94.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS	37.367.200,22
3.1.90.94.9405	LICENCA PREMIO CONVERTIDA EM PECUNIA	49.846.213,13
3.1.90.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	17.090.972,05
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	17.090.972,05
3.1.91.00.0000	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDADES DO OF	16.311.959.669,29
3.1.91.13.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	16.272.367.690,87
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	693.019.019,51
3.1.91.13.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	2.593.648.046,65
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.679.794.762,68
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	2.807.610.308,25
3.1.91.13.1312	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/PENSIONISTAS - RPPS	655.425.533,42

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00004
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	7.717.644.389,49
3.1.91.13.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	47.577.839,56
3.1.91.13.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	68.208.937,53
3.1.91.13.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGFS	9.017.644,84
3.1.91.13.1324	FUNDOPREV-CIVIL S/INATIVOS	151.570,08
3.1.91.13.1328	FUNDOPREV-CIVIL S/ PENSIONISTAS	215.366,20
3.1.91.13.1329	FUNDOPREV MILITAR S/ PENSIONISTAS	54.272,66
3.1.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.502.040,64
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	10.644.203,78
3.1.91.92.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	2.389.111,77
3.1.91.92.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	471.160,70
3.1.91.92.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	1.319.458,69
3.1.91.92.1312	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/PENSIONISTAS - RPPS	941.468,50
3.1.91.92.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	6.975.416,54
3.1.91.92.1324	FUNDOPREV-CIVIL S/INATIVOS	1.181,16
3.1.91.92.1328	FUNDOPREV-CIVIL S/ PENSIONISTAS	275,90
3.1.91.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	648.146,27
3.1.91.92.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.111.617,33
3.1.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.253.753,44
3.1.91.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	7.253.753,44
3.1.91.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	7.836.184,34
3.1.91.96.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	7.836.184,34
3.2.00.00.0000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.415.555.841,10
3.2.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	2.415.555.841,10
3.2.90.21.0000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	2.398.415.253,42
3.2.90.21.2101	JUROS E ENCARGOS DE MORA - DIVIDA FUNDADA INTERNA	0,35
3.2.90.21.2110	FUNDADA INTERNA - JUROS	2.322.769.814,94
3.2.90.21.2120	FUNDADA EXTERNA - JUROS	75.645.438,13
3.2.90.22.0000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	17.140.587,68
3.2.90.22.2210	FUNDADA INTERNA - OUTROS ENCARGOS	16.053.288,30
3.2.90.22.2220	FUNDADA EXTERNA - OUTROS ENCARGOS	1.087.299,38
3.3.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.639.077.427,95
3.3.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	110.097.618,42
3.3.20.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	104.489.769,79
3.3.20.01.0116	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DE APOSENTADORIAS ENTRE RGPS E RPPS	104.489.769,79
3.3.20.41.0000	CONTRIBUICOES	2.330.391,04
3.3.20.41.4101	TRANSFERENCIAS A UNIAO	2.330.391,04
3.3.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.277.457,59
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	3.277.457,59
3.3.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	114.747.742,25
3.3.40.41.0000	CONTRIBUICOES	113.937.613,93
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	99.335.660,09
3.3.40.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	14.601.953,84
3.3.40.81.0000	DISTRIBUICAO DE RECEITAS	1.681,22
3.3.40.81.8105	MULTAS DE TRANSITO	1.681,22
3.3.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	808.447,10
3.3.40.92.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	808.447,10
3.3.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	1.762.067.996,25
3.3.41.41.0000	CONTRIBUICOES	1.237.867.717,71
3.3.41.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	1.232.143.469,71
3.3.41.41.4113	FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.724.248,00
3.3.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	524.200.278,54
3.3.41.92.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	524.200.278,54
3.3.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	242.451.698,05
3.3.50.18.0000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.142.400,00
3.3.50.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	1.142.400,00
3.3.50.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	992.135,74
3.3.50.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	992.135,74
3.3.50.41.0000	CONTRIBUICOES	36.998.580,53
3.3.50.41.4104	CONTRIBUICOES	36.998.580,53
3.3.50.43.0000	SUBVENCOES SOCIAIS	191.319.968,66
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	191.319.968,66
3.3.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.998.613,12
3.3.50.92.4104	CONTRIBUICOES	80.000,00
3.3.50.92.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	11.918.613,12
3.3.60.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	46.365.483,84
3.3.60.41.0000	CONTRIBUICOES	2.361.254,34
3.3.60.41.4103	SUBVENCOES ECONOMICAS A INSTITUICOES PRIVADAS	2.361.254,34
3.3.60.45.0000	SUBVENCOES ECONOMICAS	44.004.229,50
3.3.60.45.4506	AUXILIO EMERGENCIAL ATIVIDADE ECONOMICA E PROTECAO SOCIAL - COVID 19	12.182.000,00
3.3.60.45.4507	AUXILIO FINANCEIRO SETM	31.822.229,50
3.3.71.00.0000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	117.613,43
3.3.71.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	117.613,43
3.3.71.92.4104	CONTRIBUICOES	117.613,43
3.3.80.00.0000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	7.218.304,00
3.3.80.41.0000	CONTRIBUICOES	6.170.213,00
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	6.170.213,00
3.3.80.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.048.091,00
3.3.80.92.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	1.048.091,00
3.3.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	11.340.855.468,40
3.3.90.04.0000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	829.366,47
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	829.366,47
3.3.90.08.0000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	93.724.019,15
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	17.782.899,02
3.3.90.08.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	1.015.588,78
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	12.558.213,32
3.3.90.08.0806	COMPLEMENTACAO DO AUXILIO-DOENCA	23.107,76
3.3.90.08.0807	AUXILIO BABA	233.148,40
3.3.90.08.0809	PECULIO FACULTATIVO	3.678.672,65
3.3.90.08.0812	AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	57.175.447,55
3.3.90.08.0813	AUXILIO SAUDE PENSIONISTAS	1.256.941,67
3.3.90.14.0000	DIARIAS-CIVIL	36.073.283,26

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00005
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	784.059,60
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	28.435.192,21
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	655.072,81
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	1.705.108,05
3.3.90.14.1406	VIAGENS DO GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E PRIMEIRA DAMA	30.827,49
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	1.184.379,72
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	3.278.643,38
3.3.90.15.0000	DIARIAS-MILITAR	22.951.196,79
3.3.90.15.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	462.689,84
3.3.90.15.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	22.327.972,50
3.3.90.15.1503	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM - PESSOAL MILITAR	17.023,30
3.3.90.15.1504	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO -PESSOAL MILITAR	25.307,05
3.3.90.15.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	118.204,10
3.3.90.18.0000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	28.155.967,25
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	8.723.800,00
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	1.271.400,00
3.3.90.18.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	63.267,25
3.3.90.18.1804	ANTECIPACAO PASSE LIVRE ESTUDANTIL - LEI 15535/2020	18.097.500,00
3.3.90.20.0000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	23.989.108,27
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCoes A PESQUISADORES	23.989.108,27
3.3.90.27.0000	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	16.730,69
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	16.730,69
3.3.90.30.0000	MATERIAL DE CONSUMO	669.295.166,78
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	6.192.521,60
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	26.465.789,76
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	82.758.697,67
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	3.194.496,58
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	215.883.124,64
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	17.557.140,46
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	386.255,60
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.186.957,36
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	643.882,29
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	5.241.869,08
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	4.985.461,45
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	465.968,57
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	3.462.022,84
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSICOES	14.430,00
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	481.598,75
3.3.90.30.3018	MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	102.130.287,01
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	53.430.742,44
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	373.029,60
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	9.793.776,91
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	4.152,00
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	505.301,69
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	5.536.057,34
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	11.258.829,64
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	9.770.126,53
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	98.988,00
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	17.102.537,54
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	37.624.951,48
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	104.773,87
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	188.909,81
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	946.546,44
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	45.490.814,02
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	107.294,00
3.3.90.30.3040	EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SERVIDOR ACIDENTADO EM SERVICO	99.500,00
3.3.90.30.3041	MATERIAIS - AUXILIO A VITIMAS DE INTEMPÉRIES	317.310,40
3.3.90.30.3042	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	64.059,67
3.3.90.30.3043	MATERIAIS PARA TRANSPORTE, IDENTIFICACAO, CAPTURA E SEGURANCA DE ANIMAIS	12.672,50
3.3.90.30.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	2.325.258,06
3.3.90.30.3045	MATERIAIS PARA FISCALIZACAO DE TRANSITO	86.551,18
3.3.90.30.3046	MATERIAL GRAFICO	2.480,00
3.3.90.31.0000	PREMIACOES CULTURAIS/ ARTISTICAS/ CIENTIFICAS/ DESPORTIVAS OU OUTRAS	13.170.941,31
3.3.90.31.3101	PREMIOS EM ESPECIE	13.069.950,66
3.3.90.31.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIO	100.990,65
3.3.90.32.0000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	2.459.007,28
3.3.90.32.3202	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	71.485,00
3.3.90.32.3203	GENEROS ALIMENTICIOS	2.386.700,28
3.3.90.32.3205	SERVICOS DE APOIO ENSINO	822,00
3.3.90.33.0000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.029.474,73
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	3.609.158,02
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	1.927.281,73
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	186.197,83
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	5.298.696,75
3.3.90.33.3305	PEDAGIOS	8.140,40
3.3.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	26.974.859,78
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	7.852,50
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	26.886.723,46
3.3.90.35.3504	ADVOCACIA	80.283,82
3.3.90.36.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	341.889.258,92
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	159.274,83
3.3.90.36.3602	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.075,00
3.3.90.36.3604	PRESOS E INTERNADOS	4.001.552,55
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	125.189,27
3.3.90.36.3608	JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES	4.416.887,43
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	128.594.809,91
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	59.407.312,02
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	720.426,44
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	23.278.465,69
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	122.711,63
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	9.060,00
3.3.90.36.3617	MEDICINA E RESIDENCIA EM SAUDE	8.842.898,44

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00006
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	527.128,35
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	101.011.945,35
3.3.90.36.3620	GESTAO PLENA DO SUS - PF	4.365.242,59
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	5.608.060,02
3.3.90.36.3626	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	21.100,00
3.3.90.36.3629	CARTORIO	676.119,40
3.3.90.37.0000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	485.751.321,04
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	169.773.394,32
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	135.350.063,67
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	85.521.583,12
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	50.525.230,77
3.3.90.37.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	4.479.518,47
3.3.90.37.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	40.101.530,69
3.3.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.429.224.082,26
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	87.444.810,14
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	54.155.878,45
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.638.704,49
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	1.761.278,24
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	6.241.506,28
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	382.867.772,73
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	13.836.538,85
3.3.90.39.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	706.995.443,42
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	2.721.127,68
3.3.90.39.3915	OBRIGACOES POR EMPRESTIMO	700,00
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	7.697.949,09
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	131.097.664,34
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	21.175,82
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	30.629.428,98
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	121.983.219,93
3.3.90.39.3922	MORDOMIA	22.213,17
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	3.612,10
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	367.357,18
3.3.90.39.3926	SEGUROS	818.118,80
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	6.614.259,31
3.3.90.39.3928	CARTORIO	51.682,39
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	55.230.440,13
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	116.576.334,94
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	32.974.004,28
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	23.296.169,17
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	423.299,37
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	27.721.057,61
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	6.518.408,25
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	761.470,47
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	369.735,50
3.3.90.39.3938	PRODUCAO, OPERACAO, TRANSMISSAO OU RETRANSMISSAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO	1.304.618,52
3.3.90.39.3939	MEDICINA	1.508.424.701,30
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	470.999,59
3.3.90.39.3941	ENCARGOS COM IMOVEIS DE TERCEIROS	2.629.606,70
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	31.223.998,51
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	576.183,92
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	35.919,60
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	170.518,77
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	12.186,73
3.3.90.39.3948	MULTAS NAO ATRIBUIVEIS A UM RESPONSAVEL	2.326.769,34
3.3.90.39.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	164.050,73
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	148.891,58
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	191.148,25
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	21.648.077,47
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	67.415,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	1.207.344,96
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	8.854.225,14
3.3.90.39.3956	REBOQUE	7.072,61
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	633.892,96
3.3.90.39.3959	SEMOVENTES	8.142,40
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	16.990,00
3.3.90.39.3961	PROGRAMAS DE CAPACITACAO DE MENORES	5.743.425,00
3.3.90.39.3962	DOACAO DE ORGAOS	584.214,20
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	411.139,20
3.3.90.39.3965	MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS ESCOLAS PUBLICAS ESTADUAIS	263.287.600,82
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	893.178,06
3.3.90.39.3968	QUIMICA	44.598,39
3.3.90.39.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	1.192.199,91
3.3.90.39.3972	ENCARGOS COM ACIDENTADOS DO TRABALHO-MPAS/SUS	5.308,50
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	23.835,77
3.3.90.39.3977	ARBITRAGEM DESPORTIVA - PJ	1.489,37
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	30.329.022,19
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	9.848.690,86
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	1.106.918,55
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	823.128,21
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	2.290.562,89
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	9.692.048,73
3.3.90.39.3985	AUXILIO-REFEICAO	902,03
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	50.344.540,75
3.3.90.39.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	1.381.730.622,69
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.944.530,27
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	45.326.939,91
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	30.690.102,09
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	185.000.000,00
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	45.455,50
3.3.90.39.3995	DESCARTE DE MATERIAIS	754.097,21
3.3.90.39.3996	LOCACAO DE IMOVEIS FORA DO ESTADO	135.279,79
3.3.90.39.3997	LOCACAO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	75.966,58

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00007
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3998	SERVICOS POSTAIS	5.934.169,60
3.3.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	578.830.578,47
3.3.90.40.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	4.905.471,11
3.3.90.40.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	54.904.240,48
3.3.90.40.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	233.766.480,66
3.3.90.40.4009	SERVICO EM NUVEM	16.185.339,72
3.3.90.40.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	35.461.496,91
3.3.90.40.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	24.164.743,12
3.3.90.40.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	27.168.476,79
3.3.90.40.4013	COMUNICACAO DE DADOS	85.474.949,80
3.3.90.40.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	14.065.061,95
3.3.90.40.4015	DIGITALIZACAO / INDEXACAO DE DOCUMENTOS	22.086.738,13
3.3.90.40.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	14.578.719,69
3.3.90.40.4020	TREINAMENTO E CAPACITACAO EM TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	393.198,26
3.3.90.40.4023	CERTIFICADOS DIGITAIS	27.130,26
3.3.90.40.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	45.648.531,59
3.3.90.41.0000	CONTRIBUICOES	64.734.903,48
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	820.454,54
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	1.188.960,00
3.3.90.41.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	62.725.488,94
3.3.90.45.0000	SUBVENCOES ECONOMICAS	30.088.681,01
3.3.90.45.4503	OUTRAS EQUALIZACOES DE JUROS	30.088.681,01
3.3.90.46.0000	AUXILIO-ALIMENTACAO	435.575.465,82
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	196.934.931,58
3.3.90.46.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	33.198.441,94
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	6.072.761,30
3.3.90.46.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	45.280.222,46
3.3.90.46.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - GENEROS ALIMENTICIOS	8.424,80
3.3.90.46.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	154.080.683,74
3.3.90.47.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	551.819.861,12
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	47.685.783,33
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	500.349.035,99
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	496.943,35
3.3.90.47.4704	CONTRIBUICAO SOCIAL SOBRE O FATURAMENTO	420,00
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	7.009,29
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	35.625,69
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	2.609.275,13
3.3.90.47.4709	IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS	1.299,59
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	51.972,07
3.3.90.47.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	304.334,12
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	268.387,12
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	7.567,01
3.3.90.47.4722	JUROS S/RETENCOES PREV PRESTADORES SERVICO PESSOA FISICA - ORGAOS PUB	304,81
3.3.90.47.4723	MULTA S/RETENCOES PREV PRESTADORES SERV PESSOA FISICA - ORGAO PUBLICO	1.903,62
3.3.90.48.0000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	105.653.964,94
3.3.90.48.4801	ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOAS	36.055.330,00
3.3.90.48.4804	AJUDA FINANCEIRA A PESSOAS INSCRITAS NO PROTEGE	774.834,94
3.3.90.48.4805	AUXILIO EMERGENCIAL ATIVIDADE ECONOMICA E PROTECAO SOCIAL - COVID 19	888.800,00
3.3.90.48.4806	DEVOLUCAO ICMS FAMILIAS BAIXA RENDA - DEVOLVE - ICMS	43.214.600,00
3.3.90.48.4807	BOLSA DE ESTUDOS - CAPACITACAO DE PROFESSORES	24.720.400,00
3.3.90.49.0000	AUXILIO-TRANSPORTE	65.893.254,35
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	33.238.282,68
3.3.90.49.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	374.909,10
3.3.90.49.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	32.280.062,57
3.3.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	579.447.157,41
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	61.250.000,83
3.3.90.91.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	161.169.326,03
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	37.717,66
3.3.90.91.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	58.828.075,57
3.3.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	637.959,16
3.3.90.91.9106	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PF	15.997.832,71
3.3.90.91.9107	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PJ	5.130.268,04
3.3.90.91.9115	PAGAMENTO DET SENT JUD - SERVICOS TERCEIROS PJ	48.970,17
3.3.90.91.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	265.776.577,21
3.3.90.91.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	9.989.672,60
3.3.90.91.9120	PAGAMENTO DE OBRIGACOES JUDICIAIS NAO INCLUSAS EM RPV OU PRECATÓRIO	580.757,43
3.3.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	998.386.422,31
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	2.962.737,72
3.3.90.92.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	634.742,98
3.3.90.92.0805	AUXILIO CRECHE	116.184,66
3.3.90.92.0807	AUXILIO BABA	325,00
3.3.90.92.0809	PECULIO FACULTATIVO	180.721,75
3.3.90.92.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	45.395,56
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	490.277,54
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	56.659,93
3.3.90.92.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	280.226,79
3.3.90.92.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	38.386,10
3.3.90.92.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	62.855,73
3.3.90.92.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	102,50
3.3.90.92.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	8.600,00
3.3.90.92.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	3.911,88
3.3.90.92.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	38.646,30
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	379.120,29
3.3.90.92.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	750.128,09
3.3.90.92.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	6.133,95
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	5.156,60
3.3.90.92.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	60.507,37
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	20.904,50
3.3.90.92.3014	MATERIAL DIDATICO	247.918,36
3.3.90.92.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	9.486,12
3.3.90.92.3018	MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	1.770.427,12
3.3.90.92.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	3.016.270,38

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00008
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	18.840,26
3.3.90.92.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	647.038,07
3.3.90.92.3027	GAS DE COZINHA	1.586.999,40
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	846.208,92
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	286.707,18
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	187.048,61
3.3.90.92.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	3.759.581,40
3.3.90.92.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	3.760,00
3.3.90.92.3101	PREMIOS EM ESPECIE	11.190,77
3.3.90.92.3301	LOCACAO DE VEICULOS	49.432,05
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	61.271,83
3.3.90.92.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	25.462,63
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	93.114,62
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	221.015,61
3.3.90.92.3604	PRESOS E INTERNADOS	1.088,69
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	32.007.481,78
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	1.853,11
3.3.90.92.3613	LIMPEZA E HIGIENE	49,78
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	93.148,44
3.3.90.92.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	107.116,80
3.3.90.92.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	56.395,67
3.3.90.92.3629	CARTORIO	827,60
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	3.077.713,50
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	731.607,61
3.3.90.92.3703	SERVICOS GERAIS	1.390.560,32
3.3.90.92.3704	SERVICOS TECNICOS	219.816,48
3.3.90.92.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	14.400,00
3.3.90.92.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	69.647,23
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	4.641.344,67
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	304.697,18
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.016,90
3.3.90.92.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	8.200,00
3.3.90.92.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	9.309,76
3.3.90.92.3910	CONCURSOS PUBLICOS	702,42
3.3.90.92.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	29.734.278,74
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	74.643,17
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	2.605.024,78
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	81.761,95
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9.337.058,37
3.3.90.92.3926	SEGUROS	2.929,17
3.3.90.92.3927	ALIMENTACAO	27.647,43
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	126.584,95
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	606.879,03
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	89.937,83
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	166.924,55
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	8.900,06
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	41.536,85
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	3.399,50
3.3.90.92.3939	MEDICINA	719.945.454,90
3.3.90.92.3941	ENCARGOS COM IMOVEIS DE TERCEIROS	158.634,36
3.3.90.92.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	12.463,08
3.3.90.92.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	5.696,07
3.3.90.92.3948	MULTAS NAO ATRIBUIVEIS A UM RESPONSAVEL	185.614,45
3.3.90.92.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	21.775,50
3.3.90.92.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	6.571,52
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	454.592,30
3.3.90.92.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	6.220,33
3.3.90.92.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	113.736,04
3.3.90.92.3956	REBOQUE	353,03
3.3.90.92.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	55.937,48
3.3.90.92.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	42.259,70
3.3.90.92.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	11.898,78
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	337.844,83
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	38.985,27
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	19.384,07
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	530.371,37
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	18.485.917,79
3.3.90.92.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	86.134.118,58
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	8.717,81
3.3.90.92.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	2.476.850,29
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	637.534,85
3.3.90.92.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	22.452,84
3.3.90.92.3997	LOCACAO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	158,72
3.3.90.92.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	197.247,83
3.3.90.92.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	172.148,44
3.3.90.92.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	3.354.655,30
3.3.90.92.4009	SERVICO EM NUVEM	352.295,78
3.3.90.92.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	66.312,73
3.3.90.92.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	305.362,82
3.3.90.92.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	36.409,96
3.3.90.92.4013	COMUNICACAO DE DADOS	1.120.895,27
3.3.90.92.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	374.899,07
3.3.90.92.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	91.135,68
3.3.90.92.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	120.420,49
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	3.832.322,06
3.3.90.92.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	2.081.909,64
3.3.90.92.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	648.989,69
3.3.90.92.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	4.526.781,12
3.3.90.92.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	2.128.041,80
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	3.343.976,59
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	3.994.155,99
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	384,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	1.106,00
3.3.90.92.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	47,21
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	178.754,50
3.3.90.92.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	101.640,18
3.3.90.92.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	63.907,29
3.3.90.92.4801	ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOAS	115.878,00
3.3.90.92.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	2.963.282,22
3.3.90.92.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	25.467,34
3.3.90.92.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	2.493.682,28
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.132.626,44
3.3.90.92.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	1.693.737,02
3.3.90.92.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	12.241.549,13
3.3.90.92.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	4.397,40
3.3.90.92.9120	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES JUDICIAIS NÃO INCLUSAS EM RPV OU PRECATÓRIO	518.828,22
3.3.90.92.9301	AJUDA DE CUSTO	468.937,44
3.3.90.92.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	3.741,59
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	2.210.181,17
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	1.409.800,89
3.3.90.92.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	116.344,58
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	313.711,51
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	3.280.932,80
3.3.90.92.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	75.576,24
3.3.90.92.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	2.722,48
3.3.90.92.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	179.263,77
3.3.90.92.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	94,48
3.3.90.92.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	7.388,98
3.3.90.92.9339	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ICMS	1.741.791,63
3.3.90.92.9340	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ITCD	766.456,13
3.3.90.92.9341	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - IPVA	18.834,50
3.3.90.92.9342	REPETIÇÃO INDÉBITO - OUTROS TRIBUTOS	164.686,95
3.3.90.92.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	1.182,83
3.3.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	744.891.395,51
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	4.038.719,89
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	517.295,74
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	9.346.848,49
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	2.780.394,99
3.3.90.93.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	1.088.209,45
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	10.635.913,22
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	14.802.404,41
3.3.90.93.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	622.896,34
3.3.90.93.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	23.496.106,60
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	144.897,64
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	666.740,96
3.3.90.93.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	110.208.055,08
3.3.90.93.9318	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS - LEI 12.069/2004	363.537.187,01
3.3.90.93.9319	INDENIZACAO PELA UTILIZACAO DE EQUIPAMENTOS PARTICULARES DE INFORMATICA	3.000,00
3.3.90.93.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	75,16
3.3.90.93.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	9.700.259,76
3.3.90.93.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	17.107,30
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	309.546,18
3.3.90.93.9333	INDENIZACAO PELO USO DE EQUIPAMENTOS E VESTUARIO	118,17
3.3.90.93.9335	AUXILIO MORADIA	377.448,67
3.3.90.93.9339	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ICMS	7.924.502,62
3.3.90.93.9340	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ITCD	2.805.688,30
3.3.90.93.9341	REPETIÇÃO DE INDÉBITO - IPVA	620.188,62
3.3.90.93.9342	REPETIÇÃO INDÉBITO - OUTROS TRIBUTOS	281.191,50
3.3.90.93.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	170.196.084,26
3.3.90.93.9345	AUXILIO-CONDUCAO-RGFS	23.407,66
3.3.90.93.9348	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS TRIBUTARIOS	10.747.107,49
3.3.91.00.0000	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDADES DO OF	15.155.503,31
3.3.91.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	47.916,65
3.3.91.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	47.916,65
3.3.91.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.315.680,18
3.3.91.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	2.159,04
3.3.91.39.3939	MEDICINA	3.313.521,14
3.3.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.300.633,16
3.3.91.92.3939	MEDICINA	5.893.121,95
3.3.91.92.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONOMICO	5.341,03
3.3.91.92.9327	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	402.170,18
3.3.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.491.273,32
3.3.91.93.9305	INDENIZACOES	24.584,93
3.3.91.93.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONOMICO	68.434,81
3.3.91.93.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	1.968.860,14
3.3.91.93.9327	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	3.023.822,75
3.3.91.93.9346	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	405.570,69
4.0.00.00.0000	DESPESA DE CAPITAL	7.478.442.760,91
4.4.00.00.0000	INVESTIMENTOS	2.300.649.335,46
4.4.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	45.167.877,66
4.4.20.42.0000	AUXILIOS	1.244.877,14
4.4.20.42.4203	TRANSFERENCIAS A UNIAO	1.244.877,14
4.4.20.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.151.770,94
4.4.20.92.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	1.151.770,94
4.4.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.771.229,58
4.4.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	42.771.229,58
4.4.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	428.341.383,40
4.4.40.42.0000	AUXILIOS	426.427.530,43
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	421.519.389,77
4.4.40.42.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	4.908.140,66
4.4.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.913.852,97
4.4.40.92.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	1.913.852,97
4.4.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	105.703.854,64
4.4.41.42.0000	AUXILIOS	105.703.854,64

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00010
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.41.42.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	105.703.854,64
4.4.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	75.934.047,39
4.4.50.42.0000	AUXILIOS	73.078.276,76
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	73.078.276,76
4.4.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.855.770,63
4.4.50.92.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2.855.770,63
4.4.60.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	1.198.175,80
4.4.60.45.0000	SUBVENCOES ECONOMICAS	1.198.175,80
4.4.60.45.4505	SUBSIDIO NA AQUISICAO DE BENS E CONSTRUCOES	1.198.175,80
4.4.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.644.303.996,57
4.4.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	35.884.012,43
4.4.90.40.4002	CUSTOS SUBSEQUENTES DESENVOLVIMENTO CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO DE SOFTWARE	24.196.852,63
4.4.90.40.4003	CUSTOS INICIAIS DE DESENVOL SOFTWARE CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO	560.406,83
4.4.90.40.4004	MELHORIA E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	305.911,60
4.4.90.40.4005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	10.820.841,37
4.4.90.51.0000	OBRAS E INSTALACOES	959.715.917,66
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	6.055.464,03
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	45.903.605,01
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	61.803.807,10
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	832.318.314,62
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10.281.660,86
4.4.90.51.5107	OBRAS - GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	316.646,94
4.4.90.51.5110	OBRAS E BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	2.332.572,43
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS	700.000,00
4.4.90.51.5114	MULTAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS EM CONTRATOS DE OBRAS	3.846,67
4.4.90.52.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	608.582.916,09
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	171.891.378,55
4.4.90.52.5203	ARMAMENTO	22.578.273,83
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	13.014.372,47
4.4.90.52.5206	ACAMPAMENTO E CAMPANHA	8.695,75
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	5.482.621,82
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	67.264,99
4.4.90.52.5209	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS E CARTEIRAS FUNCIONAIS	185.234,00
4.4.90.52.5210	INSTRUMENTOS MUSICAIS	26.560,50
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	13.276.807,17
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	176.721,44
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	24.590.475,82
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	161.018,00
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	44.301.221,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	79.527,41
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	88.000,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	10.212.013,39
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	23.614.467,99
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	18.299,90
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	3.847.553,82
4.4.90.52.5224	GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	68.703.830,93
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE MICROFILMAGEM	335.958,57
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	7.656,00
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	11.169,00
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.434.699,93
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	2.248.328,10
4.4.90.52.5235	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	16.058.480,32
4.4.90.52.5242	DESKTOPS	26.127.851,32
4.4.90.52.5243	NOTEBOOKS E OUTROS COMPUTADORES PORTATEIS	127.022.602,96
4.4.90.52.5244	ATIVOS DE REDE	11.524.808,68
4.4.90.52.5245	SERVIDORES/STORAGES	18.988.371,31
4.4.90.52.5246	IMPRESSORAS	50.499,94
4.4.90.52.5299	CUSTOS SUBSEQUENTES - INCORPORACAO DE VALOR EM BEM PATRIMONIADO	448.151,18
4.4.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	209.293,92
4.4.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	209.293,92
4.4.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.162.038,16
4.4.90.92.4002	CUSTOS SUBSEQUENTES DESENVOLVIMENTO CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO DE SOFTWARE	91.281,90
4.4.90.92.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	98.216,85
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	25.883.157,14
4.4.90.92.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	7.117,00
4.4.90.92.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	3.370,00
4.4.90.92.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	474,92
4.4.90.92.5214	MOBILIARIO EM GERAL	23.323,35
4.4.90.92.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	15.450,00
4.4.90.92.5222	SOM E/OU IMAGEM	5.147,00
4.4.90.92.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	34.500,00
4.4.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.749.818,31
4.4.90.93.9305	INDENIZACOES	4.132.968,83
4.4.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	245.509,38
4.4.90.93.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	9.371.340,10
4.5.00.00.0000	INVERSOES FINANCEIRAS	3.211.873.697,37
4.5.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	3.207.593.697,37
4.5.90.61.0000	AQUISICAO DE IMOVEIS	511.591.660,56
4.5.90.61.6101	AQUISICAO DE IMOVEIS	511.591.660,56
4.5.90.64.0000	AQUISICAO DE TITULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JA INTEGRALIZADO	3,20
4.5.90.64.6401	AQUISICAO DE TITULOS REPRESENTATIVOS DO CAPITAL INT DE EMPRESAS EM FUNCIONAM	3,20
4.5.90.65.0000	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	2.683.503.993,61
4.5.90.65.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	2.683.503.993,61
4.5.90.66.0000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.498.040,00
4.5.90.66.6605	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PELO FEAPER	12.498.040,00
4.5.91.00.0000	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDADES DO OF	4.280.000,00
4.5.91.61.0000	AQUISICAO DE IMOVEIS	4.280.000,00
4.5.91.61.6101	AQUISICAO DE IMOVEIS	4.280.000,00
4.6.00.00.0000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.965.919.728,08
4.6.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.965.919.728,08
4.6.90.71.0000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.965.885.168,03
4.6.90.71.7110	FUNDADA INTERNA - AMORTIZACAO CONTRATOS	1.302.019.300,74

EXERCÍCIO DE 2021	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	49.970.537,43
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	23.583.488,29
4.6.90.71.7120	FUNDADA EXTERNA - REFINANCIAMENTO DE CONTRATOS	590.311.841,57
4.6.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.560,05
4.6.90.92.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	34.560,05
TOTAL GERAL ==>		70.969.988.186,38

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 47.436.912.156,42

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 2.415.555.841,10

OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 13.639.077.427,95

TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 63.491.545.425,47

INVESTIMENTOS => 2.300.649.335,46

INVERSÕES FINANCEIRAS => 3.211.873.697,37

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 1.965.919.728,08

TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 7.478.442.760,91

TOTAL GERAL => 70.969.988.186,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)						RFPE072/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO								
R\$								
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	30.932.880.218,43	2.415.555.841,10	9.577.015.642,64	1.421.277.792,70	3.211.873.697,37	1.937.856.974,91		49.496.460.167,15
TESOURO-LIVRES	15.920.423.995,57	2.415.555.841,10	2.104.300.332,18	640.407.132,02	3.170.719.960,83	1.566.402.725,01		25.817.809.986,71
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.590.306.597,76							1.590.306.597,76
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	3.427.940.685,65		1.216.189.873,98	98.652.721,62		371.258.875,08		5.114.042.156,33
CONVENIOS			30.954.534,20	167.582.894,41	41.153.736,54			239.691.165,15
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				194.450,14		195.374,82		389.824,96
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			23.919.852,72	40.651.322,21				64.571.174,93
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	9.994.208.939,45		4.584.824.678,14	403.501.879,40				14.982.535.496,99
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.616.826.371,42	70.287.392,90				1.687.113.764,32
AUTARQUIAS	15.908.973.829,41		3.833.641.743,69	871.042.853,23		27.921.326,83		20.641.579.753,16
TESOURO-LIVRES	185.504.463,89		54.540.640,73	842.976.564,68				1.083.021.669,30
PROPRIOS DA AUTARQUIA	15.716.055.246,39		3.760.144.126,24	20.991.784,46		27.921.326,83		19.525.112.483,92
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			7.414.849,96	2.472.268,00				9.887.117,96
CONVENIOS			125.126,76	526.431,05				651.557,81
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	7.414.119,13		11.417.000,00	4.075.805,04				22.906.924,17
FUNDAÇÕES	595.058.108,58		228.420.041,62	8.328.689,53		141.426,34		831.948.266,07
TESOURO-LIVRES	406.777.078,71		124.432.573,57	1.324.630,64				532.534.282,92
PROPRIOS DA FUNDACAO	27.684.801,24		13.320.093,87	1.147.545,87		141.426,34		42.293.867,32
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			35.765.149,47	750.261,35				36.515.410,82
CONVENIOS			7.020.038,84	959.731,60				7.979.770,44
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	160.596.228,63		47.882.185,87	4.146.520,07				212.624.934,57
TOTAL	47.436.912.156,42	2.415.555.841,10	13.639.077.427,95	2.300.649.335,46	3.211.873.697,37	1.965.919.728,08		70.969.988.186,38

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)						RFPE073/00001	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
01 LEGISLATIVA	505.526.438,74		94.667.167,85	18.095.526,91	4.280.000,00			622.569.133,50	
TESOURO-LIVRES	505.526.438,74		94.667.167,85	18.095.526,91	4.280.000,00			622.569.133,50	
02 JUDICIARIA	1.894.689.127,45		632.765.449,07	58.047.686,44				2.585.502.262,96	
TESOURO-LIVRES	1.593.136.587,45		288.310.302,80	35.142.629,37				1.916.589.519,62	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	301.552.540,00		344.455.146,27	22.905.057,07				668.912.743,34	
03 ESSENCIAL A JUSTICA	1.254.866.228,91		230.243.242,87	32.941.742,40				1.518.051.214,18	
TESOURO-LIVRES	1.212.412.924,02		213.179.271,16	20.408.489,02				1.446.000.684,20	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	12.328.264,29		16.374.994,79	5.995.642,24				34.698.901,32	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				194.450,14				194.450,14	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			688.976,92	6.343.161,00				7.032.137,92	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	30.125.040,60							30.125.040,60	
04 ADMINISTRACAO	654.829.823,27		284.289.136,73	26.005.471,14	511.591.663,76			1.476.716.094,90	
TESOURO-LIVRES	579.501.191,87		145.673.288,18	4.672.380,85	511.591.663,76			1.241.438.524,66	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.112.262,86							1.112.262,86	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			124.380.984,69	5.437.119,49				129.818.104,18	
CONVENIOS			10.604.699,78	5.339.000,00				15.943.699,78	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			3.630.164,08	10.556.970,80				14.187.134,88	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	74.216.368,54							74.216.368,54	
06 SEGURANCA PUBLICA	4.100.211.894,91		1.425.286.259,39	274.428.180,89				5.799.926.335,19	
TESOURO-LIVRES	4.007.513.323,86		284.153.189,35	146.940.455,94				4.438.606.969,15	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	92.698.571,05		633.744.232,10	1.979.564,41				728.422.367,56	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			479.145.305,71	60.478.825,52				539.624.131,23	
CONVENIOS			13.421.759,39	45.159.419,52				58.581.178,91	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			1.469.975,76					1.469.975,76	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			13.351.797,08	19.869.915,50				33.221.712,58	
08 ASSISTENCIA SOCIAL	83.792.636,44		84.420.054,30	801.782,18				169.014.472,92	
TESOURO-LIVRES	83.792.636,44		52.309.267,67	270.481,93				136.372.386,04	
PROPRIOS DA FUNDACAO			25.958,10	162.775,50				188.733,60	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			30.261.522,77	363.557,60				30.625.080,37	
CONVENIOS			881.732,16	4.967,15				886.699,31	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			941.573,60					941.573,60	
09 PREVIDENCIA SOCIAL	17.052.772.726,84		206.524.816,73	2.605.624,70	39.110.500,90			17.301.013.669,17	

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									R\$
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
TESOURO-LIVRES					39.110.500,90			39.110.500,90	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.052.772.726,84		206.524.816,73	295.566,70				17.259.593.110,27	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI				2.310.058,00				2.310.058,00	
10 SAUDE	1.428.028.694,98		7.697.383.774,08	217.199.526,92				9.342.611.995,98	
TESOURO-LIVRES	90.244.551,72		68.000,00	279.518,51				90.592.070,23	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	20.600.737,28		2.517.698.563,44	2.354.391,61				2.540.653.692,33	
PROPRIOS DA FUNDACAO	214.811,05							214.811,05	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			11.114.900,60	727.851,53				11.842.752,13	
CONVENIOS			452.433,78	2.281.445,29				2.733.879,07	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	1.316.968.594,93		3.797.205.047,84	198.005.374,81				5.312.179.017,58	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.370.844.828,42	13.550.945,17				1.384.395.773,59	
11 TRABALHO	36.941.598,91		14.054.241,85	96.160,83				51.092.001,59	
TESOURO-LIVRES	36.916.598,91		14.054.241,85	96.160,83				51.067.001,59	
PROPRIOS DA FUNDACAO	25.000,00							25.000,00	
12 EDUCACAO	7.938.640.444,03		993.460.300,89	217.006.923,91				9.149.107.668,83	
PROPRIOS DA FUNDACAO	434.531,90		3.673.652,00	696.109,64				4.804.293,54	
CONVENIOS				12.018.875,41				12.018.875,41	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	7.938.205.912,13		773.684.541,82	204.291.938,86				8.916.182.392,81	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			216.102.107,07					216.102.107,07	
13 CULTURA	30.260.082,89		27.646.961,25	1.131.069,29				59.038.113,43	
TESOURO-LIVRES	30.260.082,89		16.332.265,85	441.103,95				47.033.452,69	
PROPRIOS DA AUTARQUIA				90,41				90,41	
PROPRIOS DA FUNDACAO			510,00					510,00	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			10.558.949,91	56.133,04				10.615.082,95	
CONVENIOS			653.708,92	633.741,89				1.287.450,81	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			101.526,57					101.526,57	
14 DIREITOS DA CIDADANIA	192.459.209,72		103.899.998,41	26.768.263,53				323.127.471,66	
TESOURO-LIVRES	192.459.209,72		41.966.186,95	2.532.647,84				236.958.044,51	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			39.806.205,70	484.425,28				40.290.630,98	
CONVENIOS			2.526.894,04					2.526.894,04	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			19.600.711,72	23.751.190,41				43.351.902,13	
15 URBANISMO	9.363.681,85		5.408.899,31	115.407,00				14.887.988,16	
TESOURO-LIVRES	9.363.681,85		180.094,83	110.000,00				9.653.776,68	
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.196.322,27	5.407,00				4.201.729,27	

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			1.747,67					1.747,67	
CONVENIOS			1.030.734,54					1.030.734,54	
16 HABITACAO	30.758.591,08		6.567.050,63	1.094.709,46				38.420.351,17	
TESOURO-LIVRES	30.758.591,08		3.567.050,63	326.709,46				34.652.351,17	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.000.000,00					3.000.000,00	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS				768.000,00				768.000,00	
17 SANEAMENTO			4.169.371,42	2.838.113,44	41.153.736,54			48.161.221,40	
TESOURO-LIVRES				360.000,00				360.000,00	
CONVENIOS				1.638.113,44	41.153.736,54			42.791.849,98	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			4.169.371,42	840.000,00				5.009.371,42	
18 GESTAO AMBIENTAL	97.827.385,87		46.652.639,30	1.523.527,77				146.003.552,94	
TESOURO-LIVRES	68.820.873,97		5.073.673,71					73.894.547,68	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	10.317.368,55		3.368.148,95	176.900,80				13.862.418,30	
PROPRIOS DA FUNDACAO	14.444.877,37		4.455.203,11	232.374,28				19.132.454,76	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			30.194.984,36	572.998,06				30.767.982,42	
CONVENIOS			32.239,51	541.254,63				573.494,14	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	4.244.265,98							4.244.265,98	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			3.528.389,66					3.528.389,66	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	93.590.867,94		61.676.052,03	8.899.291,48				164.166.211,45	
TESOURO-LIVRES	24.865.101,71		11.954.561,32	4.164.293,31				40.983.956,34	
PROPRIOS DA FUNDACAO			864.748,68	50.879,45				915.628,13	
CONVENIOS			5.979.304,30	731.907,31				6.711.211,61	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	68.725.766,23		42.877.437,73	3.952.211,41				115.555.415,37	
20 AGRICULTURA	131.860.219,93		278.332.977,92	133.027.592,92	12.498.040,00			555.718.830,77	
TESOURO-LIVRES	109.931.012,23		98.609.991,37	22.778.671,00	12.498.040,00			243.817.714,60	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	21.929.207,70		22.569.396,64	9.672.076,72				54.170.681,06	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			150.164.411,19	2.381.373,14				152.545.784,33	
CONVENIOS			2.509.127,74	64.284.764,60				66.793.892,34	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			4.480.050,98	33.910.707,46				38.390.758,44	
22 INDUSTRIA			1.107.752,95					1.107.752,95	
TESOURO-LIVRES			1.107.752,95					1.107.752,95	
23 COMERCIO E SERVICOS	15.829.103,14		15.702.312,52	698.293,68				32.229.709,34	

EXERCÍCIO DE 2021		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00004
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
TESOURO-LIVRES	11.711.868,39		4.421.290,18	696.743,74				16.829.902,31	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	4.117.234,75		10.101.894,86	1.549,94				14.220.679,55	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			1.179.127,48					1.179.127,48	
24 COMUNICACOES	21.487.065,12		33.803.351,51	273.103,60				55.563.520,23	
TESOURO-LIVRES	21.487.065,12		33.803.351,51	273.103,60				55.563.520,23	
25 ENERGIA			277.705,70	1.198.175,80				1.475.881,50	
TESOURO-LIVRES			277.705,70					277.705,70	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS				1.198.175,80				1.198.175,80	
26 TRANSPORTE	95.447.308,29		210.894.815,44	1.275.703.512,20				1.582.045.635,93	
TESOURO-LIVRES	63.081.734,91		103.862.644,56	1.227.119.411,08				1.394.063.790,55	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	32.365.573,38		85.489.205,03	6.511.643,87				124.366.422,28	
PROPRIOS DA FUNDACAO			100.000,00					100.000,00	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			7.414.849,96	162.210,00				7.577.059,96	
CONVENIOS			7.065,64	36.435.567,82				36.442.633,46	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			11.669.075,65	5.474.679,43				17.143.755,08	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			2.351.974,60					2.351.974,60	
27 DESPORTO E LAZER	3.004.711,77		3.057.200,80	149.648,97				6.211.561,54	
TESOURO-LIVRES	3.004.711,77		1.324.822,65					4.329.534,42	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			777.626,13					777.626,13	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			954.752,02	149.648,97				1.104.400,99	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	11.764.724.314,34	2.415.555.841,10	1.176.785.895,00		2.603.239.756,17	1.965.919.728,08		19.926.225.534,69	
TESOURO-LIVRES	7.837.917.351,52	2.415.555.841,10	868.377.425,41		2.603.239.756,17	1.566.402.725,01		15.291.493.099,21	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	70.448.161,74		280.647.868,49			27.921.326,83		379.017.357,06	
PROPRIOS DA FUNDACAO	12.565.580,92		3.699,71			141.426,34		12.710.706,97	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	3.114.059.881,36		10.539.116,18			371.258.875,08		3.495.857.872,62	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS						195.374,82		195.374,82	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	729.733.338,80		17.217.785,21					746.951.124,01	
TOTAL	47.436.912.156,42	2.415.555.841,10	13.639.077.427,95	2.300.649.335,46	3.211.873.697,37	1.965.919.728,08		70.969.988.186,38	
RESUMO									

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL
TESOURO-LIVRES	16.512.705.538,17	2.415.555.841,10	2.283.273.546,48	1.484.708.327,34	3.170.719.960,83	1.566.402.725,01		27.433.365.938,93
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.306.361.844,15		3.760.144.126,24	20.991.784,46		27.921.326,83		21.115.419.081,68
PROPRIOS DA FUNDACAO	27.684.801,24		13.320.093,87	1.147.545,87		141.426,34		42.293.867,32
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	3.427.940.685,65		1.259.369.873,41	101.875.250,97		371.258.875,08		5.160.444.685,11
CONVENIOS			38.099.699,80	169.069.057,06				248.322.493,40
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				194.450,14		195.374,82		389.824,96
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			23.919.852,72	40.651.322,21				64.571.174,93
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	10.162.219.287,21		4.644.123.864,01	411.724.204,51				15.218.067.355,73
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.616.826.371,42	70.287.392,90				1.687.113.764,32
TOTAL	47.436.912.156,42	2.415.555.841,10	13.639.077.427,95	2.300.649.335,46	3.211.873.697,37	1.965.919.728,08		70.969.988.186,38

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BALANÇO GERAL DO ESTADO - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	58.393.224.286,00	58.393.224.286,00	70.558.110.748,23	12.164.886.462,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.061.238.840,80	28.061.238.840,80	36.462.331.419,97	8.401.092.579,17
Contribuições	10.601.580.300,00	10.601.580.300,00	10.888.906.003,16	287.325.703,16
Receita Patrimonial	677.561.989,00	677.561.989,00	915.606.284,27	238.044.295,27
Receita Agropecuária	34.807.431,00	34.807.431,00	1.784.766,52	(33.022.664,48)
Receita Industrial	2.102,00	2.102,00	406,65	(1.695,35)
Receita de Serviços	480.291.721,00	480.291.721,00	533.904.989,74	53.613.268,74
Transferências Correntes	8.124.530.508,20	8.124.530.508,20	10.348.575.788,61	2.224.045.280,41
Outras Receitas Correntes	10.413.211.394,00	10.413.211.394,00	11.407.001.089,31	993.789.695,31
Receitas de Capital (II)	429.715.139,00	429.715.139,00	2.958.163.362,32	2.528.448.223,32
Operações de Crédito	28.893.376,00	28.893.376,00	41.848.000,00	12.954.624,00
Alienação de Bens	11.222.181,00	11.222.181,00	2.747.948.670,40	2.736.726.489,40
Amortização de Empréstimos	55.966.164,00	55.966.164,00	7.416.883,82	(48.549.280,18)
Transferências de Capital	333.633.418,00	333.633.418,00	160.759.823,51	(172.873.594,49)
Outras Receitas de Capital	-	-	189.984,59	189.984,59
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	58.822.939.425,00	58.822.939.425,00	73.516.274.110,55	14.693.334.685,55
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	58.822.939.425,00	58.822.939.425,00	73.516.274.110,55	14.693.334.685,55
Deficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	58.822.939.425,00	58.822.939.425,00	73.516.274.110,55	14.693.334.685,55
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesa Corrente (IX)	62.018.821.022,00	67.211.858.171,33	63.491.545.425,47	61.848.458.586,18	58.535.219.592,44	3.720.312.745,86
Pessoal e Encargos Sociais	47.765.619.104,00	49.859.383.223,29	47.436.912.156,42	46.565.934.318,96	46.358.457.972,66	2.422.471.066,87
Juros e Encargos da Dívida	2.522.654.043,00	2.436.654.043,00	2.415.555.841,10	2.415.555.841,10	161.775.754,19	21.098.201,90
Outras Despesas Correntes	11.730.547.875,00	14.915.820.905,04	13.639.077.427,95	12.866.968.426,12	12.014.985.865,59	1.276.743.477,09
Despesa de Capital (X)	3.174.456.929,00	8.501.451.096,32	7.478.442.760,91	6.320.697.990,98	4.964.266.132,73	1.023.008.335,41
Investimentos	1.087.476.534,00	3.002.570.295,92	2.300.649.335,46	1.149.184.565,53	965.137.915,40	701.920.960,46
Inversões Financeiras	65.495.444,00	3.514.770.639,83	3.211.873.697,37	3.205.593.697,37	3.200.721.693,66	302.896.942,46
Amortização da Dívida	2.021.484.951,00	1.984.110.160,57	1.965.919.728,08	1.965.919.728,08	798.406.523,67	18.190.432,49
Reserva de Contingência (XI)	1.338.536.500,00	56.500,00	-	-	-	56.500,00
Reserva do RPPS (XII)	383.899.375,00	380.549.375,00	-	-	-	380.549.375,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	66.915.713.826,00	76.093.915.142,65	70.969.988.186,38	68.169.156.577,16	63.499.485.725,17	5.123.926.956,27
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	66.915.713.826,00	76.093.915.142,65	70.969.988.186,38	68.169.156.577,16	63.499.485.725,17	5.123.926.956,27
Superávit (XVI)	-	-	2.546.285.924,17	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	66.915.713.826,00	76.093.915.142,65	73.516.274.110,55	68.169.156.577,16	63.499.485.725,17	5.123.926.956,27



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesa Corrente	441.322.632,49	1.070.320.306,80	451.459.169,22	449.922.426,49	567.206.303,76	494.514.209,04
Pessoal e Encargos Sociais	391.109.683,05	468.026.873,59	32.092.852,78	32.092.852,78	448.961.427,89	378.082.275,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.212.949,44	602.293.433,21	419.366.316,44	417.829.573,71	118.244.875,87	116.431.933,07
Despesa de Capital	132.173.259,45	460.884.181,53	293.875.124,00	288.858.655,27	214.564.694,40	89.634.091,31
Investimentos	132.173.259,45	434.149.397,05	290.756.065,82	286.185.176,83	190.948.968,10	89.188.511,57
Inversões Financeiras	-	26.734.784,48	3.119.058,18	2.673.478,44	23.615.726,30	445.579,74
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	573.495.891,94	1.531.204.488,33	745.334.293,22	738.781.081,76	781.770.998,16	584.148.300,35

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesa Corrente	5.532.978.208,58	5.215.394.052,03	2.706.947.316,32	256.024.328,36	7.785.400.615,93
Pessoal e Encargos Sociais	78.053.133,96	1.983.231.987,66	1.798.535.009,33	206.051.074,28	56.699.038,01
Juros e Encargos da Dívida	5.376.110.341,25	2.332.629.488,12	-	-	7.708.739.829,37
Outras Despesas Correntes	78.814.733,37	899.532.576,25	908.412.306,99	49.973.254,08	19.961.748,55
Despesa de Capital	2.298.439.603,21	1.198.697.319,93	64.554.608,33	4.106.942,98	3.428.475.371,83
Investimentos	13.772.864,07	52.577.138,82	55.505.539,29	1.887.350,56	8.957.113,04
Inversões Financeiras	9.142.532,49	8.048.380,56	8.048.380,56	2.219.592,42	6.922.940,07
Amortização da Dívida	2.275.524.206,65	1.138.071.800,55	1.000.688,48	-	3.412.595.318,72
TOTAL	7.831.417.811,79	6.414.091.371,96	2.771.501.924,65	260.131.271,34	11.213.875.987,76

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	9	10.226.733.368,19	4.294.244.093,17
Créditos a Curto Prazo	10	9.042.460.248,32	10.704.494.640,57
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	11	3.467.581.035,74	3.203.899.030,36
Estoques	12	531.391.160,40	421.204.690,53
Imobilizado Mantido para Venda	13	32.635.089,57	32.635.089,57
Total do Ativo Circulante		23.300.800.902,22	18.656.477.544,20
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.785.404.080,81	19.243.367.110,97
Créditos a Longo Prazo	14	19.760.860.498,41	19.221.067.140,87
VPD pagas antecipadamente	15	24.543.582,40	22.299.970,10
Investimentos	16	14.768.488.816,61	13.794.659.551,56
Imobilizado	17	12.310.670.947,32	10.783.376.072,98
Intangível	18	107.106.643,61	79.905.451,49
Total do Ativo Não Circulante		46.971.670.488,35	43.901.308.187,00
TOTAL DO ATIVO		70.272.471.390,57	62.557.785.731,20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	19, 20	1.205.314.316,65	2.681.866.819,56
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	21	16.536.982.458,05	12.482.592.164,37
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22	1.517.984.976,85	2.043.642.708,46
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	23	71.883.274,54	104.678.760,04
Obrigações de Repartição a Outros Entes	24	9.419,94	9.223,49
Provisões a Curto Prazo	25	341.992.911,49	336.793.839,91
Demais Obrigações a Curto Prazo	26	13.822.945.905,55	14.272.211.523,88
Total do Passivo Circulante		33.497.113.263,07	31.921.795.039,71
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	19, 20	10.678.770.882,64	10.347.962.714,68
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	21	69.366.647.468,12	68.676.759.464,85
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	20, 22	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	23	65.002.496,04	105.232.186,11
Provisões a Longo Prazo	20, 25	243.467.394.143,98	189.196.212.147,97
Resultado Diferido	27	745.664.897,68	457.410.435,17
Total do Passivo Não Circulante		325.918.335.990,65	270.339.583.985,26
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	28, 29	(289.142.977.863,15)	(239.703.593.293,77)
Total do Patrimônio Líquido	2.3	(289.142.977.863,15)	(239.703.593.293,77)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		70.272.471.390,57	62.557.785.731,20

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
Ativo (I)			
Ativo Financeiro	2.2	14.018.766.405,33	7.876.998.752,17
Ativo Permanente	2.2	56.253.704.985,24	54.680.786.979,03
Total do Ativo		70.272.471.390,57	62.557.785.731,20
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	2.2	32.307.533.482,53	29.921.137.914,37
Passivo Permanente	2.2	330.460.726.707,51	274.427.930.424,81
Total do Passivo		362.768.260.190,04	304.349.068.339,18
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	2.3	(292.495.788.799,47)	(241.791.282.607,98)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contrapartidas Recebidas		1.037.798.404,36	1.038.314.067,26
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		132.602.369,80	127.535.289,62
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		4.765.286.214,98	3.756.302.143,64
Total dos Atos Potenciais Ativos	30.1	5.935.686.989,14	4.922.151.500,52
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contrapartidas Concedidas		1.150.715.180,88	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		-	-
Obrigações Contratuais		13.571.522,80	36.668.066,48
Outros Atos Potenciais Passivos		1.345.286.838,47	259.567.452,37
Total dos Atos Potenciais Passivos	30.1	2.509.573.542,15	422.985.736,79

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
01 Ordinários		25.433.306.428,31	14.464.572.610,13
02 Educação		(31.885.542.160,33)	(28.662.232.945,62)
03 Saúde		(34.199.633.552,76)	(29.089.441.870,65)
04 Previdência		2.780.520.697,77	1.474.830.260,44
05 Transferências Obrigatórias de Outros Entes		919.822.254,73	927.983.485,72
06 Transferências Voluntárias de Outros Entes		444.781.468,08	441.989.670,95
08 Fundos Estaduais		12.005.886.810,54	12.229.054.823,44
09 Operações de Crédito		6.212.090.976,46	6.169.104.803,39
Total das Fontes de Recursos		(18.288.767.077,20)	(22.044.139.162,20)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria		53.497.469.953,94	44.124.153.586,83
Contribuições	32	4.460.032.602,21	20.782.699.768,07
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		463.855.453,11	314.596.571,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.252.115.878,56	1.315.417.342,46
Transferências e Delegações Recebidas		11.320.885.846,19	12.065.235.524,15
Valorização e Ganhos Com Ativos		12.014.577.472,85	10.383.683.294,26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		91.474.655.988,05	468.163.733.758,81
Total das variações Patrimoniais Aumentativas (I)		174.483.593.194,91	557.149.519.846,16
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos	32	13.480.090.111,46	30.013.942.314,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		17.206.004.750,67	17.252.961.096,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.557.528.247,40	7.173.495.953,50
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9.086.165.209,29	9.765.539.619,02
Transferências e Delegações Concedidas		23.840.304.701,09	18.628.311.246,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		7.108.838.086,13	6.091.503.724,95
Tributárias		561.965.979,74	574.935.771,73
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		143.447.961.817,17	260.177.299.520,97
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		223.288.858.902,95	349.677.989.247,17
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	32	(48.805.265.708,04)	207.471.530.598,99

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2021	2020
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)		73.516.274.110,55	63.960.587.766,84
Ordinários		33.065.178.173,78	27.677.710.378,33
Vinculada		40.451.095.936,77	36.282.877.388,51
Educação		9.434.341.647,51	8.304.462.725,98
Saúde		6.995.622.747,25	5.921.820.081,30
Previdência		18.705.835.157,24	18.933.914.536,62
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		85.137.258,31	450.199.518,58
Transferências Voluntárias de Outros Entes		151.769.649,56	140.910.463,32
Fundos Estaduais		5.036.446.815,47	2.506.434.838,76
Operações de Crédito		41.942.661,43	25.135.223,95
Transferências Financeiras Recebidas (II)		-	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		43.573.118.178,20	53.988.332.976,29
Inscrição Restos a Pagar Processados		4.669.670.851,99	6.414.091.371,96
Inscrição Restos a Pagar Não Processados		2.800.831.609,22	1.531.204.488,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		34.019.454.176,74	43.391.689.155,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.083.161.540,25	2.651.347.960,55
Saldo do Exercício Anterior (IV)		7.500.820.445,41	5.762.044.936,11
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.294.244.093,17	3.027.166.504,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.206.576.352,24	2.734.878.431,31
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		124.590.212.734,16	123.710.965.679,24
DISPÊNDIOS			
Despesa Orçamentária (VI)		70.969.988.186,38	64.557.893.763,03
Ordinários		31.219.210.719,20	29.212.928.377,06
Vinculada		39.750.777.467,18	35.344.965.385,97
Educação		9.189.952.042,47	8.561.255.789,12
Saúde		6.904.585.666,93	6.119.597.637,37
Previdência		17.485.597.117,89	17.438.815.853,24
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		101.666.633,15	394.810.463,89
Transferências Voluntárias de Outros Entes		199.914.551,93	194.206.845,42
Fundos Estaduais		5.804.100.454,92	2.583.373.276,07
Operações de Crédito		64.960.999,89	52.905.520,86
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		39.923.575.238,88	51.652.251.470,80
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.766.401.222,13	4.455.925.617,80
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		743.881.784,28	630.466.306,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		34.450.754.953,32	44.734.451.607,12
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.962.537.279,15	1.831.407.939,47
Saldo do Exercício Seguinte (IX)		13.696.649.308,90	7.500.820.445,41
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.226.733.368,19	4.294.244.093,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.469.915.940,71	3.206.576.352,24
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	33	124.590.212.734,16	123.710.965.679,24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	NOTAS	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		70.558.300.732,82	62.905.390.845,65
Receitas derivadas e originárias		60.209.724.944,21	51.735.400.971,37
Transferências correntes recebidas		10.348.575.788,61	11.169.989.874,28
Outros ingressos operacionais		-	-
Desembolsos		66.094.032.938,27	61.358.361.621,85
Pessoal e Demais Despesas		59.431.967.445,87	58.308.547.591,95
Juros e Encargos da Dívida		161.775.754,19	241.110.274,44
Transferências concedidas		2.292.993.687,60	1.814.183.403,94
Outros desembolsos operacionais		4.207.296.050,61	994.520.351,52
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		4.464.267.794,55	1.547.029.223,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		2.755.365.554,22	832.821.301,10
Alienação de bens		2.747.948.670,40	808.194.688,47
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		7.416.883,82	24.626.612,63
Outros ingressos de investimentos		-	-
Desembolsos		4.323.624.631,77	706.359.948,12
Aquisição de ativo não circulante		1.557.773.536,60	581.434.043,47
Concessão de empréstimos e financiamentos		13.691.283,52	20.984.975,41
Outros desembolsos de investimentos		2.752.159.811,65	103.940.929,24
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		(1.568.259.077,55)	126.461.352,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		202.607.823,51	222.375.620,09
Operações de crédito		41.848.000,00	24.870.038,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		-	-
Transferências de capital recebidas		160.759.823,51	197.505.582,09
Outros ingressos de financiamentos		-	-
Desembolsos		799.407.212,15	628.788.608,50
Amortização/Refinanciamento da dívida		799.407.212,15	628.788.608,50
Outros desembolsos de financiamentos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		(596.799.388,64)	(406.412.988,41)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	31	2.299.209.328,36	1.267.077.588,37
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		4.294.244.093,17	3.027.166.504,80
Caixa e Equivalentes de caixa final		10.226.733.368,19	4.294.244.093,17

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS CONSOLIDADO

	NOTA	2021	2020
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receita Tributária		36.418.639.687,82	28.984.914.190,47
Receita de Contribuições		10.888.906.003,16	10.004.626.826,18
Receita Patrimonial		(78.994.844,72)	(191.622.417,64)
Receita Agropecuária		1.784.766,52	1.057.263,59
Receita Industrial		406,65	2.109,89
Receita de Serviços		533.904.989,74	408.702.397,78
Remuneração das Disponibilidades		994.601.128,99	689.352.848,60
Outras Receitas Derivadas e Originárias		11.450.882.806,05	11.838.367.752,50
Total das Receitas Derivadas e Originárias		60.209.724.944,21	51.735.400.971,37

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS CONSOLIDADO

	NOTA	2021	2020
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		4.706.338.687,71	6.751.447.538,26
da União		4.674.037.115,66	6.733.098.210,84
de estados e Distrito Federal		23.472.348,76	10.864.208,36
de Municípios		8.829.223,29	7.485.119,06
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		5.642.237.100,90	4.418.542.336,02
Total das Transferências Recebidas		10.348.575.788,61	11.169.989.874,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		1.941.881.324,56	1.420.375.376,74
da União		151.851.508,23	80.689.417,79
de estados e Distrito Federal		-	96.000,00
de Municípios		1.790.029.816,33	1.339.589.958,95
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências concedidas		351.112.363,04	393.808.027,20
Total das Transferências Concedidas		2.292.993.687,60	1.814.183.403,94

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO CONSOLIDADO

	NOTA	2021	2020
Legislativa		520.703.461,50	487.424.180,15
Judiciária		1.912.194.482,45	1.871.189.172,36
Essencial a Justiça		1.448.000.703,75	1.349.433.600,01
Administração		964.965.871,55	960.435.972,09
Segurança Pública		5.689.778.784,65	5.420.449.627,42
Assistência Social		122.387.309,61	135.495.738,95
Previdência Social		17.998.634.263,75	17.835.250.348,37
Saúde		7.729.005.827,51	7.181.963.221,54
Trabalho		51.025.102,07	51.313.704,38
Educação		8.891.397.818,79	8.382.491.134,51
Cultura		49.876.324,57	75.781.121,47
Direitos da Cidadania		271.251.963,20	251.573.315,46
Urbanismo		14.070.743,39	14.822.930,05
Habitação		39.166.797,72	36.657.402,92
Saneamento		2.913.957,56	414.038,90
Gestão Ambiental		141.572.391,68	139.397.316,82
Ciência e Tecnologia		141.559.722,38	152.175.872,75
Agricultura		402.401.464,64	409.762.861,36
Indústria		1.157.017,75	1.077.413,94
Comércio e Serviços		27.869.666,04	30.061.720,86
Comunicações		51.812.852,98	57.307.862,09
Energia		371.124,90	476.118,09
Transporte		270.517.595,87	297.918.855,62
Desporto e Lazer		4.828.320,17	8.517.162,37
Encargos Especiais		12.684.503.877,39	13.157.156.899,47
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		59.431.967.445,87	58.308.547.591,95

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADO

	NOTA	2021	2020
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		77.865.508,97	64.280.340,78
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		75.645.438,13	176.686.251,57
Outros Encargos da Dívida		8.264.807,09	143.682,09
Total de Juros e Encargos da Dívida		161.775.754,19	241.110.274,44

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

1.1. O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2021 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.562, de 23 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2021.

1.2. As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) nº 42/1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.

1.3. O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme nota explicativa 36. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2021, comparativamente a 2020, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta que inclui os três Poderes e o Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações do Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

2.1. O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria nº 877/2018 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.

2.2. A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 87 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320/1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.

2.3. A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2021	2020
Patrimônio Líquido	(289.142.977.863,15)	(239.703.593.293,77)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(567.970.364,52)	(569.080.137,15)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(2.784.840.571,80)	(1.518.609.177,06)
Saldo Patrimonial	(292.495.788.799,47)	(241.791.282.607,98)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 30.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 14). O montante de créditos inscritos em Dívida Ativa, cujo recebimento é esperado para o ano de 2021, é registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 10).

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. Os rendimentos dessas atualizações apuradas são contabilizados em contas de resultado.

As aplicações no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os rendimentos ou encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações nas empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente pelo custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado



Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é contabilizada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN nº 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:



	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Em implantação
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Estudos Iniciados

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos foram publicados em 2021 e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 2022.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, entretanto ajustes devem ser realizados.

Estudos Iniciados: Os estudos foram iniciados durante o exercício de 2021. O tema está incluso no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019.



Balanço Orçamentário

4. **Resultado Orçamentário:** O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2021, um superávit de R\$ 2.546.285.924,17, resultado de uma receita total de R\$ 73.516.274.110,55 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 70.969.988.186,38.
5. **Transações Intraorçamentárias:** No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipe Prev) e no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Ipe Saúde).

	2021	2020
Pessoal e Encargos Sociais	16.311.959.669,29	16.694.112.123,15
RPPS - Cobertura de Déficit	10.320.656.964,45	11.392.859.796,45
RPPS - Contribuição Patronal	5.145.562.692,24	4.397.053.643,76
Fundoprev - Contribuição Patronal	116.209.443,09	180.233.093,82
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	712.680.868,13	706.682.863,36
Outros	16.849.701,38	17.282.725,76
Outras Despesas Correntes	15.155.503,31	17.297.522,06
Inversões Financeiras	4.280.000,00	-
	16.331.395.172,60	16.711.409.645,21

6. **Transferências de Numerário:** Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2021, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
Despesa	Orçada	1.330.527.458,00
	Autorizada	2.085.214.260,38
	Empenhada	1.899.915.830,58
	Liquidada	1.438.994.041,08
	Paga	1.378.592.203,56

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

- 7. Anulação de Restos a Pagar e Estornos de Empenhos:** Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, e do Parecer Coletivo nº 1/2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 56.201/2021, e a Instrução Normativa CAGE nº 3/2021, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
- a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 163.965.661,74, cujos empenhos foram emitidos entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020;
 - b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2021, no valor de R\$ 253.185.542,46, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa; e,
 - c) prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar, ao longo de 2021, no valor de R\$ 89.438.160,15, em consonância com o Decreto Federal nº 20.910/1932.
- 8. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb):** A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundeb. Em 2021, esses valores totalizaram R\$ 8.356.866.789,16. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2021, o montante de R\$ 5.570.138.341,24 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.

Balanço Patrimonial

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa	-	589,83
Bancos	354.433.593,83	307.854.429,20
Rede Bancária - Arrecadação	341.938.261,55	197.930.053,65
Saldo SIAC	5.863.743.131,12	721.200.753,78
APF de Liquidez Imediata	3.666.618.381,69	3.067.258.266,71
	10.226.733.368,19	4.294.244.093,17

9.1. Caixa – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

9.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não estejam aplicadas no SIAC.

9.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

9.4. Saldo SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC, em 31 de dezembro de 2021, é composto pelo somatório do saldo das contas correntes de cada órgão ou entidade, aplicados no caixa único deduzidos dos valores resgatados pelo Tesouro do Estado.

9.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Créditos a Curto Prazo

	2021	2020
Créditos Tributários a Receber	5.705.249.759,29	7.372.591.119,10
Dívida Ativa	2.546.184.436,11	2.437.383.726,07
Tributária	2.481.000.000,00	2.382.480.000,00
Não Tributária	65.184.436,11	54.903.726,07
Pagamentos Extraorçamentários	216.227.229,24	269.970.033,31
Devedores	105.270.351,82	158.101.736,84
Responsáveis	110.956.877,42	111.868.296,47
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	113.480.166,12	179.676.629,68
Outros Créditos a Curto Prazo	461.318.657,56	444.873.132,41
	9.042.460.248,32	10.704.494.640,57

10.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 6.235.665.138,96. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 530.415.379,67, conforme calculado pela Subsecretaria da Receita Estadual.

10.2. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 14.

10.3. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos sem empenho e liquidações prévios, conforme características descritas a seguir:

10.4. Devedores: Demonstra os pagamentos efetuados, independentemente de autorização orçamentária, gerando débitos a pessoas físicas ou jurídicas. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e Pelo Tribunal Regional Federal que ainda não foram regularizados, mediante empenho/liquidação, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

10.5. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes.

11. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 8,23%, pois os fundos previdenciários foram iniciados em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro. Embora a Lei nº 15.511/2020 tenha previsto que os servidores civis admitidos até a data de implantação do Regime de Previdência Complementar migrassem do Plano Previdenciário para o Plano Financeiro, as contribuições patronais e dos segurados realizadas até a data da Lei seguem depositadas no FUNDOPREV.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações estão assim distribuídas:

Fundo	2021	2020
FUNDOPREV Civil	2.735.091.675,52	2.621.830.002,92
FUNDOPREV Militar	732.489.360,22	582.069.027,44
TOTAL	3.467.581.035,74	3.203.899.030,36



12. Estoques – Os estoques, em 2021, totalizaram R\$ 531.391.160,40 tendo atingido, em 2020, o montante R\$ 421.204.690,53, correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 86,53% referem-se à Secretaria da Saúde.

13. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda em 2021 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64, na Secretaria de Obras e Habitação com origem na carteira habitacional anteriormente administrada pelo Ipergs.

14. Créditos a Longo Prazo

CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	2021	2020
Dívida Ativa Tributária	17.933.395.538,11	17.527.465.267,29
Saldo	42.590.453.385,29	43.346.249.329,30
(-) Ajuste para Perdas	(24.657.057.847,18)	(25.818.784.062,01)
Dívida Ativa Não Tributária	507.703.609,00	625.993.144,02
Saldo	601.639.429,53	839.849.999,75
(-) Ajuste para Perdas	(93.935.820,53)	(213.856.855,73)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	925.385.567,65	917.656.217,35
Créditos a receber IPE Saúde	216.814.822,26	-
Outros	177.560.961,39	149.952.512,21
TOTAL	19.760.860.498,41	19.221.067.140,87

14.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

14.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

14.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE Prev e do IPE Saúde. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por

impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.

ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 8,94%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2021.

iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não pode ser encaminhada à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 9 de setembro de 1991. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial não sofreu alterações para o exercício de 2021 e é apresentado a seguir:

Fase da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre
Contra Massa Falida	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre
Execução Embargada	Sim, sempre
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre
Suspensão por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não
Falência Encerrada	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não
Motivos Diversos	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não



15. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Referem-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, que estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo ele deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Esses pagamentos foram concluídos em 2020. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram classificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	22.299.970,10
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado e liquidado em 2019, pago em 2020	3.500.000,00
Valor empenhado, liquidado e pago em 2020	1.500.000,00
Correção Monetária de 2020	911.813,35
Correção Monetária de 2021	2.243.612,30

16. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2021	2020
Participações Permanentes em Empresas	13.002.874.224,79	11.789.839.304,02
Investimentos em Fundos	1.765.614.591,82	2.004.820.247,54
Total de Investimentos	14.768.488.816,61	13.794.659.551,56

16.1. Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03/2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2021 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2021 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:



Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2021	2020
Empresas Controladas		10.579.880.529,01	9.583.854.992,78
BADESUL	99,99%	740.763.197,94	727.062.272,94
BANRISUL	49,44%	4.325.597.319,09	4.130.531.736,84
CADIP	99,99%	221.180.879,70	221.190.888,92
CEASA	94,24%	15.482.914,36	15.483.933,20
CEEE Geração	66,06%	604.481.601,23	-
CESA¹	100,00%	-	-
CORSAN	99,99%	4.229.469.926,65	3.975.848.872,72
CRM	99,98%	295.132.588,09	298.160.574,48
EGR	100,00%	33.147.914,85	95.038.160,40
PROCERGS	99,66%	14.725.484,27	21.273.664,20
SULGÁS	51,00%	99.898.702,83	99.264.889,08
Empresas Controladas em Conjunto		2.013.348.129,69	1.879.724.315,78
BRDE²	33,33%	2.013.348.129,69	1.879.724.315,78
Adiantamento para futuro aumento de capital		402.287.426,03	318.904.130,41
CESA		45.993.802,40	4.840.065,86
CORSAN		353.174.565,45	314.064.064,55
BADESUL		3.119.058,18	-
Empresas Diversas		7.358.140,06	7.355.865,05
Total de Investimentos em Empresas		13.002.874.224,79	11.789.839.304,02

Nota¹: Valor do Patrimônio Líquido da CESA é negativo, portanto o valor na Equivalência Patrimonial é ZERO.

Nota²: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

A desestatização, ou privatização, das empresas do Grupo CEEE foi autorizada por meio da Lei nº 15.298, de 4 de julho de 2019. O estado investia diretamente na CEEE Participações, holding que controlava três companhias: CEEE Distribuição, CEEE Geração e CEEE Transmissão. No exercício de 2021 foram concluídas as privatizações da empresa de Distribuição (CEEE-D) e da empresa de Transmissão (CEEE-T).

16.2. Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2021	2020
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.138.041.001,72	1.130.096.120,22
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	266.097.343,68	266.097.343,68
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	181.579.358,67	133.159.657,28
Fundo Estadual Apoio Desenv Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER	92.402.328,28	367.648.317,29
Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul - FUNTERRA	83.165.469,83	83.137.088,18
Outros Fundos	4.329.089,64	24.681.720,89
Total de Investimentos em Fundos	1.765.614.591,82	2.004.820.247,54

17. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 6/2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela STN para lançamentos contábeis referentes ao imobilizado e intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN Cage nº 06/2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Títulos	2021	2020
Bens Móveis	4.093.465.446,26	3.724.421.499,20
Veículos	1.073.701.948,77	965.711.626,58
Bens de Informática	1.246.443.182,97	1.064.092.239,46
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	944.335.671,23	850.158.394,21
Móveis e Utensílios	610.130.066,24	595.419.335,03
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148.563.877,75	149.419.823,57
Demais Bens Móveis	173.775.218,21	149.397.243,06
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(103.484.518,91)	(49.777.162,71)
Bens Imóveis	8.217.205.501,06	7.058.954.573,78
Total Imobilizado	12.310.670.947,32	10.783.376.072,98

Também conforme a IN Cage nº 06/2018, a depreciação de bens móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

18. Intangível

Assim como relatado na nota explicativa 17 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN Cage nº 06/2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2021	2020
Softwares	107.189.048,87	79.987.856,75
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(92.825,26)	(92.825,26)
Total Intangível	107.106.643,61	79.905.451,49

Também conforme a referida IN, a amortização de bens do ativo intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019, prevendo a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

19. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar	2021	2020
Passivo Circulante	1.205.314.316,65	2.681.866.819,56
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	75.389.089,21	1.301.530.859,09
Provisão para Férias	978.606.906,39	923.964.630,12
Precatórios de Pessoal a Pagar	36.304.708,49	16.228.902,28
Requisições de Pequeno Valor (RPV) a Pagar	24.365.366,84	30.894.156,14
Benefícios Previdenciários a Pagar	21.499.538,57	257.042.526,08
Encargos Sociais a Pagar	69.148.707,15	152.205.745,85
Passivo Não Circulante	10.678.770.882,64	10.347.962.714,68
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.316.327.456,58	6.076.820.858,67
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.108.366.434,36	4.018.149.187,75
INSS Parcelado a Pagar	254.076.991,70	252.992.668,26
Total	11.884.085.199,29	13.029.829.534,24

19.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de servidores integrantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujo pagamento ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência. Já o saldo de 31 de dezembro de 2020 se refere principalmente ao 13º salário de 2020, que foi quitado parceladamente durante o exercício de 2021.

19.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2022). Os valores foram calculados com base em aplicativo (Qlik Sense) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário de dezembro acrescido de 1/3.

19.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme evidenciado na nota explicativa 20.

19.4. Requisições de Pequeno Valor (RPV) a pagar: Compreende as requisições de pagamento de quantia devida pela Fazenda Pública Estadual em face de uma condenação ou acordo judicial com valores de até 10 salários mínimos.

19.5. Benefícios Previdenciários: O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui as parcelas devidas a inativos ex-autárquicos da CEEE, cujo pagamento ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência, bem como outras diferenças residuais de benefícios de aposentadoria e pensões. O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se, em especial, ao 13º salário de 2020, que foi quitado parceladamente durante 2021.

19.6. Encargos Sociais a Pagar: O saldo tem como item principal as contribuições a recolher ao INSS e ao FGTS sobre a folha dos funcionários públicos vinculados ao RGPS.

20. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

No exercício de 2020 houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404 de 18 de dezembro de 2019. A execução orçamentária desses débitos passou a ser efetuada na Unidade Orçamentária (U.O.) 33.03 – Encargos Financeiros do Estado – Sentenças Judiciais.

Demonstram-se a seguir os valores devidos ao final de 2021, comparativamente a 2020:



Precatórios	2021	2020
Passivo Circulante	36.304.708,49	16.228.902,28
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	36.304.708,49	16.228.902,28
Passivo Não Circulante	12.019.549.993,13	11.650.977.082,90
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.316.327.456,58	6.076.820.858,67
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.108.366.434,36	4.018.149.187,75
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	3.164.771.129,11	3.669.410.726,55
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.215.944.749,96	1.096.749.625,65
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	1.839.503.610,19	2.572.661.100,90
Precatórios de Fornecedores a Pagar	109.322.768,96	-
Total	15.220.625.830,73	15.336.616.711,73

20.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

20.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

20.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das variações no saldo devedor não decorrentes do fluxo de inscrições e pagamentos. Esse valor é registrado como provisão por falta de precisão quando da apuração do saldo devedor no sistema e considera, principalmente, as atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, as baixas de saldos reduzidos por acordos e outros ajustes efetuados pelos tribunais durante a análise dos processos.

21. Empréstimos e Financiamentos

	Circulante		Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Dívida Interna	15.931.939.291,89	11.976.237.156,64	59.102.424.958,42	58.523.679.287,55
BB	200.000,00	-	683.292.066,05	683.687.440,88
BNDES	168.333.530,59	100.046.559,26	452.771.605,36	622.998.095,52
Governo Federal	15.762.907.053,49	11.875.724.577,14	57.966.361.287,01	57.216.483.785,89
Outros	498.707,81	466.020,24	-	509.965,26
Dívida Externa	605.043.166,16	506.355.007,73	10.264.222.509,70	10.153.080.177,30
BIRD	419.273.282,48	378.337.860,37	8.141.796.752,02	7.972.810.851,17
BID	185.769.883,68	128.017.147,36	2.122.425.757,68	2.180.269.326,13
TOTAL	16.536.982.458,05	12.482.592.164,37	69.366.647.468,12	68.676.759.464,85

21.1. Dívida Interna: Refere-se aos empréstimos e financiamentos contratados com entidades brasileiras. O maior saldo devedor de 2021, no valor de R\$ 73.729.268.340,50 (soma do Passivo Circulante com Passivo Não Circulante), refere-se a dívida com o Governo Federal, cujo pagamentos das parcelas estavam suspensos por medida liminar do STF desde julho de 2017. Conforme nota explicativa 35, o montante acumulado durante a suspensão foi parcelado em fevereiro de 2022.

21.2. Dívida Externa: Diz respeito aos empréstimos e financiamentos contratados com bancos internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

22. Fornecedores e Contas a Pagar



Fornecedores e Contas a Pagar	2021	2020
Passivo Circulante	1.517.984.976,85	2.043.642.708,46
Fornecedores de Bens e Serviços	252.608.463,32	287.199.161,70
Valores Médicos Hospitalares a Processar	1.007.849.053,29	640.943.097,84
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	169.611.605,03	747.301.810,84
Sentenças Judiciais a Pagar	66.816.249,47	330.851.187,74
Outras Contas a Pagar	21.099.605,74	37.347.450,34
Passivo Não Circulante	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.594.856.102,19	1.556.007.036,48
Total	3.112.841.079,04	3.599.649.744,94

22.1. Fornecedores de Bens e Serviços: Referem-se aos valores devidos aos fornecedores de mercadorias, bens e serviços.

22.2. Valores Médicos Hospitalares a Processar: Compreende os valores pendentes de regularização pelo IPE Saúde.

22.3. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária: São as despesas incorridas, não empenhadas/liquidadas.

22.4. Sentenças Judiciais a Pagar: São as despesas judiciais pendentes de pagamento e que não estão incluídas em Precatórios ou RPVs.

22.5. Precatórios de Fornecedores a Pagar: Conforme nota explicativa 20.

23. Obrigações Fiscais

Compreendem, na maior parte, aos valores mensais e parcelados do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) a recolher para a União.

24. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Referem-se aos valores de ITBI e Multas de Trânsito a repassar aos municípios.

25. Provisões

PROVISÕES	2021	2020
Provisões de Curto Prazo	341.992.911,49	336.793.839,91
Provisão de Indenização Trabalhista - CP	329.892.806,71	333.310.654,33
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - CP	12.100.104,78	-
Outras Provisões de Curto Prazo	-	3.483.185,58
Provisões de Longo Prazo	243.467.394.143,98	189.196.212.147,97
Provisão Atuarial do RPPS	185.666.239.631,49	169.009.954.936,83
<i>Plano Financeiro</i>	<i>181.974.595.071,02</i>	<i>166.252.429.070,92</i>
<i>Plano Previdenciário</i>	<i>3.691.644.560,47</i>	<i>2.757.525.865,91</i>
Provisão para Indenizações Trabalhistas	39.185.098.511,94	1.592.593.512,57
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	6.750.094.361,25	6.663.573.244,62
Provisão de Precatórios a Pagar	3.164.771.129,11	3.669.410.726,55
Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - LP	526.792.718,32	-
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128.459.508,00	128.459.508,00
Provisão de Compensação Previdenciária	76.196.469,17	76.196.469,17
Provisão para Riscos Fiscais	37.172.571,01	24.000.566,45
Provisão para Riscos Cíveis	22.658.148,92	62.220.071,76
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	4.976.710,57	15.345.963,93
Outras Provisões de Longo Prazo	7.904.934.384,20	7.954.457.148,09
TOTAL PROVISÕES	243.809.387.055,47	189.533.005.987,88

25.1. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: Representa o déficit atuarial reconhecido do regime previdenciário financeiro dos servidores estaduais, uma vez que não há patrimônio para a

cobertura das provisões, que representam os compromissos futuros líquidos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, para sua apuração são considerados os valores atuais dos fluxos futuros de pagamentos de aposentadorias, inativações e pensões e descontados os valores atuais do fluxo de contribuições futuras (do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas) e do fluxo dos valores líquidos da compensação previdenciária a receber do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos que corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS e Provisão de Benefícios a Conceder que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	111.543.881.119,89	45.161.204.045,62	156.705.085.165,51
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>162.429.583.352,45</i>	<i>72.697.082.787,55</i>	<i>235.126.666.140,00</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(33.923.801.488,46)</i>	<i>(18.357.252.494,75)</i>	<i>(52.281.053.983,21)</i>
<i>Contribuição do Aposentado</i>	<i>(14.748.328.127,26)</i>	<i>(7.401.442.298,64)</i>	<i>(22.149.770.425,90)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(2.213.572.616,84)</i>	<i>(1.777.183.948,54)</i>	<i>(3.990.756.565,38)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Provisão de Benefícios a Conceder	17.028.653.617,64	8.240.856.287,87	25.269.509.905,51
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>38.592.731.239,96</i>	<i>18.718.933.283,46</i>	<i>57.311.664.523,42</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(12.287.173.655,78)</i>	<i>(6.892.694.751,75)</i>	<i>(19.179.868.407,53)</i>
<i>Contribuição do Ativo</i>	<i>(6.143.586.827,88)</i>	<i>(3.446.347.375,88)</i>	<i>(9.589.934.203,76)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(3.277.498.891,60)</i>	<i>(139.034.867,96)</i>	<i>(3.416.533.759,56)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano</i>	<i>144.181.752,94</i>	<i>-</i>	<i>144.181.752,94</i>
Total da Provisão	128.572.534.737,53	53.402.060.333,49	181.974.595.071,02

25.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: O valor desta provisão não representa o déficit atuarial previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores, uma vez que do valor provisionado (passivo) devem ser descontados os recursos do plano (ativo). Para sua apuração são considerados os valores atuais dos fluxos futuros de pagamentos de aposentadorias, inativações e pensões e descontados os valores atuais do fluxo de contribuições futuras (do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas) e do fluxo dos valores líquidos da compensação previdenciária a receber do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. As provisões estão subdivididas entre Provisão de Benefícios Concedidos que corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS e Provisão de Benefícios a Conceder que corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos segurados que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS.

Plano Previdenciário	Fundoprev Civil	Fundoprev Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	-	32.953.035,83	32.953.035,83
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	68.790.121,66	43.213.494,87	112.003.616,53
Contribuições do Estado	(6.554.574,78)	(5.130.229,52)	(11.684.804,30)
Contribuições de Aposentados	(3.900.528,32)	(3.527.701,97)	(7.428.230,29)
Contribuições de Pensionistas	(2.654.046,46)	(1.602.527,55)	(4.256.574,01)
Aportes para cobertura do déficit	(55.680.972,10)	-	(55.680.972,10)
Provisão de Benefícios a Conceder	(1.959.997.717,88)	1.015.110.157,65	(944.887.560,23)
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	1.589.367.963,39	3.796.777.422,44	5.386.145.385,83
Contribuições do Estado	(810.007.818,48)	(1.339.713.500,64)	(2.149.721.319,12)
Contribuições dos Servidores	(810.007.818,48)	(1.339.713.500,64)	(2.149.721.319,12)
Compensação Previdenciária	(116.778.962,40)	(102.240.263,51)	(219.019.225,91)
Aportes para cobertura do déficit	(1.812.571.081,91)	-	(1.812.571.081,91)
Provisão Plano de Amortização	-	-	-
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	4.603.579.084,87	-	4.603.579.084,87
Total da Provisão	2.643.581.366,99	1.048.063.193,48	3.691.644.560,47

25.3. Provisão para Indenizações Trabalhistas - São os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa Cage nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, que contempla os riscos fiscais levantados pela PGE, relativos às ações judiciais em que o Estado faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2021	2020
Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério	36.760.000.000,00	-
URV	798.604.548,27	329.892.806,71
Férias Indenizadas	300.000.000,00	300.000.000,00
Parcela autônoma de equivalência (PAE)	211.081.155,00	-
Reajustes do vale-refeição	191.538.996,54	236.504.428,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e comp. de	188.198.067,90	219.312.517,79
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995	162.101.680,00	162.101.680,00
Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista	143.354.715,27	142.189.229,78
Reflexo das diárias na Gratificação Natalina	100.000.000,00	-
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	68.988.965,45	65.750.612,12
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59.400.000,00	59.400.000,00
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	49.700.475,61	63.664.460,45
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40.779.000,00	40.779.000,00
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	33.793.776,87	37.926.800,00
Promoção de classe do Magistério ano 2000	33.615.959,00	83.000.000,00
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	33.060.479,15	39.027.907,03
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	27.000.000,00	60.000.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	313.773.499,59	86.354.725,02
Total	39.514.991.318,65	1.925.904.166,90

- **Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério** – Anteriormente reconhecida apenas em contas de controle, seu risco foi reclassificado em 2021. As ações postulam a implantação do piso salarial nacional do magistério previsto no art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008. O Supremo Tribunal Federal - STF fixou o início da data de vigor da Lei do Piso, em 02/04/2011. A partir de então teve início o ajuizamento de milhares de ações por professores estaduais. Segundo o Poder Judiciário estadual, já existem mais de 130 mil processos judiciais envolvendo a controvérsia. Também foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 011/1110246307-9, pelo Ministério Público Estadual.

- **URV** - Diferenças de juros relativas a pagamentos administrativos referentes à conversão de URV. Essas provisões estão distribuídas no curto e no longo prazo.
- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da L nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.
- **Parcela Autônoma de Equivalência** – Refere-se a demandas relativas à presunção de isonomia salarial entre os integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1997.
- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002/1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 determinou a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada** – Referem-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Atendimento Especial (Fpergs).
- **Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995** - As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, denominadas “Leis Britto”, representam a grande maioria das demandas repetitivas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- **Habilitação de marido e de companheiro na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou de companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Reflexo das diárias na Gratificação Natalina** – Anteriormente reconhecida apenas em contas de controle, seu risco foi reclassificado em 2021. Pretensão de que as diárias recebidas no mês de dezembro componham o valor do décimo terceiro salário (gratificação natalina) a ser paga ao servidor público estadual. Atualmente tramitam quase 3.000 processos ou recursos envolvendo o tema. Foi interposto incidente de uniformização de jurisprudência.
- **Incorporação da Parcela GEP/GIT** - Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12 de junho de 2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.
- **Abono família de servidores em contrato emergencial** – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6.526/1976 não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.

- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- **Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 57 ações onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado (SSMA). Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/1990 que criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o Estado foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Devolução da Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- **Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.

25.4. Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Registra provisões para repartição tributária sobre tributos a receber reconhecidos no ativo, conforme disposto na Instrução Normativa Cage nº 9/2019.

25.5. Provisão de Precatórios a Pagar - Conforme nota explicativa 20.3.

25.6. Provisão Matemática - Ex-autárquicos CEEE - Provisão matemática para o pagamento de proventos de aposentadoria dos ex-autárquicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. A dívida foi assumida pelo Estado no processo de privatização da companhia. Essas provisões estão distribuídas no curto e no longo prazo.

25.7. Provisão de Pensões Integrais a Pagar - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei nº 10.395/95.

25.8. Provisão de Compensação Previdenciária – valores relativos a compensações entre o INSS (Regime Geral) e o RPPS (Regime Próprio de Previdência do Estado).

25.9. Provisão para Riscos Fiscais - São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais. A quase totalidade do saldo desta provisão refere-se a

execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal.

25.10. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153/2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela PGE, referentes às ações judiciais em que o Estado é demandado.

Provisão para Riscos Cíveis	2021	2020
Ações indenizatórias por perdimento de grãos	13.049.326,41	26.221.054,70
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	5.863.691,00	4.300.000,00
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	-	29.054.093,71
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3.745.131,51	2.644.923,35
Total	22.658.148,92	62.220.071,76

- **Ações indenizatórias por perdimento de grãos** - ações de execução de sentença propostas contra o Instituto Riograndense do Arroz (Irga).
- **Ação Indenizatória de lucros cessantes – CIEPs** - Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), valor a ser determinado em liquidação de sentença.
- **Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes** – Essa provisão foi reclassificada pela PGE em 2021, passando a ser reconhecida como passivo contingente de média probabilidade de ocorrência.

25.11. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

25.12. Outras Provisões

Outras Provisões	2021	2020
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.935.265.000,00	4.564.015.145,45
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	985.314.525,32	900.000.000,00
Tema 810 STF - estoque de RPVs	864.720.000,00	1.080.900.000,00
Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados	357.400.000,00	-
Home care (SUS)	233.321.642,58	-
Tratamentos oncológicos	131.074.040,39	-
Outras Provisões de Longo Prazo	397.839.175,91	1.409.542.002,64
Outras Provisões de Curto Prazo	-	3.483.185,58
Total	7.904.934.384,20	7.957.940.333,67

- **Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960/2009. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, geralmente não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão considera é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do STF o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no

período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório". O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30 de junho de 2017, que decidiu pela incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

- **Tema 810 STF: estoque de RPVs** - Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, em face dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, a PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requisitórios de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 pelas ADI's nº 4357 e 4425, a qual teve modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requisitórios de pagamento expedidos até 25/03/2015.
- **Responsabilidade subsidiária em serviços terceirizados** - A Administração Pública ao contratar a prestação de serviços continuados ou não que envolvam fornecimento de mão de obra responde de forma subsidiária pelo descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas. Com o julgamento da ADC nº 16/DF, reconhecendo a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/1993, na Justiça do Trabalho, vige o entendimento de que a responsabilidade subsidiária dos entes públicos pela inadimplência de encargos trabalhistas praticada pelas empresas de terceirização de mão-de-obra contratadas não pode ser automática, baseada numa culpa presumida. Para que seja atribuída ao Poder Público, impende reste comprovada, no caso concreto, sua desídia na escolha da pessoa jurídica fornecedora do serviço e/ou na fiscalização da execução do contrato; vale dizer é necessária a demonstração de que o Poder Público operou com culpa.
- **Home care (SUS)** - Nas demandas de home care é postulado o tratamento do paciente, que deve ser desenvolvido no domicílio, a fim de preservar a saúde, minimizar os prejuízos das doenças e incapacidades, fundamentado nos princípios da igualdade, gratuidade, universalidade e atendimento integral na efetivação do direito fundamental à saúde e à vida dos cidadãos, conforme regra expressa do artigo 196 da Constituição federal e 241 da Constituição Estadual.
- **Tratamentos oncológicos** - Os procedimentos e medicamentos não são reconhecidos como devidos pelo Estado, mas pela União, em razão do decidido no Tema 793 do STF. São ações que tratam de solicitação de tratamento oncológico (cirúrgico, medicamentoso, exames, internações, consultas), propostas em caráter individual, tendo em vista o caráter personalíssimo de cada prestação, com comprovação do acometimento de neoplasias em suas mais variadas formas e pedido do fornecimento de tratamento oncológico respectivo.

26. Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a Curto Prazo	2021	2020
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.595.685.442,94
Siac - Depósitos de Estatais, Fundos e Outros	1.218.962.654,35	1.304.843.045,09
Despesas Inscritas em Restos a Pagar	660.578.361,40	303.981.917,48
Retenções e Consignações	421.267.130,14	670.191.811,44
Diversos	926.452.316,72	1.397.509.306,93
Total	13.822.945.905,55	14.272.211.523,88

26.1. Depósitos Judiciais: Abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686/ 2001, e nº 12.069/ 2004. O saldo ao final de 2021 é o mesmo que era devido desde o final de 2019 pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto no art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 15.138/2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159/ 2017), o Estado estaria impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº

151/2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232/2018 dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados e que a Lei nº 15.476/2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220/ 2020.

26.2. Siac – Depósitos de Estatais, Fundos e Outros: Os montantes devidos decorrem das aplicações realizadas no Sistema que constitui o Caixa Único (ver nota explicativa 9.4). Os valores apresentados são, principalmente, as aplicações efetuadas pelas Estatais (R\$ 808.205.930,23 em 2021) e pelos Fundos Não Orçamentados (R\$ 152.869.500,81 em 2021).

26.3. Despesas Inscritas em Restos a Pagar: São as despesas empenhadas e liquidadas que não foram classificadas nos demais subgrupos de contas. Os principais valores de 2021 se referem a subvenções a pagar (R\$ 358.058.370,01) e a suprimentos de fundos a pagar (R\$ 204.782.622,44).

26.4. Retenções e Consignações: São os valores retidos ou consignados da folha de pagamento ou dos fornecedores, a exemplo de planos de assistência médica, seguros, pensão alimentícia, entidades de classe, empréstimos, tributos etc.

27. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2021	2020
IPVA de 2022 arrecadado em 2021	1.491.329.795,36	914.820.870,34
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(745.664.897,68)	(457.410.435,17)
Total	745.664.897,68	457.410.435,2

28. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (nota explicativa 32) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (nota explicativa 29):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2020	(239.703.593.293,77)
Resultado Patrimonial do Exercício	(48.805.265.708,04)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores	(634.118.861,34)
Saldo de 31/12/2021	(289.142.977.863,15)

29. Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se a variações patrimoniais reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido por serem decorrentes de mudanças de critérios contábeis ou de retificações de erros imputáveis a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:



Ajustes de Exercícios Anteriores	2021
Débito	(2.392.439.688,66)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(2.092.147.564,10)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(87.770,00)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(511.920,75)
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	(358.483,60)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	(34.418.596,43)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(264.915.353,78)
Crédito	1.758.320.827,32
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.225.863.683,33
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	339.761.793,15
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	133.137.129,37
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	59.558.221,47
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(634.118.861,34)

30. Registros em Contas de Controle

30.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos - situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, conforme detalhamento do quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	5.935.686.989,14
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.037.798.404,36</u>
Cauções em Títulos e Valores	1.036.390.828,40
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1.183.467,17
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	224.108,79
<u>Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres</u>	<u>132.602.369,80</u>
Fapergs -auxílios a comprovar	104.899.038,18
Administração Direta - auxílios a comprovar	19.018.522,98
Demais entidades - auxílios a comprovar	8.684.808,64
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>4.765.286.214,98</u>
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.191.003.880,27
Demais entidades - contratos e convênios em execução	41.987.623,00
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068.465.054,01
Compensa - solicitações em andamento	145.277.603,71
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318.552.053,99
Atos Potenciais Passivos	2.509.573.542,15
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>1.150.715.180,88</u>
Avais Concedidos	126.750.217,94
Garantias Instituídas por Lei Específica	1.023.964.962,94
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>13.571.522,80</u>
Contratos em Execução	13.571.522,80
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>1.345.286.838,47</u>
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26.734.784,48
LEI 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	1.318.552.053,99

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Daer, o valor de R\$ 1,03 bilhões refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores

contratados reverterão ao Daer, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;

- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, dentre outros);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 104,9 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fapergs a pesquisadores;
- **Contratos e convênios em execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços – valores em Discussão** – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **Compensa - solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038/2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente. A dívida ativa é registrada como receita orçamentária de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	145.277.603,71
Solicitações não homologadas	140.370.036,71
Compensações homologadas, em processo de compensação	4.907.567,00

- **Lei nº 12.069-2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018.
- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado a Ceee e a Corsan, em contratos de empréstimo;
- **Garantias Instituídas por Lei Específica** – Registram garantias concedidas pelo Estado e autorizadas por leis específicas. Atualmente o Estado garante operações de crédito contratadas pela CEEE-D e pela CEEE-T perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD celebrados no âmbito do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência.
- **Recursos Fundopem para aumento de Capital do Badesul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme o art. 5º da Lei nº 13.708/ 2011, revogada pela Lei nº 15.642/ 2021.

30.2. Passivos contingentes – são passivos não reconhecidos nas demonstrações contábeis em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não estejam totalmente sob controle do órgão ou entidade. O registro contábil em contas de controle ocorre por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 27,15 bilhões e em 2020 R\$ 67,74 bilhões. O decréscimo ocorreu principalmente pela reclassificação do risco quanto à implantação do Piso Salarial do Magistério, no montante de R\$ 36,76 bilhões ao final de 2021 que passou a ser reconhecido como provisão de risco trabalhista, conforme nota explicativa 25. Também ocorreu o desreconhecimento como passivo contingente das demandas judiciais com pedidos de compensação de tributos com créditos de precatórios formulados antes da edição da Emenda Constitucional nº 62/2009 e da ação judicial referente à inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que o Estado faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2021, em comparação a 2020.

Objeto dos Passivos Contingentes	2021	2020
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	7.356.259.227,26	6.734.007.000,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Ações civis públicas. Repasses na área da saúde	4.572.648.632,98	1.276.821.482,00
Tarifas TUST e TUSD	1.900.000.000,00	1.600.000.000,00
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	1.383.200.000,00	728.000.000,00
Contribuição previdenciária da Fase	1.320.000.000,00	1.320.000.000,00
Repasses para os municípios de recursos do FES	1.041.254.026,32	1.434.923.947,64
Alíquotas progressivas - civis	680.000.000,00	-
Adicional de insalubridade - servidores de escola	580.000.000,00	418.810.022,15
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	400.000.000,00	1.000.000.000,00
PASEP	358.382.185,10	351.812.359,35
Ações civis públicas na área da segurança pública	276.011.745,12	378.924.747,96
Paridade Pensoes SINPOL	264.000.000,00	264.000.000,00
Compensação de créditos de saídas isentas de produtos agropecuários	220.800.000,00	100.000.000,00
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	216.828.395,55	228.594.999,41
Desapropriação Parque Estadual de Itapeva	155.400.000,00	155.400.000,00
Indenização pelo parcelamento de salários	154.000.000,00	105.000.000,00
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	149.952.674,00	102.441.488,71
Fundação Silius	100.000.000,00	100.000.000,00
Implantação Piso Nacional do Magistério	-	34.499.999.300,00
Compensação de débitos estaduais com precatórios	-	7.000.000.000,00
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	-	1.400.000.000,00
Diferencial de alíquota de optantes do SIMPLES NACIONAL	-	392.000.000,00
FGTS de servidores temporários	-	26.486.000,00
Outros	1.018.448.352,68	3.123.552.160,57
Total	27.147.185.239,01	67.740.773.507,79

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há

maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nas ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Ações Cíveis Públicas - investimentos na área de Saúde** – O Ministério Público Estadual ajuíza, em cada exercício, desde o ano 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.
- **Tarifas TUST e TUSD** - Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não-incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.
- **Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas** - A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança desta contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto, a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão deste desconto.
- **Contribuição previdenciária da Fase** - A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase) recebeu diversas autuações do INSS em razão de que o Certificado de Filantropia fora revogado, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, o que tornou impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do Ato Cancelatório que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº. 00400.000176/2013-81, que se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- **Repasse para os municípios de valores do FES** - Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e Mandados de Segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes, com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei 8080/90 seriam objeto de repasse aos hospitais.
- **Alíquotas progressivas** - Os servidores civis e pensionistas ajuízam ações contra as alíquotas progressivas de contribuição previdenciária instituídas pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, com vigência a partir de abril de 2020, na forma da Emenda Constitucional 103/2019, buscando a manutenção da alíquota única de 14%.
- **Adicional de insalubridade** - A PGE tem registro de 8 mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- **Ação Civil Pública. Meio Ambiente** – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que: impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo (pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.
- **PASEP** - Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160/2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 358,4 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no STF, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.
- **Ações civis públicas na área da segurança pública** – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulado a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e Ação Civil Pública (ACP) movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.
- **Paridade Pensões SINPOL** - Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (SINPOL) contra o IPE Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072/12 e nº 14.073/12.
- **Compensação de créditos de ICMS de saídas isentas não estornadas** - Trata-se de matéria sobre a qual tem havido dificuldade de compreensão por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.
- **Reajuste das Leis nº 11.467/00, nº 11.678/01 e nº 11.752/02** - Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual 11.467/2000 e no art. 1º da Lei Estadual 11.678/2001, abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual 11.752/2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.
- **Desapropriação Parque Estadual de Itapeva** - Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009/2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462/2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Ações judiciais propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado

ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.

- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **Fundação Silius** - Trata-se de Ação Civil Pública nº 5038634-12.2016.4.04.7100/RS movido pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) e outro. O Estado pediu ingresso como amicus curiae, para afastar dívida que se pretende imputar à Cesa, em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183, tendo o Estado como seu sucessor.
- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – Este passivo foi reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.
- **Compensação de débitos estaduais com precatórios** – Este passivo foi desreconhecido em 2021 visto que sua realização não resultaria em saída de recursos do Estado.
- **Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP** - Este passivo foi desreconhecido em 2021 visto o julgamento pelo STF ter sido favorável ao Estado.
- **Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional** – esse passivo foi desreconhecido devido a sua reclassificação para baixa probabilidade em 2021.
- **FGTS de servidores temporários** – Este passivo foi reclassificado para alta probabilidade de ocorrência em 2021, tendo sido incluído nas provisões para riscos trabalhistas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

31. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa verificada no período, no valor de R\$ 2.299.209.328,36, decorre, principalmente, do resultado das atividades operacionais, que apresentaram uma diferença positiva entre ingressos e desembolsos da ordem de R\$ 4.464.267.794,55. Por outro lado, as atividades de investimento e de financiamento apresentaram fluxo negativo de R\$ 1.568.259.077,55 e de R\$ 596.799.388,64, respectivamente.

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

32. Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa 29. O Resultado do Exercício foi negativo (R\$ 48.805.265.708,04) em razão, principalmente, do reconhecimento de provisão para indenizações trabalhistas relacionada à implantação do Piso Nacional do Magistério, no valor de R\$ 36.760.000.000,00, e do aumento de R\$ 16.656.284.694,66 na Provisão Atuarial do RPPS. No exercício, foram excluídos no processo de consolidação R\$ 16.263.768.773,96 relacionados às operações intraorçamentárias, afetando, no mesmo montante, as linhas de Contribuições (VPA), e de Pessoal e Encargos (VPD). As relevantes variações nessas linhas são resultado desse procedimento, adotado a partir de 2021. O Resultado Patrimonial do Período não é impactado pelas referidas exclusões.

Balanço Financeiro



33. O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

Eventos Subsequentes

34. Privatização da Sulgás

O leilão de privatização da Sulgás foi realizado em 2021, entretanto a transferência de controle e recebimento do valor ocorreu somente em 2022, motivo pelo qual a companhia segue como participação acionária do Estado no Balanço Patrimonial de 2021. O recebimento pelo Estado ocorreu em janeiro/2022 no valor total de R\$ 955.244.069,45.

35. Regime de Recuperação Fiscal

Em 29 de dezembro de 2021, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), encaminhando parecer comprovando o cumprimento de todos os três requisitos exigidos para habilitação e a implementação de todas as oito medidas exigidas como contrapartida para homologação do RRF. O pedido foi deferido no dia 27 de janeiro de 2022 e, a partir dessa data, o Estado, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), iniciou formalmente a elaboração de um plano de recuperação fiscal, voltado para a retomada do equilíbrio fiscal, com metas de superávit primário e da trajetória dos restos a pagar, visando construir o espaço fiscal necessário para retomar o pagamento de seus financiamentos, sem que novos passivos sejam acumulados para honrar o serviço da dívida. Até a homologação do RRF, o que deve ocorrer durante o exercício de 2022, o Estado estará sujeito a vedações similares às que esteve sujeito em 2020 e 2021 por conta das contrapartidas exigidas na LC nº 173/2020, incluindo restrições a aumento de despesa de pessoal e à criação de despesas de caráter continuado. O RRF representa uma oportunidade para que o Estado regularize os pagamentos do serviço da dívida com a União após mais de quatro anos de suspensão por medida liminar do STF. Cabe destacar que em fevereiro de 2022 foi celebrado um novo contrato e o montante acumulado durante o período de suspensão (R\$ 14,54 bilhões) foi refinanciado com prazo de 30 anos e com as mesmas condições da dívida atual (IPCA + 4% ao ano, com encargos limitados à taxa SELIC).

36. Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das Demonstrações Contábeis da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(6.685.080.088,65)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(6.685.080.088,65)
Ativo Circulante		(4.659.131.451,90)	Passivo Circulante		(4.656.029.396,92)
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(1.602.380.504,87)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(82.758.337,27)
Créditos a Curto Prazo	b	(3.056.750.947,03)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(100.106,90)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(1.910,61)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(4.573.169.042,14)
Ativo Não Circulante		(2.025.948.636,75)	Passivo Não Circulante		(2.066.592.481,22)
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(2.025.948.636,75)	Provisões a Longo Prazo	h	(2.066.592.481,22)
			Patrimonio Líquido		37.541.789,49
			Resultados Acumulados	i	37.541.789,49

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Contribuições	g	(16.263.768.773,96)	Pessoal e Encargos	g	(16.263.768.773,96)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.4; e "e"	(90.404.009,44)	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	h.1	(357.103.919,55)
Transferências e Delegações Recebidas	j	(70.208.084.846,68)	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.5; c.2 e c.3	(497.502.450,35)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	h.3	(24.724.535,99)	Transferências e Delegações Concedidas	j	(70.208.084.846,68)
			Resultado Patrimonial do Período		(739.477.824,47)

a. Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.602.380.504,87, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

b. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 3.056.750.947,03, referente:

b.1. Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 2.453.053.244,93, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo (passivo com entidades do Estado e valores resgatados do SIAC), contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

b.2. Contribuição ao RPPS a compensar: R\$ 9.339.561,65; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.

b.3. Saldos contabilizados pelo Estado cujos devedores são Autarquias e Fundações do Estado: R\$ 34.831.812,20, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 34.719.476,96); em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 360.591,58) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -248.256,34).

b.4. Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 537.875.978,53; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 90.249.668,61); em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ -1.097.998.519,52), em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 31.202.725,80), em Ajustes de Exercícios Anteriores, do

Patrimônio Líquido (R\$ -18.591.960,97) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.533.014.064,61).

b.5. Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 19.301.035,07; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 33.057.282,92) e em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 13.756.247,85). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

b.6 Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta: R\$ 2.349.314,65; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante. Corresponde à sequestros judiciais de RPVs que ocorreram em conta bancária de Autarquia ou Fundação e que serão restituídos pela Administração Direta.

c. Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 2.025.948.636,75, referente:

c.1. Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

c.2. Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 136.801.783,85; contrapartida em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 464.675.256,76) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 601.477.040,61).

c.3. Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em outros créditos a longo prazo, cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.100.404.230,03; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (- R\$ 49.605.789,43); em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ - 19.070.945,74), em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 19.070.945,74); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 52.011.499,94) e em Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante (R\$ 1.097.998.519,52).

c.4. Remuneração SIAC a Receber: R\$ 175.517.664,47; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 56.697.456,02) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 118.820.208,45).

c.5. Taxa CDO Arrecadada a Receber: R\$ 384.709.116,47; contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

d. De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 82.758.337,27, referente:

d.1. Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta, conforme nota b.6: R\$ 2.349.314,65.

d.2. Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 80.409.022,62; contrapartida em Ajustes de Exercícios

Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -201.211.911,69) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 281.620.934,31).

- e. De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 100.106,90; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 254.447,73) e em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ -154.340,83). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.
- f. De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.910,61; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -169.397,30) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 171.307,91).
- g. De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 4.573.169.042,14, referente:

g.1. Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados (R\$ 4.055.541.421,70), em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 1.602.380.504,87, nota "a"); em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 2.453.053.244,93, nota b.1) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 107.671,90).

g.2. Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 117.933.702,70), em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 65.922.202,76, notas b.3 e b.4) e em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 52.011.499,94, nota c.3).

g.3. Passivos de indenizações diversas em favor de entidades do Estado (R\$ 14.984.801,27), em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 6.575.469,18) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 8.409.332,09).

g.4. Passivo com Taxa CDO a repassar para o IRGA: R\$ 384.709.116,47; contrapartida em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, conforme nota c.5.

- h. De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 2.066.592.481,22, referente:

h.1. Remuneração do SIAC a pagar (R\$ 1.319.268.527,22), em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 56.697.456,02, nota c.4); em Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 357.103.919,55) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 905.467.151,65).

h.2. Outras Provisões a Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias (R\$ 0,00): Compensação entre passivo de outras provisões a longo prazo (R\$ 182.125.039.492,46) registrado nos encargos gerais do Estado contra as contas redutoras de cobertura de insuficiência financeira registradas nas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo no IPE PREV (R\$ -182.125.039.492,46).

h.3. Provisão de Precatórios Centralizados no Tesouro (R\$ 747.323.954,00), em contrapartida de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ -24.724.535,99) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 772.048.489,99). Trata-se do saldo de Precatórios devido por Autarquia não dependente de recursos do Tesouro que demandará ressarcimento assim que o

Tesouro efetuar o pagamento. O passivo de precatórios encontra-se todo registrado nos encargos gerais do Estado.

- i. De Resultados Acumulados (Déficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 37.541.789,49 (reduzindo o déficit), referente:
 - i.1. As exclusões de consolidação de exercícios anteriores, resultados acumulados (-R\$ 566.344.312,16), conforme notas b.2, b.3, b.4, c.3, d.2, e, g.1 e g.3.
 - i.2. As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ +739.477.824,47), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.
 - i.3. Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (-R\$ 135.590.722,82), conforme notas b.2, b.3, b.4, c.3, d.2, e, g.1 e g.3.
- j. As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado. No quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado as transferências de R\$ 70.208.084.846,68 foram excluídas tanto da Variação Patrimonial Aumentativa quanto da Variação Patrimonial Diminutiva.
- k. As Contribuições, Variação Patrimonial Aumentativa, decorrentes de contribuição patronal ao IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 16.263.768.773,96) foram excluídas em contrapartida de Pessoal e Encargos, na Variação Patrimonial Diminutiva.
- l. As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021.

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

Rogério da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado
CRCRS – 16640, T-RS



Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Rogério da Silva Meira

SF / CAGE/GAB / 164599401

28/03/2022 18:55:03

Marco Aurélio Santos Cardoso

SEFAZ / SECRET/SEFAZ / 2476527769

28/03/2022 19:28:14

Artur José de Lemos Júnior

CC / GAB / 3049698

30/03/2022 10:25:46

Documento Assinado Digitalmente





Nome do arquivo: xxx-2022 - Anexo - Dem Cont 2021

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite

30/03/2022 21:41:45 GMT-03:00

01094775029

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.